

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO

Carlos Carvalho Cavalheiro

TÁ VENDENDO AQUELE EDIFÍCIO, MOÇO?

**Lugares de memória, produção da invisibilidade e processos
educativos na cidade de Sorocaba**

SOROCABA

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO

TÁ VENDENDO AQUELE EDIFÍCIO, MOÇO?

**Lugares de memória, produção da invisibilidade e processos
educativos na cidade de Sorocaba**

Carlos Carvalho Cavalheiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de Mestre em Educação na linha de pesquisa Educação, Comunidades e Movimentos Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Dulcinéia de Fátima Ferreira.

Co-Orientadora: Profa. Dra. Rosalina Burgos

SOROCABA

2017

CARLOS CARVALHO CAVALHEIRO

TÁ VENDENDO AQUELE EDIFÍCIO, MOÇO?

Lugares de memória, produção da invisibilidade e processos educativos na cidade de Sorocaba

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de Mestre em Educação na linha de pesquisa Educação, Comunidades e Movimentos Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Dulcinéia de Fátima Ferreira.

Co-Orientadora: Profa. Dra. Rosalina Burgos

Aprovada em: 23/02/2017.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Dulcinéia de Fátima Ferreira (Orientadora)
Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba (UFSCar)

Profa. Dra. Rosalina Burgos
Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba (UFSCar)

Profa. Dra. Maria Carla Corrochano
Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba (UFSCar)

Prof. Dr. Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho
Universidade de Sorocaba (UNISO)

Cavalheiro, Carlos Carvalho

TÁ VENDENDO AQUELE EDIFÍCIO, MOÇO? Lugares de memória,
produção da invisibilidade e processos educativos na cidade de Sorocaba /
Carlos Carvalho Cavalheiro. -- 2017.

208 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus
Sorocaba, Sorocaba

Orientador: Profa. Dra. Dulcinéia de Fátima Ferreira, Profa. Dra. Rosalina
Burgos (Co-orientadora)

Banca examinadora: Profa. Dra. Maria Carla Corrochano, Prof. Dr.
Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho

Bibliografia

1. Memória. 2. Processos Educativos. 3. História. I. Orientador. II.
Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

A Deus.

À minha mãe Neyde, minha esposa
Adilene e ao meu filho André.

AGRADECIMENTOS

Muito antes de ser apenas o cumprimento de uma formalidade, ou mesmo o reconhecimento público da colaboração das pessoas e instituições, entendo a parte dos “agradecimentos” como uma valiosa reflexão sobre o percurso realizado durante a construção da pesquisa.

A primeira reflexão que surge é a de que ninguém é sozinho o autor de um trabalho como este. A feitura de uma dissertação exige o reconhecimento humilde de que, na qualidade de seres humanos, somos incapazes de realizá-la sem o auxílio de outrem.

A dificuldade está em lembrar-me de todas as pessoas que tiveram esse gesto solidário, tão raro em nossos tempos. Pela omissão involuntária de qualquer pessoa, pedem-se antecipadamente as devidas escusas.

Agradeço primeiramente a Deus, pois a simples possibilidade de Sua existência nos encoraja e impele a continuarmos na senda daqueles que são chamados segundo Seu propósito.

À minha mãe, Neyde, à minha esposa Adilene, ao meu filho André e aos meus irmãos Margareth, Mariângela e Marcelo: este trabalho fala sobre memória e nenhum laço de memória é mais forte (e mais antigo) do que o laço de pertencimento a uma família, a um clã, a uma tribo.

Às Profas. Dras. Dulcinéia de Fátima Ferreira e Rosalina Burgos, pela excelente orientação e pela paciência e respeito que sempre tiveram para comigo e pelo trabalho em questão.

Aos professores participantes da banca examinadora Profa. Dra. Maria Carla Corrochano e Prof. Dr. Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos colegas da turma de mestrado, pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas. Aqui cabe um agradecimento especial para Rebeca Pereira Batalim Rala, que me ajudou muito na construção dos elementos pré-textuais deste trabalho.

Ao Toninho Macedo, especialmente por facilitar o acesso à edição especial da Revista do Arquivo Público Municipal de São Paulo com a temática “Memória”. Para Míriam Rangel, da Editora Create, pelos auxílios dados na impressão dos mapas que constam neste trabalho.

Ao José Rubens Incao, ao Edmir Messias de Moraes, a Iracema Pires Cavalcante, ao José Carlos Malzoni, ao Armando Oliveira Lima, ao Marco Antonio

Fera, à Flávia Aguilera, ao setor de Marketing da Farmamed, ao Flaviano Agostinho Lima (Secretário Municipal de Educação), e a todos que, mesmo não citados, prestaram informações para esta pesquisa.

Ao amigo Ademir Barros dos Santos, por estar presente na apresentação para a banca de qualificação. O seu gesto me deixou honrado.

Às profissionais do sexo Aline, Paula e Priscila que me ajudaram a entender que em muitos casos a situação nos leva a buscar a invisibilidade. Aos que as desprezam socialmente, lembrem-se do que disse Jesus: “Digo a verdade: Os publicanos e as prostitutas estão entrando antes de vocês no Reino de Deus” (Mt. 21: 31).

Aos meus queridos alunos e ex-alunos da EMEF. Coronel Esmédio, de Porto Feliz, que prontamente me atenderam fornecendo informações sobre as nossas atividades escolares.

“História é vida. História é semear. Sem a semente, a planta não nasce”

Iracema Pires Cavalcante

15 dez 2016

RESUMO

Esta pesquisa qualitativa procura entender como se dá a produção de lugares de memória, de acordo com o conceito desenvolvido pelo historiador Pierre Nora (1993), restringindo-se à análise de espaços públicos do centro histórico de Sorocaba, cidade do interior paulista. Compreender a produção desses lugares de memória é, também, entender como ocorre o contraponto, ou seja, a produção das invisibilidades ou os lugares amnésicos. Disso decorre que a relação entre as pessoas e esses lugares de memória, enquanto espaços públicos produzem processos educativos que podem interferir na qualidade da formação do sujeito histórico e de sua cidadania. A pesquisa procura, ainda, evidenciar os movimentos de resistência contra-hegemônicos.

Palavras-chave: Lugares de Memória. Processos Educativos. História.

ABSTRACT

This qualitative research tries to understand how the production of memory places occurs, according to the concept developed by the historian Pierre Nora (1993), being restricted to the analysis of public spaces of the historical center of Sorocaba, city of the interior of São Paulo. To understand the production of these places of memory is also to understand how the counterpoint occurs, that is, the production of the invisibles or the amnesic places. From this it follows that the relation between people and these places of memory, as public spaces, produce educational processes that can interfere in the quality of the formation of the historical subject and of his citizenship. The research also seeks to highlight the counter-hegemonic resistance movements.

Key-Words: Memory Places. Educational Processes. History.

LISTA DE FIGURAS¹

Figura 1	_ Monumento à eclosão da Revolução Liberal de 1842	82
Figura 2	– Largo de Santo Antônio antigamente	103
Figura 3	_ Prédio que abrigou a sede da União Espírita Sorocabana	113
Figura 4	_ Placa Comemorativa Centenário da Abolição	114
Figura 5	– Monumento ao fundador de Sorocaba	116
Figura 6	– Outdoor da empresa Flex	154
Figura 7	– Encenação teatral na União Espírita Sorocabana	198
Figura 8	– Intervenção urbana de Flávia Aguilera	198
Figura 9	– O príncipe Dom Bertrand discursa	199
Figura 10	_ Intervenção urbana do artista Discórdia	199
Figura 11	– Manifestação "Fora Temer"	200
Figura 12	– Passeio histórico cultural	200
Figura 13	– Arranjos de plantas em casa da Vila Santana	201
Figura 14	– Feira do Beco do Inferno	201
Figura 15	– Circo Guaraciaba em Sorocaba	202
Figura 16	– Totem do "Roteiro Educador"	202
Figura 17	– Mapa “Lugares de Memória em Sorocaba”	203
Figura 18	– Mapa Roteiro didático “Lugares de Memória”	204

¹ As imagens que não estão creditadas são todas de autoria de Carlos Carvalho Cavalheiro.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AICE	Associação Internacional das Cidades Educadoras
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
FUA	Fundação Ubaldino do Amaral
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGGs	Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba
MEB	Movimentos de Educação de Base
MHS	Museu Histórico Sorocabano
NBR	Norma Brasileira Regulamentar
Org.	Organizador / Organizadores
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SEDU	Secretaria Municipal de Educação (Sorocaba)
SEDU/GS	Secretaria Municipal de Educação / Gabinete do Secretário
SESC	Serviço Social do Comércio
SIBI	Sistema Integrado de Bibliotecas
trad.	Tradutor
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNISO	Universidade de Sorocaba

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – Memória e pertencimento: um percurso metodológico	5
1.1 - Memória, pertencimento e silenciamento.....	7
1.2 - Lugares de Memória	17
1.3 - Memória, Resistência e crise de paradigmas	27
1.4 - Memória e Cidade.....	30
1.5 - Percurso Metodológico	32
1.6 - Os Lugares de Memória analisados.....	37
Capítulo 2 – A cor dessa cidade sou eu, o canto dessa cidade é meu	44
2.1 - O povoamento “bandeirante” de Sorocaba	48
2.2 - A cidade, as pessoas e suas memórias.....	55
2.3 - Historiografia urbana de Sorocaba	59
2.4 - Sorocaba e as Cidades Educadoras.....	64
2.5 - Um lugar de memória: Prêmio “Salvadora Lopes”	76
Capítulo 3 – O dia em que o Príncipe substituiu o Prefeito	79
3.1 - O visconde.....	81
3.2 - O Príncipe no lugar do Prefeito.....	83
3.3 - Lugar de memória oculto	84
3.4 - Memória e símbolos de Sorocaba	94
3.5 - Lugares de Memória invisíveis.....	105
3.6 - Outros lugares de memória ocultos	117
3.7 - Lugares de Memória decifráveis.....	118
Capítulo 4 – Um “Inferno” repleto de possibilidades.....	125
4.1 – O Inferno no Beco	129

4.2 – Arte, Resistência e Potência de transformação	134
4.3 – Outros lugares “mágicos” de memória	140
4.4 – Sorocaba conservadora e alternativas de resistência.....	143
4.5 – Memórias com finalidades diversas	155
Capítulo 5 – Memória e práticas educativas no âmbito escolar	162
5.1 – Compromisso enquanto educador	164
5.2 – O que os mortos têm para nos dizer... ..	166
5.3 – Passeios culturais e históricos: visitando lugares de memória.....	171
5.4 – Gincana de História: um outro olhar sobre a cidade	178
Considerações Finais	188
Bibliografia.....	194
Anexos	202

Introdução

As referências ao passado sempre despertaram a curiosidade das pessoas em geral. Lembro-me que esse interesse pelo passado se desenvolveu em mim quando da realização de um trabalho escolar sobre a história de Sorocaba, cidade em que resido.

Não tendo livros sobre o assunto – numa época em que não existia a internet como meio de pesquisa – o meu pai resolveu o assunto buscando nas colunas de Prophírio Rogich Vieira, publicadas diariamente naquela época com o nome de “Efemérides”, algumas informações que pudessem auxiliar na conclusão do trabalho escolar.

A partir daquele dia, comecei a colecionar as referidas publicações e a me interessar pela história local. A minha formação educacional e acadêmica, em parte, seguiu esse mesmo rumo. Licenciado em História, fui trabalhar como professor dessa disciplina no Ensino Fundamental na cidade de Porto Feliz (SP), distante pouco mais de 20 km de Sorocaba. Naquela cidade, desenvolvi alguns projetos relacionados aos espaços públicos de memória.

Vivendo entre as duas cidades, Sorocaba e Porto Feliz, aguçou-se em mim ainda mais o interesse pelos espaços públicos de memória, como eles se constituíam e porque alguns desses espaços não emitiam mais memória, mas sim um silêncio, embora eu soubesse que ali residia um potencial enorme de memória, de acontecimentos importantes do passado que poderiam ampliar o conhecimento do passado para além do que comumente chamamos de “História Oficial”.

O silenciamento da memória latente desses espaços / lugares provocava incômodo. Ouvir o grito dos dominadores, festejando a sua vitória, produzia um sentimento de impotência, pois sabia que se tratava apenas de uma questão de desproporcionalidade de volumes: os gritos destes abafavam as vozes dos outros.

A figura aproximada é a de dois vizinhos. Um deles exageradamente amplia o som do seu aparelho de reprodução de música. O outro, mal consegue continuar a conversa que mantinha com um interlocutor em sua sala de estar.

Há som dos dois pólos, mas somente um é ouvido, percebido, sentido, escutado. O outro foi silenciado. Não emudecido de fato, mas sua voz foi abafada.

Obviamente que enquanto educador, tenho ciência de que a relação das pessoas com um meio em que apenas um voz é ouvida produz processos educativos próprios, com objetivos claros e carregados de sentido ideológico. Como se dão tais processos educativos? Essa era outra pergunta que me incomodava.

O fato é que a elevação de uma determinada memória e o esquecimento de outra não é algo que ocorra de forma não intencional. Ao se estabelecer, por exemplo, que o único monumento dedicado a uma mulher em Sorocaba é o da Mãe Preta, uma personificação de uma das manchas decorrentes do processo de escravidão, isso tem um significado muito profundo. E enquanto símbolo traz consequências também.

Quem vive cercado de monumentos “masculinos” acaba por entender que o sujeito histórico é somente o homem. Não qualquer homem, diga-se de passagem. Também não existe em Sorocaba nenhum monumento a personalidade negra, a indígena, aos operários, aos participantes de movimentos sociais.

Uma cidade masculinizada, falocêntrica, “branca”, das classes dominantes (sejam elas políticas, econômicas, sociais ou religiosas). Não por falta de modelos, mas por seleção mesmo. Como mulheres, por exemplo, a história de Sorocaba registrou personalidades extraordinárias, como Salvadora Lopes Peres,² que foi militante operária e a primeira mulher a ser eleita vereadora em 1947(embora não tenha assumido por ter sido cassada pelo Tribunal Eleitoral).

Outra mulher de destaque foi Ursulina Lopes Torres,³ que se tornou a primeira mulher a ser registrada como farmacêutica em São Paulo e a primeira médica a clinicar em Sorocaba e região, no início do século XX. Ursulina foi a única mulher presente na constituição da Sociedade Médica de Sorocaba em 1943.

² Salvadora Lopes Peres nasceu em Avaré no dia 28 de agosto de 1918. Foi militante sindical, operária, comunista. Faleceu em Sorocaba, no dia 19 de dezembro de 2006.

³ Ursulina Lopes Torres nasceu em Sorocaba no dia 20 de janeiro de 1882. Formou-se em Farmácia pela Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre em 1904. Quatro anos depois, formou-se Médica pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Exerceu sua profissão em diversas cidades, incluindo o Rio de Janeiro, São Paulo, Sorocaba e Porto Feliz. Faleceu em 14 de abril de 1949 em Sorocaba. Está sepultada em Porto Feliz.

A professora Francisca Silveira Queiróz⁴ foi escritora, educadora e a primeira mulher a se candidatar à vereança sorocabana, na primeira eleição municipal em que a participação feminina foi permitida, em 1936. Não sendo eleita naquele pleito, Francisca Queiróz ao menos ousou disputar aquela eleição.

E são muitos outros os exemplos de mulheres que mereciam ser “perpetuadas no bronze”, como se diziam em antanho. Mas nenhuma delas foi dignificada com a ereção de um monumento, de um busto em bronze.

E de incômodo em incômodo, de indignação em indignação, na trajetória acadêmica deparei-me, no Mestrado em Educação, com a possibilidade de desenvolver uma pesquisa que trouxesse algumas indicações de respostas a esses questionamentos.

Afinal, como são produzidos os espaços / lugares de memória na cidade? Como se dá a seleção daquilo que será eternamente lembrado e o que será esquecido? Que processos educativos decorrem disso tudo? Há movimentos de resistência contra-hegemônicos questionando a produção de invisibilidades?

Em minha mente começou a se desenvolver o “desenho” de um projeto de pesquisa. Inicialmente, pensei em mapear todos os lugares públicos de Sorocaba. A idéia foi descartada durante um trajeto que fiz de carro pela Vila Angélica. Eu estava rumando pela avenida Ipanema, pretendendo chegar a um endereço localizado na avenida Angélica, em Sorocaba. O acesso direto de uma via para a outra é sentido de contramão.

As duas vias se cruzam, mas não há como entrar direto para a avenida Angélica utilizando a avenida Ipanema. Por isso, fui obrigado a buscar um desvio para fazer o retorno. Ao adentrar na rua que serviria para o acesso, tive a sensação de estar em outra cidade.

Tratava-se de uma rua antiga, torta, da qual eu não guardava lembrança alguma. Não sei até hoje se eu já transitara anteriormente por aquele logradouro. O fato é que isso despertou em mim o senso da impossibilidade de se realizar um

⁴ Francisca Silveira Queiroz nasceu em Sorocaba em 31 de janeiro de 1936. Escritora, professora e política, Francisca Queiroz faleceu em 22 de julho de 1941.

trabalho acerca dos lugares de memória numa cidade com as proporções de Sorocaba.

Trabalho impossível de se realizar. Por isso, a solução encontrada foi a de realizar um trabalho dentro de um recorte menor, abarcando alguns lugares de memória na região mais antiga do povoamento de Sorocaba enquanto cidade: o centro “histórico”.

Dentro de um perímetro menor, houve a possibilidade de se dedicar melhor à análise dos lugares públicos de memória, buscando entender como são produzidos e a contrapartida, ou seja, como se produzem também os silenciamentos, os esquecimentos, as invisibilidades.

A partir dessas análises, pôde-se perceber o potencial educativo desses lugares de memória e até revelar algumas experiências de resistências em que o substrato do passado é utilizado como principal matéria-prima.

Capítulo 1 – Memória e pertencimento: um percurso metodológico

O presente capítulo pretende abordar o percurso metodológico percorrido durante a realização desta pesquisa que procura entender como são produzidos os lugares de memória (NORA, 1993) e, ao mesmo tempo, como se produzem as invisibilidades dos diversos atores sociais e de suas memórias. A despeito do conceito de lugar de memória apresentado por Pierre Nora ser bastante amplo, servindo, em termos gerais, para toda espécie de veículo das lembranças (abarcando com isso as bandeiras, os símbolos, os hinos, a exaltação dos personagens da História, as toponímias, entre outros), o interesse desta pesquisa é pelos lugares públicos, tendo como palco um recorte da área central da cidade de Sorocaba, conforme se explicitará adiante.

Esses lugares – com a presença ou não de monumentos (tanto no sentido de marcos históricos oficiais, como de construções que registram algum aspecto interessante do passado) – são determinados em seu papel social como evidenciação de um pretérito que se pretende perpetuar, quanto, também, acerca de uma evocação que não se quer fazer.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, com uso de pesquisa de campo, revisão bibliográfica e entrevistas,⁵ além de outros recursos que englobam a observação *in loco*, produção de documentos como fotografias e pedidos de respostas oficiais, conversas informais (muitas vezes realizadas por meio eletrônico), consultas à informações disponíveis na internet, além da utilização de outras formas para a coleta de informações, como o uso da intuição para a leitura dos espaços e de seus marcos, como, por exemplo, os monumentos.

Muitas vezes, fiz-me de coletor a recolher “fiapos” de conversas ouvidas de passagem, ou lembranças minhas, recorrendo a músicas e a poesias que traziam algum sentido para as reflexões deste trabalho. Enfim, coligindo cacos multicolores na tentativa de produzir um mosaico que trouxesse uma idéia de imagem inteligível.

⁵ Foram entrevistas realizadas de forma “livre” e outras com roteiro, cujo conteúdo integral segue na parte dos Documentos. Parte dessas entrevistas foi realizada por meio eletrônico ou via telefone e são assim anotadas ao longo do trabalho.

Passear pelas ruas e logradouros também fez parte da metodologia, pois essa atividade compelia a despertar reflexões a medida que o olhar atento aos objetos suscitava a busca do entendimento das relações dos mesmos com as pessoas, comigo mesmo.

Nunca se caminha solitário pelas ruas da cidade. Nem de Sorocaba, cidade do interior paulista e escopo das atenções deste trabalho, nem em qualquer outra. O chão que se pisa, seja na calçada ou na rua e praça, já foi pisado por tantos outros desde os mais remotos tempos da presença humana. E as marcas dessa estada reverberam, ecoando em sua viagem pelo tempo.

Quando se caminha pelas ruas centrais da cidade de Sorocaba, sobretudo as mais antigas, percorre-se os mesmos caminhos que os indígenas, os bandeirantes, os aventureiros, os tropeiros, os escravizados, e tantos outros atores “sócio-temporais” percorreram. E as marcas deixadas por eles estão, de certa forma, presentes e acompanham a caminhada.

No entanto, nesse caminhar algo sempre incomoda. Nem sempre se pode perceber a presença dos atores socialmente desvalorizados, dos que foram historicamente marginalizados, daqueles que tiveram sua memória impressa como marca d'água num papel: só com muita vontade e um pouco de luz é que se vislumbra sua existência. E a percepção dessa presença não se torna um fenômeno coletivo sem que haja uma ação humana para a difusão desse conhecimento. O que se quer dizer, e talvez não se tenha conseguido encontrar as palavras ideais na plêiade dos vocábulos de nosso vernáculo, é que não basta que uma pessoa saiba ou perceba a existência dessa multiplicidade de memórias que emanam dos lugares públicos por onde se circula para que este conhecimento seja apropriado pelos demais.

De fato, tenho comigo o acúmulo de muitas informações de caráter histórico e de memória relativos a fatos e personagens de Sorocaba⁶. Porém, muitas vezes,

⁶ Falo aqui das coleções de informações transcritas de documentos e periódicos que originalmente pertencem a acervos como o Gabinete de Leitura Sorocabano, o do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba (IHGGS) e o do Museu Histórico Sorocabano (hoje instalado na sede da Secretaria de Cultura, Secult), somente para citar alguns. Parte dessas informações foi disponibilizada por meio de publicações de nossa autoria, como são exemplos os livros: “Salvadora!”

esse conhecimento não pertence à coletividade. Por outro lado, por uma iniciativa dos detentores de poder – seja ele qual for – outros fatos e personagens estavam muito bem sinalizados e suas “memórias” preservadas, ainda que com viés ideológico das classes dominantes.

Esse processo era esperado dentro de uma sociedade escorada em valores capitalistas e de domínio de classes. Porém, saber como funciona uma máquina não reduz o incômodo que o barulho de seu funcionamento provoca. Perceber que o processo de apagamento das memórias significa apagar também a presença das pessoas como sujeitos históricos, ou seja, negar-lhes a própria história, é saber de uma violência e de uma injustiça e sentir que não há a quem recorrer. Ou existiriam outras possibilidades?

1.1 - Memória, pertencimento e silenciamento

A proposta deste trabalho é entender como se processa esse apagamento da memória dos grupos subalternizados e como a revelação dessas memórias pode produzir processos educativos que possam colaborar para a emergência de outras memórias. Memórias essas que possam se contrapor à versão oficial, geralmente pautada por um discurso de enaltecimento de grupos hegemônicos, quer do ponto de vista sócio-econômico, quer por uma tradição patriarcal que se apresenta como um mundo masculinizado, um totem fálico⁷.

Como grupos subalternizados entendem-se aqui uma gama ampla de atores sociais que eventualmente podem pertencer a mais de um agrupamento ao mesmo tempo. São grupos marginalizados, despossuídos de meios de influência social ou econômica. Assim, apenas para citar alguns exemplos, os povos escravizados

(2001), “Scenas da Escravidão” (2006), “Vadios e Imorais” (2010) e “Tradições negras sorocabanas e Memória” (2015).

⁷ Em 2015, por exemplo, a Lei de Incentivo à Cultura (LINC) de Sorocaba apoiou a publicação do livro “Homens que fizeram nossa história”, do historiador e memorialista Otto Wey Netto. Como o próprio título deixa transparecer, trata-se de uma coleção de biografias de personagens masculinas, “brancas” e pertencentes às classes dominantes ao longo da história de Sorocaba. A única mulher citada é a Marquesa de Santos, como uma “sombra” de homens como Dom Pedro I e Brigadeiro Tobias. Ainda assim, na qualidade de “concubina”, “amante” e “companheira” (aqui no sentido de uma união estável, mas sem o vínculo do casamento). A primeira parte do livro é intitulada “Os donos da história”; a segunda parte “Honrando Sorocaba” e a terceira “Médicos entram para a história”.

(negros, índios, pardos), as mulheres, os operários, as prostitutas, os pobres, os leprosos (hansenianos), os estudantes, os homossexuais, os vadios entre tantos outros.

É a memória desses grupos que interessa a este trabalho. Alguns indivíduos podem, como já foi dito, pertencer a diversos desses grupos ao mesmo tempo. Uma mulher pode ser operária e, portanto, pobre, o que a faria pertencer a três grupos citados acima. A evocação dessas memórias permite recriar o presente de forma a estabelecer um diálogo de ajuste entre o passado e o presente. O antropólogo e professor de História da Arte e da Cultura Renato Brolezzi, durante a realização do Seminário de Atualização para Professores, realizado no dia 20 de agosto de 2016, pela FACAMP (Faculdades de Campinas), disse que a “memória é um repertório para se recriar”. Na conclusão desse pensamento, o professor disse que “se não houver quem ensine, quem transmita a memória, é impossível a realização do ato de se recriar”. O ato de recriar permite que palavras e fatos assumam “um novo significado, mesmo que tenham sido usadas em um contexto completamente diferente, não relacionado ao contexto original” (MCKENZIE, 2007, pp. 92 – 93).

Toma-se como exemplo um combativo jornal operário do início do século XX, da cidade de Sorocaba, que convocava os trabalhadores a lutar contra o regime dos “*caçadores de índios e dos Capitães-mores*”, numa clara alusão às permanências de práticas oriundas dos detentores de poder (O OPERÁRIO, 18 jul 1909, p. 1). Afinal, Sorocaba foi povoada a partir de uma sesmaria doada a um bandeirante, Baltazar Fernandes, e governada por capitães-mores tão logo alcançou a sua elevação para Vila, o que correspondia a certa emancipação político-administrativa. Obviamente que os redatores do jornal sabiam que no século XX já não existia mais o poder político dos capitães-mores. Porém, utilizou-se de uma “memória” como reelaboração de um painel comparativo à situação em que viviam naquela época. Da mesma forma, o jornal costumeiramente comparava a situação dos operários a dos plebeus da Antiguidade Clássica, mas também aos escravizados do século XIX no Brasil. O uso da memória, portanto das lembranças do passado, serve aqui para se recriar o presente, ajustando-se com essa mesma realidade a partir de alicerces evocados dos tempos idos.

Porém, as referências ao passado foram esquecidas, grupos sociais desterritorializados, marcas apagadas. Muitos grupos criaram territórios, ou seja, espaços delimitados (nem sempre com fronteiras visíveis), mas que se caracterizam por uma imposição de poder, não somente no sentido político, mas de controle das situações e relações que se estabelecem naquele mesmo espaço. No entanto, é comum encontrar territorialidades em que diversos grupos mantêm-se, interdependentes ou não, ocupando um mesmo espaço. Um modelo bastante evidente é a praça Coronel Fernando Prestes, no centro histórico⁸ de Sorocaba, cujo espaço é compartilhado em diversas territorialidades, formadas por prostitutas, artistas de rua, pregadores religiosos entre outros.

Na história de Sorocaba, assim como deve ser nas demais localidades, ocorreram muitos casos em que grupos perderam a posse de seus “territórios” por um embate de forças. Ainda recorrendo ao espaço da praça Coronel Fernando Prestes, há algumas décadas grupos de raizeiros e vendedores ambulantes faziam daquele espaço um território para si. Por uma política do governo municipal, o comércio ambulante naquela localidade foi proibido após a reforma da praça, realizada em 2003.

É certo que novas marcas e novos grupos surgem no espaço urbano produzindo territorialidade que muitas vezes dialogam com o passado. No entanto, o diálogo esperado entre presente e passado não pode existir porque os sinais do pretérito foram apagados. Dessa forma, desvincula-se uma ação atual de uma construção política – no sentido de ação – em busca da “descolonização”, ou seja, da emancipação do poder opressor (SANTOS, 2007). O exemplo disso pode ser observado em grupos de capoeira que se apresentam em praças públicas na região central, muitas vezes em espaços que antigamente se dedicavam à mesma prática que era institucionalmente reprimida (CAVALHEIRO, 2006).

⁸ Utiliza-se neste trabalho o termo “centro histórico” para determinar a região que sempre foi considerada como “central” de Sorocaba e de onde surgiu o povoamento. Compartilha-se aqui a idéia exposta por BRARDA, RÍOS (2004, pp. 20 – 21) de que “Hoje, já não se deixa o bairro para ir ao centro, uma vez que não existe um centro único. Praticamente não vamos mais de um lado a outro da cidade. Os bairros ricos criaram seus próprios centros, talvez mais limpos, mais organizados, ou com mais vigilância, mudando o conceito de espaço público e impedindo um intercâmbio mais democrático”.

No entanto, a ocupação desses espaços hoje não é um ato contestatório, como era no passado, mas em colaboração com os poderes instituídos na medida em que se busca a autorização destes para a realização de suas apresentações. Por outro lado, o próprio ato de ocupação dos espaços públicos para a realização de manifestações diversas já é um indicativo de que, mesmo com aparente silenciamento, o desacato rebelde existe ainda que de forma subterrânea.

O círculo vicioso do poder se perpetua, sem que os grupos atuais nem sempre percebam isso. Ocorre que “há nos oprimidos aspirações que não são proferíveis, porque foram consideradas improferíveis depois de séculos de opressão. O diálogo não é possível simplesmente porque as pessoas não sabem o que dizer” (SANTOS, 2007, p. 55). E como fazer? Dispensar toda essa experiência, essa potência de ação e organização, simplesmente porque desvinculadas de uma memória que foi silenciada? Obviamente que não. Portanto, somente entender como dão os processos de apagamento da memória acabava sendo insuficiente para aplacar o incômodo causado. Era preciso um pouco mais.

Nesta dissertação, a proposta de entender a produção dos lugares de memória e, também, de esquecimento ampliou-se para o mapeamento de possibilidades de resistência àquilo que estava posto e compreender como tais ações poderiam criar novos processos educativos que, em vez de produzir corpos dóceis por meio da atuação sobre “o coração, o intelecto, a vontade, as disposições”, enfim, sobre a “alma” das pessoas (FOUCAULT, 1987, p. 20); possa potencializar as subjetividades rebeldes existentes, como se expressaria o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2007; 2011). Com isso, o que se espera é que outras memórias possam emergir, capacitando as pessoas “questionar a dominação e criar o impulso de lutar contra ela” (SANTOS, 2011, p. 35). Ademais, agregou-se à proposta deste trabalho a tentativa de entender como a revelação desse silenciamento, dessas memórias “ocultas”, pode potencializar as experiências que surgem das trincas, ou seja, “fazer o silêncio falar por meio de linguagens, de racionalidades que são as mesmas que produziram o silêncio no primeiro momento” (SANTOS, 2007, p. 55).

Em sendo verdade que “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao

excesso de discursos oficiais” (POLLAK, 1989, p. 5), quais as possibilidades dessa sociedade civil tornar-se potente e permitir a emergência de suas memórias? E mais, qual a potencialidade educativa dessas memórias emergentes? A realidade hoje mostra que ainda perdura o tempo do silêncio.

Nesta pesquisa, procurou-se levantar, como exemplo, alguns lugares de memória, dentro da concepção de Pierre Nora (1993), ainda que invisíveis ou silenciados (nestes casos, lugares em potência de memória), procurando desvendar a sua intencionalidade e, ainda, como sua própria existência produz o discurso oficial que silencia os demais. Isso porque, “o silêncio é, pois, uma construção que se afirma como sintoma de um bloqueio, de uma potencialidade que não pode ser desenvolvida” (SANTOS, 2011, p. 30).

Há um silêncio tétrico e profundo que permeia todos os cantos da cidade. Em verdade, o ritmo acelerado, as buzinas e as sirenes, os burburinhos e discursos em praça pública é que fazem com que gritos abafados convertam-se em silêncio. De fato, trata-se de um processo de silenciamento no qual vozes do passado (e também do presente) não podem ser ouvidas.

Na tecitura social, nem sempre os fios da urdidura possuem a liberdade de imprimir ao tecido a sua marca, a sua cor, a sua forma. Esticados, presos, amarrados, os fios da urdidura apenas esperam que a trama lhes dê o formato de tecido, lhes proporcione um sentido de existência. Depois de pronto, o tecido parece ser uma obra conjunta, harmonicamente construída, em mútua colaboração. De fato é, mas a dinâmica da construção coube apenas à trama. Para a urdidura restou o papel passivo de esperar da outra a decisão de ser apenas uma série de fios soltos e paralelos ou se tornar pano.

Na analogia acima, a *urdidura* são os diferentes grupos sociais que possuem suas próprias memórias – enquanto amalgamador do grupo –, mas que no jogo de forças com as classes dominantes, quase sempre acabam à mercê da imposição das *tramas*.

Mas os grupos, antes impotentes diante da construção de uma memória ou história “oficial”, recriam a sua própria versão, na apropriação dos espaços, na comunicabilidade dos corpos e dos gestos, na reelaboração da língua com o uso de termos específicos, de gírias jargões. Desse modo, elabora os símbolos de

pertencimento ao grupo. O aparente silêncio suscita neste trabalho o interesse em perceber e identificar as potencialidades de experiências alternativas que possam fazer emergir a pluralidade contida na cidade.

É própria do ser humano a ânsia pelo pertencimento, a vontade inerente de participar de um grupo. Foi a qualidade de ser gregário que deu ao homem a possibilidade de sobreviver nos tempos primevos. Nesse mesmo momento, enquanto se humanizava, criava para si o sentido das coisas. Atribuía significado ao que conhecia e especialmente ao que desconhecia. A sobrevivência do grupo – tribo, clã, aldeia – dependia da união, do sentimento de pertencimento a um mesmo grupo com propósitos idênticos e isso passava, também, pela produção da linguagem, da comunicação simbólica. O ser humano estabelecia significado para os sons que produzia, dando origem à linguagem como expressão do pensamento e como significado concreto ao abstrato.

Sendo o trabalho coletivo, foi a coletividade, guardiã das aquisições da produção, que conferiu ao pensamento primitivo seu traço típico: nos primeiros tempos, o homem não se dissociava da comunidade.

A linguagem é tão velha como o pensamento. “A linguagem é a consciência prática, existindo igualmente para outros homens, portanto existindo também para mim próprio, real, e a linguagem só nasce, como a consciência, da carência da necessidade do trato com outros homens”, escreviam Marx e Engels. As primeiras noções gerais não se teriam revelado à coletividade se não tivessem sido fixadas por sons. (DIAKOV, KOVALEV, 1985, p. 29).

A necessidade de pertencer a um grupo ressoa como a distante viagem da luz de uma estrela que já não existe mais fisicamente, mas cujo brilho ainda perdura na abóboda celestial. Nos dias de hoje, o ser humano tende a se sentir independente dos demais, pois, diferente do que ocorria no Paleolítico Inferior, não necessita da colaboração alheia para a realização das tarefas que lhe propiciem a sobrevivência como era o caso da caça, uma atividade que não podia ser efetivada sem que fosse feita de forma coletiva (DIAKOV, KOVALEV, 1985). Além disso, a ideologia capitalista cria o sentimento de individualismo e até mesmo de competição entre os seus. No entanto, mesmo que não se sinta mais dependente do outro, há uma carência, que não é somente material, que faz com que os humanos se agreguem em grupos e que delimitem seus espaços de atuação, que busquem cultuar seus lugares de memória. Embora tenhamos a aparência de tecido, de fato

somos constituídos por fios independentes, porém amarrados uns aos outros de forma arbitrária.

Daí o questionamento de José Guilherme Cantor Magnani ao analisar a cidade sob um viés de etnografia urbana,⁹ em dizer que para estudar a dinâmica das cidades “é preciso situar o foco nem tão de perto que se confunda com a perspectiva particularista de cada usuário e nem tão de longe a ponto de distinguir um recorte abrangente, mas indecifrável e desprovido de sentidos” (MAGNANI, 2002, p. 17). Há de se reconhecer que deva existir um plano intermediário, como aponta o próprio Magnani, capaz de fornecer uma análise mais objetiva, distinguindo dessa forma a presença de padrões, de regularidades.¹⁰ Para isso, Magnani propõe uma família de categorias de análises capazes de fornecer os instrumentos adequados que possibilitarão a identificação das regularidades com fim de construir “como referência, algum tipo de totalidade no interior da qual seu significado possa ser apreciado” (MAGNANI, 2002, p. 17).

A eterna e premente necessidade humana de pertencer a um grupo e fornecer um “corpo”, em forma de símbolos e significados, dando concretude ao que é abstrato. O sentimento traduzido em códigos, em gestos, em linguagens, em todas as formas possíveis de comunicação. A comunicabilidade entre o presente e o passado, expressa principalmente por meio da memória é um dos códigos pelos quais os laços de pertencimento se reforçam. A memória subsidia, enquanto

⁹ A proposta desse autor é, por meio de uma visão etnográfica, recuperar (ou resgatar) “uma gama de práticas que não são visíveis na chave de leitura da política”, ou seja, a incorporação de atores e práticas “invisibilizadas”, que permitirão “introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, para além do olhar “competente” que decide o que é certo e o que é errado e para além da perspectiva e interesse do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo” (MAGNANI, 2002, p. 15).

¹⁰ Henri Lefebvre propõe três possibilidades como noção metodológica de nível para o estudo urbano: Nível global (G), nível misto (M) e privado (P). No nível global o poder exercido pelo Estado se apresenta como vontade (existência de uma estratégia política que é exercida pelos homens que detêm o poder) e representação (existência de uma concepção política ideologicamente justificada do espaço). O exercício do poder nesse nível conta com os instrumentos ideológicos e científicos, cujas estratégias – que inclui a capacidade de ação com a possibilidade de modificação da distribuição dos recursos, dos rendimentos e do valor criado pelo trabalho produtivo – nos países capitalistas se expressam por meio do neoliberalismo e do neodirigismo (este último, com a intervenção dos especialistas e tecnocratas no domínio urbanístico). O nível “M” é o urbano, nível da cidade como plano entre o nível global (com os prédios públicos, catedrais, etc.) e o privado (com imóveis privados). O nível “P” é o nível do habitar, convertido em habitat, com os prédios, casas, favelas, conjuntos habitacionais (LEFEBVRE, 1999, pp. 75 – 78).

construção coletiva, o sentimento de pertencimento, porquanto “a memória encontra no enraizamento seu campo propício; no desenraizamento seu quase ou completo impedimento” (GONÇALVES FILHO, 1992, p. 63). No entanto, nem sempre há interesse na sustentação desse sentimento de pertencimento ou enraizamento. Ou melhor, poucos são os grupos sociais que possuem a condição de manter sua memória autônoma, desvinculada de outra “oficial” que subalterniza as que lhe são alheias.

A necessidade de pertencimento produz a busca por uma memória que responda aos anseios de identificação. Assim, “as comunidades de vida precisam de um mínimo de identidade na interpretação da realidade” (BERGER, LUCKMANN, 2004, p. 77). Sem essa identidade não se estabelece o diálogo que possibilita a recriação da realidade vivida, a possibilidade de se colocar como sujeito participante da construção social.

Entende-se aqui que “as identidades são identificações em curso; [e que, portanto,] não devemos ter uma concepção cristalizada de identidade” (SANTOS, 2007, p. 71). Berger e Luckmann sentenciam que para as comunidades, de uma forma geral, “somente assim [com identidade] podem desempenhar um papel sólido na geração e suporte de sentido na vida de seus membros” (BERGER, LUCKMANN, 2004, p. 77).

Em assim sendo, a cidade se descortina como uma ampla e irrestrita “sala de aula”, onde se desenvolve um processo educativo que permite a seus membros a possibilidade de se apropriar de outras memórias que não a oficial, colaborando dessa forma para “que a memória coletiva sirva para a libertação e não a servidão dos homens” (LE GOFF, 1996, p. 477). “Podemos [...] dizer que as cidades se apresentam comumente para nós como um conjunto de cenas, como um álbum de imagens produzidas nesses espaços públicos” (GOMES, 2013, p. 187).

Na concretude da utilização dos códigos de comunicação e pertencimento, os espaços em que tais relações podem ocorrer são limitados de acordo com os interesses e em consonância com aquilo que se considera ser merecedor de ser lembrado e aquilo que deve ser esquecido. “A vida urbana se estrutura como cenas. As cidades se definem por aquilo que se faz mostrar, por aquilo que se faz visível,

mas também por aquilo que se adivinha, ou se deduz existir sem necessariamente estar presente ou visível” (GOMES, 2013, p. 185).

Há um campo do qual tais grupos nem sempre possuem o poder da decisão. Trata-se da memória que, na qualidade de uma construção social e, portanto, coletiva, perpassa pelas relações de poder. De forma arbitrária, são as classes dominantes que selecionam o que será esquecido e o que será evidenciado como lugar de memória formador da identidade de determinada comunidade. Afinal, a ereção de um monumento depende, por exemplo, de fatores outros ligados às esferas de poder – econômico, político, social... – que possam dar sustentação a tal intento. A escolha do monumento, a autorização para ser chantado em determinado lugar, os subsídios ou numerários que tal empresa requer, tudo isso e muito mais são escolhas que, a princípio, estão nas mãos daqueles que detém o poder.

Por outro lado, é também verdade que nosso olhar sobre as coisas é um olhar de seleção e de classificação. Enquanto indivíduos, o legado que nos constitui enquanto sujeitos, reflete no olhar sobre as coisas.

Há uma ação geográfica nesse nosso olhar. Uma imediata classificação das coisas pela posição que ocupam. Produzimos imediatas cartografias dos lugares e de seus conteúdos, selecionamos o que deve ser figurado, o que deve ser examinado, estabelecemos pontos de vista e até a escala dessa análise. Ângulos, distâncias, observação ou não de detalhes e minúcias, movimentos necessários, percurso da observação, comparações etc. são elementos que fazem parte dessa espécie de cartilha de procedimentos estabelecida para dirigir o olhar e a atenção. Esse “olhar cartográfico” nos indica o que deve ser visto e como deve ser visto (GOMES, 2013, pp. 54 – 55).

Mesmo levando em consideração a perspectiva de Maurice Halbwachs (1990) de que a memória coletiva reforça e reestrutura a coesão social criando uma comunidade afetiva que se reconhece a partir da memória compartilhada, seria de se pensar por que os poderes políticos se afastariam do culto dessa memória coletiva quando é ela quem traz o amálgama social que permite não só a governabilidade, mas, sobretudo o domínio? Nesse caso, o que substituiria esse papel exercido pela memória coletiva em nossos dias?

É possível imaginar que a função que a memória dita “oficial” tinha há alguns anos já não mais subsiste. Algo tomou o seu lugar, já que não é possível conceber que um domínio ocorra apenas pela força e pela coerção. Há de se imaginar que

exista um alicerce que sustente ideologicamente a manutenção do poder nas mãos dos mesmos grupos.

Ainda recorrendo a Halbwachs (1990), a memória só será coletiva se os membros de um determinado grupo se identificarem com ela a ponto de confundirem o seu passado individual com o da coletividade (HALBWACHS, 1990, p. 28). Porém, à medida que o indivíduo se afasta do grupo, ou seja, de sua “comunidade afetiva”, a ponto de não mais se identificar com aquele coletivo, estabelece-se o fenômeno do esquecimento pelo desapego ao grupo. Mesmo que possamos “definir ainda em termos gerais os grupos com os quais nos relacionamos”, estes “não nos interessam mais, porque no presente tudo nos afasta deles” (HALBWACHS, 1990, p. 33).

Nesse momento, a memória vai-se apagando. Por esse motivo, a memória pessoal – ou “individual” – é em verdade uma construção social. Ecléa Bosi, nesse sentido, argumenta que “Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade” (BOSI, 1994, p. 55).

Ocorre que esse afastamento do grupo, ao contrário do que previu Halbwachs (1990), pode se dar de formas mais sutis, embora coercitivas, no sentido de impedir o acesso às informações sobre as outras memórias subterrâneas, por meio de veiculação única da versão da História Oficial, bem como pelo descaso das classes dominantes, pelo menos aquelas que detêm o poder político, pelos lugares de memória.

Embora tenha abandonado a estratégia de enaltecer a História e memória oficial, como imposição para uma memória que se quer coletiva, os grupos de domínio ainda evitam a seu modo que outras memórias possam emergir. Se tais memórias aparecessem, seria um contraponto interessante para a História oficial. Como melhor explica Michael Pollak, “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória Oficial”, no caso, a memória nacional” (POLLAK, 1989, p. 5).

Porém, como manter viva a memória desses grupos marginalizados ou subalternizados quando o acesso à informação – daquela memória arquivística de que fala Nora – é selecionado pelos grupos de domínio? Quando o que se vê com

freqüência é a criação de espaços e lugares amnésicos e não lugares de memória, de fato, coletiva?

1.2 - Lugares de Memória

Um monumento é um dos canais de transporte da memória – ou fixação dessa pretensa lembrança – a que Nora (1993) denomina de “lugares de memória”. A intencionalidade de lugares de memória como esses, no caso os monumentos, possibilitam que sejam decifrados em seus códigos, evidenciando nessa leitura o *animus* no estabelecimento de uma relação pautada na dominação.

[...] ao longo da História, injunções de poder trazem grandes transformações para a memória coletiva e, nela, a memória popular vai perdendo seu espaço, vai sendo confiscada, ou esvaziada, em proveito de outras que giram em torno de chefes políticos, sacerdotes, autoridades públicas, em torno da Igreja e do próprio Estado. Acompanhando esse processo, monumentos, documentos, arquivos, bibliotecas e museus, como lugares de memória, registram e preservam quase que exclusivamente os feitos de personagens preeminentes na sociedade (KHOURY, 1991, pp. 81 – 82).

O termo “lugares de memória” remete ao conceito difundido por Pierre Nora acerca do que ele cunha como “restos”, ou seja, “a forma extrema onde subiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela ignora” (NORA, 1993, pp. 12 – 13). Nora (Op. cit.) diz que a memória espontânea, aquela que voluntariamente pertenceria ao cotidiano das pessoas, sem necessidade de ser “acionada” por nenhum mecanismo externo; presente no cotidiano das primeiras sociedades, já não existe mais em nossas organizações sociais mais complexas. Por isso necessita-se, hoje, de lugares que “transportem” (ou carreguem) essa memória. “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (NORA, 1993, p. 8). Isso porque, “não haveria lugares, porque não haveria memória transportada pela história” (NORA, 1993, p. 8). Esse papel da história em “transportar” a memória do passado inexistiria, uma vez que “cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido” (NORA, 1993, pp. 8 – 9).

A memória, para aquelas sociedades, era uma experiência vivida, próxima, “integrada, ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e toda-poderosa, espontaneamente atualizada, uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e do mito” (NORA, 1993, p. 8). Essa parece ser a mesma experiência compartilhada por Boaventura de Sousa Santos em seu contato com comunidades tradicionais da África e da América:

E comunidades da África, o tempo dos antepassados é fundamental. Vivi a experiência com as autoridades tradicionais na África: se estamos em uma reunião, os antepassados fazem parte dessa reunião; não estão “antes”, estão presentes. E vivi isso também na selva, com os ticunas, na Colômbia e no Brasil. É outra concepção do tempo, porque os que estão “antes” estão conosco, é uma concepção muito mais rica (SANTOS, 2007, p. 34).

Enquanto isso, em nossa sociedade na qual a história cumpre o papel de transportar o passado para o presente, o que resta “só é história, vestígio e trilha” (NORA, 1993, p. 8). Na cultura ocidental não se vive mais num mundo em que os antepassados, seja de forma literal ou simbólica, convivem com seus descendentes num mesmo tempo, sem que se possa dissociar essa mútua presença.

Ao contrário, no atual mundo ocidentalizado, as pessoas distanciam-se dessa presença do passado, mesmo que isso seja algo inconcebível e impossível de se realizar, pois não existe o tempo presente “puro” e isento de outras temporalidades. Não existe tempo presente isento das marcas do passado.

Ao mesmo tempo, nenhuma sociedade pode se sustentar sobre o frágil tablado de um pretense presente dissociado do passado, seja como resultado, seja como inspiração, seja como comparação. Temos a necessidade, como seres humanos, desse culto, uma espécie de *religere* com a memória, com o passado.

Por isso, afirma Pierre Nora que o que se chama hoje de memória nada mais é do que história. “Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história” (NORA, 1993, p. 9).

Decorre daí a necessidade de se criar em nossa sociedade atual o que ele chama de “lugares de memória”, numa tríplice acepção que abarca aspectos materiais, funcionais e simbólicos. Dessa forma, são lugares de memória tanto os museus, como arquivos, santuários, festas, aniversários, associações, tratados,

processos verbais, gestos, hinos, ou seja, tudo aquilo que se caracteriza por ser “marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões da eternidade” (NORA, 1993, p. 13).

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso que a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levantar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora (NORA, 1993, p. 13).

Levando em consideração o projeto de dominação das classes, as memórias ditas “oficiais” apresentam-se como se fossem uma única possibilidade, com a pretensão de amalgamar sujeitos e grupos que foram coercitivamente hierarquizados dentro da lógica do capital, numa tentativa de tornar possível a perfeita mistura de água e óleo.

Assim, nas palavras da historiadora Yara Aun Khoury (1991), ao discorrer sobre a problemática dos modos de constituição da experiência social e da memória coletiva em consonância com o papel de recuperação da memória de sujeitos sociais, “ao longo da constituição das sociedades capitalistas modernas, um processo de racionalização, disciplinarização, controle e regulamentação da vida dos sujeitos sociais, dos cidadãos, subordinado a interesses, a valores, à lógica do capital, expressou-se numa prática de homogeneização da sociedade” (KHOURY, 1991, p. 79).

Esse movimento desencadeou, como consequência e continuidade, não somente a tentativa de uniformização da sociedade, mas também numa ação que procurou velar outras memórias, “ignorando, desprezando e/ou sufocando as diferenças sociais – expressão dos modos de viver das coletividades” (Ibidem).

Esse processo de dominação perpassa atualmente a lógica do capital. Embora não se possa dizer que a dominação de classes surge com o capitalismo, é possível afirmar que ganha novos contornos a partir da concepção de mundo gestada dentro das sociedades burguesas. Com o advento do neoliberalismo, já em fins do século XX, a conversão de valores e pessoas em “mercadorias” – que podem

ser trocadas, vendidas, descartadas – acirrará ainda mais o projeto de dominação e controle, porquanto tal ação implicará no estímulo à reação dos grupos subalternizados (FREIRE, 1996).

Assim, os códigos de comunicação do domínio – entre eles a “propriedade” sobre a memória coletiva – teriam um papel crucial na permissividade da manutenção do *status quo*. As classes dominantes – políticas, econômicas, sociais ou ideológicas – conseguem desse modo tornar suas idéias como hegemônicas, ou seja, transformam-nas em idéias preponderantes que se traduzem para as classes dominadas que “acreditam estar a ser governadas em nome do interesse geral, e com isso consentem na governação” (SANTOS, 2011, p. 34). Ocorre que nos dias atuais, “as classes dominantes se desinteressaram do consenso, tal é a confiança que têm em que não há alternativas às idéias e soluções que defendem” (SANTOS, 2011, p. 35).

Em significativa parte, essa confiança da classe dominante, sobretudo a política, na ineficácia dos projetos contra-hegemônicos ou mesmo a confiança de que seu discurso de domínio foi tão fortemente construído de forma que não possa haver resistência possível contra ele, passa pela suposta hegemonia da lógica do capital e pelo esvaziamento ideológico dos discursos contrários.

Entretanto, essa mesma lógica do capital parece ter dado mais importância atualmente para a propaganda dos meios de comunicação do que para a fixação de uma memória justificadora do poder, como será visto posteriormente. A eleição política transformou-se na venda de um “produto” e num jogo no qual a melhor propaganda é a que vence (e convence). Não é à toa que sempre que aparece algum escândalo que envolva doações para campanhas políticas/eleitorais, a figura do “marqueteiro” se destaca.

Por isso, o desprezo aparente das autoridades políticas atuais pela ritualística da instauração de lugares de memória ou pela conservação desses e de outros espaços de memória. Perdeu-se a necessidade simbólica de fixar uma idéia preponderante por meio da veiculação de uma “Memória oficial”, tendo em vista que a sensação de que o que está posto é inevitável, e, portanto, disso decorre um consenso e uma aceitação conformista por parte daqueles que são dominados.

O sentido da “tradição inventada”, por exemplo, em que as práticas e rituais com função simbólica tinham por objetivo legitimar as ações dos grupos dominantes, sendo um “processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição” (HOBBSAWN, RANGER, 1984, p. 12), deixa de existir, ao menos em aparência, pelo desinteresse das classes dominantes, em especial a dos políticos, que encontram em outras formas, como a propaganda e o “marketing”, a maior eficácia para os seus interesses enquanto legitimação do poder.

Leve-se em consideração ainda a questão levantada por Boaventura de Sousa Santos de que as classes dominantes “não se preocupam com a vigência possível de ideias ou projectos que lhes são hostis, já que estão convictos da sua irrelevância e da inevitabilidade de seu fracasso” (SANTOS, 2011, p. 35). Com isso, “muito do que não existe em nossa realidade é produzido ativamente como não-existente”, sendo que a Sociologia das Ausências, proposta por Boaventura de Sousa Santos, procura ser “um procedimento transgressivo, uma sociologia insurgente para tentar mostrar que o que não existe é produzido ativamente como não-existente, como uma alternativa não-crível, como uma alternativa descartável, invisível à realidade hegemônica do mundo” (SANTOS, 2007, pp. 28 – 29).

Essas ausências são produzidas, de acordo com Boaventura Santos, de cinco maneiras. A primeira, a partir do que ele chama de *monocultura do saber e do rigor*, que considera apenas o conhecimento científico como único saber rigoroso, descartando, portanto, outras formas de conhecimento. A segunda maneira é a *monocultura do tempo linear*, que transmite a idéia de que há apenas um sentido e uma direção para a História, sendo que os países desenvolvidos (diga-se, capitalistas) estão na dianteira desse processo. Desse modo, todos os outros modos de vida produzidos pelos países não-desenvolvidos são tidos como impraticáveis. A terceira maneira de se produzir ausências é a naturalização das diferenças que ocultam hierarquias, ou seja, a incapacidade de se pensar em diferenças com igualdade. Nesse caso, as diferenças sempre são produzidas como desigualdades. A quarta forma de se produzir ausências é a *monocultura da escala dominante*, que em outras palavras é o choque entre a realidade particular e local quando se confronta com o global, universal e hegemônico. A produção daquilo que é local é

desvalorizada pelo que se produz dentro da lógica da globalização, por exemplo. A última maneira de se produzir as ausências é a *monocultura do produtivismo capitalista* que se pauta pelo modelo de produção capitalista, transformando outras formas de lógica de produção em estéril e improdutivo (SANTOS, 2007, pp. 29 – 32).

Outras memórias, talvez subterrâneas, para emprestar uma expressão cara para Pollak (1989), são sufocadas e silenciadas em prol de uma composição que construa uma identidade controlada ou uma subjetividade conformista (SANTOS, 2007; 2011) em consonância com os interesses de um projeto de dominação de classes. Para Boaventura de Sousa Santos, existe uma dualidade entre a ação ou subjetividade conformista e a rebelde (SANTOS, 2011, p. 33). Como os nomes indicam, a subjetividade conformista é aquela que não luta “contra a resignação” (Op. Cit., p. 35). O seu oposto, a subjetividade rebelde, possui a “consciência dos obstáculos” que a dominação apresenta, mas, sobretudo, tem a “vontade de ultrapassá-los” (SANTOS, 2007, p. 58). Para esse autor, é importante “... criar subjetividades rebeldes contra a banalização do horror, que cria subjetividades conformistas e resignação” (SANTOS, 2007, p. 82).

Conforme defende Nora (Op. cit.), a falta de edificação de lugares de memória, levando em consideração as características que permeiam a organização de nossa sociedade atual, relegaria ao esquecimento a memória de diversos grupos. Esses grupos não se encaixam dentro dos modelos produtores de *monoculturas*: não representam o conhecimento científico, nem o modelo imposto pelos países desenvolvidos, não pertencem às classes e grupos dominantes,¹¹ não se coadunam com o modelo “globalizante” e nem tampouco estão atrelados à forma de produção capitalista.

Mesmo numa escala de “hierarquias” construídas a partir dessa lógica de produção de ausências, uma instituição científica local pode sofrer os efeitos do esquecimento pela desvalorização de seu papel em relação ao conhecimento produzido nos países desenvolvidos, em instituições internacionais e de maior abrangência e aceitação nos meios científicos.

¹¹ Aqui no sentido amplo, incluindo o domínio econômico, político, social, étnico e qualquer outro.

Ricardo de Aguiar Pacheco (2010), ao discorrer sobre a criação do Memorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) afirma “que essa estrutura surgiu e se estabeleceu a partir de uma percepção da instituição – de seus professores, técnicos e discentes – de que a trajetória da universidade, suas conquistas e seu papel junto à comunidade não poderiam ser relegados ao esquecimento” (PACHECO, 2010, pp. 146 – 147). Além disso, Pacheco atribui ainda ao Museu / Memorial uma função de formadora da identidade da comunidade interna da Universidade, e também como um referencial para essa mesma comunidade no que concerne aos fatos passados que, segundo o autor, “devem ser lembrados não apenas como motivos de orgulho, mas também como estímulo para o enfrentamento dos novos desafios a que as instituições de ensino superior do país são postas” (PACHECO, 2010, p. 147).

Se existe essa preocupação em se preservar a memória dentro de uma Universidade Federal, pensando-se nessa escala hierárquica da produção de ausências, é de se pensar na urgência com que os grupos menos privilegiados da sociedade necessitam salvaguardar as suas memórias.

Ocorre que, considerando a derivação dos lugares públicos de memória como construção histórica e social que implica na escolha dos grupos detentores de poder na seleção do que será esquecido e do que será lembrado, é de se perguntar como os grupos destituídos desse mesmo poder, sem privilégios sociais conseguiriam criar seus lugares de memória? E, também, como contraponto, como os grupos de poder produzem a invisibilidade dos atores sociais e transformam os lugares de memória em lugares amnésicos?

A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplica-se a dois tipos de materiais: os *documentos* e os *monumentos*.

De fato, o que sobrevive não vive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.

Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os *monumentos*, herança do passado e, os *documentos*, escolha do historiador (LE GOFF, 1996, p. 535).

E disso tudo sobressai uma terceira pergunta: em que a produção desses lugares amnésicos implica nos processos educativos construídos na relação dos sujeitos com a cidade?

Como afirma Pierre Nora, os lugares de memória são “rituais de uma sociedade sem ritual” (NORA, 1993, p. 13), ou seja, substituem os antigos rituais num momento histórico em que a organização social esvaziou o sentido da própria ritualística. É o caso do “bolo da noiva”, presente na ritualística dos casamentos, sem que ninguém saiba hoje definir qual a sua origem e seu significado.¹²

Os historiadores Eric Hobsbawn e Terence Ranger cunharam um conceito interessante sobre o que chamaram de “tradição inventada”, com os quais designam um “conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas” (HOBSBAWN, RANGER, 1984, p. 9). Essas práticas, de acordo com os autores, “visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (HOBSBAWN, RANGER, 1984, p. 9).

É de se pensar, portanto, que a tradição inventada seja um dos instrumentos aproveitados pelas classes de domínio com a intenção de manter e justificar seu poder. E sendo práticas e rituais com função simbólica, uma espécie de atualização dos antigos mitos e ritos da Antiguidade, abarcariam, portanto, os lugares de memória e a necessidade de preservar os vestígios como objetos sagrados de um ritual, ou, como expressou Nora, o sentimento de sermos “obrigados a acumular religiosamente vestígios” (NORA, 1993, p. 15). Assim, como sentencia Nora, “o sagrado investiu-se no vestígio que é sua negação” (NORA, 1993, p. 15).

É como se a desconexão com o sagrado que marca o nosso tempo e nos distancia daqueles em que “sob o regime dos clãs, o homem julgava-se capaz de exercer o poder sobrenatural sobre a natureza, os animais e as plantas, por meio de práticas mágicas, nascidas ao mesmo tempo que as crenças religiosas” (DIAKOV, KOVALEV, 1985, p. 61), fizesse nascer no homem a necessidade de realizar outras práticas e outros rituais em substituição aos antigos. É como se a aura que coroa o sagrado ainda permanecesse pairando sobre as cabeças dos seres humanos

¹² A observação sobre o “bolo da noiva” é do produtor cultural Roberto Ramos.

instigando-os a buscar incessantemente um sentido na perda de sentidos de nossa era.

Os rituais hoje se esvaziaram de sentido e se tornaram repetições ininteligíveis de fórmulas vãs. As “encenações mitológicas”, de que dizia Joseph Campbell (1990, p. 89), acerca dos rituais, perderam seu sentido nos tempos hodiernos.

Carentes de sentido, o culto ao passado, seja por meio de datas comemorativas ou de exaltação de personalidades, já não mais atrai a atenção das pessoas. Joseph Campbell afirmava que “os rituais, que antes diziam respeito a uma realidade interior, hoje não passam de formalidade. Isso vale para os rituais coletivos e para os privados, como o casamento” (CAMPBELL, 1990, p. 89). E de acordo com Bill Moyers, ao entrevistar Joseph Campbell, “uma parte importante do antigo ritual é que ele fazia de você um membro da tribo, um membro da comunidade, um membro da sociedade” (CAMPBELL, 1990, p. 88).

Desse modo, o ritual – que era uma “materialização” do mito – tinha a função de evocar a realidade interior, fazendo com que o indivíduo se vinculasse a “uma estrutura morfológica maior que a do seu próprio corpo físico” (CAMPBELL, 1990, p. 76), mas que também – e até por isso mesmo – despertasse o sentimento de pertencimento ao grupo. Nas sociedades modernas, os rituais foram se esvaziando de seu significado e perderam o sentido de existência. Porém, o ser humano ainda anseia por algo que preencha esse vazio e que possa exercer a função que a mitologia tinha para os povos da Antiguidade, que era a de integrar “o indivíduo na sociedade e a sociedade no campo da natureza” (CAMPBELL, 1990, p. 58).

A memória das famílias e de seus ancestrais era alimentada, nos longínquos tempos, pelo culto do fogo e dos mortos, os quais, segundo Fustel de Coulanges, “estavam tão intimamente associados que a crença dos antigos fazia deles apenas uma religião” (COULANGES, 1975, p. 26). Os povos antigos da Grécia, de Roma, da Índia, cultuavam seus “mortos” (antepassados) por meio do culto ao fogo, ou seja, a manutenção do fogo sagrado dentro dos lares de modo que “a lembrança de algum destes mortos sagrados achava-se sempre ligada ao fogo” (COULANGES, 1975, p. 26). Assim, essa religião preservava a memória de pertencimento a um determinado grupo, a um clã ou família, pois “uma das mais importantes regras dos cultos dos

mortos residia no fato de este apenas poder ser prestado aos mortos de cada família que pelo sangue lhes pertencia” (COULANGES, 1975, p. 28).

Como ensina Fustel de Coulanges, “na religião do lar, o homem não suplica à divindade em favor dos outros homens; invoca-a apenas para si e para os seus” (COULANGES, 1975, p. 75). Não é à toa que à essas almas dos mortos, a quem os seres humanos atribuíam poderes sobrenaturais, eram chamados de deuses Lares (COULANGES, 1975, p. 26) e lar é sinônimo de residência familiar, mas também de terra natal. Em ambos os sentidos, o que se destaca é a qualidade de ser uma referência ao pertencimento.

Nesses tempos antigos, de acordo com Nora, a memória era algo vivo e que existia espontaneamente no cotidiano dos grupos, numa identificação imediata e completa com toda a herança ancestral. No decorrer do tempo, a memória deixou de ser “espontânea” para ser “voluntária e deliberada, vivida como um dever”; não mais “social, coletiva, globalizante”, para se converter em “psicológica, individual e subjetiva” (NORA, 1993, p. 14).

A “aceleração da História”, num conceito desenvolvido por Nora, em que a noção de um passado definitivamente morto, numa velocidade cada vez mais alucinante, é uma das características de nosso tempo (NORA, 1993), e impulsionou a troca da memória espontânea pela História como tentativa de impedir o efeito devastador da contemporaneidade. Por isso, segundo Nora, a necessidade que se sente em buscar os vestígios com a ânsia de impedir a desagregação. A sensação de perda da noção do que se deve reter do passado para alicerçar a construção de um futuro, traz consigo a ânsia de se tentar preservar tudo (NORA, 1993, pp. 13 - 15). A aceleração da história é um fenômeno dos nossos tempos e que causa o desmoronamento central da memória, agravado pela mundialização, a democratização, a massificação e a mediatização (NORA, 1993, pp. 7 – 8).

No entanto, pelo fato de ser “impossível de prejudicar aquilo de que se deverá lembrar”, a tendência é que essa “memória” se torne arquivística, ou seja, que impulse a “inibição em destruir, a constituição de tudo em arquivos, a dilatação indiferenciada do campo do memorável, o inchaço hipertrófico da função da memória, ligada ao próprio sentimento de sua perda e o reforço correlato de todas as instituições de memória” (NORA, 1993, p. 15).

Ainda assim sobressai a problemática da escolha daquilo que será preservado, que, via de regra, está nas mãos de quem detém o poder (em diferentes esferas), bem como o interesse de governos pela criação e manutenção de lugares de memória. Não que essa seja função restrita aos governos, mas que na qualidade de administradores dos espaços públicos o poder de incentivar, criar e manter os lugares de memória perpassa, em significativa medida, ao menos pelo seu aval. O que se vislumbra num quadro mais amplo é o descaso de governos atuais com a questão da memória, mesmo àquela que é “produzida” como justificadora para a manutenção dos grupos de domínio.

1.3- Memória, Resistência e crise de paradigmas

A potencialidade de resistência aparece nas trincas do concreto da construção da memória oficial. É nessas rachaduras, com olhar microscópico, que se pode ver movimentos de resistência e de colocação de outra possibilidade de memória. Mas isso é possível também diante da conjuntura que se apresenta.

Nos arranjos e rearranjos, naquilo em que o dominador não pode controlar – até por falta de condições materiais para isso –, nas expressões e nos modos de agir, atuar, pensar, reagir das classes populares, aí é que se encontram algumas das formas de resistência. Observa-se isso na religiosidade, por exemplo, que encontra nas brechas da rigidez dos dogmas, a possibilidade de se cultuar os santos “populares” (como São Longuinho e o Padre Cícero), apesar do olhar vigilante dos sacerdotes da Igreja. Outro exemplo são as festas a São Benedito, espalhadas pelo Brasil, e que misturam aspectos da religiosidade afro-brasileira com a católica.

Entretanto, as resistências aparecem no cotidiano das pessoas, na não aceitação de todas as regras impostas, no descumprimento das lógicas estabelecidas. Está presente na ocupação dos espaços pelas profissionais do sexo, que se expõem ao comércio – aluguel do corpo, venda da fantasia e imaginação – em área na qual qualquer outro mercado é proibido.

As resistências procuram, ainda, o seu lugar ao sol, rompendo as frestas do concreto rachado, por meio da não-aceitação das denominações oficiais dadas a alguns lugares, especialmente quando tais nomes não lhes dão o sentido de uso. É

o caso da rua XV de Novembro, em Sorocaba, perfeita continuação da Rua São Bento, mas que para muitos dos sorocabanos é apenas a “rua dos Bancos”, por conta da aglomeração de agências bancárias no local.

Enfim, são infinitas as formas de resistências, algumas mais sutis, outras mais evidentes. Algumas delas serão tratadas de maneira mais específica no capítulo 4.

A conjuntura da contemporaneidade permite que se crie um ambiente que, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que oprime, também estimula a resistência. É como a compressão de uma mola. A força que a faz contrair se inverte na resistência contra esse ato. Ademais, há uma percepção de que estamos vivendo uma época especial, na qual os paradigmas surgidos anteriormente não fazem mais sentido, em que a organização e a autoridade de antes é questionada, os sistemas de costumes e crenças são postos em dúvida (SANTOS, 2011; CERTEAU, 2012).

Ao mesmo tempo, dialeticamente, o movimento inverso de tentativa de tornar permanentes os paradigmas anteriores se faz presente. Portanto, trata-se de um movimento que possui diversas mãos de sentido. Enquanto há quem procure trazer uma nova realidade para os tempos hodiernos, revolucionando o que estava posto, de outro lado existem os grupos que reagem a essas mudanças. Ao mesmo tempo, quando mudanças propostas partem de uma lógica de retrocesso e de exploração, a reação a elas se converte em movimento de resistência, não revolucionário – no sentido de trazer transformações –, mas sim para garantir o terreno já conquistado em termos de avanços.

O movimento de resistência e ocupação das escolas públicas estaduais, realizado pelos estudantes, no ano de 2015, contra a “reorganização” escolar promovida pelo Governo de Estado de São Paulo é um exemplo claro de como se resiste aos retrocessos. Em Sorocaba, esse movimento dos estudantes conseguiu impedir a “reorganização” nas escolas da cidade, depois de quase vinte dias de ocupação do prédio da Diretoria Regional de ensino. O número de escolas ocupadas na cidade foi de vinte e uma, nos meses de novembro a dezembro de 2015 (DIÁRIO DE SOROCABA, 8 dez 2015).

Proporcionalmente, para resistir à reação surgem novas potências, questionando novamente os paradigmas. Nesse espaço, a autoridade é colocada

em dúvida, porquanto, muitas vezes se degenera. Seja a autoridade emanada dos poderes do Estado, seja de organizações populares ou de movimentos sociais.

A degenerescência da autoridade gera nas pessoas “as enfermidades da confiança, a suspeita com relação às organizações e às representações políticas, sindicalistas ou monetárias” (CERTEAU, 2012, p. 23) que, por conseguinte, provoca um descrédito nos valores e na confiança nas instituições fazendo com que as tradições sejam contestadas, “os patriotismos, desmistificados; as regras e os ritos, destruídos; os “antigos” [...] desacreditados...” (CERTEAU, 2012, p. 26). A contestação dos símbolos da autoridade – seja o Hino Nacional, seja a História Oficial ou qualquer outro desses elementos de representação do poder – faz emergir a necessidade de substitutivos, pois “o desenvolvimento tecnológico que acarreta o descrédito das ideologias não elimina a necessidade à qual elas correspondiam” (CERTEAU, 2012, p. 41).

E é na sociedade, e nesse espaço chamado cidade que os atores sociais buscam exercer as suas potencialidades de resistência diante dessa crise da autoridade, diante dessa mudança de paradigma que se vislumbra no qual a ciência e o desenvolvimento tecnológico são questionados (CERTEAU, 2012). E nesse movimento, o ser humano, ou melhor, o ser social se transforma ao mesmo tempo em que se amolda à sociedade. Mas esse é um movimento dialético, no qual a sociedade também se transforma e se molda de acordo com a ação dos seres humanos.

O sociólogo Peter Berger, sobre essa questão, analisa que:

A sociedade é um fenômeno dialético por ser um produto humano, e nada mais que um produto humano, que no entanto retroage continuamente sobre o seu produtos. A sociedade é um produto do homem. Não tem outro ser exceto aquele que lhe é conferido pela atividade e consciência humanas. Não pode haver realidade social sem o homem. Pode-se também afirmar, no entanto, que o homem é um produto da sociedade. Toda biografia individual é um episódio dentro da história da sociedade, que a precede e lhe sobrevive. A sociedade existia antes que o indivíduo nascesse, e continuará a existir após a sua morte. Mais ainda, é dentro da sociedade, como resultado de processos sociais, que o indivíduo se torna uma pessoa, que ele atinge uma personalidade e se aferra a ela, e que ele leva adiante os vários projetos que constituem a sua vida. O homem não pode existir independentemente da sociedade (BERGER, 1985, p. 15).

A impossibilidade de o homem existir independentemente da sociedade parece ser não somente porque é um animal historicamente gregário, mas, sobretudo porque, além das necessidades físicas e materiais, o homem necessita de se sentir pertencente a algo maior do que ele, a uma memória compartilhada. Daí o fato de Berger afirmar que “toda biografia individual” é “um episódio dentro da história da sociedade” (BERGER, 1985, p. 15). Isso se coaduna com a idéia de Halbwachs de que a memória é sempre coletiva porque somos resultado das interações sociais. Tudo em nós é resultado da ação em sociedade.

...nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 1990, p. 26).

O esquecimento propiciado pelo desapego de um grupo, como diz Halbwachs (1990), tem o mesmo efeito quando esse distanciamento não foi oriundo de um afastamento do seu local de origem, mas também por fatores outros como a intensa mobilidade que transforma a paisagem incessante e aceleradamente, de forma a produzir imagens diferentes das que a precederam, mas também, quando o indivíduo se depara com uma nova realidade, quando, como disse Caetano Veloso, se “deparou frente a frente” com a cidade de São Paulo.

1.4- Memória e Cidade

Nesse sentido, o geógrafo Milton Santos demonstra o quão impactante é o estranhamento gerado com o contato com uma nova realidade:

Vir para a cidade grande é, certamente, deixar atrás uma cultura herdada para se encontrar com uma outra. Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação (SANTOS, 2006, p. 222).

Obviamente Milton Santos se reportava ao caso dos migrantes, mas aparentemente o mesmo se encaixa perfeitamente ao cidadão que vive há anos a

realidade de uma cidade, mas que por desconhecer a sua História ou ter acesso a uma memória da qual não compartilha, muitas vezes por desconfiança das autoridades – como afirma Michel de Certeau –, essa vigorosa alienação também se processa. A cidade é o espaço das relações sociais e, portanto, produtora de uma pedagogia que pretende “ensinar” o papel social de cada elemento, de cada grupo. No entanto, o ser humano é, por conseguinte, a cidade uma vez que, como disse Berger (1985), sociedade e seres humanos são indissociáveis.

O “fazer-se” humano, uma prática constante, no sentido de uma criação social, é uma atividade que se realiza na interação entre a cidade que ele constrói e na relação que a cidade estabelece com ele. É uma relação dialética e dialógica em que “ao espaço e a política do espaço “exprimem” as relações sociais, mas reagem sobre elas” (LEFEBVRE, 1999, p. 24). Ao criar uma “pedagogia” de como ser e em que lugar se colocar dentro da sociedade, o desenho urbano e seus equipamentos (com todo o conjunto que os formam) estabelecem uma orientação carregada de um caráter ideológico e, portanto, político.

Daí a necessidade dos grupos subalternizados em se empoderar por meio de uma posição política que permita extravasar a emanção de memórias concorrentes com a versão oficial. De fato, esses grupos já produzem sua dinâmica e sua própria memória de diversas formas.

O registro efêmero de uma pichação em tinta spray é um ato rebelde e uma tentativa de produzir uma estética outra que se coadune com as expectativas do grupo que a produz. Da mesma forma, o comércio informal que se realiza nas ruas centrais, as estratégias de sobrevivência, a produção de uma linguagem própria, a ocupação de espaços públicos como marquises ou escadas, cantos e vielas; a ousadia e enfrentamento dos artistas de rua – e daqueles que usam desse tipo de arte como veículo de comunicação para o comércio informal – as toponímias populares, a resistência aos símbolos impostos (e consequentemente, a criação de novo arsenal simbólico), o viver e sobreviver, o ocupar e resistir das ruas, tudo isso produz, em conjunto, uma memória viva e espontânea que pode se traduzir numa ação de rebeldia. No entanto, tal rebeldia pode ter sua qualidade comprometida, enquanto movimento contestador, porque nem sempre está associado de uma apropriação consciente e intencional de uma herança histórica.

Em outras palavras, essa “revolta”, embora seja bem-vinda, é incapaz de produzir a transcendência do *status quo* porque não possui uma proposta baseada na apropriação do conhecimento do processo histórico que produziu a segregação, a exclusão. É uma revolta tão efêmera quanto a permanência das pichações em spray que ela produziu. É a reação imediata a uma situação de opressão, mas não consegue engendrar uma posição política articulada que potencialize a ação como instrumento de transformação e de apropriação daquilo que é, de fato, público. De acordo com Paulo Freire:

A Cidade se faz educativa pela necessidade de educar, de aprender, de ensinar, de conhecer, de criar, de sonhar, de imaginar de que todos nós, mulheres e homens, impregnamos seus campos, suas montanhas, seus vales, seus rios, impregnamos suas ruas, suas praças, suas fontes, suas casas, seus edifícios, deixando em tudo o selo de certo tempo, o estilo, o gosto de certa época. A Cidade é cultura, criação, não só pelo que fazemos nela e dela, pelo que criamos nela e com ela, mas também é cultura pela própria mirada estética ou de espanto, gratuita, que lhe damos. A Cidade somos nós e nós somos a Cidade. Mas não podemos esquecer de que o que somos guarda algo que foi e que nos chega pela continuidade histórica de que não podemos escapar, mas sobre que podemos trabalhar, e pelas marcas culturais que herdamos.

Enquanto educadora, a Cidade é também educanda. Muito de sua tarefa educativa implica a nossa posição política e, obviamente, a maneira como exerçamos o poder na Cidade e o sonho ou a utopia de que embebamos a política, a serviço de que e de quem a fazemos. A política dos gastos públicos, a política cultural e educacional, a política de saúde, a dos transportes, a do lazer.

A própria política em torno de como sublinhar este ou aquele conjunto de memórias da Cidade através de cuja só existência a Cidade exerce seu papel educativo. Até aí, a decisão política nossa pode interferir (FREIRE, 2001, p. 13).

A cidade como uma criação humana e, portanto, social, traz consigo algo do passado, espécie de matéria-prima com a qual recriamos o presente, visando, com isso o legado que será deixado para a construção do futuro. A memória do que fomos será essencial para a construção de nosso papel social neste presente. E a qualidade dessa construção será refletida no futuro.

1.5- Percurso Metodológico

É preciso, no entanto, buscar uma estratégia metodológica para o entendimento de como processam essas relações tão complexas dentro da cidade.

A princípio, as visões de análise de uma suposta “totalidade”, escondem os meandros que se desenvolvem de forma subterrânea, ocultando as potencialidades de resistência. Problemática semelhante foi tratada por Henri Lefebvre (1999), considerando a dificuldade de se entender em termos de “totalidade” o fenômeno urbano.

É possível pensar em algo que se aproxima com o que Magnani (2002) denominou de “antropologia das sociedades complexas” ou “um olhar de perto e de dentro”, de forma a perceber essas diferentes práticas de resistência, ao mesmo tempo em que se analisa o movimento inverso, qual seja, o de como as classes detentoras de poder tratam a questão dos lugares de memória. Sem esquecer que o palco onde se desenvolve essa análise é o espaço urbano concebido como um “*médium*, meio ou mediação, instrumento e intermediário, [...] [que] jamais tem existência “em si”, mas remete a alguma coisa outra [...] [que é] ao mesmo tempo subjetivo e objetivo, fato e valor, porque “bem” supremo dos que vivem, mal ou bem; porque fim ao mesmo tempo que meio” (LEFEBVRE, 1999, p. 71).

A complexidade de informações conjugadas à necessidade de análises que se desenrolam em paralelo – por exemplo, analisar os dois movimentos citados, ou seja, o da resistência e o da manutenção do *status quo* no tocante ao tratamento dado à memória – exige uma prática metodológica que, por vezes, se faz presente no momento em que a exigência aparece. Ao analisar a vida e obra de Patativa do Assaré, o pesquisador Luiz Tadeu Feitosa se deparou com semelhante problemática:

Tinha diante de mim uma fonte de informação tão rica quanto complexa. Usá-la requereria uma metodologia própria que eu até então desconhecia como prática de pesquisa. Guiava-me apenas pela intuição... (FEITOSA, 2003, p. 34).

De fato, o uso de entrevistas, pesquisa de campo e revisão bibliográfica provavelmente seriam insuficientes para dar conta de relações tão complexas como as que este trabalho se propõe a analisar. Afinal, não se trata apenas de verificar quais são os lugares de memória que subsistem na cidade de Sorocaba, interior paulista, e entender como se produz os espaços amnésicos e a invisibilidade dos atores sociais; mas ainda mais a análise dos códigos culturais, simbólicos, políticos

e religiosos da sociedade analisada. E, para isso, se faz necessária a delimitação do espaço a ser pesquisado. Entende-se, desse modo, como espaço a definição dada pelo geógrafo Milton Santos:

O espaço não é nem uma coisa nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portanto, como nas definições clássicas da geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama formado pela sociedade de hoje e o meio ambiente” (SANTOS, 2014, p. 30).

As pessoas e os objetos, coisas e relações de coisas juntas, o espaço é, por assim dizer, “o conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre eles especificamente, mas para os quais serve de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais” (SANTOS, 2014, p. 78). O espaço é ainda a “soma dos resultados da intervenção humana sobre a terra” (SANTOS, 2012, p. 29) e nesse sentido, a cidade é um laboratório interessante para se verificar como se deu essa intervenção, sobretudo quando a paisagem se modifica com a impressão dos códigos simbólicos do poder (ou de quem o detém). Por exemplo, na nomeação de ruas, no levantamento de monumentos, na preservação ou destruição de construções de outrora. Esses, a quem Pierre Nora (1993) denomina de “lugares de memória” são, portanto, criações humanas dentro dessa relação que se estabelece entre o homem e os objetos com que se relaciona.

No caso específico deste trabalho, optou-se por delimitar o espaço analisado como o do antigo centro da cidade, escolhendo um eixo perpendicular que se inicia com o frontispício da Igreja de Santana e do Mosteiro de São Bento, descortinando-se pela rua de São Bento (provavelmente um aproveitamento do antigo Peabiru)¹³ e

¹³ O Peabiru é um caminho construído pelos indígenas antes da chegada dos europeus. Possui um tronco principal e ramais. Segundo o pesquisador Luiz Galdino, trata-se de um caminho específico que se estendia de São Vicente a Sorocaba, Castro, Guairá, Assunção, Potosi e Cuzco (GALDINO, 2002). Em Sorocaba, acredita-se que esse caminho seguia este roteiro: “A trilha principal do Peabiru em Sorocaba cortava o bairro de Aparecidinha, seguindo pela margem do Rio Sorocaba, passando pela Rua Padre Madureira, avenidas São Paulo, Quinze de Novembro, São Bento, Praça Carlos de

em todo o feixe de ruas que a cortam perpendicularmente, até a ponte do Rio Sorocaba. Ainda, para quem olha diante do Largo de São Bento, do lado esquerdo até a proximidade do Mercado (Antigo Largo de Santo Antônio) e do lado direito até a rua Santa Cruz, num eixo paralelo (Vide Mapa, fig. 17). A escolha desse perímetro seguiu a lógica de ser o espaço urbano mais antigo de Sorocaba e, portanto, o que possui maiores e melhores condições de se converterem em “lugares de memória” pelo fato de, no passado, terem servido de palco para os mais variados eventos, tais como a construção de territorialidades por meio de práticas sociais; disputas políticas; assassinatos e outras formas de revelação de tensões sociais; etc.

Diz Aluísio de Almeida (2002), um dos primeiros e mais citados historiadores de Sorocaba que já em 1661, ou seja, nos primórdios do povoamento da localidade, havia apenas dois largos na cidade, o de São Bento e “o destinado à futura Matriz e que chegava até a futura Câmara, delineando-se a atual na rua de São Bento todinha, perpendicular à porta da capela, e atual Barão do Rio Branco” (ALMEIDA, 2002, p. 54). Esse traçado seria hoje o mesmo Largo de São Bento até a rua Barão do Rio Branco, incluindo a Praça Coronel Fernando Prestes, onde está a Catedral Metropolitana de Sorocaba, antiga Igreja Matriz. Já em 1695, como afirma o historiador, abriu-se a rua Nova (ou Penha) e “surgiram os quarteirões entre esta e respectivamente as de São Bento e Direita” (ALMEIDA, 2002, p. 55). Por volta de 1728, o antigo caminho para São Paulo já era arruado como rua da Ponte (atual Rua 15 de Novembro). Entre as décadas de 1780 a 1790 ergueu-se a capela ou igreja de Santo Antônio, dando origem ao largo de mesmo nome (ALMEIDA, 1969, p. 85).

No século XIX é construído um matadouro ao lado dessa igreja. Em meados do século, esse matadouro é transferido e o prédio passa a abrigar o Mercado municipal. Em 1887, o Largo de Santo Antonio ganha um chafariz. Esse conjunto formado pela Igreja, o Mercado e o chafariz vão conferir ao largo um potencial de constituição de território onde se estabelecem relações às mais diversas, especialmente entre a população negra da cidade (CAVALHEIRO, 2015).

Campos, ruas Treze de Maio, da Penha, Moreira César, Praça Nove de Julho e General Carneiro. Este caminho segue pela estrada do Ipatinga indo em direção a Araçoiaba da Serra”. (CRUZEIRO DO SUL, 14 ago 2011. Disponível em: <http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/321597/roteiro-percorre-marcos-historicos-e-religiosos> Acesso em: 27 nov 2016.

A escolha do traçado urbano para apreciação desta pesquisa pretendeu abarcar o cenário onde ocorreram as mais significativas atuações dos variados atores sociais, desde os mais recuados tempos do povoamento da cidade. Obviamente que quanto mais longínquo é o tempo, maiores serão as possibilidades da ocorrência de fatos que possam gerar memória. Daí a escolha pelos logradouros mais antigos de Sorocaba, em sua região central, de modo a selecionar alguns exemplos de lugares de memória. Isso porque, com o crescimento urbano, seria impossível, na atualidade, ter a pretensão de analisar a cidade em todos os seus espaços e lugares.

Para a análise dos lugares de memória, optou-se para este trabalho analisar os espaços públicos urbanos (praças, monumentos, largos, ruas, prédios, logradouros em geral...), físicos e estabelecer algumas categorias de análise: lugares de memória invisível; oculta; explícita e decifrável. Esta última é indissociável, uma vez que se entende que um lugar só pode ser decifrável se ele for antes de tudo explícito. Esses lugares de memória foram escolhidos pela representatividade que carregam em si na qualidade de servirem de modelo para outros similares.

Pensou-se em observar os monumentos do Largo de São Bento, sobretudo a estátua do fundador Baltazar Fernandes; a praça Coronel Fernando Prestes (palco de transformações significativas na paisagem); a rua Barão do Rio Branco (que assistiu à eclosão da Revolução Liberal de 1842); e o antigo Largo de Santo Antônio, que por suas histórias se caracteriza como um território de manifestações da cultura negra na Sorocaba de antanho.

Pretende-se que os lugares de memória invisíveis sejam aqueles nos quais não se encontram mais nenhuma referência à memória que deveria guardar, embora ainda existam pessoas que fazem o papel de guardiões daquelas memórias. Como lugar oculto, entende-se os referenciais – como um monumento, por exemplo – que, por descaso, são ocultados por outros equipamentos urbanos como placas de sinalização, instalação de obstáculos permanentes, entre outros. Por lugares explícitos de memória, entendem-se aqueles que foram constituídos, no passado, como referenciais da memória e história oficiais.

1.6- Os Lugares de Memória analisados

É o caso, em Sorocaba, do monumento ao fundador da cidade, o bandeirante Baltazar Fernandes. No entanto, por carregar uma carga ideológica, tais monumentos podem ser “decifrados” no sentido de procurar entender qual a pedagogia à qual se prestam (ou prestaram). A posição em que se encontra o monumento, seus adereços, a postura da estátua (com toda a carga de representação que possui), o local onde foi erigido o monumento, tudo isso serve de informações que podem ser “decifradas” em sua intencionalidade original. Toda a carga simbólica que permeia o monumento – e seu entorno – é muito significativa e nos dá pistas sobre as intenções daqueles que patrocinaram o levantamento de tal estrutura concreta que pretende perpetuar uma memória.

Por conter o aspecto simbólico, os lugares de memória, constituídos de espaços concretos no interesse desta pesquisa, carregam em si uma aura perceptível e captada pelo afloramento dos sentidos em plena simbiose com o local e o momento. Não se trata apenas do visual. A audição, o tato, o olfato e até mesmo outros sentidos ainda desconhecidos são acionados na tentativa de absorver a intenção e o significado daquele lugar de memória.

Os povos da Antiguidade, sobretudo gregos e romanos, acreditavam que o coração fosse o depósito da memória, enquanto em nosso tempo ele representa as emoções. Nessa esteira, é interessante perceber que a palavra “recordar” tem em sua etimologia a palavra “cor” ou “cordis” que significa “coração”. Assim, recordar – ou lembrar – poderia se traduzir como colocar de novo dentro do coração. Da mesma forma “decorar” – com significado de saber de cor – significa “ter no coração” ou “saber de coração”; enfim, memória. De acordo com Pierre Nora, quando se trata de lugares de memória, é necessário reconhecer antes que são:

Lugares salvos de uma memória na qual não mais habitamos, semi-oficiais e institucionais, semi-afetivos e sentimentais; lugares de unanimidade sem unanimismo que não exprimem mais nem convicção militante nem participação apaixonada, mas onde palpita ainda algo de uma vida simbólica (NORA, 1993, p. 14).

Dentro dos processos metodológicos encontrados para esta pesquisa, não se negligenciou as visitas constantes aos lugares pesquisados. Isso porque a dinâmica

desses lugares permite diversas leituras. Da mesma forma, o pesquisador não é o mesmo sempre. O filósofo grego Heráclito percebeu isso ao constatar que ninguém entra no mesmo rio duas vezes, pois as águas do rio são outras assim como o próprio ser, pela experiência anterior, também já se modificou. Visitar os lugares de memória com o intuito da observação para esta pesquisa é um ato similar ao de mergulhar no rio. Uma, duas, três, quantas vezes forem necessárias até que o acúmulo de experiências possa gerar algum dado que se aproveite para a análise.

Por isso, Nora afirma como critério de definição de lugares de memória, que “só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (NORA, 1993, p. 21). E continua em sua definição o historiador, dizendo que “só entra na categoria se for objeto de um ritual” (Ibidem). Com isso, o lugar de memória se constitui num substitutivo às práticas ancestrais que tinham por objetivo congregar o grupo, a tribo, o clã diante de uma crença comum, de uma história compartilhada, de uma memória pertencente a todos. Na sociedade contemporânea, encontram-se os lugares de memória como “único meio de acesso da sociedade a sua memória formadora, organizadora e portadora de sentidos” (ARÉVALO, 2004, p. 6).

Por isso, esses lugares de memória carregam em si uma carga educativa quando pensamos que os elementos de coesão presentes neles formam sujeitos que são obrigados “a se relembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade. Esse pertencimento, em troca, o engaja inteiramente” (NORA, 1993, p. 18). No entanto, o ato de educar não é neutro. Ao contrário, “como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo” que tem o poder tanto de realizar a “reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento” (FREIRE, 1996, p. 98).

O diálogo estabelecido entre o sujeito e a cidade, essa relação íntima que ocorre na ocupação e no trânsito pelos espaços urbanos, produz um entendimento sobre o que é a cidade, mas também qual o papel das pessoas naquele lugar. Isso é profundamente educativo e pode servir tanto para o estabelecimento de uma “verdade” única e acabada de “história” ou “memória”, que não reconheça as outras possíveis; bem como pode propiciar o aparecimento de uma “multiplicação de memórias particulares, que reclamam sua própria história” (NORA, 1993, p. 17).

Os lugares de memória, portanto, podem ter caráter distinto de acordo com o interesse e a mobilização – e até mais, do empoderamento e apropriação das lembranças e do legado cultural dos antepassados – dos grupos sociais. Um lugar pode se constituir como veículo de transporte de memória se houver vontade para que isso ocorra, mesmo reconhecendo que os grupos subalternizados possuem menor poder de decisão para que isso ocorra. De outro lado, muitas experiências, algumas das quais serão relatadas ao longo deste trabalho, demonstram que lugares de memória surgem também da mobilização de grupos sociais.

A própria figura de Zumbi ganhou notoriedade e evidência maior quando apropriado pelo Movimento (s) negro como referencial de luta pela liberdade (e, em consequência, contra as discriminações). Por outro lado, se não houver tal mobilização e interesse, os grupos detentores de poder convertem os lugares de memória em lugares amnésicos, se não pela ação desses grupos, ao menos pela omissão no sentido de não permitir que se conheçam as outras memórias concorrentes da “oficial”.

Há muito tempo que os historiadores vêm salientando a diversidade e a multiplicidade da memória. Isso significa que história e memória não são temas que podem ser tomados no singular mas sim no plural (LARA, 1991, p. 105)

É o que ocorre com o antigo Largo de Santo Antônio, em Sorocaba, cujo caso específico será tratado mais adiante, mas que em resumo foi um caso de apagamento sistemático de uma territorialidade negra, num conjugado de ações e omissões – e permissões, também – dos poderes. No caso específico, as mesmas pessoas que definem lugares de memória que se coaduna com a “oficial”, podem ser as mesmas que produzem outros lugares como amnésicos, estabelecendo uma invisibilidade.

Dessa análise, pretende-se entender como um lugar de memória se constitui, por interesses, em lugar invisível (ou amnésico), não servindo mais de referência a não ser para alguns dos que ainda guardam sua lembrança. Aquilo que somos como resultado do que fomos, mas que podemos modificar, pois não existe determinismo. Com isso, emerge a necessidade da tarefa de buscar um sentido dentro da multiplicidade de memórias possíveis, que caracterizam a diversidade e a atuação

dos múltiplos atores sociais e históricos, reconhecendo que “as experiências vividas e compartilhadas, retidas na memória e transmitidas em forma de tradição são o que move e dão sentido à vida” (FEITOSA, 2003, p. 95).

Por fim, procurar entender os movimentos de resistência e as potencialidades de emergência de outras memórias. Também, como esse processo todo se coaduna com a ideologia da Cidade Educadora, estabelecida pela Associação Internacional das Cidades Educadoras, da qual Sorocaba é membro. Por meio da Lei Municipal 7833, promulgada em 29 de junho de 2006 (projeto de lei 163 / 2006) o Poder Executivo ficou autorizado a associar-se à Associação Internacional das Cidades Educadoras com “o objetivo de fomentar e manter políticas públicas de intercâmbio nacional e internacional, colaborar em políticas, programas e projetos educacionais no Brasil e no exterior, formar redes territoriais e temáticas” entre outros.

A atuação de Sorocaba como Cidade Educadora se regulamenta por um documento conhecido como “Carta das Cidades Educadoras”. A lei foi promulgada pelo então prefeito Vitor Lippi, que demonstrou interesse em estabelecer as bases sobre as quais Sorocaba viria a expor a sua condição como “Cidade Educadora”.

Conforme será visto neste trabalho, o discurso pronunciado não se une à prática, ainda que dentro da “concepção neoliberal da cidade que a considera apenas como um mercado” (GADOTTI, 2006, p. 4), no que concerne ao papel dos lugares de memória como possibilitadores de “promover as condições de plena igualdade para que todos possam sentir-se respeitados e serem respeitadores, capazes de diálogo” (CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 2004, p. 1).

A prática tem desmentido constantemente alguns dos preceitos estabelecidos pela própria Carta, sobretudo após os anos de governo Lippi. Aparentemente, o interesse maior pela adesão à Associação das Cidades Educadoras estava centrado no desejo pessoal do ex-prefeito já que seu sucessor, embora seja do mesmo partido, não demonstrou o mesmo interesse que seu antecessor.

Os símbolos da implantação do programa Cidade Educadora, como os “totens” de referência para indicação do Roteiro Educador – um dos projetos relacionados ao programa – estão degradados sem que haja iniciativa em recuperá-los.

Esse foi o primeiro projeto desenvolvido pela Secretaria da Educação, dentro do conceito de Cidade Educadora, e que atualmente está suspenso temporariamente, conforme esclareceu o Secretário Flaviano Agostinho de Lima, por meio de ofício (SEDU/GS nº 347/2016). Dos 14 projetos desenvolvidos pela Secretaria de Educação dentro do conceito de Cidade Educadora, de acordo com o mesmo ofício, 7 (sete) estão temporariamente suspensos e 1 (um) encerrado. Isso é bastante significativo para uma cidade que pretende carregar o título de “Educadora”.

Ao mesmo tempo, demonstra que a análise do urbano, no caso em tela, Sorocaba, traz à tona as ações conflitantes dos interesses diversos que ocorrem cotidianamente, a despeito de não serem evidenciadas ou explicitadas. Pode-se alegar até que parte significativa da população esteja alienada a essas ações e aos conflitos que elas revelam, mas isso não significa que não existam. É uma arena na qual os gladiadores nem sempre se reconhecem como representantes desse papel.

Ainda assim, “o fenômeno e o espaço urbanos não são apenas *projeção das relações sociais, mas lugar e terreno onde as estratégias se confrontam*. Eles não são, de maneira alguma, fins e objetivos, mas meios e instrumentos de ação” (LEFEBVRE, 1999, p. 83). Mas essa aparência-essência que é o urbano (com sua concretude, dinâmica e fruição) é um fractal com diversas nuances, com suas partes contraditórias e em constante transformação. Nele há trincas, às vezes pequenas e quase invisíveis, por onde se pode entrar o oxigênio que alimenta o espírito rebelde, a alternativa para o que está posto. Afinal, “as lógicas sociais situam-se em diferentes níveis, entre elas persistem ou se aprofundam fissuras. Pelas fissuras passa o desejo” (LEFEBVRE, 1999, p. 82), mas sem essas rachaduras “até a subversão tornar-se-ia impensável” (ibidem).

Portanto, não obstante a aparência de uma hegemonia do poder que sufoca e impede as experiências de liberdade, sobrevivem ainda aquelas que proporcionam “a possibilidade de criar campos de experimentação social onde seja possível resistir localmente às evidências da inevitabilidade, promovendo com êxito alternativas que parecem utopias em todos os tempos e lugares excepto naqueles em que ocorram efectivamente” (SANTOS, 2011, p. 36).

São essas experiências e alternativas que interessam ser conhecidas neste trabalho, pois são elas que potencializam e impulsionam às iniciativas “dos grupos oprimidos que, num mundo onde parece ter desaparecido a alternativa, vão construindo, um pouco por toda a parte, alternativas locais que tornam possível uma vida digna e decente” (SANTOS, 2011, p. 36).

Por outro lado, o conhecimento dessas alternativas recupera o sonho utópico do pertencimento e cria a expectativa do surgimento de um homem novo, que se reconhece como sujeito histórico e não simples objeto disposto num tabuleiro que é o urbano. Essa reflexão nos remete à música “Cidadão”, composta por Lúcio Barbosa e cantada por Zé Geraldo: “Tá vendo aquele edifício, moço? / Ajudei a levantar / Hoje depois dele pronto / Olho pra cima e fico tonto / Mas me chega um cidadão / E me diz desconfiado: / tu tá aí admirado / ou tá querendo roubar? / E pra aumentar o meu tédio / eu nem posso olhar para o prédio / que eu ajudei a fazer”.

A canção traz a história de um operário da construção civil, migrante do norte, e seu desgosto por não poder usufruir de tudo aquilo que ajudou a construir. De todas as construções que ajudou a levantar, apenas se sentia bem com a igreja, lugar onde era bem recebido, podia participar das festas e quermesses e se reconhecia numa relação próxima com a divindade. Enfim, um lugar e um espaço que despertavam nele o sentimento de pertença.

O desafio é enorme, tendo em vista que a pretensão de entender a dinâmica do que ocorre no espaço urbano, ainda que se limite a área a ser analisada e mesmo que se procure por um foco sobre um determinado aspecto – neste caso os lugares de memória e sua relação com a formação dos indivíduos – implica em reconhecer a complexidade do fenômeno urbano. De acordo com Lefebvre, é preciso entender que nesse palco, que chamamos de urbano, pululam concomitantemente

Várias *lógicas* [que] se confrontam e por vezes se chocam: a da mercadoria [...]; a do Estado e da lei; a da organização espacial [...]; a do objeto; a da vida cotidiana; a que se pretende extrair da linguagem, da informação e da comunicação etc. Cada lógica pretendendo ser, ao mesmo tempo, restritiva e completa, eliminando o que não lhe convém, declarando que vai e quer governar o resto do mundo, converte-se em tautologia vazia (LEFEBVRE, 1999, p. 41).

Henri Lefebvre fala ainda de uma era na qual as cidades estão adentrando, que é chamada por ele de era do *urbano*, que se caracterizaria como um novo período em que “relativiza-se o que passava por absoluto: a razão, a história, o Estado, o homem” (LEFEBVRE, 1999, p. 42). Ainda segundo o autor, “Nessa nova época, as *diferenças* são conhecidas e reconhecidas, consideradas, concebidas, e ganham significados” (Ibidem). Nesse momento da história, o espaço-tempo urbano não é mais “definido pela racionalidade industrial” e “aparece como *diferencial*: cada lugar e cada momento, não tendo existência senão num conjunto, pelos contrastes e oposições que o vinculam a outros lugares e momentos, distinguindo-o” (Ibidem).

É possível dizer hoje que Sorocaba, cidade na qual se detém a análise deste trabalho, não se define mais, enquanto espaço urbano, pela racionalidade industrial? O desuso do epíteto “Manchester Paulista” é um indicativo de um lugar de memória que aponta para essa nova fase em que se encontra a organização espacial de Sorocaba? Tudo indica que sim. Tais respostas implicam na análise dos lugares de memória e em seu caráter educativo como esteio da construção idealizada de indivíduos dessa sociedade.

Qual é o “campo” – com suas características – que pretendemos arar? Revolver essa terra bruta e compactada a fim de revelar o que se esconde abaixo dessa camada é uma ação que se faz necessária. No entanto, para que o trabalho possa ser realizado outra providência deve ser tomada: o conhecimento desse campo, de sua constituição, de sua história, enfim, dos elementos que o compõem e que dão a ele a cor, o cheiro, a textura e até o potencial de fertilidade.

Capítulo 2 – A cor dessa cidade sou eu, o canto dessa cidade é meu

A água era fator essencial para a sobrevivência dos núcleos produtores nos primeiros séculos da Colônia, pois além de garantir a sobrevivência, propiciava a utilização de sua força motriz na fabricação de farináceos, por exemplo, já que o abastecimento de produtos não seguia uma regularidade.

Talvez esse tenha sido o motivo pelo qual o bandeirante Baltazar Fernandes tenha montado sua fazenda às margens do Rio Sorocaba, quando da posse de sua sesmária, em meados do século XVII. Afinal, ao constituir sua fazenda o bandeirante deve ter pensado na comodidade que o rio proporcionava para a instalação de moinho, para irrigação do solo, para o uso da água e da argila nas construções, para a pesca e o consumo da água. Afinal, como afirma Alcântara Machado (1972, p. 51), “o latifúndio vicentista é um organismo completo, que se basta a si mesmo e por si mesmo se governa”.

Uma espécie de rascunho de feudo, “o grande domínio rural dos primeiros séculos constitui em verdade um mundo em miniatura” (Ibidem). Nas fazendas e engenhos dos seiscentos, produziam-se materiais para a construção, como telhas, nas olarias; cultivava-se trigo, algodão, vinha, cana de açúcar, além de frutas (banana, limão, laranja, pêra, figo, marmelo...), fumo, mandioca e, também, criação de gado (ALCÂNTARA MACHADO, 1972). Pelos relatos que nos chegaram, mais ou menos era assim a fazenda de Baltazar Fernandes em Sorocaba. Não é à toa que Aluísio de Almeida diz que “um bandeirante com índios mansos, pretos escravos, agregados livres, é um senhor feudal sem os inconvenientes do fosso, ponte levadiça, torres e ameias...” (ALMEIDA, 2002, p. 44).

O fundador do povoado que iria se tornar a cidade de Sorocaba era de família conhecida por empreendimentos bandeiristas, sobretudo o de preação de indígenas para serem vendidos como trabalhadores escravizados. Apesar de ter certo prestígio social no contexto de sua época, pouca coisa se sabe sobre Baltazar Fernandes.

O jornalista e historiador Sérgio Coelho de Oliveira, ao esboçar uma biografia do fundador, diz que “o que me surpreende é a falta de informações documentadas sobre o local e a data de nascimento e morte de Baltazar Fernandes, sendo ele um personagem de importância social, política e, economicamente ativo, da história de

São Paulo” (OLIVEIRA, 2014, p. 19). O obscurantismo em torno da biografia do “fundador” do povoamento que daria origem à cidade de Sorocaba chama a atenção, mas na mesma medida salienta outra parte, qual seja, o que se sabe sobre ele. Pertencia a uma família de bandeirantes, cujos irmãos André e Domingos realizaram incursões aos sertões para aprisionamento de indígenas para escravização. Há documentos que comprovam que os irmãos Fernandes estiveram envolvidos na destruição das reduções jesuíticas do Guairá, sob o comando de Raposo Tavares e Manuel Preto, por volta de 1627. É possível que Baltazar Fernandes também tenha participado do aprisionamento e captura de indígenas em outras expedições, além das realizadas no Paraguai, sobretudo retirando-os das mãos dos jesuítas, o que lhe rendeu punição pela Igreja (OLIVEIRA, 2014, p. 60). No episódio Guairá, deveria fazer parte da companhia liderada pelo seu irmão, André Fernandes, que operou na captura de indígenas na “zona do gentio brabo” (AZEVEDO, 1983, p. 75).

De acordo com Sérgio Coelho de Oliveira, o bandeirante Baltazar Fernandes, quando alcançou certa idade, mudou de pensamento, de atitude e de residência.

Nas suas idas e vindas do Paraguai, conheceu a Paragem de Sorocaba, onde os bandeirantes costumavam fazer um pouso, antes de chegarem em casa – Parnaíba ou São Paulo. E foi aí *“nessas datas de terras de sesmaria de uma légua de terra em quadra; outra légua de terra nessa mesma paragem de Sorocaba, da outra banda do rio correndo da ponte para cima até a cachoeira”*, parte doada por sua mãe e por seu irmão André, parte conquistada por ele mesmo, que decidiu se estabelecer com uma fazenda de criação de gado e plantação, o embrião da futura Vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba. [...] Baltazar iniciou o povoamento da Sorocaba de hoje [...] de 1646 a 1654 (OLIVEIRA, 2014, pp. 65 – 66).

Nessa época, segundo Oliveira, Baltazar estava adentrando a velhice e que, provavelmente, apossou-se dele um “sentimento de culpa”, pois que “os grandes bandeirantes não deveriam se sentir muito confortáveis, vivendo desse negócio, mesmo porque eram católicos, cristãos e, constantemente, advertidos pela Igreja”, e que por isso Baltazar Fernandes “agarrou-se aos padres beneditinos, deixou-lhes bens em seu testamento, a fim de que Sorocaba nascesse num berço cristão” (OLIVEIRA, 2014, pp. 60 – 61).

Quando Baltazar Fernandes instalou-se à beira do Rio Sorocaba, trouxe consigo centenas de escravizados, entre indígenas e africanos,¹⁴ o que de certa forma determinou o modelo de exploração do trabalho que seria implantado no nascente povoamento. Além de ser um trabalho realizado por mão-de-obra escravizada, outro fator que chama a atenção é a pluralidade étnica que se estabeleceu desde os primórdios. E era natural que assim fosse naqueles longínquos anos do século XVII, pois a colonização do Brasil foi uma empreitada que se sustentou pelas relações – quase nunca cordiais – entre diferentes grupos étnicos e pela miscigenação, às vezes produzida pelo estupro, desses mesmos povos.

Sérgio Coelho de Oliveira, já aqui citado, lembra o fato de que Aluísio de Almeida, outro importante historiador de Sorocaba, dizia que “Baltazar tanto podia ser um belo tipo português, loiro, como um valente mameluco, de feições indiáticas, repetindo na quarta geração o tipo indígena” (ALMEIDA apud OLIVEIRA, 2014, p. 18). Baltazar Fernandes era de descendência portuguesa, mas também indígena, pois sua avó era Isabel Dias, nome cristão dado a Bartira, filha do afamado cacique Tibiriçá. Isabel Dias casou-se com o aventureiro português João Ramalho e desse consórcio nasceram filhos, dentre os quais Suzanna Dias a qual contraiu matrimônio com o português Manuel Fernandes Ramos. Esses são os pais de André, Domingos e Baltazar Fernandes (OLIVEIRA, 2014, p. 18).

Portanto, o próprio “fundador” da cidade era fruto da intensa miscigenação comum naqueles tempos. Porém, sempre se colocou na posição de detentor do poder “político” ou seu representante. Em outras palavras, Baltazar Fernandes encarnava o papel de mandatário, de detentor do poder político, e é significativo que apesar de não se possuir dados documentados sobre a data exata de seu

¹⁴ Os dados são um pouco controversos. Aluísio de Almeida diz em determinado momento que eram 370 administrados, eufemismo usado na época para os índios que serviam nos trabalhos braçais praticamente como escravos (ALMEIDA, 1969, p. 29). Sérgio Coelho de Oliveira diz que eram 377 “índios que acompanharam o fundador” (OLIVEIRA, 2014, p. 75). Para Cássia Maria Baddini, “Baltazar Fernandes, possuidor de uma extensa sesmária às margens do rio Sorocaba, ali se instalou com a família e cerca de 500 índios escravizados, na altura da foz do atual córrego Lageado” (BADDINI, 2002, p. 43). Porém, em outro momento Aluísio de Almeida alude sobre a possibilidade de o “fundador” possuir escravizados da Guiné, ou seja, africanos, entre seus trabalhadores (ALMEIDA, 2002, p. 30; CAVALHEIRO, 2006, p. 17). A escravidão indígena foi oficialmente abolida somente em 1757, por meio de decreto do Marquês de Pombal.

nascimento e de sua morte, tenha, entretanto, permanecido ecoando pelo tempo, o fato de ter sido bisneto de Tibiriçá, a liderança indígena e incontestada dos primeiros habitantes de São Paulo; bem como tivesse em sua mistura genealógica os genes do português, símbolo máximo do “conquistador” europeu. Em suma, de qualquer galho que se utilize da árvore genealógica de Baltazar Fernandes, sempre encontrar-se-á uma justificativa “hereditária” para o comando político que carregou consigo.

Com relação ao espaço ocupado, parece que Baltazar tinha em mente a constituição de uma Vila – que na época colonial era uma unidade descentralizada, com relativo poder autônomo – e por isso estabeleceu sua fazenda às margens do Rio Sorocaba, mas escolheu uma colina, distante pouco menos de um quilômetro do referido rio, para construir capela e iniciar um núcleo de povoamento.

Ao transferir-se para Sorocaba, Baltazar Fernandes seguiu o ensinamento da história: escolheu para sede de sua fazenda, uma região plana à margem do rio Sorocaba, na confluência com o córrego do Lageado (antigo ribeirão do Moinho), à esquerda para quem vai de Sorocaba a Votorantim, próximo ao Jardim Sandra. Durante algum tempo, esse local era conhecido como Olaria do Caracante. As razões para essa escolha são diversas: topografia da região, a presença do rio e do córrego, usado mais tarde para mover o moinho, e a fertilidade do solo.

Já para a escolha do local do futuro povoado, a Vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, ele adotou outros critérios. Escolheu uma pequena colina livre das enchentes, mais saudável, arejada e ali, com a construção da capela dedicada a Nossa Senhora da Ponte e, mais tarde do mosteiro, iniciou a formação do novo povoado (OLIVEIRA, 2014, p. 70).

Diz Alcântara Machado, em seu livro “Vida e Morte do Bandeirante”, sobre a importância do domínio sobre os latifúndios, as chamadas sesmarias, sobre a qual Baltazar Fernandes instalou sua fazenda e deu início ao povoado. De acordo com esse autor, “a sesmaria, o domínio rural, a grande fazenda de criação ou cultura, aparecem como o centro de gravitação do mundo colonial” (ALCÂNTARA MACHADO, 1972, p. 33). Não é à toa o interesse do velho bandeirante em estabelecer o povoamento em terras de sua sesmaria, pois “do latifúndio é que parte a determinação dos valores sociais; nele é que se traçam as esferas de influência; é ele que classifica e desclassifica os homens” (Ibidem).

Não houvesse Baltazar Fernandes, a exemplo de seus irmãos, dado início ao povoamento, não teria, dentro do contexto em que viveu, “poder efetivo, autoridade

real, prestígio estável” (Ibidem). A História alcunhou os irmãos como “Fernandes Povoadores”. O interesse nesses povoamentos – Santana de Parnaíba, Itu e Sorocaba – realizado pelos irmãos, o esclarece uma vez mais Alcântara Machado:

Nenhuma força organizada se lhe opõe. Não tem a colônia um escol de letrados e intelectuais, nem uma classe industrial ou comercial poderosa e educada. Fora das grandes famílias radicadas ao chão, o que se encontra é meia dúzia de funcionários, é uma rédua de aventureiros e pandilhas, é a arraia miúda dos mestiços, é o rebanho dos escravos. Num ambiente assim, a figura central e dominante há de ser pela vontade irresistível das coisas o senhor do engenho, o fazendeiro, o dono da terra. Por esse tempo (demos a palavra ao insigne escritor das “Populações Meridionais”) os que não possuem sesmarias ou não conseguem adquirir terras se acham como deslocados no meio da sociedade em que vivem. O lucro não é o único incentivo às explorações agrícolas. O que se procura antes de tudo é a situação social que decorre da posse de um latifúndio, as regalias que dele provêm, a força, o prestígio, a respeitabilidade (ALCÂNTARA MACHADO, 1972, p.33).

Propositalmente ou não, Baltazar Fernandes ao escolher aquela colina para o início do povoamento, tornou imperativo o traçado inicial que se tornou a “coluna vertebral” da localidade: da porta da Igreja se projeta uma rua que segue até a ponte do rio Sorocaba e que recebeu depois o nome de rua São Bento, pois anexo à capela surgirá, por volta de 1660, o Mosteiro dos beneditinos. Dessa rua, em traçados perpendiculares e paralelos surgiram, posteriormente, outras ruas, dando forma ao núcleo urbano, aqui entendido como a região central, distante dos arrabaldes onde se localizavam sítios e fazendas (ALMEIDA, 1969).

2.1 - O povoamento “bandeirante” de Sorocaba

O desejo de Baltazar Fernandes em transformar o povoamento em Vila fica explícito nas informações que se tem das providências por ele tomadas. A localização do povoado em local privilegiado, a doação de terras aos beneditinos – exigindo para tanto a presença do poder eclesiástico, ou seja, de sacerdotes católicos, a promoção de missas e o início da educação escolar para os habitantes livres – e a sua presteza em buscar a autorização junto ao Governador Sá Benevides, demonstram que Baltazar tinha, desde o início, a idéia de transformar o povoado em Vila. A hipótese “romântica” desse feito é que ele quis “imitar” seus irmãos (que haviam fundado as Vilas de Santana de Parnaíba e Itu), fazendo parte

do rol dos “Fernandes povoadores”, como ficaram conhecidos pela posteridade (OLIVEIRA, 2014). Sérgio Coelho de Oliveira diz que Baltazar Fernandes, na velhice, resolveu que “era hora, também, de iniciar a sua missão de povoador, uma tradição da família” (OLIVEIRA, 2014, p. 65).

Aluísio de Almeida conta que assim que o “Fundador teve notícia da presença em São Paulo de Salvador Correia de Sá e Benevides, governador das capitanias do Sul, expulso pelos fluminenses amotinados, mas bem recebido pelos seus governados do Planalto” (ALMEIDA, 1969, p. 35), foi ter com ele e apresentou petição, constando os pré-requisitos para tanto, solicitando a elevação do povoado à categoria de Vila.

Em 1661 residiam no povoado cerca de 30 fogos (residências), segundo levantamento feito pelo próprio Baltazar a fim de instruir o seu pedido junto ao Governador. De acordo com a historiadora Cássia Maria Baddini, “a população era composta, basicamente, por pessoas livres pobres e escravos índios, que cultivavam gêneros de subsistência. As famílias mais ricas e poderosas, geralmente aparentados de Baltazar Fernandes, investiam nas expedições de caça ao gentio em direção aos sertões do centro-sul do Brasil” (BADDINI, 2002, p. 44).

Outra hipótese que parece ser possível é a de que Baltazar Fernandes tenha pensado em garantir o controle político sobre as suas terras, uma vez que a elevação à categoria de Vila trazia à localidade a autonomia, ainda que relativa, do ponto de vista político e até jurídico. É de se verificar que Baltazar Fernandes não perdeu a oportunidade da presença do governador em terras paulistas e, a despeito da situação política – o governador havia sido praticamente expulso do Rio de Janeiro –, o bandeirante não se intimidou em apresentar a Sá e Benevides a sua petição, que foi deferida depois de verificadas as condições e pré-requisitos (ALMEIDA, 2002, pp. 33 – 34).

Em 3 de março de 1661 levanta-se o Pelourinho, símbolo da justiça autônoma, conferindo à localidade a categoria de Vila e assim sendo que nesse mesmo dia “Salvador Correia de Sá e Benevides, amicíssimo dos Fernandes, nomeou juízes Baltazar e seu genro André de Zunega, vereadores Claudio Furquim e Pascoal Leite Pais e procurador Domingos Garcia” (ALMEIDA, 1969, p. 37). Nomeou ainda a Francisco Sanches como escrivão da Câmara (Ibidem). Todos

esses nomes ligados de alguma forma ao “fundador” (ALMEIDA, 1969, pp. 29 – 33) estavam dentro da categoria do que se chamava na época de “homens bons”, os únicos do período colonial com possibilidade de exercer cargos públicos e administrativos. Sobre isso, diz Aluísio de Almeida:

Poder-se-ia organizar uma lista fragmentária de juízes e vereadores dos tempos coloniais, conferindo documentos diversos, em que assinam. Mas na verdade todos os homens bons, brancos, lavradores, sitiantes, pequenos comerciantes, etc., foram vereadores e ser “homem bom”, diferente de “bom homem”, era ter desempenhado cargos municipais. Camaristas foi a designação popular (ALMEIDA, 2002, p. 39).

Ficava assim garantida não somente a autonomia da localidade, que antes disso pertencia à Santana de Parnaíba, como ainda mantinha o controle do poder político nas mãos das famílias “brancas”, de “lavradores, sitiantes, pequenos comerciantes...”. Todos amarrados de alguma forma, como aqui já foi dito, ao proprietário da antiga sesmaria, Baltazar Fernandes. Com isso, manteve-se também a concentração de poder por um bom tempo, já que não era de se esperar que houvesse oposição entre os “homens bons”.

As primeiras providências tomadas foram no sentido de estabelecer os equipamentos e símbolos da instituição do poder político e judiciário na nascente Vila, de forma a que pudesse dar seguimento à essa nova condição jurídica da localidade. Com referência a esse fato, informa o historiador Aluísio de Almeida:

Sorocaba teve dois juízes ordinários, dois vereadores e um procurador, formando a vereança. Eram os oficiais da Câmara, popularmente camaristas. [...] Os dois juízes ordinários, assim chamados por diferirem do juiz de fora, bacharel de Coimbra, legislavam, em Câmara e exerciam funções judiciais e até policiais. A Câmara prendia, tinha cadeia e, no Brasil, quase sempre junto ao mesmo prédio, no andar térreo, se era sobrado. Um dos juízes ordinários presidia a sessão, era, então, juiz-presidente.

[...]

Não se conhecem atas desse tempo. Sabe-se que o Fundador construiu a casa da Câmara e Cadeia, em frente da qual pôs o pelourinho, na esquina das atuais ruas de São Bento e Barão do Rio Branco, e pelos menos [sic] localizou e deixou bem adiante a matriz. Nessa qualidade e como juiz presidente, somente ele podia fazer arruar a sua querida vila (ALMEIDA, 1969, pp. 37 – 38).

A rua São Bento, assim como o largo de mesmo nome, testemunhará o crescimento daquele núcleo urbano e o intenso trânsito de pessoas. Por ela

passarão os últimos “desbravadores” do sertão, os últimos bandeirantes e monçoeiros, que no século XVIII se aventuravam a adentrar os mais recônditos rincões, não mais em busca de indígenas, mas do ouro que brotava nos solos do interior, na região de Cuiabá, Goiás e Minas Gerais. Quase concomitantemente, no ano de 1733, o português Cristóvão Pereira de Abreu resolve buscar gado muar no sul do país para distribuí-lo pelo Brasil, como animal de carga – especialmente para as minas e para o transporte da produção açucareira – escolhendo Sorocaba para o local da venda. Além da posição geográfica privilegiada, basicamente a meio caminho do sul e do norte do país, a topografia e o desenho da rua que desemboca na ponte sobre o rio deram ao lugar o aspecto ideal para a realização de tal comércio.

A cidade surge, portanto, desse eixo inicial. O seu desenho se espalha pelo chão, constituindo uma teia de relações e de caminhos que se cruzam, como um rizoma. Nesses locais, por essas vias, calcaram o chão as plantas dos pés dos detentores de poder e mesmo os que foram escravizados. O mesmo chão para todos os pés. Porém, nem todos esses pés deixaram sua marca no solo... Algumas dessas pisadas foram apagadas.

As construções iniciais obedeciam ao desenho formado por esse eixo que se brotava perpendicularmente à rua São Bento. As primeiras construções imponentes e de funções administrativas (incluindo, no contexto, os templos católicos), seguiam uma mesma direção e traçado. Aluísio de Almeida lembra, acerca dessa assertiva, que:

Tanto a face da Câmara para a atual rua Barão do Rio Branco, como a fachada de matriz formam perpendiculares com a de São Bento, olhando para leste, não inteiramente a leste ou nascente para seguirem a direção longitudinal da lombada. São de 1661 a rua de São Bento obtida com uma reta desde a igreja até a Câmara, então localizada, e a rua Barão do Rio Branco e a praça da Matriz com a rua Dr. Braguinha até a primeira esquina (ALMEIDA, 1969, p. 38).

A prerrogativa de dar nova conformação ao espaço segue, obviamente, os planos da classe dominante, que naquela época era mais ou menos homogênea,

formada pelos “homens bons”,¹⁵ mas, por outro lado, propicia a criação de outros lugares “não-oficiais” onde se desenvolvem as práticas que não eram permitidas ou aceitas pela ordem imposta. Os arrabaldes e cercanias – hoje pertencentes em sua maioria à região central por conta do crescimento da mancha urbana – eram locais de encontro de jogadores, reuniões festivas, batuques e pândegas (CAVALHEIRO, 2006). Ao controlar o espaço urbano, o poder político e religioso abre espaço para outras possibilidades. Assim, lugares de memória vão sendo construídos, e até mesmo se constituem em territorialidades. Porém, ao passar do tempo alguns lugares são reverenciados e evidenciados, enquanto outros são silenciados e esquecidos.

Percebe-se, de outro lado, que os pilares de poder já se estabelecem na História de Sorocaba nos primeiros tempos do povoamento, sobretudo após ser elevado à Vila. O poder político, exercido pelos “homens bons”, todos estreitamente relacionados com Baltazar Fernandes e sua família; e o poder eclesiástico, subsidiário muitas vezes do poder político, outras vezes em conflito com esse.

Um exemplo do conflito de interesses se deu com a disputa entre a Câmara e os beneditinos, que se iniciou por volta de 1695 e se estendeu até 1728. A Câmara começou a se apossar de parte das grandes extensões de terras doadas aos beneditinos em nome dos interesses da Vila. Numa Visita do Provincial da Ordem Beneditina, este resolveu que os três padres que viviam em Sorocaba abandonassem a Vila diante da dilapidação do patrimônio original da Igreja. O juiz ordinário, tendo conhecimento da intenção dos padres, intimou-os a que não abandonassem a Vila e, ainda, “fez passar um bando pelas ruas, a toque de caixa, que sob pena de multa de quatro mil reis e quarenta dias de cadeia, ninguém emprestasse cavalos ou ajudasse os padres na viagem” (ALMEIDA, 1969, p. 59).

Aluísio de Almeida continua o relato do acontecido dando detalhes acerca dos desdobramentos:

¹⁵ Designação comum dada aos que poderiam exercer o poder político e social dentro das Vilas coloniais. Era entre os homens bons que se escolhia, por exemplo, aqueles que exerceriam os cargos e funções administrativas, como vereadores e Juizes.

Foi um alvoroço no lugarejo. Trinta e seis “homens bons” que tinham sido vereadores e juízes bateram à porta do Procurador para que convocasse o povo – o zé povinho – que não assinava nem votava –, mas seguia os “nobres” – a irem a São Bento armados!

– “Meu Deus! – se for assim, temos excomunhão pela certa! Não, não convocarei o povo!”.

Então foram ao juiz ordinário, André Domingues Vidigal, para que convocasse vereadores e povo. Era o capitão Miguel Garcia Lumbria, chefe militar das ordenanças. E como o pai deste, capitão mor Martim Garcia Lumbria, da capitania de Martim Afonso sediada em Itanhaém, estivesse presente, levaram-no e um soldado tocando caixa surda. Alguém lembrou que excomunhão não era brinquedo, e buscassem o vigário. O padre Antonio Carvalho aceitou. Aí o juiz Vidigal cedeu, mas fazendo um auto pelo escrivão, para livrar-se de futuras responsabilidades perante a Igreja e o Rei.

Com isto fez-se noite, os Padres já se achavam recolhidos e assustaram-se com a bulha e as pancadas. Desceram, compreende-se, à pressa, e abriram:

– Que quereis? – perguntaram.

– Matar-vos, se persistirdes em abandonar-nos.

– Não é preciso isso, não iremos mais.

– Então jurai.

– Juramos.

O diálogo resumido foi dirigido pelo juiz e o capitão-mor e, assim, pelo próprio vigário Carvalho, que ameaçou “desprezar a sua paróquia”, isto é, ir-se também se os monges deixassem Sorocaba (ALMEIDA, 1969, p. 59).

Esse relato deixa transparente a existência dessas forças conflitantes de poder em ação na Sorocaba daqueles idos. De um lado, o poder secular, na mão da “elite” composta dos “homens bons”. De outro lado, a Igreja, que colaborava com esse poder, mas que também podia pressioná-lo de acordo com os seus interesses. O poder de excomunhão, por exemplo, era bastante utilizado e, mormente invocado como forma de controle. É curioso, por exemplo, a necessidade que encontraram os “homens bons” de buscar o apoio do vigário a fim de se evitar futuro processo de excomunhão. O que fica claro também é que a massa, ou seja, o grosso da população era utilizado de acordo com os interesses dos detentores do poder político, aqueles a quem se diziam ser “nobres” ou “homens bons”. Isso sem contar com os escravizados, que não possuíam alternativa se não seguir as ordens dadas pelos “senhores”.

A pendenga entre Câmara e o Mosteiro de São Bento vai se alongar anos afora. Em 1706, os beneditinos perdem parte de suas terras doadas por Baltazar Fernandes com a finalidade de formar o rocio da vila. O fato se repetiu alguns anos depois até que “em 1728, a 2 de julho, realizou-se entre o Convento e a Câmara uma composição, desanuviando-se os horizontes” (ALMEIDA, 1969, p. 61). O fato é

que dessa composição, homologada pelo ouvidor na Câmara em correição, desembargador Francisco Galvão da Fonseca, ficou decidido que

[...] do cunhal a nascente do mosteiro uma linha se tirava até a Santa Cruz (a primeira que houve) e daí em ângulo para a olaria de Pedro Domingues (Avenida Comendador Pereira Inácio) até o ribeirão do Moinho (hoje Lageado) e pelo ribeirão abaixo até o rio. Tudo o que ficasse à direita era do convento, à esquerda da Câmara. Outra linha, do cercado do convento, a ocidente, ia procurar a estrada do Paranapanema (rua da Penha, que não chegava até o alto). À esquerda, do convento, à direita, da Câmara (ALMEIDA, 1969, p. 61).

Essa disputa de poder e de territórios demonstra que as relações entre a Igreja e a Câmara eram bastante complexas: ora estavam unidas em ideal, ora separadas em litígio. O episódio também serve para demonstrar que a imaginada unidade da Igreja, ou melhor, entre os clérigos, nem sempre ocorria. Com isso, o poder eclesiástico vai se moldando conforme as circunstâncias e interesses ocasionais. Mas não deixa de ser um poder evidente que permanecerá por muitos anos influenciando a organização social e política da cidade.

De meados do século XVIII até fins do século XIX, a cidade de Sorocaba se evidenciará por uma economia esdrúxula para o contexto colonial e, depois, imperial. Ao contrário da lógica exportadora que permeava o paradigma da economia colonial brasileira no século XVIII e início do XIX, Sorocaba era o “principal centro do extenso circuito de comercialização de gado, era também, durante os séculos XVIII e XIX, importante núcleo da economia de abastecimento interno” (BACELLAR, 2001, p. 13). Apesar de sua importância e até mesmo pela peculiaridade de sua organização econômica e social a partir de meados do século XVIII, Sorocaba não recebeu a devida atenção da historiografia, conforme aponta Carlos de Almeida Prado Bacellar ao dizer que:

A presença de Sorocaba na historiografia tem sido extremamente tênue, num fenômeno de esquecimento que se poderia definir como notável. Afinal, não se trata de uma localidade qualquer, mas de um núcleo urbano que, durante os séculos XVIII e XIX, ocupou posição de grande proeminência regional, atuando seja como posto avançado do movimento de desbravamento do sertão e do apresamento do índio, seja como sítio preferencial para a comercialização maciça do gado originário do Continente Sul.

De uma maneira geral, as referências a Sorocaba são superficiais.

[...]

Na maioria das vezes, a ausência de referências significativas à sociedade tropeira e à pequena lavoura é implicitamente justificada pelo peso supostamente restrito dessas atividades na balança comercial de exportação [...].

[...]

A semelhança da pequena lavoura, muitas vezes erroneamente denominada “de subsistência”, o mular e, conseqüentemente, o tropeirismo ficaram relegados a papéis de segundo plano. E isto dentro dos velhos modelos em que a população livre e sem posses era esquecida entre os dois extremos sociais – os senhores no ápice da sociedade e os escravos nas senzalas.

Sorocaba ficou, portanto, à margem da historiografia por não haver tido presença significativa na economia visível, de exportação, que era o alvo de análises para as tentativas de compreensão das relações Colônia-Metrópole (BACELLAR, 2001, pp. 13 – 15).

O desinteresse da historiografia pelos estudos referentes a Sorocaba é um elemento complicador no entendimento de como se formou essa sociedade e em que pilares se sustentou. Muito pouco se produziu em relação ao conhecimento do cotidiano das pessoas pobres e dos grupos oprimidos de Sorocaba. O aprofundamento de estudos dessa natureza permitiria, por exemplo, “a recuperação de um sem-número de histórias de vida de tropeiros, pequenos e grandes lavradores, artesãos, mulheres solteiras, prostitutas e enjeitados, uma multidão, enfim, de anônimos atores do palco sorocabano” (BACELLAR, 2001, p. 15). Que histórias essas vidas revelariam? Que memórias subterrâneas seriam recuperadas se viessem à lume? Em que essas memórias recuperadas poderiam influenciar no comportamento e na mentalidade das pessoas comuns dos dias atuais? Enfim, que práticas educativas seriam capazes de emergir a partir da revelação dessas histórias de vida?

2.2 - A cidade, as pessoas e suas memórias

Em 1992 a cantora baiana Daniela Mercury lançou uma canção composta por ela e por Tote Gira intitulada “O Canto da Cidade”,¹⁶ que se tornou uma das músicas mais tocadas naquele ano. Dois versos dessa canção chamam muito a atenção: “A cor dessa cidade sou eu / o canto dessa cidade é meu”. Esses versos remetem a

¹⁶ Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Canto_da_Cidade_\(can%C3%A7%C3%A3o\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Canto_da_Cidade_(can%C3%A7%C3%A3o)) Acesso em 09 set 2016.

uma apropriação do povo pelo espaço que ocupa e habita: a cidade. O uso do pronome possessivo “meu”, denota isso. Por outro lado, ao afirmar que a cor da cidade “sou eu” demonstra-se um empoderamento sobre o espaço ao mesmo tempo em que estabelece uma ligação estreita, uma identificação imediata com a construção histórica e social da cidade.

É esse sentimento de realmente ser e pertencer, como parte da carne, a uma cidade que faz com que o povo, representado na música em questão, diga sem pudor que a cor da cidade é ele.

É como se dissesse que é do povo que parte – a Constituição diria que emana – a potência que imprime as características da cidade, a despeito das forças que exercem o comando e ditam as regras. Mesmo que elas não sejam reconhecidas, nem vistas de imediato, nem sentidas a princípio, as características da cidade acabam por revelar os arranjos e rearranjos que a dinâmica do embate entre forças produz.

Desse embate, como duas pedras que se chocam, produz-se a centelha da rebeldia, da potência transformadora das resistências. A não aceitação do que está posto e imposto.

Em Sorocaba, por exemplo, esse embate e resistência se dão até em práticas bastante sutis. De pouco importa o fato de o poder público determinar que uma praça na região central de Sorocaba seja denominada de “Frei Baraúna”, quando o povo quer e diz que é a “Praça do Fórum Velho”. A imponência material do prédio do antigo fórum nem se faz de determinante para a utilização da toponímia. Há décadas que no local funciona a Oficina Cultural “Grande Otelo” e a memória de que ali foi um dia o Fórum da cidade permanece apenas na nomenclatura que sobrevive no frontispício, mas com tal discrição que é provável que muitos nem se apercebam disso.

O fato é que a referência do local como o da existência do antigo prédio do Fórum permaneceu na memória dos habitantes da cidade e, à guisa de referência, há um bem material, concreto, testemunhando a “veracidade” daquela lembrança: ali existe – e resiste – o prédio do Fórum. Embora com outra função, totalmente desconectada com a primeira, o prédio ainda está lá em seu estilo arquitetônico que

lembra os templos da antiguidade ocidental, de Roma, principalmente, de onde deriva parte significativa da filosofia que sustenta o nosso Direito.

Aquele complexo formado pelo antigo Fórum, a praça e os prédios do entorno formam um conjunto de coisas cuja significação vai-se reelaborando conforme as mudanças ocorrem na paisagem urbana. Em linguagem metafórica, como um palimpsesto, ou seja, um pergaminho reutilizado a partir da raspagem do texto original. Michel de Certeau utilizou dessa figura de linguagem ao dizer que “os relatos de lugares são bricolagens. São feitos com resíduos ou detritos de mundo. [...] O lugar é um palimpsesto” (CERTEAU, 2007, pp. 188, 310). Ou como as paredes de um prédio cujas camadas sobrepostas de tinta vão apagando as mais antigas lembranças das cores primitivas, sem que essas realmente deixem de existir. E existem enquanto alguém possui a memória de como eram no passado.

Esse é, portanto, um dos lugares de memória da região central de Sorocaba. E os lugares de memória, enquanto espaços do urbano, são formados por essas relações entre os sujeitos e os equipamentos, e a cada camada cronológica vão se sobrepondo outras, carregadas de outros fatos e de outras memórias. A Praça Frei Baraúna, citada acima, traz esse aspecto de transformação da paisagem, modificação das relações e criação de outras Memórias.

Possivelmente, pessoas de idades diferentes poderiam contar sobre aspectos totalmente dessemelhantes, ainda que ocorridos no mesmo espaço físico. São memórias acumuladas de outros tempos, do tempo do Jardim Público, do tempo do Fórum, do tempo da Casa da Cultura, do tempo da Oficina Cultural Grande Otelo, do tempo...

Dessa forma, o lugar vai se modificando porque seus objetos vão ganhando novas funções. Mais explícitas são as palavras do geógrafo Milton Santos, ao definir que

O lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam – rua, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos –, mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem (SANTOS, 2014, p. 59)

Difícilmente as gerações atuais e futuras entenderão que naquele mesmo lugar onde repousa o prédio do antigo Fórum tenha existido um Jardim Público que

até a década de 1930 possuía coreto para as retretas e gaiolas para diversos animais, numa espécie de mini-zoológico que o povo nominou de “Jardim dos Bichos” (CARVALHO, 2010, p. 353). Daí a necessidade de haver e de se pensar em formas de difusão das memórias. Em parte, essa função social é cumprida pelos anciãos que, de uma forma ou de outra, são depositários de lembranças dos tempos em que viveram e, ainda, herdeiros das memórias de seus antecessores. Porém, muitas vezes, em diversos modelos de sociedade, essa função é desvalorizada e a “sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra” (BOSI, 1994, p. 77). Além disso, as pessoas não são eternas e com a sua ausência se vai também as suas narrativas dos tempos passados. Nesse sentido, Ecléa Bosi diz sobre os velhos que:

Integrados em nossa geração, vivendo experiências que enriquecem a idade madura, dia virá em que as pessoas que pensam como nós irão se ausentando, até que poucas, bem poucas, ficarão para testemunhar nosso estilo de vida e pensamento. Os jovens nos olharão com estranheza e curiosidade; nossos valores mais caros lhes parecerão dissonantes e eles encontrarão em nós aquele olhar desgarrado com que às vezes, os velhos olham sem ver, buscando amparo em coisas distantes e ausentes (BOSI, 1994, p. 75).

Assim, os jovens se afastam dos mais velhos e as gerações já não mais dialogam, quebrando a cadeia que unia os tempos produzindo sentido e significado para a vida. É como se os jovens se dissociassem das memórias dos velhos, ausentando-se assim da sua “comunidade afetiva”, pois apesar de ocupar o mesmo espaço e tempo, vivem realidades distintas (HALBWACHS, 1990). A pesquisadora Márcia Mansor D’Aléssio explica que “situações vividas só se transformam em memória se aquele que se lembra sentir-se afetivamente ligado ao grupo ao qual pertenceu” (D’ALESSIO, 1993, p. 98). O afastamento da comunidade afetiva por sua ordem estabelece o desapego ao grupo, como diria Halbwachs (1990), e em lugar da memória apodera-se um vácuo de esquecimento e de desvinculação. E tal desvinculação pode se dar mesmo quando o sujeito permanece fisicamente dentro do grupo, mas não se considera pertencente ao mesmo.

[...] só se faz parte de um grupo no passado se continua afetivamente a fazer parte dele no presente. Se, no presente, alguém não se recorda de uma vivência coletiva do passado é porque não pertencia àquele grupo –

ainda que pertencesse fisicamente –, já que é o afetivo que indica o pertencimento. A partir daí, é possível supor que é tecida uma espécie de cadeia de pertencimento afetivo que mantém a vida e/ou o vivido da memória (D’ALESSIO, 1993, pp. 98 – 99).

Porém, uma sociedade assim é algo danoso. Como afirmou Nora, passamos de “um mundo onde se tinham ancestrais a um mundo da relação contingente com aquilo que nos engendrou, passagem de uma história totêmica para uma história crítica” (NORA, 1993, p. 14). O desapego à comunidade afetiva pode esvaziar o ritual – aqui no norte apontado por Pierre Nora ao afirmar que os lugares de memória hoje substituem os antigos rituais e mitos – que, na concepção de Márcia Arévalo, tem “o papel narrativo de consolidação e totalização, [sendo que] é através de sua prática que se reúnem elementos característicos de um grupo, conferindo-lhe sentido, unificando-o” (ARÉVALO, 2004, p. 6).

Além disso, como nos ensina Paulo Freire, “a Cidade somos nós e nós somos a Cidade. Mas não podemos esquecer de que o que somos guarda algo que foi e que nos chega pela continuidade histórica de que não podemos escapar, mas sobre que podemos trabalhar, e pelas marcas culturais que herdamos” (FREIRE, 2001, p. 13). Se de fato somos a cidade, tanto maior será a nossa compreensão sobre nós mesmos quanto soubermos e compreendermos o que é a cidade.

2.3 - Historiografia urbana de Sorocaba

A historiadora Cássia Maria Baddini traz uma interessante reflexão sobre uma historiografia imbricada com a análise do desenvolvimento urbano, especificamente no caso de Sorocaba. Diz a historiadora que:

Somos herdeiros de uma sociedade que pensa a cidade como imagem da civilização, e essa concepção perpassa a nossa compreensão do desenvolvimento histórico dos centros urbanos. É exatamente sobre esse sentido universal da cidade eu me confronto a perspectiva da História Urbana que, preocupada com as particularidades da formação social, privilegia as diferentes temporalidades relacionadas no ambiente urbano. Desse modo, a cidade é concebida não como palco da história, mas como produto dinâmico de condições históricas em conflito.

Estudar o desenvolvimento urbano de Sorocaba, sob essa ótica, permite abordar a correlação entre o caráter universal que a cidade vai adquirindo ao longo do século XIX, através do aparelhamento e controle dos usos do espaço urbano, e o caráter particular das relações sociais no engendramento dessa cidade (BADDINI, 2002, p. 11).

Esse espaço urbano que vai sendo construído de acordo com as lógicas dominantes, fará com que Sorocaba marche dentro de um ritmo industrial quando, ao final do século XIX e início do século XX, as indústrias têxteis começam a fazer parte do cenário urbano. Algumas dentro dos limites fronteiriços da parte centralizada da cidade, como a Fábrica N. S. da Ponte (conhecida também como Fábrica “Fonseca”, por conta de o seu proprietário ser o empresário Manuel José da Fonseca) e a Santo Antônio, ao lado desta. Isso sem contar com a estação da Estrada de Ferro Sorocabana, com seus trilhos fincados ao chão como uma cicatriz que perdura no cenário da cidade até os dias atuais. Com isso, a paisagem e o cotidiano das pessoas vão sendo transformados pelo ritmo e a presença das indústrias, com suas arquiteturas inglesas – fábricas com tijolos à vista e chaminés – seus apitos e com a produção de um novo ator social: o operário.

À guisa de sustentação ideológica cria-se um imaginário de progresso e de modernidade que encontra uma síntese no estabelecimento de um epíteto adequado para a nova realidade: “Manchester Paulista”. Essa alcunha de Sorocaba sustentará todo um imaginário que se construirá sobre a cidade a partir de uma perspectiva de “progresso” capitalista (CARVALHO, 2010). Com isso, a cidade que se pretende é aquela que atenda aos interesses do capital, da distribuição e circulação de mercadorias, do fortalecimento do comércio, mas também do controle social, do monitoramento do cotidiano e das relações. O pesquisador Paulo Celso da Silva trouxe informações curiosas de como a vida dos sorocabanos, após o surgimento das fábricas, será pautado pelo ritmo da produção. As pessoas regulavam suas tarefas cotidianas a partir do apito das fábricas e até os conflitos ocorridos durante as brincadeiras infantis se refletiam em penalizações no trabalho para os pais (SILVA, 2000, pp. 92 - 93).

A ideologia do trabalho seriado e obediente é incorporado pela classe trabalhadora, em todos os níveis de sua existência. A ditadura do relógio – do patrão – regula a vida do trabalho, do lazer, das refeições, do amor, e assume o caráter simbólico da presença constante do patrão: “A cidade era calma e os apitos podiam ser ouvidos a longa distância” (SILVA, 2000, p. 95).

De outro lado, é importante lembrar que ao lado das fábricas – e também da Estação Ferroviária, que era um complemento do aspecto industrial da cidade –

havia as vilas operárias, as quais, em geral, eram equipadas com toda a sorte de “aparelhos” de lazer e de sobrevivência. Havia sempre os pequenos mercados, geralmente pertencentes à Fábrica, o que garantia o abastecimento de víveres.

Por outro lado, quase sempre nessas vilas se encontrava uma praça (como a Praça Frank Speers, conhecida como Largo do Líder, na Vila Santana e que atendia aos ferroviários e a Praça Pio XII em Santa Rosália, que atendia aos operários da fábrica têxtil de mesmo nome); um cinema, campo de futebol, igreja e até cadeia particular.

Com isso, formava-se um pequeno “feudo” que auxiliava no controle dos trabalhadores que não se sentiam estimulados a sair de suas vilas, mesmo nos momentos de lazer, encerrando-os dentro da sua própria realidade sem que tivessem muitas oportunidades de compartilhar suas experiências com trabalhadores de outras empresas. Obviamente que dessa forma, o controle sobre as greves era mais intenso, embora tal estratégia não tenha sido suficiente para impedir que elas ocorressem (SILVA, 2000; CAVALHEIRO, 2009).

O apito da fábrica, uma espécie de não-lugar nesse espaço que é a cidade, reflete a “voz do patronato ou “chamando” para o trabalho, ou “alertando” os operários para o fim do lazer e hora do descanso diário” (SILVA, 2000, p. 95), e, por isso, deixa transparecer que “o urbanismo, objetivo na aparência (porque estatista, nutrido de competências e de saber), é um urbanismo de classe e encerra uma estratégia de classe (uma lógica particular)” (LEFEBVRE, 1999, p. 142).

A configuração desse espaço a partir da estratégia de classe tem como objetivo criar uma pedagogia que produza seres obedientes, que atendam ao chamado do patrão, que reconheçam nele o poder quase que absoluto, uma espécie de ubiquidade e onipotência que permeiam as consciências e, embora não necessariamente explicitadas, são entendidas e aceitas como tais.

O urbanismo encobre essa gigantesca operação. Ele dissimula seus traços fundamentais, seu sentido e finalidade. Ele oculta, sob uma aparência positiva, humanista, tecnológica, a estratégia capitalista: o domínio do espaço, a luta contra a queda tendencial do lucro médio etc. (LEFEBVRE, 1999, p. 141).

Eis a crítica levantada pela historiadora Cássia Maria Baddini com referência a necessidade da historiografia sorocabana – se é que se pode assim chamar –

perceber a cidade não como “palco da história, mas como produto dinâmico de condições históricas em conflito” (BADDINI, 2002, p. 11). Em outras palavras, pode-se dizer que um breve “passeio” pela história de Sorocaba revela que significativa parcela da população permaneceu à margem das decisões políticas, foi excluída de seus direitos e que tiveram, portanto, seus corpos produzidos para a submissão, corpos dóceis (FOUCAULT, 1987).

Como possibilitar a reversão desse fato? Como fazer com que os corpos submissos se rebelem e proclamem a emancipação que garantirá o “‘direito à cidade’ (isto é, do direito a não ser excluído da centralidade e de seu movimento)” (LEFEBVRE, 1999, p. 135).

Por outro lado, é possível afirmar que os corpos dóceis nunca se rebelam? É óbvio que tal afirmativa não se sustentaria jamais. Basta analisar as estratégias encontradas pelos negros escravizados de Sorocaba na tentativa de burlar o sistema para perceber que a despeito de todo o mecanismo e ideologia utilizados na produção de corpos submissos, a rebeldia estará presente naqueles a quem essa produção se destina.

O uso de espaços públicos que estavam distantes da vigilância para a prática de pândegas e jogos, como expressões de “liberdade”, foi apenas uma das estratégias encontradas pelos negros (libertos ou escravizados) para fugir à submissão imposta. É o caso, em Sorocaba, da região do Rio das Pedras (nas proximidades de onde hoje se localiza a Avenida Afonso Vergueiro), o qual era um local de encontro de jogadores, bêbados, brigadores e pândegos na segunda metade do século XIX (CAVALHEIRO, 2006, p. 69).

Além dessa região, os escravizados encontravam-se em chafarizes, em largos e praças – como a praça Frei Baraúna, o Largo do Pito Aceso e parte do antigo cemitério e que hoje é a Praça Carlos de Campos – a fim de realizarem seus batuques, jogar capoeira, realizar suas práticas religiosas e suas danças, ou apenas para juntarem-se numa conversa regada à bebida etílica... Tudo isso proibido expressamente por meio de Posturas Municipais, mas sempre burladas em suas frestas (CAVALHEIRO, 2006; 2015).

O mesmo se dá com o surgimento dos operários, que serão controlados – como já se viu –, mas que procurarão subverter essa ordem imposta por meio de

motins, greves, criação de sindicatos e associações, participando de eleições, e até na fundação de jornais e na impressão de boletins (CAVALHEIRO, 2009; SILVA, 2000). Uma rebeldia que às vezes transparece em sutis detalhes, como por exemplo, a fundação de uma Biblioteca Operária para suprir o lapso do Estado que não via com interesse a instrução do operariado (CAVALHEIRO, 2009).¹⁷

Por outro lado, nem sempre essas ações foram articuladas de forma a se obter sucesso, como foi o caso da Biblioteca Operária, e muitas vezes se converteram em atos isolados que assustavam, porém não ameaçavam seriamente o poder constituído.

De qualquer forma, tanto em uma ou em outra situação, o que se percebe é que há uma intenção de apagar e silenciar essas experiências, pelo potencial que elas possuem de subsidiar projetos de emancipação, e nisso reside a importância das memórias como “o passado sendo evocado pelo presente” (FEITOSA, 2003, p. 30).

É a evocação desse passado que permite a reelaboração e reinterpretação do presente, estabelecendo um contraponto alternativo ao que está colocado como verdade. Walter Benjamin diz que “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1987, p. 224).

E qual o perigo (ou perigos) que nos atormenta nos dias de hoje? Poder-se-ia dizer que um desses perigos é o da hegemonia e monopólio dos discursos dominadores, sejam eles econômicos, sociais ou políticos, que silenciam outras possibilidades de discurso. Isso porque, tal discurso traz consigo o alicerce de práticas e modos de atuar que perpetuam a opressão.

¹⁷ A Biblioteca Operária foi uma proposta surgida em 1935 com a intenção de instruir e cultivar o hábito de leitura do operariado, já que Sorocaba não contava com Biblioteca Pública. Diante das dificuldades em concretizar um projeto desse porte, a Biblioteca Operária só será uma realidade em 21 de abril de 1945. Funcionou até a década de 1970, quando foi desativada e seu acervo doado para a constituição da Biblioteca Pública Municipal, criada por meio da Lei nº 1942 de 13 de dezembro de 1977 e inaugurada em fevereiro de 1978, ocupando a sede da antiga Biblioteca Operária até 1979 quando foi transferida para o prédio da Rua da Penha, onde hoje se encontra a Biblioteca Municipal Infantil de Sorocaba.

Portanto, a recuperação de memórias dos grupos despossuídos pode colaborar para “despertar pontos de vista calados pela visão oficial do mundo” (GONÇALVES FILHO, 1992, p. 62).

Ademais, essa hegemonia do discurso revela a intencionalidade da construção simbólica do poder, quer pela instituição de lugares de memória – abarcando desde monumentos, toponímias, símbolos oficiais como brasão e hino, fixação de placas indicativas e totens etc. – até a elaboração de projetos urbanísticos, como foi o caso da “revitalização” do centro histórico durante o governo do prefeito Renato Amary¹⁸; pesquisas encomendadas como a que foi realizada em 2002 e determinou que a vocação turística de Sorocaba era voltada para o “turismo de negócios”; bem como a filiação da cidade à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), oficializada no ano de 2006.¹⁹

2.4 - Sorocaba e as Cidades Educadoras

A filiação à AICE pressupõe a aceitação da Carta das Cidades Educadoras, documento que expressa “os princípios essenciais ao impulso educador da cidade” e que teve sua proposta definitiva formulada em 2004 (CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 2004). Dentre os princípios estabelecidos pela Carta está o de que “A cidade educadora deve exercer e desenvolver esta função paralelamente às suas funções tradicionais (econômica, social, política de prestação de serviços), tendo em

¹⁸ A obra durou sete meses e foi realizada em 2003. A maior polêmica foi em relação ao piso colocado em toda a área comercial do centro. O piso era derrapante e causou, por isso, diversos acidentes, alguns dos quais com lesões sérias como quebração de ossos. Naquele ano, no dia 15 de outubro, o deputado estadual “Souza Santos (PL) elogiou a atuação do prefeito Renato Amary, que acaba de inaugurar as obras de revitalização do centro de Sorocaba. “Os trabalhos duraram mais de sete meses e incluíram a reorganização da rede viária e alargamento das calçadas. Além dos benefícios diretos, a modernização do centro deve atrair para a cidade investimentos da ordem de 9 a 10 bilhões de reais”. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=297074>. Acesso em 25 jul 2016. Outra pesquisa realizada sobre o turismo em Sorocaba aponta que “A implantação de hotéis foi inevitável devido ao grande desenvolvimento industrial, fazendo com que os trabalhadores se hospedassem nos hotéis durante a semana de trabalho. O turismo de negócios se tornou o foco do desenvolvimento turístico, buscando assim necessidade de melhorias na infra-estrutura da cidade, e dos hotéis”. Disponível em: <http://www.facilitaja.com.br/historia-geografia-idomas/geografia/estudo/analise-do-papel-do-convention-visitors-bureau-em-sorocaba-35362.html> Acesso em 25 jul 2016.

¹⁹ Ofício SEDU/GS nº 347/2016, encaminhado em 29 de março de 2016.

vista a formação, promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes” (CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 2004, p. 2). Portanto, de acordo com esses princípios, “As razões que justificam esta função são de ordem social, econômica e política, sobretudo orientadas por um projeto cultural e formativo eficaz e coexistencial” (Ibidem).

Entretanto, é possível afirmar que as políticas implantadas a partir da filiação de Sorocaba à AICE visavam atender a todos os habitantes da cidade, conforme preconizava a Carta das Cidades Educadoras? Que elementos podem ser suscitados para confirmar ou negar essa intenção?

O conceito de Cidade Educadora começa a tomar forma em Barcelona, no ano de 1990, onde se realizou em novembro o 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras (CARTA..., 2004). Barcelona estava às vésperas de receber o XXV Jogos Olímpicos, marcado para ocorrer em 1992, e tinha interesse em apresentar uma cidade atrativa para os investimentos privados. Sobre esse fato, Magnani lembra:

Barcelona, outro caso bastante difundido de cidade global, exemplifica uma característica particular dessa tipologia: a busca e o investimento numa “marca” local distintiva. Pois, se de um lado supõe-se que essas cidades dispõem de uma infra-estrutura peculiar – o que termina por equalizá-las –, de outro, é fundamental que cada uma apresente um elemento diferencial, de forma a torná-la competitiva na atração de capitais, de mão-de-obra especializada, na realização de eventos internacionais etc. (MAGNANI, 2002, p. 13)

Portanto, a despeito dos princípios explicitados na Carta das Cidades Educadoras (2004), calcados na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), na Declaração Mundial da Educação para Todos (1990), na Convenção nascida da Cimeira Mundial para a Infância (1990) e na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2001); o objetivo principal da conversão de Barcelona em Cidade Educadora tem de ser visto sob o viés das necessidades do capital, da mudança de uma cidade industrial para um contexto pós-industrial no qual “a cultura redefine-se na sua capacidade de incluir tudo aquilo que tenha que ver com o consumo da cidade: museus, comida, música, espetáculos, centros comerciais, a atmosfera nas ruas, tudo contribui para o negócio da cultura” (BALIBREA, 2003, p. 33).

A intenção da reformulação urbanística e mesmo da instituição de espaços públicos (lugares) de memória possuem um viés de atendimento às demandas do capital, ou seja, na transformação de serviços, equipamentos e estrutura em possibilidades de constituição de “produtos” que poderão ser vendidos, em nome do capital, em nome da mais-valia. Nessa perspectiva, conforme ensina Lefebvre, “a cidade, ou o que dela resta, ou o que ela se torna, serve mais que nunca à formação de capital, isto é, à formação, à realização, à distribuição da mais-valia” (LEFEBVRE, 1999, p.41).

De fato, a afiliação de Sorocaba à AICE coincide com a sedimentação da política neoliberal no município, iniciada em 1996 com o prefeito Renato Amary que trouxe essa nova perspectiva de gestão. Com o prefeito Vitor Lippi, inicialmente sucessor, depois adversário político de Renato Amary, esse processo neoliberal irá se consolidar a partir da adoção de conceitos como Sistema de Gestão Integrada e “Cidade Educadora”.

A cidade foi equipada com um ousado projeto de planejamento urbano que incluiu a construção de complexos viários, interligando zonas distantes umas das outras, e destas para a zona industrial. Criou-se também um “Parque Tecnológico”, ciclovias, parques, “academias ao ar livre” em praças e áreas de lazer que aparentemente elevaram a qualidade de vida dos habitantes de Sorocaba.

Por outro lado, Sorocaba conheceu um momento de proliferação de *shoppings centers*, especialmente em 2012, quando foram anunciadas a criação de seis desses centros comerciais, além dos já existentes. As benfeitorias urbanas realizadas nas principais avenidas da zona norte, sobretudo na Avenida Itavuvu, propiciou a inauguração de 2 desses empreendimentos (Plaza Itavuvu e Cidade), numa região há pouco marcada pela exclusão. Metade dos empreendimentos, no entanto, sucumbiu.

De acordo com matéria do jornalista José Maria Tomazella, publicada no jornal “O Estado de São Paulo” em 3 de abril de 2016, com o título “A cidade dos shoppings fantasmas”, os shoppings Plaza Itavuvu, Tangará e Villagio não tiveram o sucesso desejado. A ânsia consumista parece ter arrefecido os ânimos dos sorocabanos e levou ao entendimento que a cidade não comporta – ao menos ainda – tantos empreendimentos desse tipo.

Paradoxalmente, o *déficit* habitacional de Sorocaba²⁰ tem aumentado consideravelmente e algumas iniciativas governamentais não atingem o seu objetivo por motivos pouco esclarecidos. É o caso da construção de conjunto habitacional no bairro Caguaçu, chamado Residencial Jardim Carandá, cujo sorteio dos apartamentos ocorreu em 2014. Em abril de 2016 a expectativa era a de que as 2560 famílias pudessem finalmente morar em suas casas a partir de setembro, pois somente com a construção da “Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae), que vai atender ao conjunto habitacional, é que os apartamentos serão entregues” (CRUZEIRO DO SUL, 18 abr 2016).

A situação acima causa apreensão e instabilidade para muitas das famílias que esperam, por pelo menos dois anos, a entrega de suas residências. A reportagem do jornal Cruzeiro do Sul anotou, à época, a situação de pessoas que estavam vivendo em situação de vulnerabilidade, por conta do pagamento de aluguel, o que prejudicava o orçamento destinado à própria alimentação diária da família (Ibidem).

Além do déficit habitacional, os moradores de Sorocaba contam ainda com outras deficiências em diversas áreas. A estimativa é a de que Sorocaba deveria ter cerca de 1800 leitos hospitalares, mas conta apenas com 413 (CRUZEIRO DO SUL, 26 abr 2016). Situação semelhante é a que se refere às matrículas em creches: há um déficit de aproximadamente 4130 vagas, de acordo com o Cadastro Único da Prefeitura Municipal. Apesar desse número, apenas 2 creches estão previstas para terem sua construção concretizada, das 26 projetadas para o ano de 2016 (CRUZEIRO DO SUL, 03 abr 2016).

²⁰ Sobre esse assunto, diz Rosalina Burgos: “A cidade de Sorocaba enfrenta um problema de déficit habitacional que perdura há alguns anos. O município possui uma falta de 12 mil moradias de interesse social. São cerca de 70 bairros irregulares em Sorocaba, tais como a Vila Barão, Parque Laranjeiras, Jardim Ipiranga, João Romão, entre outros, situados nas periferias urbanas. Em termos de regularização fundiária, são aproximadamente 20 mil famílias, cadastradas pela Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária no período de 2010 a 2013. O plano do governo municipal anterior, de regularizar 100% dos casos, sequer atingiu 10% do total. Os denominados “núcleos habitacionais irregulares” somam 83 localidades, divididos em dois grupos: dez provenientes de antigos conjuntos habitacionais com irregularidades e o restante oriundo de ocupações por parte de famílias sem teto” (BURGOS, 2015, p. 157).

Porém, se a cidade de Sorocaba honrasse de fato a sua filiação à AICE, essa realidade deveria ser outra, uma vez que, dentro dessa perspectiva, “os governos locais assumem este compromisso e se comprometem pela sua prática com inovadoras propostas em políticas públicas que têm como objetivo encontrar soluções concretas para conseguir ter uma sociedade mais justa, solidária e equitativa” (GADOTTI *et al*, 2004, p. 114).

No entanto, a invenção da “Cidade Educadora” não consegue explicar como uma cidade que ostenta tal título possui mais vontade de criar *shoppings* do que museus ou salas de teatros.

Da razão, da lei, da autoridade, da técnica, do Estado, da classe que detém a hegemonia. Tudo serve para legitimar, para entronizar uma ordem geral, que corresponde à lógica da mercadoria, o seu “mundo” realizado à escala verdadeiramente mundial pelo capitalismo e pela burguesia (LEFEBVRE, 1999, p. 40).

Nesse sentido, a massa é “educada” para o consumo. O lazer é apresentado como um passeio dentro do *shopping center*, um mundo idealizado onde não há barulho, onde não há mendigos solicitando a caridade pública, onde sempre é a mesma hora do dia, a mesma iluminação, o mesmo volume de música, o mesmo cheiro artificial de sacarose no ar. Um lugar em que as vitrines exibem os deuses cultuados com nomes de grifes. O templo do consumo e da idiotia, em seu sentido mais específico.

Ademais, o ato do consumo “é um passatempo absoluta e exclusivamente *individual*”, portanto, a transformação do habitante da cidade em consumidor faz com que os espaços de consumo sirvam como “ajuntamentos, não congregações” (BAUMAN, 2001, p. 114). Então, a inclinação para a transformação dos espaços públicos em lugares de consumo não contribuem para o fortalecimento dos laços de pertencimento, de comunidade. Ao contrário, nos lugares de consumo “qualquer interação dos atores os afastaria das ações em que estão individualmente envolvidos e constituiria prejuízo, e não vantagem para eles” (Ibidem).

Há aqui uma incongruência marcante entre o discurso que embasa o conceito de Cidade Educadora e a prática do que ocorre em Sorocaba, pelo menos. Ocorre que, embora não explícito nos documentos oficiais sobre a Cidade Educadora, o que direciona o conceito é o capitalismo. No entanto, os interesses do capitalismo são

divergentes daqueles que originalmente constituíam a base de uma comunidade, o sentimento comunitário e de coletividade. “Por mais cheios que possam estar, os lugares de consumo coletivo nada têm de ‘coletivo’” (Ibidem).

O obstáculo, porém, é que "o sentimento de uma identidade comum... é uma fabricação da experiência". Se é assim, então quem projetou e quem supervisiona e dirige os templos do consumo são mestres da falsificação e da vigarice. Em suas mãos a impressão é tudo: não é necessário fazer mais perguntas - que, de qualquer forma, não seriam respondidas. Dentro do templo, a imagem se torna realidade. As multidões que enchem os corredores dos shopping centers se aproximam tanto quanto é concebível do ideal imaginário de "comunidade" que não conhece a diferença (mais exatamente, diferença que conte, diferença que requeira confronto diante da alteridade do outro, negociação, clarificação e acordo quanto ao *modus vivendi*). Por essa razão, essa comunidade não envolve negociações, nem esforço pela empatia, compreensão e concessões. Todo o mundo entre as paredes dos shopping centers pode supor com segurança que aqueles com que trombará ou pelos quais passará nos corredores vieram com o mesmo propósito, foram seduzidos pelas mesmas atrações (reconhecendo-as, portanto, como atrações) e são guiados e movidos pelos mesmos motivos. "Estar dentro" produz uma verdadeira comunidade de crentes, unificados tanto pelos fins quanto pelos meios, tanto pelos valores que estimam quanto pela lógica de conduta que seguem. Assim, uma viagem aos "espaços do consumo" é uma viagem à tão almejada comunidade que, como a própria experiência de ir às compras, está permanentemente "alhures". Pelos poucos minutos ou horas que dura nosso "passeio": podemos encostar nos ombros de "outros como nós": fiéis do mesmo templo; outros cuja alteridade pode ser, pelo menos neste lugar, aqui e agora, deixada longe da vista, da mente e da consideração. Para todos os propósitos, o lugar é puro, tão puro quanto os lugares do culto religioso e a comunidade imaginada (ou postulada). (BAUMAN, 2001, pp. 117 – 118).

Da mesma forma, os espaços ociosos apresentam-se como possibilidades de implantação de empreendimentos privados e capitalistas que limitam o acesso ao grande público, servindo assim de elemento de segregação, impedindo o direito à cidade, princípio defendido – em discurso, ao menos – pelo conceito de Cidade Educadora.²¹ A formação desses espaços e lugares constitui em “congregar” os “iguais”, segregando os demais, aqueles que não se ajustam aos mesmos propósitos. No exemplo do *shopping center*, aquele que não consome não pode

²¹ BRARDA e RÍOS (2004, p. 28) dizem que “A carta de princípios [da Cidade Educadora] no seu artigo primeiro nos fala que “todos os habitantes de uma cidade terão direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade dos meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que a própria cidade oferece”. Para que isso seja possível, deverão ser levadas em conta todas as categorias com suas necessidades particulares”.

pertencer àquela “comunidade”. Daí a repressão que existiu aos chamados “rolezinhos”, passeios coletivos de moradores das periferias aos *shoppings* nos primeiros anos da década de 2010.

Como descreve a geógrafa e pesquisadora Rosalina Burgos, ao se debruçar sobre as contradições urbanas da cidade de Sorocaba,

Acompanha este intenso e contínuo processo de ampliação das desigualdades intraurbanas a abertura de novos shopping centers, curiosamente em detrimento do que poderia ser uma maior oferta de espaços e equipamentos públicos na cidade. A lógica do mercado imobiliário tende a transformar grandes superfícies ociosas, tais como as antigas tecelagens, em empreendimentos comerciais, desconsiderando a questão do patrimônio arquitetônico, posto que geralmente apenas a fachada destas antigas edificações é alvo de preservação. Podemos citar alguns dos empreendimentos mais expressivos deste contexto: implantação de dois novos shopping centers numa das avenidas mais importantes da zona norte da cidade, a Avenida Itavuvu que, juntamente com a Avenida Ipanema corta seus inúmeros bairros, consolidados e em formação; um shopping center (Pátio Cianê, que ocupa antiga edificação fabril de relevante valor arquitetônico) e dois centros de convenções na área que pode ser entendida como “centro-expandido”; um novo shopping (da rede Iguatemi), na região sul da cidade, onde já se encontram dois outros shoppings. Além destas grandes superfícies comerciais, destaca-se a diversidade de padrões de condomínios fechados, que têm retalhado a cidade como um todo. Estes são elementos estruturais da paisagem urbana e não correspondem exatamente a uma cidade mais democrática, pois se trata de verdadeiros templos do consumo em detrimento de uma maior oferta de espaços de cultura e educação, a exemplo do que poderia ser implantado como grandes centros culturais, tão necessários para pensarmos no sentido mais pertinente do que possa ser sinalizador de caminhos para a construção do direito à cidade para todos (BURGOS, 2015, p. 156).

A memória que se cultiva é uma evocação ao capitalismo, ao consumo. Os “monumentos” que se criam apontam para essa direção. Se uma hecatombe destruísse a cidade, os arqueólogos do futuro fariam qual interpretação sobre o povo que a habitou? Restos de centros comerciais, ruínas de indústrias e lojas, entulhos de placas de propagandas, de outdoors... Seriam essas as pistas encontradas por esses arqueólogos.

Os complexos viários do programa “Sorocaba Total”,²² nome “fantasia” dado ao Programa Ambiental de Integração Social de Sorocaba, trazem nomes de três lideranças políticas ligadas ao PSDB em nível nacional, o que também reforça a fixação de lugares de memória de uma parcela da política local que se justifica pela falta de alternância do Poder Executivo desde 1996. Esses complexos viários foram batizados de “Mário Covas”, “Ulysses Guimarães” e “André Franco Montoro”. Coincidentemente ou não, tais informações estão disponíveis num site na internet, intitulado “Sorocaba Globalizada”.²³

Atualmente, a humanidade, não vive somente uma etapa de mudanças, mas uma verdadeira mudança de etapa. As pessoas devem formar-se para uma adaptação crítica e uma participação ativa face aos desafios e possibilidades que se abrem graças à globalização dos processos econômicos e sociais, a fim de poderem intervir, a partir do mundo local, na complexidade mundial, mantendo a sua autonomia face a uma informação transbordante e controlada por certos centros de poder econômico e político (CARTA..., 2004, p. 3).

Mesmo admitindo a possibilidade de várias acepções da palavra, fenômeno comum na língua portuguesa, adaptação sempre carregou consigo a tendência maior de ser sinônimo de acomodação, ajuste. Como pode, então, haver um processo crítico de adaptação? Adaptação a que? Ao capitalismo neoliberal? Quais são essas possibilidades que se abrem com a globalização (e a graças a ela)? Formação de mão-de-obra para atender às demandas do capital?

Portanto, parece um paradoxo o fato de que na mesma Carta apareçam trechos como o acima, indicando um teor capitalista (portanto, individualista, classista, racista, sexista e excludente), e, ao mesmo tempo surjam outros trechos em que se defende a promoção de condições de plena igualdade, “para que todos possam sentir-se respeitados e serem respeitadores, capazes de diálogo” e a

²² Com o nome fantasia de “Sorocaba Total” o governo do prefeito Vitor Lippi implantou um programa de construção de acessos de interligação de regiões por meio de construção de vias de acesso, os chamados complexos viários, cortando a cidade e integrando pontos distantes entre si.

²³ O site possui este endereço: <http://www.sorocabaglobalizada.com.br/conteudo/s.total> Acesso em 26 jul 2016. No site não há indicação de quem o tenha construído, mas há indícios de que seja obra do escritor Mario Pereira Neto (há um link na página com acesso a fotos e dados sobre esse autor). É professor de Direito Internacional, palestrante de temas ligados à globalização, cadeirante e autor de livros como “Turismo: Bem vindos à região de Sorocaba”, “Sorocaba século ‘21’”, “Brasil na Globalização”, “Sorocaba Globalizada”, entre outros.

construção de uma cidade que seja “uma verdadeira sociedade do conhecimento sem exclusões, para a qual é preciso providenciar, entre outros, o acesso fácil de toda a população às tecnologias da informação e das comunicações que permitam o seu desenvolvimento” (CARTA..., 2004, p. 2).

No entanto, nem sempre a população tem acesso às tecnologias da informação e da comunicação. O programa de inclusão digital ACESSA-SP, do governo estadual, gestado no governo do PSDB – o mesmo partido que comanda a cidade de Sorocaba desde 1996 – só tem um posto em Sorocaba e ainda assim dentro do complexo conhecido como “Poupa Tempo”. Cesário Lange, Quadra, Tatuí, Porto Feliz, Bofete são cidades da região que possuem o mesmo número de postos do ACESSA-SP. No entanto, Cesário Lange possui 15.540 habitantes; Quadra, 3.236; Tatuí, 107.326; e Porto Feliz, 48.893 (Dados obtidos no portal do IBGE).²⁴ A mesma fonte de informação diz que Sorocaba possui 586.625 habitantes. Por que a discrepância?

Sorocaba possuía um programa similar, conhecido como oficinas “Sabe Tudo”, locais de acesso à internet, com cursos e uso de computadores. Eram 31 unidades que justificavam a ausência do programa estadual na cidade. Porém, como anunciou o jornal *Cruzeiro do Sul*, em 6 de dezembro de 2015, todas as 31 unidades do “Sabe Tudo” seriam desativadas pela Prefeitura sob a alegação de falta de recursos. Com isso, o princípio de que a Cidade Educadora tem de possibilitar o acesso à informação e à comunicação fica prejudicado.

A Biblioteca Municipal é outro exemplo. Cravada no coração do “centro administrativo” da cidade, ao lado da Prefeitura Municipal, é um prédio moderno e bem instalado, mas longe de praticamente todos os bairros e até do centro da cidade. Por isso, comumente se vê um enorme vão vazio, com prédio de pé direito monumental que lembra as obras faraônicas e como elas, inservíveis para a maioria da população.

Com isso, proliferam pelas periferias as iniciativas de fundação de bibliotecas comunitárias ou criadas por particulares para atender as comunidades do entorno. Em 2014, por exemplo, a Biblioteca Comunitária do Parque das Laranjeiras informou

²⁴ Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel> Acesso em 26 jul 2016.

que pretendia expandir a idéia para outros bairros como o da Vitória Régia e Habiteto, descentralizando uma iniciativa surgida em 2002, conforme a reportagem da jornalista Maíra Fernandes publicada no jornal Cruzeiro do Sul em 7 de janeiro de 2014. Há outras iniciativas similares como a Biblioteca Comunitária da Associação Kairós, no Jardim Maria Eugênia; a Biblioteca Comunitária Zumbi dos Palmares (no Bairro Caguaçu e Habiteto – Conjunto Habitacional Ana Paula Eleutério), a Biblioteca Comunitária “Sabotage” no conjunto habitacional Sorocaba K, entre outras.

As justificativas dadas para a proliferação de tantas bibliotecas comunitárias em Sorocaba são sempre as mesmas: a distância e a dificuldade de locomoção dos bairros até a Biblioteca Municipal. Em outras palavras, há um lapso do Poder Público em ofertar um serviço público de informação – e também de comunicação, tendo em vista a existência e possibilidade de uso de computadores, com acesso à internet, na unidade da Biblioteca Pública – a todos os munícipes. Em verdade, a maior parte da população está excluída do acesso a esse serviço.

Talvez na tentativa de minimizar a distância entre o público e os livros da Biblioteca Municipal, foi criado em 2007 o projeto “Vai e Vem”, que disponibilizava livros para empréstimo, sem qualquer burocracia, em carrinhos espalhados por diversos pontos da cidade. Em dezembro 2011, conforme reportagem publicada no jornal Diário de Sorocaba, o projeto contava com 32 carrinhos e chegou a disponibilizar o empréstimo de 36 mil livros naquele ano (DIÁRIO DE SOROCABA, 30 dez 2011). Ocorre que, apesar dos números favoráveis, o projeto não substitui a Biblioteca. Isso porque, dentro de um carrinho cabem poucos exemplares, todos eles pré-selecionados e que nem sempre atendem ao interesse e necessidade dos usuários naquele momento.

Nesse sentido, o programa “Vai-e-vem” é interessante enquanto possibilidade maior de difusão da cultura leitora, mas não elimina a necessidade da descentralização dos serviços de biblioteca. Isso porque a Biblioteca Municipal é um dos aparelhos de maior difusão de cultura de uma cidade. Se o seu prédio se localiza distante da maior parte dos bairros, com dificuldades de acesso, com custos relativamente elevados para o deslocamento até o local, a Biblioteca perde sua função.

O distanciamento de um aparelho cultural tão importante para uma cidade, como é o caso da Biblioteca pública, carrega consigo a produção de um ensinamento, de um processo educativo, que determina que aquele é um espaço elitizado, do qual poucos têm ou podem ter acesso. De acordo com Gadotti *et al* (2004, p. 30) “toda a cidade é educativa, mas não educadora”, pois para atingir esse último patamar a cidade deve contar com “vontade política, [...] participação cidadã e [...] construção de uma estratégia coletiva”.

No entanto, esse serviço, dentro do conceito de uma Cidade Educadora, deveria de ser franqueado e facilitado ao acesso de todos os habitantes. Diz a Carta das Cidades Educadoras que:

A cidade educadora deverá oferecer a todos os seus habitantes, enquanto objetivo cada vez mais necessário à comunidade, uma formação sobre os valores e as práticas da cidadania democrática: o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade e o interesse pela coisa pública, seus programas, seus bens e serviços (CARTA..., 2004, p. 9).

A exclusão – ou a não-facilitação – aos bens e serviços ofertados pela cidade não desmente apenas o conceito de Cidade Educadora – e o discurso que ela produz – mas, também, faz emergir a ideologia da classe hegemônica, que tem por opção política o não atendimento das necessidades de parte significativa da população. Prática política que opta por não reconhecer a existência das diferenças e das desigualdades, sejam elas de qualquer ordem, e, por isso, não cumpre o que determina o próprio documento do qual é subscrevente:

As cidades deverão estar conscientes dos mecanismos de exclusão e marginalização que as afetam e as modalidades que eles apresentam assim como desenvolver as políticas de ação afirmativa necessárias. Deverão, em particular, ocupar-se dos recém-chegados, imigrantes ou refugiados, que têm o direito de sentir com toda a liberdade, que a cidade lhes pertence. Deverão consagrar todos os seus esforços no encorajar a coesão social entre os bairros e os seus habitantes, de todas as condições (CARTA..., 2004, p. 8)

A relação entre o urbano e as pessoas que habitam esse espaço gera uma forma de conhecimento informal, uma educação de como se pretende que ocorra o relacionamento dos habitantes com o meio em que vivem. Em outras palavras, “o conhecimento informal que produz o espaço urbano é também conhecimento sobre o próprio meio” (GADOTTI *et al*, 2004, p. 30). Por esse motivo, a dificuldade de

acesso aos meios culturais, como é o caso da Biblioteca Municipal, traz consigo o “ensinamento” de que tal serviço está disponível apenas a uma parcela da população. Dessa forma, acirram-se ainda mais as desigualdades sócio-econômicas, pois o conhecimento que se produz é o de que os benefícios que a cidade proporciona não são para todos.

O fato é que o discurso da Cidade Educadora não se coaduna em muitos aspectos com a prática que se vivencia cotidianamente na cidade de Sorocaba. Mesmo sendo um discurso que implicitamente defende a lógica capitalista, naquilo em que aparenta a defesa de propostas mais progressistas – como o atendimento a todos os habitantes em suas necessidades, mesmo àqueles que estão na cidade apenas de “passagem” – Sorocaba deixa muito a desejar. E isso pode ser observado também na questão dos lugares de memória.

O tratamento dado aos lugares de memória em Sorocaba desmente, uma vez mais, os princípios da Carta das Cidades Educadoras, que diz que “A transformação e o crescimento duma cidade devem ser presididos por uma harmonia entre as novas necessidades e a perpetuação de construções e símbolos que constituam referências claras ao seu passado e à sua existência” (CARTA..., 2004, p. 6).

Ao contrário, o que se testemunha, ao menos no caso de Sorocaba, é a existência de um planejamento urbano “funcional”, voltado para o consumo e para as relações capitalistas, menosprezando os vestígios do passado como elementos constituintes da memória e, portanto, da identidade cultural.

Casarões e construções antigas desapareceram nas últimas décadas da região central para dar lugar a espaços “vazios” como estacionamentos. Fachadas de outros casarões, como na confluência da rua Barão do Rio Branco e Boulevard Dr. Braguinha são ocultadas por placas de estabelecimentos comerciais. A cidade se transforma e seus recantos são destruídos, a despeito das memórias que carregam. Realiza-se assim uma “higienização” do espaço público.

O planejamento funcional combate esses recantos. Na sua preocupação contra os espaços inúteis, elimina as reentrâncias onde os párias se escondem do vento noturno, os batentes profundos das janelas dos ministérios onde os mendigos dormem. Mas a cidade conserva seus terrenos baldios, seus desvãos, o abrigo imemorial das pontes onde se pode estar quando se é estrangeiro e desgarrado (BOSI, 1994, p. 444).

Se se pensasse neste trabalho como um filme, poder-se-ia dizer que a intenção do primeiro capítulo foi apresentar o roteiro, o *script* dando conta do desenrolar da trama. Este segundo capítulo teria, então, a função de apresentar o cenário, o lugar onde se desenvolve a história: a cidade de Sorocaba dentro do recorte proposto. Os próximos capítulos propõem-se a mostrar seus personagens em ação. Como toda boa história, essa possui protagonistas e antagonistas.

2.5 - Um lugar de memória: Prêmio “Salvadora Lopes”

Embora essa seja a discussão dos capítulos posteriores, é possível aqui levantar alguns dados à guisa de início de conversa. Os exemplos são muitos e beiram à infinitude. Somente como ilustração, pode-se levantar a questão de um prêmio, em forma de Diploma, dado anualmente às mulheres sorocabanas pela Câmara Municipal de Sorocaba. O prêmio intitula-se “Diploma Mulher-Cidadã Salvadora Lopes” e foi instituído a partir da Resolução 309 de 30 de maio de 2006, proposta pela vereadora Tania Bacelli, do Partido dos Trabalhadores.

Esse prêmio pode ser considerado um “lugar de memória”, enquanto auxilia no transporte da lembrança de uma significativa personalidade feminina que lutou pela emancipação da classe trabalhadora de Sorocaba, foi líder sindical e membro do Partido Comunista (CAVALHEIRO, 2001). A história desse prêmio, no entanto, desmente a biografia da própria homenageada, sendo, portanto, um exemplo de como um lugar de memória das classes populares acaba sendo desvirtuado.

O diploma destina-se a “agraciar mulheres que no Município tenham contribuído para o pleno exercício da cidadania, na defesa dos direitos da mulher e questões do gênero”, conforme o artigo 1º da referida Resolução. A norma que instituiu o Diploma foi modificada várias vezes, recebendo novas redações, incluindo a mais atual de número 437 promulgada em 10 de março de 2016.

Quem foi Salvadora Lopes? O seu nome é cultuado e usado para nomear diversos movimentos e associações, desde coletivos a organizações estudantis. De acordo com material de divulgação sobre o “prêmio” / Diploma, a biografia de Salvadora Lopes resume-se no que se segue:

Salvadora Lopes — Líder operária e pioneira do movimento feminista na região, Salvadora Lopes [*em foto de Werinton Kermes*] nasceu em Avaré, em 1918, numa família de espanhóis, e veio para Sorocaba com apenas dois anos de idade. Antes de completar dez anos, deixou a escola e foi trabalhar na indústria têxtil. Em 1930, com apenas 12 anos, participou de sua primeira greve e, aos 21 anos, já era uma líder operária respeitada, chegando a ser presa.

Em 1947, Salvadora Lopes foi eleita vereadora em Sorocaba, mas não tomou posse. Seu partido, o PST, foi indeferido no município pela Justiça Eleitoral e seus 14 vereadores eleitos, praticamente a metade da Câmara Municipal da época, composta de 31 membros, foram cassados.

Salvadora Lopes morreu em 19 de dezembro de 2006, aos 88 anos. Sua vida está retratada no livro *Salvadora!*, do historiador Carlos Cavalheiro, e em um documentário em forma de depoimento produzido por Werinton Kermes e Miriam Cris Carlos.²⁵

A primeira Resolução que instituiu o Prêmio / Diploma “Salvadora Lopes” dizia em seu artigo 4º que “Para proceder a apreciação das indicações e à escolha das agraciadas, será constituído o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã SALVADORA LOPES, composto por um representante de cada partido político com assento na Câmara Municipal”. A partir de maio de 2007, um ano após a instituição do Prêmio, a seleção dos nomes indicados passou a ser de competência da Mesa Diretora da Câmara, de acordo com a nova redação proposta pela Resolução 318/2007: “Art. 3º A indicação da candidata ao Diploma deverá ser encaminhada à Mesa da Câmara Municipal acompanhada do respectivo curriculum vitae e de justificativa no período de 1º de novembro a 15 de dezembro do ano anterior”.

Com isso, entre os nomes anualmente agraciados há o de empresárias, deputadas, vereadoras, médicas, advogadas, secretárias do governo municipal, mulheres que exercem cargos eletivos... E costumeiramente, parentes de vereadores. Não se quer com isso dizer que tais nomes não sejam merecedores do prêmio. Não se trata disso, mas sim de afirmar que a própria Salvadora Lopes teria dificuldade em ver seu nome entre as agraciadas com o prêmio.

Não há entre as indicadas nenhuma mulher operária, socialista (comunista), sindicalista combativa como foi a biografia que Salvadora Lopes construiu para si. E isso implica não só na apropriação do “ícone” Salvadora Lopes como também

²⁵ Disponível em: <http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/sitecamara/noticias/vernoticia?codigoNoticia=6758> Acesso em 27 jul 2016.

demonstra que o que ela representou enquanto cidadã não se faz representar na entrega do Prêmio.

Com isso, cria-se outra memória ressignificando, ou melhor, dando outra conotação para uma figura histórica. Esse fato lembra muito a apropriação da figura de Tiradentes, que serviu a tantos propósitos, muitas vezes difusos e conflitantes entre si. Tiradentes foi um dos heróis apropriados pela Ditadura Militar imposta ao Brasil a partir de 1964, mas também era evocado dez anos antes por nacionalistas na campanha do “Petróleo é Nosso”, e, ainda, como figura emblemática para movimentos de esquerda e até mesmo pelos liberais.

Salvadora Lopes tem seu nome redimido enquanto apropriado de forma mais coerente no momento em que nomeia a “Rede Emancipa de Educação Popular” de Sorocaba, que promove cursinhos pré-universitários gratuitos; ou quando tem seu nome vinculado a um Coletivo Feminista da Faculdade de Direito de Sorocaba.

Salvadora Lopes era uma mulher do povo, que teve de abandonar seus estudos para trabalhar como operária têxtil aos 9 anos de idade. Assim como ela, outras tantas Salvadoras, essas “anônimas”, tiveram sua história construída na cidade de Sorocaba. Mulheres, crianças, homens pobres, negros, índios, operários, trabalhadores braçais, mendigos, prostitutas, leprosos, excluídos sociais, marginalizados, imigrantes, migrantes, despossuídos, sitiados, são tantas as faces, os pés e as mãos daqueles que construíram essa cidade.

“As lembranças [...] têm assento nas pedras da cidade presentes em nossos afetos, de uma maneira bem mais entranhada do que podemos imaginar”, nos diz Ecléia Bosi (1994, p. 443).

Como Caetano Veloso nas ruas de São Paulo, encarando a cidade frente a frente, essas pessoas não vêem o seu próprio rosto. Diferentemente da música cantada por Daniela Mercury, tais pessoas ainda não podem dizer que são a cor de sua própria cidade.

Capítulo 3 – O dia em que o Príncipe substituiu o Prefeito

Costumeiramente pensamos na memória como derivada de construções históricas e sociais que implicam na escolha dos grupos detentores de poder que selecionam o que será esquecido e o que será evidenciado como espaço formador da identidade de determinada comunidade. Afinal, a memória que se constrói como uma releitura do passado e a forma como as comunidades históricas “constituem a sua memória coletiva e como esta lhes permite fazer em face dos acontecimentos presentes [...] não é somente uma conquista, mas também um instrumento e um objeto de poder” (KHOURY, 1991, p. 81) e como tal nem sempre está acessível às camadas populares.

Seria, portanto, o caso de se pensar que as classes dominantes, incluindo aquelas que detêm o poder político no exercício de cargos de administração, teriam interesse em fixar uma memória que justificasse a manutenção desse mesmo poder nas mesmas mãos em que sempre tiveram.

Essas relações se fazem dentro de uma lógica de domínio e de opressão. Por isso, nem todos os espaços são permissíveis a todas as pessoas que habitam ou transitam pela cidade. E o homem se aliena até de si mesmo como construtor da sua própria história que é a história de sua cidade. Os espaços / lugares públicos de memória – como museus, logradouros, monumentos, toponímias de ruas e praças – são, em geral, portadores das memórias dos opressores em detrimento dos oprimidos.

Estes, por não enxergarem seu reflexo no espelho que é a cidade, por não encontrarem referências que digam e gritem que seu nome – ou de seus iguais – está entre aqueles que são sujeitos da história, sente-se invisível e silenciado dentro da cidade que ajudou a construir. Não apenas na construção do concreto, mas, sobretudo, daquilo que não se apercebe pelo tato ou pela visão, ou seja, do seu

imaginário, de suas representações, de seu ideário, dos seus mitos, da sua poesia, da sua inspiração. O “edifício” que ajudou a construir, hoje nem pode olhar, admirar. E essa, talvez, seja a grande violência implícita, aquela que se detecta apenas pelo olhar dos espíritos mais sensíveis.

Daí que se possa observar facilmente quão violenta é a política da Cidade, como Estado, que interdita ou limita ou minimiza o direito das gentes, restringindo-lhes a cidadania ao negar educação para todos (FREIRE, 2001, p. 13).

Nega às gentes a educação, tanto escolar como a que se dá fora dos muros escolares. Porque, se se pensar que ao invisibilizar pessoas e grupos sociais, cria-se uma pedagogia da antialogicidade, o propósito disso só pode ser opressor: o de educar para o silêncio dos atores sociais, especialmente, dos “condenados da terra”, dos oprimidos (FREIRE, 2011). O contrário disso só pode ser a lógica da Pedagogia dialógica, portanto, libertadora. Para tanto, a cidade deveria propiciar a existência e sobrevivência das múltiplas memórias – não apenas dos “vencedores” – de forma a que essa “memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1996, p. 477).

A memória coletiva pode servir tanto para a produção de uma prática educativa que ensine a convivência com a diversidade, no reconhecimento do direito do outro na construção social da cidade, como também se converte num instrumento de libertação, pois se “reconhece nas produções do imaginário uma das principais expressões da realidade histórica e nomeadamente da sua maneira de reagir perante o seu passado” (LE GOFF, 1996, p. 49). Reação essa que acompanhada da reflexão, ou seja, da práxis, torna o homem “um ser do trabalho e da transformação do mundo” (FREIRE, 2013, p. 30).

Entretanto as peças já não se encaixam assim tão perfeitamente. O que ocorre? Por que a negligência aos símbolos de poder e dominação, aos lugares de memória, como será demonstrado ao longo deste capítulo?

Por outro lado, alguns dos símbolos do poder ainda perduram como o monumento ao fundador da cidade. Enquanto isso, espaços se transformam, assim como a paisagem, e territórios são relegados ao esquecimento. Curiosamente, mesmo assim a vida continua pulsando nesses lugares, mesmo com a tentativa de

ressignificação que se tenta impor a eles. Há outros lugares em que o desinteresse pelas classes dominantes é explicitado pelo abandono, pela ocultação, pela falta de zelo. Há ainda lugares cuja pressão de grupos subalternizados fez erigir algo que lembrasse a sua história ou sua luta, mas que depois teve o mesmo destino de ser ocultado. Neste capítulo, tratar-se-á de cada um desses exemplos. Além disso, como exemplificação mais detalhada, será proposto um roteiro por alguns lugares do centro histórico de Sorocaba indicando os lugares de memória invisíveis, ocultos, explícitos e decifráveis.

Antes, porém, é preciso que se entenda como é que se chegou a essas categorias, pela observação e reflexão dos lugares, e como se construiu a convicção de que há um desinteresse generalizado dos detentores de poder pela memória, até mesmo aquela que justifica a sua existência enquanto dominador.

3.1 - O visconde

Essa história tem uma semelhança com a fábula. Uma fábula qualquer, sem que se detenham nos detalhes, mas que sobressaia em seus pontos principais: o aspecto simbólico e o fundo “moral” que se absorve da história. Talvez, mais do que uma fábula, poderia ser um conto de fadas, um conto popular. E como todo conto que se preze, neste há um príncipe. E também envolve um visconde.

O visconde é Francisco Adolfo de Varnhagen, que ganhou o título de Visconde de Porto Seguro, filho de um engenheiro alemão que trabalhava na Real Fábrica de Ferro de São João do Ypanema (hoje pertencente aos municípios de Iperó e de Araçoiaba da Serra). Essa fábrica, constituída em 1811, ficava em território que pertencia a Sorocaba. Em 17 de fevereiro de 1816, Francisco Adolfo nasceu naquela localidade. Por isso, considerava-se “paulista de Sorocaba”.

Teve carreira como diplomata e foi o primeiro a se preocupar em coligir e divulgar a documentação histórica do Brasil, o que lhe garantiu a perífrase de “Pai da História do Brasil”. De acordo com uma reportagem publicada no jornal *Cruzeiro do Sul*, no dia 20 de janeiro de 2016, Varnhagen construiu uma séria e sólida biografia que inclui os seguintes detalhes:

Historiador e ensaísta, Varnhagen nasceu em São João de Ipanema - hoje Iperó - no dia 17 de fevereiro de 1816. Filho de um alemão residente no Brasil com uma portuguesa, mudou-se para Portugal aos seis anos de idade e na Europa elaborou um dos mais completos elogios da História Brasileira à colonização portuguesa.

Estudou no Real Colégio da Luz, em Lisboa, foi diplomata e agraciado pelo governo imperial com os títulos de Barão e Visconde de Porto Seguro, em 1874. Varnhagen morreu em Viena, na Áustria, em 26 de junho de 1878. Como era casado com a chilena Carmen Ovalle, foi sepultado em Santiago do Chile.

Passados cem anos de sua morte, em 1978, o então prefeito de Sorocaba, Theodoro Mendes, juntamente com outros interessados em robustecer a nossa “memória” sorocabana, dentre os quais se destaca personalidades ligadas à Maçonaria, obteve permissão para o traslado dos restos mortais de Varnhagen para que os mesmos fossem sepultados numa herma, ou seja, num monumento-túmulo chantado numa rotatória em frente ao prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba (hoje Uniso).

Revestida de toda a solenidade, o monumento-túmulo foi inaugurado naqueles idos de 1978. É importante ressaltar que tanto cá no Brasil, quanto lá no Chile, nessa época, vivia-se uma ditadura militar. A tratativa para o traslado dos restos mortais, portanto, necessitou a movimentação de uma rede de relações que possibilitassem o diálogo com governos não acostumados a isso.

Com o crescimento urbano, a rotatória foi perdendo seu espaço físico e ficou à mercê da sorte, pois não era impossível que algum veículo desgovernado pusesse abaixo a imponente herma e seu busto, expondo assim a caixa de metal com os restos mortais do visconde.

Depois de muitas tratativas, que demoraram muito mais tempo do que a obtenção de autorização para o traslado do Chile para o Brasil, o Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba (IHGGS), sob a presidência do professor de História Adilson Cezar, conseguiu uma autorização para a remoção da herma para um local mais “seguro”: no Largo de São Bento, próximo à estátua do fundador Baltazar Fernandes.

A retirada dos restos mortais ocorreu em 20 de janeiro de 2016 e revelou que a caixa de metal estava submersa a um acúmulo de água que o tempo providenciou, transformando numa “piscina” o receptáculo dos restos mortais do visconde.

A cerimônia de retirada da abertura da herma e retirada dos restos mortais foi acompanhada pelo professor Adilson Cezar, presidente do IHGGS, pelo titular da Secretaria de Serviços Públicos de Sorocaba, Oduvaldo Denadai; e por Laelso Rodrigues, presidente do Conselho Superior da Fundação Ubaldino do Amaral (FUA), único dos que estavam presentes na cerimônia de 1978.

Não havia nenhum representante do prefeito municipal, nem qualquer membro do legislativo presente nessa ocasião, o que se justificaria pelo fato de ser apenas um “desmonte” do monumento e não uma cerimônia, caso que ocorreria algum tempo depois com a reinauguração da herma em seu novo destino.

No dia 18 de fevereiro de 2016, os restos mortais de Francisco Adolfo de Varnhagen finalmente foram recolocados no monumento, instalado no Largo de São Bento. Numa extensa cerimônia que se iniciou pela manhã e contou com missa e benção dos restos mortais, a caixa de metal foi recolocada em seu lugar no final da tarde daquela quinta-feira.

3.2 - O Príncipe no lugar do Prefeito

Cerca de 40 pessoas acompanharam o evento. Um “púlpito” oficial da Prefeitura, ostentando o brasão da cidade, estava montado em frente ao monumento para as falas das autoridades. O chefe de cerimônia parecia ser funcionário da municipalidade. Esperava-se, portanto, a presença do prefeito municipal diante de tão significativo momento. Afinal, o prefeito em 1978 não mediu esforços para trazer os restos mortais do Chile para o Brasil, porque viu nisso um gesto de “sorocabanismo”,²⁶ ou seja, de valorização das coisas e das pessoas da cidade.

A cerimônia atrasou mais de duas horas, e o público se impacientava com o calor causticante daquela tarde de fevereiro. Logo, um caminhão do Corpo de Bombeiros chegou, fazendo uma manobra para entrar no largo. Sobre o caminhão, a caixa de metal com os restos mortais. Encobrindo a caixa, uma bandeira brasileira, verde e amarela... da época da monarquia! Logo depois da abertura da cerimônia,

²⁶ Termo usual em Sorocaba para se referir a uma espécie de “civismo” sorocabano. Amor às coisas e às personalidades de Sorocaba. Isso incluiria tanto aspectos da História e da Memória, mas também o culto ao “ser sorocabano”, ou seja, ao jeito de ser de quem é ou vive em Sorocaba.

foi chamada à frente a autoridade “máxima” presente naquele evento: o príncipe imperial do Brasil, Dom Bertrand Maria José de Orleans e Bragança, trineto de Dom Pedro II, último imperador do país.

O prefeito municipal não apareceu e nem enviou representante. Portanto, Dom Bertrand “assumiu” na ocasião o lugar que seria naturalmente do chefe do Poder Executivo da cidade. Em plena República, consolidada depois do Plebiscito de 1993, que rejeitou a possibilidade do Brasil voltar a ser uma Monarquia, o Príncipe se torna a figura principal de uma solenidade cívica. O que mudou de 1978 para hoje?

Por que não houve interesse do Poder Executivo em estar presente ou se representar numa solenidade de tal porte e significância? Por qual motivo a República hoje não se sente melindrada com a presença de símbolos monárquicos durante uma solenidade cívica promovida pelo Poder Público (que representa o governo republicano)?

O fato é tão inusitado e inesperado, que forçosamente fomos instados a compará-lo com uma fábula ou conto de fadas. Qual a moral da história? Se ela existe, está oculta. Mas há algo que se pode tirar como lição. Não vivemos mais no tempo em que o poder se preocupa com a fixação de seus símbolos de poder, por meio de monumentos e instituição de lugares de memória, como se preocupava no passado recente.

3.3 - Lugar de memória oculto



Figura 1 - Monumento à eclosão da Revolução Liberal de 1842

A negligência do Poder Executivo em aproveitar o momento de solenidade para reforçar a simbologia do poder é bastante significativa, especialmente por não se tratar de um fato isolado dentro desse contexto de análise. Na confluência da rua São Bento com a Barão do Rio Branco, na intersecção dessas duas ruas, há um totem de pedra – provavelmente granito bruto – marcando a ocorrência no local de um fato histórico: a eclosão da Revolução Liberal de 1842, com a conseqüente aclamação de Rafael Tobias de Aguiar como Presidente da Província, cargo hoje similar ao de governador do Estado.

O dístico “Pro una libera pátria pugnavi”, constante no Brasão e na Bandeira oficial do município de Sorocaba é uma referência ao espírito “liberal” que permeou o imaginário do poder na cidade. Ser liberal foi sinônimo, pelo menos por algum tempo, de “maçom”, de pertencimento a uma tradição política e, ainda, de não ser de “esquerda”, mas sim fazer parte de uma elite paternalista. Disso decorre o interesse do historiador-maçom José Aleixo Irmão em escrever diversos títulos

versando sobre a biografia de Rafael Tobias de Aguiar, sobre a Revolução Liberal de 1842 e, ainda, sobre o Liberalismo em Sorocaba.²⁷

O referido totem representa – ao menos representou na época de sua instalação – um referencial de uma “linha do tempo” de uma tradição política que usa do liberalismo como um mote reelaborado para uma prática de poder escorada numa tradição inventada. “A simbolização é a face visível da representação da realidade”, nos ensina Boaventura de Sousa Santos (2011, p. 217).

Portanto, o totem traz para o concreto aquilo que é imaterial: a ideologia que permeia o poder político que domina a cidade. Coincidentemente, tal poder – que se diz “liberal” – converge em ideais com a presença da Maçonaria na cidade. Não é à toa, portanto, que o totem esteja localizado à frente do local onde, no distante passado de 1842, esteve o prédio da Câmara e Cadeia e, hoje, pertence à maior e mais antiga Loja Maçônica em atividade de Sorocaba, a Perseverança III.

O “Liberalismo sorocabano” torna-se, desse modo, uma tradição inventada e como tal, “toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal” (HOBBSAWN, RANGER, 1984, p. 21).

Para comprovar essa “tradição” do “liberalismo” em Sorocaba, José Aleixo Irmão descreve sua origem e “evolução”:

O liberalismo, em Sorocaba [...] buscava [...] a tolerância religiosa e a limitação dos poderes estatais. Enfim, a descentralização administrativa.

[...]

O liberalismo que chegou até Sorocaba, inspirado nas vozes dos líderes imperiais, do tomo dos irmãos Andradas, do Senador Diogo Feijó, do Senador Paula Souza e tantos outros, teve inspiração pombalina (que foi o modernizador do Estado português, vale dizer, “substituindo a tradição religiosa pela ciência, como sustentáculo do poder político”) visando a valorização da ciência como instrumento para a organização do Estado e da Economia; a defesa da liberdade do comércio e a rejeição restritiva da liberdade dos proprietários; [...]

[...]

Em Sorocaba, Rafael Tobias de Aguiar, foi lídimo representante da corrente liberal chefiada pelos irmãos Andradas, Diogo Feijó e Vergueiro [...]

²⁷ José Aleixo Irmão publicou, com essas temáticas, os seguintes livros: “O liberalismo em Sorocaba”, 1986; “Rafael Tobias de Aguiar, o homem, o político”, 1992; além de volumes do livro “A Perseverança III e Sorocaba”, que tratam da figura do Brigadeiro Tobias e da Revolução Liberal de 1842.

[...]

Havendo nova dissidência no partido liberal sorocabano, surgiu o Partido Republicano, contando com Olivério Pilar, José Antonio Cardoso, Antonio Joaquim Dias, formando a Comissão Diretora.

O Partido Republicano, devido à cisão nas hostes liberais, surgindo de sua ala “avançada”, contou com homens do porte de Ubaldino do Amaral e do jornalista combativo, dono do Diário de Sorocaba, Manuel Januário de Vasconcelos – o Maneco Januário – de Olivério Pilar, José Zacarias de Miranda, Brasília de Barros, João Lício Gomes da Silva, Benedito Antônio Pires, João Marcondes França (ALEIXO IRMÃO, 1986, pp. 9, 14, 15 e 41).

Ao apresentar essa genealogia do liberalismo “sorocabano”, Aleixo Irmão faz questão de vincular nomes de personalidades ligadas à maçonaria. E mais, estabelece uma relação entre “modernidade”, “progresso”, “ciência”, conceitos que estariam estreitamente ligados ao liberalismo político.

Ademais, é de se perceber que na construção de suas frases, Aleixo Irmão deixa transparecer que existia uma espécie de liberalismo “natural” de Sorocaba, melhor dizendo, o liberalismo nessa cidade ganhava conotações especiais que o distinguiam de outras vertentes, de outros lugares. Por fim, o autor apresenta uma continuação desse ideal liberal no Partido Republicano que se formou em Sorocaba e, não à toa, cita nomes de políticos como Olivério Pilar, que era chefe do Partido Republicano (ALMEIDA, 2002, p. 364) e Benedito Antonio Pires, que ostentava a patente de coronel (provavelmente da Guarda Nacional) e que foi presidente de uma das primeiras intendências, nome pelo qual se designava o Poder Executivo no início da República.

De acordo com Aluísio de Almeida, “os presidentes dessas intendências é que mandavam, de fato. Os mais notáveis foram o coronel Benedito Antônio Pires e Joaquim Antônio Dias” (ALMEIDA, 2002, p. 365). Sutilmente, José Aleixo Irmão nos traz que o liberalismo sorocabano se converteu em republicanismo, mantendo o poder nas mãos das mesmas pessoas.²⁸

²⁸ Diz Aluísio de Almeida: “Em 5 de janeiro de 1878 havia retornado ao poder o Partido Liberal que em Sorocaba já estava na Câmara Municipal. Os conservadores subiram de novo a 20 de agosto de 1885, fazem a lei de 13 de maio de 1888 e não agüentando o descontentamento dos fazendeiros, cedem o poder aos liberais em 7 de junho de 1889, derrubados pelas forças das armas. De forma que em todo esse tempos as Câmaras municipais eram de maioria liberal em Sorocaba. Pois a de 1883 – 1886 e a de 1886 – 1889 foram eleitas em pleno domínio dos liberais. Nota-se, no entanto, na de 1880 a presença do chefe conservador, já velho, Francisco Gonçalves, e presidindo uma Câmara em que havia dois liberais do porte de Ferreira Braga e Olivério Pliar. Havia muita compreensão mútua e respeito.

No entanto, a despeito disso tudo, até há pouco tempo esse totem estava cercado de contêineres de lixo, com suportes de bicicleta (“bicicletários”) e outros obstáculos que não permitiam a sua visualização. De monumento justificador do poder a suporte de tampas de contêineres de lixo! Por que tal descaso?²⁹ Afinal, a função de um marco como esse, convertido em lugar de memória, é despertar uma “dimensão *simbólica*, que em geral refere-se aos monumentos e, por conseguinte, às ideologias e instituições presentes ou passadas...” (LEFEBVRE, 1999, p. 83).

Ao dizer que o liberalismo de Sorocaba tinha sua gênese na política pombalina, Aleixo Irmão não somente vincula o poder político à ciência, mas também abre uma frente de luta pelo poder, pois ao estabelecer tal relação o historiador está dicotomizando a luta pelo poder nas duas forças atuantes então: o catolicismo de um lado (“a tradição religiosa”) e a maçonaria liberal (representada pela Ciência) de outro. Essa dicotomia foi muito bem simbolizada em Sorocaba até algumas décadas atrás. Como numa “guerra fria”, havia uma disputa de poder simbólico entre os setores católicos e a maçonaria.

De um lado, a Faculdade de Direito (amparada ou apoiada pela maçonaria); de outro a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (hoje Uniso), mantida pela Fundação Dom Aguirre. De um lado os jornais “Folha Popular” (posteriormente, “Folha de Sorocaba”) e “Diário de Sorocaba” ambos dando voz ao ideário católico; do outro, o Cruzeiro do Sul, mantido pela Fundação Ubaldino do Amaral, ligada à maçonaria. Na rodovia Senador José Ermírio de Moraes (a “Castelinho”), um monumento maçom dando boas vindas a quem chega. Ao entrar na cidade, depara-

Ferreira Braga, que entre 1869 e 1876 fora republicano extremado, em 1876 retira-se um momento de Sorocaba, e voltara puro liberal. Olivério Pilar, fundador do Clube Republicano, também se fez ao menos exteriormente liberal, pois chegou a deputado provincial sem ser pelo Partido Republicano. Ferreira Braga, por fim, o venceu, ficando só na Assembléia Provincial” (ALMEIDA, 2002, pp. 291 – 292). Percebe-se que a mudança de Partido, de Liberal para Republicano e vice-versa, era comum, o que deixa transparecer que as supostas ideologias eram, em verdade, naquela época, apenas nomenclaturas sem nenhum lastro.

²⁹ Esse fato somente se modificou quando no dia 24 de fevereiro de 2016, quando numa entrevista para a TV (Programa “Linha do Tempo”, Local TV, canal 25 da NET), concedida ao jornalista Sérgio Coelho de Oliveira, o autor deste trabalho descreveu aquele como sendo um monumento oculto. Ao terminar a entrevista, na mesma hora, alguns trabalhadores do serviço de limpeza retiraram os contêineres – que não retornaram até esta data, 29 de julho de 2016 – e, dias depois, o bicicletário e todos os obstáculos visuais que impediam a visualização do monumento, foram retirados.

se com a avenida e monumento Dom Aguirre. Essa disputa entre maçonaria e catolicismo estava, portanto, amplamente simbolizada.

Hoje, tais símbolos parecem não mais representar aquilo a que se propunham quando foram instalados. Atualmente, parte da população revolta-se e cria celeuma por conta de um totem com os dizeres “Sorocaba é do Senhor Jesus”, colocado na Avenida Dom Aguirre. Porém, nunca houve contestação dos monumentos maçônicos nas entradas da cidade, desejando boas-vindas a quem entra, como se os proprietários da cidade fossem os maçons. Também, ninguém questionou o fato de existir um monumento ao bispo católico Dom Aguirre na avenida que leva seu nome, assim como, no outro extremo, há uma estátua de Dom Tadeu Strunck, prior do Mosteiro de São Bento em Sorocaba na década de 1930. Também, ninguém se incomoda que entre esses dois monumentos haja outros dos clubes de serviços Lions e Rotary Club. Aliás, por diversas áreas da cidade há monumentos com a “roda dentada” do Rotary Club. Por que esse totem chama tanta a atenção e cria tanta celeuma?

O totem “Sorocaba é do Senhor Jesus” não passa impune. É uma memória que se tenta criar e preservar, sobre uma pretensa maioria cristã na cidade. No entanto, torna-se significativo que parte dos habitantes de Sorocaba incomode-se com esse “monumento”. No embate entre a fixação de memórias, o totem tem sofrido pichações e depredações que demonstram que o seu discurso não é unanimidade entre os sorocabanos.

Não somente não reflete uma opinião unânime – ou de uma esmagadora maioria – como incomoda ao ponto de incentivar ações de insurgência. Curiosamente, como já dito, outros símbolos de pretensos poderes não sofrem tanta rejeição. Provavelmente, esse mesmo totem não sofreria também, se tivesse surgido há décadas. Porém, nos dias atuais, a sua existência parece ser uma afronta, um discurso carregado de ideologias que não se coadunam com a sociedade que temos hoje.³⁰

³⁰ Nesse sentido, foi significativa a votação do Plano Municipal de Sorocaba, na Câmara Municipal de Sorocaba, no dia 24 de junho de 2015, no qual participaram grupos religiosos e organizações estudantis e dos movimentos LGBT, que se confrontaram por conta da exclusão do Plano de temas relacionados a questões religiosas e a questões de gênero (CRUZEIRO DO SUL, 25 jun 2015).

Alguns autores falam de uma crise do paradigma dominante, como Boaventura de Sousa Santos, Michel de Certeau, Peter Berger, Thomas Luckman e Frei Betto. Essa crise de paradigma nada mais é do que a percepção de que o modelo de Estado, sustentado pela hegemonia do conhecimento da Ciência, está em vias de ser superado. Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos:

O modelo de racionalidade que preside à ciência moderna constituiu-se a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvido nos séculos seguintes basicamente no domínio das ciências naturais. Ainda que com alguns prenúncios no século XVIII, é só no século XIX que este modelo de racionalidade se estende às ciências sociais emergentes. A partir de então pode falar-se de um modelo global (isto é, ocidental) de racionalidade científica que admite variedade interna, mas que se defende ostensivamente de duas formas de conhecimento não científico (e, portanto, potencialmente perturbadoras): o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos (em que se incluiriam, entre outros, os estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos e teológicos).

Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas regras metodológicas.

[...]

São hoje muitos e fortes os sinais de que o modelo de racionalidade científica [...] atravessa uma profunda crise.

[...]

A crise do paradigma dominante é o resultado interativo de uma pluralidade de condições. Distingo entre condições sociais e condições teóricas (SANTOS, 2011, pp. 60 – 61, 68).

Peter Berger e Thomas Luckman trazem uma discussão sobre a crise de sentido na modernidade, originária do pluralismo produzido pela sociedade capitalista de massa. Esse pluralismo moderno teria como causas, entre diversos fatores, o crescimento populacional e migração, gerando o aumento das cidades e a conseqüente pluralização no sentido físico e demográfico. Além disso, a industrialização como fator de atração de pessoas para os centros urbanos propicia a mistura de “pessoas dos mais diferentes tipos e que as forçam a chegar a um entendimento mais ou menos pacífico”, garantido pelo estado de direito e pela democracia (BERGER, LUCKMAN, 2004, p. 49). Acresce-se ainda nesse quadro “os meios de comunicação de massa que exibem constantemente e com insistência uma pluralidade de modos de pensar e viver” (Ibidem). Esse conjunto todo – e talvez caibam aqui outros fatores que tenham escapado aos autores – fará com que o

pluralismo se torne “plenamente atuante e, com isso, também uma de suas conseqüências: a crise “estrutural” de sentido” (Ibidem).

Por sentido, os autores entendem “a consciência de que existe uma relação entre as experiências”, ou seja, “quando um núcleo de experiências se separa da base de vivência, [e] a consciência capta a relação desse núcleo com as outras experiências” (BERGER, LUCKMAN, 2004, p.15). Por isso, admitem que o pluralismo moderno gera a crise da modernidade.

O pluralismo moderno leva a um enorme relativismo dos sistemas de valores e da interpretação. Em outras palavras: os antigos sistemas de valores e de interpretação são “descanonizados”. A desorientação do indivíduo e de grupos inteiros por causa disso já é tema principal há muitos anos da crítica da sociedade e da cultura. Categorias como “alienação” e “anomia” são propostas para caracterizar a dificuldade das pessoas de encontrar um caminho no mundo moderno (BERGER, LUCKMAN, 2004, p. 50)

Em palestra realizada na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba, em 4 de setembro de 2015, Frei Betto discorreu sobre o tema “Crise da modernidade: Cidadão x Consumista”, na qual expôs o pensamento de que “Na Idade Média era a religião, na Idade Moderna a ciência e a tecnologia, na Pós-Modernidade, por enquanto, podemos dizer que é o mercado”. Aludiu ainda ao uso da internet e das redes sociais como “vitrinas” para exposição das pessoas como mercadorias, além de afirmar que a versão neoliberal da globalização é, em verdade, uma “globocolonização”. Essa conjuntura apresentada por ele seria responsável por uma crise de paradigma, pois o “mercado”, como referencial para os tempos atuais, estaria entrando em crise de saturação.

Michel de Certeau fala sobre uma crise de credibilidade, de confiança nas instituições e nos “valores” socialmente construídos. Para ele, “‘valores’ que se apoiavam em adesões e todo um sistema de participações caem”, diante dessa crise de confiança (CERTEAU, 2012, p. 26). A crise de confiança se dá pela degeneração das autoridades, que são “o ar que torna uma sociedade respirável” (CERTEAU, 2012, p. 23), mas que se contaminam e se viciam, gerando a desconfiança.

É de se pensar se tudo isso que esses autores apontam, indicando uma crise (de sentido, de paradigma, de confiança, de autoridade...), não seria causa – ou mesmo conseqüência – do desinteresse do poder pelos seus símbolos. Afinal, uma

crise nessa dimensão atinge o Estado, ao menos da forma como se conhece e historicamente se construiu a partir da modernidade, e, portanto, tudo aquilo que o simboliza.

Não seria essa uma das causas do desinteresse atual dos cultos cívicos nas escolas, sobretudo públicas? Os cultos cívicos que eram tão zelosamente organizados, hoje não encontram receptividade entre os estudantes e, muitas vezes, entre o corpo docente e até entre a equipe gestora da unidade escolar. Obviamente, que se pode alegar que tal obrigatoriedade nas escolas advém do tempo do militarismo e que esse “ranço” causa desconforto. De fato, a obrigatoriedade de se cantar o hino nacional está imposta pela Lei 5700, instituída em 1º de setembro de 1971, em pleno regime de ditadura militar no Brasil. No entanto, tal lei foi atualizada em 2009, com a alteração do parágrafo único do artigo 39, com o seguinte texto: “Nos estabelecimentos públicos e privados de ensino fundamental, é obrigatória a execução do Hino Nacional uma vez por semana.” Essa atualização foi feita por meio da Lei 12031, promulgada em 21 de setembro de 2009, dentro do regime democrático, num governo supostamente de ideologia de “esquerda”. Qual a justificativa, então, para a dificuldade no cumprimento dessa lei? Não se pode agora recorrer ao “mal-estar” de uma lei emitida por um governo ditatorial. Nem se pode alegar que os símbolos do Estado interessam apenas aos partidos de “direita”. A verdade é que a própria emissão de uma lei, obrigando a execução do Hino Nacional nas escolas, já demonstra o desinteresse em executá-lo.

O simbolismo que pretensamente o Hino evocava perdeu-se. Os tempos são outros e exigem novas organizações, novos símbolos. Não há como recuperar o que já perdeu significado, a não ser estabelecer algo novo.

Portanto, a crise de paradigma atinge a todos os pilares que sustentam a sociedade atual, incluindo a esfera política (em sua organização, valores, modo de agir, etc.) e, conseqüentemente, todos os símbolos nos quais ela se escora. Se o objetivo do Hino Nacional é despertar o “amor pela Pátria”, o patriotismo, esse não é atingido por conta da falta de interesse das pessoas em executá-lo. As justificativas para isso são várias, incluindo a dificuldade de entendimento de um texto formal composto no século XIX. Mas a verdade é que o símbolo se esvazia de seu significado, sendo retomado, com fervor, durante eventos como a Copa do Mundo.

Por que durante a Copa, o Hino ainda é capaz de emocionar enquanto se torna vazio de sentido e de significado quando executado em cerimônia cívica nas escolas?

A resposta mais provável é a de que o Hino sofreu um processo de ressignificação, processo esse auxiliado pela valorização que os meios de comunicação de massa dão a esse momento, insuflando-o com outros valores, que acabam por ter um sentido durante a Copa de Futebol, mas que se perde quando se tenta transportá-lo para outro ambiente, em outra circunstância, com outro objetivo.

Estabelecendo um paralelo entre o Hino Nacional e outros símbolos “cívicos”, poder-se-ia dizer que os monumentos, especialmente aqueles que servem como escoras para justificar o poder dominador, também perdem o sentido no instante em que a autoridade é questionada em sua credibilidade (CERTEAU, 2012). E, talvez, no Brasil de hoje estejamos num momento privilegiado para entender isso.

Quando as manifestações de junho/julho de 2013 ganharam as ruas, o que mais deixou perplexos os comentaristas políticos era o fato de que não havia uma organização formal, como até então acostumara-se a ver, e, por isso mesmo, houve um consenso entre os participantes de que não se permitiria a participação de partidos políticos. As pessoas que portavam símbolos partidários – bandeiras, camisetas, botons – foram convidadas a se retirarem da manifestação. Contudo, tanto em Sorocaba como em outros lugares, as bandeiras anarquistas (preta ou preta e vermelha) foram permitidas.

Isso demonstra que a crise na credibilidade das instituições políticas, entre elas os partidos, é uma realidade. Como em todo o momento de crise, as pessoas buscam saídas, soluções. É natural, portanto, que anos depois as manifestações de rua tenham se convertido em púlpitos que pediam a volta ao militarismo ou apontassem para a extrema-direita. Mas o que se sobressai disso tudo é o mal-estar que parte da população demonstra às instituições que hoje representam o poder. É o que justificaria a hostilidade e as vaias que receberam os políticos do PSDB

durante uma manifestação pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, ocorrida em São Paulo no dia 13 de março de 2016.³¹

Portanto, os símbolos do poder precisam ser repensados (ou mesmo ressignificados) para que tenham algum sentido hoje, já que produzidos num passado sob a égide de outro momento.

3.4 - Memória e símbolos de Sorocaba

No caso de Sorocaba, os pilares do simbolismo de identidade das camadas dominantes – especialmente com a instituição de monumentos, da criação da data oficial de aniversário, instituição de brasão, etc. – se consolidam a partir de 1954. Essa data não foi escolhida à toa. A capital paulista comemorou naquele ano, com exacerbado entusiasmo o IV Centenário da cidade. Todo um imaginário se criou a partir dessa comemoração. As famílias “tradicionais”, por exemplo, passaram a ser chamadas de “quatrocentonas” numa referência à mesma antiguidade do povoamento do local. Criou-se até um doce, o “Dadinho”, que até hoje ostenta em sua embalagem a alusão ao IV Centenário. Dos documentos antigos de Sorocaba, alguns que traziam o nome da localidade, datavam de 1654, exatos cem anos depois da fundação de São Paulo.

Pois bem, se recuasse a data para 1654 – e não mais 1661 que era a data da elevação à Vila – teria que se mudar o dia também, uma vez que 3 de março, o dia do aniversário, era referente ao evento da elevação. Escolheu-se o dia 15 de agosto, dedicado à Assunção de Nossa Senhora,³² por ser a padroeira da cidade uma invocação mariana (Nossa Senhora da Ponte). A proposta, parece, partiu do historiador Aluísio de Almeida, pseudônimo do Monsenhor Luis Castanho de Almeida. Como sacerdote católico, faria todo o sentido tal indicação.

Resultado da instituição do III Centenário de Sorocaba: criação do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba (IHGGS); a instituição do Museu

³¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/03/alckmin-e-aecio-sao-hostilizados-na-chegada-manifestacao-na-paulista.html> Acesso em 1 ago 2016.

³² Na tradição católica, Nossa Senhora teria sido elevada aos céus, com o seu corpo físico, no dia 15 de agosto de 43 d.C., fato esse conhecido como Assunção (aos céus) de Maria.

Histórico Sorocabano; o levantamento de monumentos (ao fundador Baltazar Fernandes, Fonte Luminosa da Praça Ferreira Braga, Monumento Relógio da Praça Francisco Scarpa, Monumento ao Tropeiro, Monumento Santa Cruz da composição, possivelmente o Monumento ao Bandeirante (este não traz a data em que foi chantado); fundação de Escola de Samba (com o nome de III Centenário, que tinha como dirigente o Mestre Lazinho); além de comemorações cívicas.

É significativo todo esse movimento. O relógio e a fonte, por exemplo, foram doados respectivamente pelas colônias japonesa e sírio-libanesa. O monumento ao Baltazar Fernandes foi presente da colônia espanhola. O monumento ao tropeiro foi uma homenagem das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo S/A. O da Santa Cruz aparece como homenagem da “cidade agradecida”. A escola de samba surge como um contraponto às outras associações similares da cidade, valorizando a matriz cultural afro, especialmente no tocante à execução dos instrumentos de percussão. Coincidentemente, era a escola que recebia mais atenção repressiva por parte da vigilância policial (CAVALHEIRO, 2006). As outras iniciativas pretendiam sedimentar as bases da versão oficial da história.

Essa movimentação revela uma cidade plural, mas também repleta de tensionamentos. A comunidade negra, por exemplo, despojada de poder aquisitivo, entendeu que a fundação de uma escola de samba era a forma ideal de “contribuir” para o aniversário da cidade. No entanto, a participação nessa comemoração não impeliu a comunidade a se isentar de seu esteio cultural. Ao contrário, aquela comunidade, remanescente da construção territorial negra estabelecida décadas antes com o taumaturgo João de Camargo, fez questão de reforçar as suas características culturais (CAVALHEIRO, 2015). Por outro lado, colônias com poder aquisitivo melhor fizeram questão de se apropriar daquela história, daquele momento em que se sedimentava a construção das bases da memória histórica local e “oficial”.

A indústria, baluarte do imaginário daquela época, também se fez presente e com um significado bastante interessante. Francisco Matarazzo, quando veio ao Brasil, estabeleceu-se em Sorocaba. Foi nessa cidade, praticamente, que começou a sua fortuna, com a idéia inovadora – hoje se diz empreendedora – de enlatar banha de porco. O ideal construído em torno da figura do tropeiro remete a isso: o

empreendedor, aquele que “rompe” as fronteiras e vai até o sul do continente em busca do luar, para trazê-lo a Sorocaba e distribuí-lo ao restante do país.

Antes, o bandeirante já havia sido elevado ao “Olimpo” da História paulista.

Ronaldo Vainfas relata que o mito acerca do bandeirante foi sendo construído ao longo do tempo, entre o século XIX e início do XX. Sobre isso, diz:

De todo modo, o bandeirantismo e os bandeirantes figuram entre os grandes mitos da historiografia brasileira, sobretudo a produzida em São Paulo ou laudatória dos paulistas, no século XIX e inícios do XX. O viajante francês Saint-Hilaire, que esteve no Brasil entre 1816 e 1822, encantou-se com as conquistas dos paulistas e escreveu sobre os longos percursos das bandeiras e a expansão territorial, considerando-os como pertencentes a uma “raça de gigantes”. Essa expressão tornou-se célebre ponto de referência para a criação do herói bandeirante. Taunay e Alfredo Elis Jr., historiadores do início do século XX, consideravam os bandeirantes como responsáveis pela atual dimensão territorial do Brasil. Oliveira Viana também forneceu elementos para a construção do mito dos bandeirantes, descrevendo-os como homens instruídos e acostumados ao luxo. Foi Capistrano de Abreu, no entanto, quem inaugurou uma vertente historiográfica dedicada a contestar a figura heróica do bandeirante. A partir da documentação jesuítica, destacou o emprego da violência, a destruição das reduções religiosas e a escravidão indiscriminada dos índios. Viana Moog seguiu a mesma trilha, relacionando a ação bandeirante com as práticas predatórias que se perpetuam na história do Brasil, a falta de interesses coletivos, a busca de fortuna rápida e instabilidade social. Alcântara Machado, em 1929, foi autor que inovou muito no estudo dos bandeirantes. Relativizou o mito dos bandeirantes, sem negá-lo de todo, e foi pioneiro, entre nossos historiadores, no uso de inventários e testamentos. Constatou que os bandeirantes não eram nobres nem ricos mercadores, como defendia Oliveira Viana, senão modestos lavradores, pequenos mercadores e aventureiros rústicos. Mostrou que se dedicavam à agricultura de subsistência e à captura de índios pelo interior (VAINFAS, 2000, pp. 64 – 65).

O mito do heroísmo bandeirante se constitui como elemento que justificaria a liderança política de São Paulo nos anos da República Velha, dominada, sobretudo pelos coronéis da cafeicultura paulista. O bandeirante surge como o alicerce moral do empreendedor, do desbravador, “plantador de cidades”, pertencente a uma “raça de gigantes”. Esse mito se perpetuou por longos anos. Em Porto Feliz, cidade distante 25 quilômetros de Sorocaba, a epopéia do passado das expedições fluviais dos bandeirantes que navegavam o Rio Tietê e outros até alcançar as terras auríferas de Cuiabá, chamadas de Monções, ainda é comparada com as grandes navegações européias.

Dizem os porto-felicenses que “os portugueses descobriram o Brasil por fora e que os monçoeiros o descobriram por dentro”, querendo dizer com isso que a ocupação do interior do país se deu, em grande medida, pela ação bandeirista ou monçoeira. Os símbolos oficiais da cidade – Hino, Brasão e Bandeira – remetem a esse passado “heróico”, da epopéia das Monções.

Curiosamente, em 1972, na descrição do Brasão da cidade, de acordo com a lei, aparece o seguinte relato:

Os tenentes lembram o elemento humano na figura do bandeirante, com vestimentas típicas lembrando o vulto sobejante conhecido de nossa heráldica, embora com restrições por parte dos estudiosos da nossa história-pátria, quando afirmam que o verdadeiro bandeirante não usava chapéus e botas – andava descalço e de calções curtos, com o gibão de couro cru forrado de algodão, usado como defesa contra as flexas dos índios.³³

Aluísio de Almeida, responsável pela construção da História oficial de Sorocaba, era subsidiário dessa construção heróica do bandeirante. Não é à toa que ele diz que os “tropeiros, que sucederam aos bandeirantes, eram sobretudo negociantes e tangedores de muares chucros, e muitos deles sorocabanos” (ALMEIDA, 1969, p. 65).

Aluísio de Almeida é citado respeitosamente diversas vezes por Afonso de Escragno Taunay, especialmente na obra “História das Bandeiras Paulistas”, o que denota a convergência de entendimento entre os dois historiadores. Almeida é subsidiário do pensamento desenvolvido por Taunay e outros historiadores, como Alfredo Ellis Júnior, para quem os bandeirantes pertenciam a uma “raça de gigantes”.

Gigantes responsáveis pelo aumento do tamanho da terra nacional, “afastando fronteiras e criando o Brasil atual” (AMARAL, 1969, p. 91). Gigantes de proezas inenarráveis...

E os paulistas se arrancharam por fora buscando sempre a vizinhança do mato para se comunicarem com as feras de quem herdavam os corações e naquelas partes que melhor se lhes ofereciam ao gênio, levantaram suas

³³ Lei 2033 de 28 de agosto de 1972 – Dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos do município de Porto Feliz, e dá outras providências.

moradas com espaçosas varandas para pérgolas de seus passeios e armamentórios em que ostentavam grandes cabides de armas por fartos indicantes das assaz dissimuladas proezas que faziam com que cada um deles afetava o ser um Átila dos emboabas (TAUNAY, 1954, p. 97).

O imaginário da altivez bandeirante surge como justificativa para a hegemonia paulista, tanto do ponto de vista econômico como, sobretudo, do ponto de vista político, especialmente durante a República Velha, na qual os políticos paulistas, representantes da aristocracia cafeeira, eram os mandatários. Na Revolução Constitucionalista de 1932, quando São Paulo tenta novamente encontrar um espaço de atuação política no cenário nacional, com a propaganda constitucionalista, a figura do bandeirante é retomada como símbolo da origem da “raça paulista”. Originária do cruzamento do indígena com o português, a miscigenação é enaltecida como formadora do caráter paulista e justificadora de seus empreendimentos e de suas atitudes. Por isso, “o mameluco surge, com sua audácia e, abandonando a inércia da defesa, prepara-se para a ofensiva contra o sertão” (BELMONTE, 1941, p. 25).

Assim a primeira fase dos fastos da devassa do solo brasileiro é a da caça ao índio, nascida de um determinismo econômico.

Em São Paulo o frio e a geada não permitiam o surto açucareiro, mas as expedições dali partidas pelas terras a dentro, obedientes a uma consuetude racial, vinda dos contatos luso-africanos do século XV, desde os anos do Infante, dedicaram-se a faina da preia com vigor não igualando em qualquer outra região da colônia.

Há, aliás, ainda a considerar que a miscigenação Planaltina, incutira nos mamelucos euro-americanos novas tendências reforçadoras de tal mentalidade, pois é bem sabido que as razias escravistas se praticavam correntemente entre as tribos de que procediam, na própria Piratininga (TAUNAY, s/d, pp. 19 – 20).

Com isso, a evolução econômica de São Paulo era justificada pelo espírito paulista, tendo em vista que os lusitanos e os mamelucos “na capitania vicentina penetravam resolutamente pelo planalto ahi fundando burgos que attestaram o seu espírito emprehendedor” (ELLIS JUNIOR, 1937, p. 173). Talvez resida aí, também, o interesse e a “contribuição do sr. Washington Luiz” em ter “divulgado, quando prefeito do município, as atas e papéis da edilidade paulistana, pondo ao alcance de todos nós os materiais para a reconstrução da vida administrativa da cidade colonial” (ALCÂNTARA MACHADO, 1972, p. 16).

Washington Luiz que, curiosamente, após ter sido também governador do Estado (presidente do Estado, na época), foi o último presidente representante da oligarquia paulista, deposto pelo golpe getulista de 24 de outubro, na chamada Revolução de 1930. Ironia do destino! O político e historiador que, embora nascido em Macaé (RJ), representava os interesses paulistas. Foi esse político quem divulgou o conteúdo dos documentos coloniais de São Paulo, “aproveitados imediatamente em trabalhos judiciosos pelo sr. Afonso de Taunay” (Ibidem).

Ao alcançar presidência do Estado, Washington Luiz promoveu ainda “a reprodução dos inventários antigos, salvando-os assim do esquecimento injusto e da destruição inevitável a que estavam condenados” (Ibidem), oferecendo, de outra forma, o alicerce em que se sustentou a construção do imaginário bandeirante.

A nobreza dos primeiros paulistas também encontrou escoras nas leituras de tais documentos, realizadas especialmente por Taunay e Ellis Junior. Esse sentimento “eupátrida” ou “patrício” justificará, também, a formação das elites “caipiras”, como diria Aluísio de Almeida, nas cidades paulistas. O padre historiador vangloriava-se de sua origem nobiliárquica, ainda que – e acima de tudo – mestiça.

Mas agradeço a Deus por ter algum sangue do Fundador de Sorocaba e dos Patriarcas de todos nós, João Ramalho e Tibiriçá. A maioria dos meus leitores de ascendência européia e que entram na História de Sorocaba no ciclo industrial não tem, talvez, ainda o sangue mestiço dos bandeirantes mas, adaptando-se à terra e educando-se tem algo mais puro e diáfano, o espírito bandeirante que explica todo o drama da História sorocabana e brasileira, e ninguém diga desta água não beberei, porque cada vez mais os filhos dos heróicos imigrantes se entrelaçam pelo casamento aos netos dos bandeirantes, na única cultura (não digo raça) luso-brasileira-ocidental-cristã (vice-versa, tenho sobrinhos de sangue espanhol e italiano e primos de sangue sírio) (ALMEIDA, 2002, p. 133).

É dentro desse contexto da historiografia paulista, de enaltecimento do bandeirante como mito de origem de São Paulo, que o historiador sorocabano desenvolveu sua perspectiva histórica sobre a cidade de Sorocaba.

O mesmo ideário construído para o Bandeirante, como um alargador das fronteiras, como um semeador de cidades, se ajustará a figura do tropeiro, elevada como “mito de origem” do povo sorocabano, do modo de ser e agir desse povo. O industrial aparece como uma “consequência” do tropeiro, numa linha histórica, como se isso fosse possível. Nas palavras da historiadora Cássia Maria Baddini,

O resgate da memória “tropeira”, justificado por uma intenção de integração política e cultural entre as populações camponesas e as camadas urbanas menos favorecidas com as elites locais, recria o passado de forma a cristalizar valores dessa mesma categoria social, na medida em que submete a compreensão histórica a interesses orientados pelo processo de industrialização e urbanização por ela efetivado. Esclarece, dessa forma, o maior valor da ciência histórica: o seu compromisso político com o presente (BADDINI, 2002, p. 31).

Em outras palavras, a figura do tropeiro, na releitura que se fez no presente, serve para embasar e justificar a orientação capitalista que a cidade segue, com todo o discurso que decorre dessa opção, como o do progresso, da modernidade, do avanço tecnológico, do empreendedorismo. Assim se constrói essa figura do “tropeiro”, que na interpretação dos pesquisadores sorocabanos identifica um tipo social próprio das feiras de animais e que representaria os valores culturais da sociedade sorocabana, [mas que] emerge da documentação com um significado particular àquele contexto urbano, muito distante dessa caracterização” (BADDINI, 2002, p. 275).

Então, em 1954 aquele monumento ao tropeiro, totalmente idealizado, representou uma espécie de “ofertório” ao espírito industrial e capitalista da então “Manchester Paulista”. A sua localização, na Avenida São Paulo, antigo caminho para a capital, aponta simbolicamente para a metrópole, para o ideal de cidade que se quer construir alicerçada nos ideais capitalistas. Não é sem qualquer significado que a sede do poder Executivo, o Paço Municipal, chama-se “Palácio dos Tropeiros”.

Em agosto de 2015, num dos momentos mais cruciais da crise política e econômica atravessada pelo país, o jornal *Cruzeiro do Sul* publicou a sua tradicional revista comemorativa ao aniversário da cidade. A mensagem de toda aquela publicação pode ser resumida numa frase: sairemos da crise porque nosso passado tropeiro e empreendedor nos garante isso. Em suma, a recuperação da imagem do tropeiro como o empreendedor que venceu as dificuldades moldou no sorocabano o mesmo espírito, capaz de superar a crise.

No entanto, sinais do desgaste desse simbolismo começam a aparecer. Como bem salientou a historiadora Cássia Baddini, “na década de 1990, as festas [do tropeiro] tomaram um formato que preocupou os idealizadores. O apoio de

empresas locais ao evento, canalizando desproporcionalmente os recursos para a promoção de espetáculos musicais e comércio paralelo, ameaçou descaracterizar a comemoração, arriscando o objetivo de resgatar a “identidade tropeira” de Sorocaba” (BADDINI, 2002, p. 31). Na mesma década, “a Prefeitura Municipal, alegando falta de recursos financeiros, passou a investir menos na “Semana do Tropeiro”. O resultado foi o redimensionamento do evento entre 1993 – 95, assumindo uma forma mais didática e educativa junto a escolas e bairros” (Ibidem).

Em 15 de maio de 2010, o jornalista José Antonio Rosa, do jornal Cruzeiro do Sul publicou a reportagem em que noticia que uma palestra do pesquisador sobre tropeirismo Álvaro Augusto Antunes de Assis não foi realizada porque ninguém se interessou em comparecer. Mesmo estando em praça pública, “vestido à caráter”, não conseguiu chamar a atenção do público. A matéria, intitulada “Cultura tropeira em perigo!”, traz a seguinte declaração:

Sorocaba precisa reavaliar, o quanto antes, a importância do tropeirismo, sob pena de o ciclo que ajudou a alavancar a economia e forjou a identidade do município se tornar um simples registro histórico. O alerta foi feito ontem pelo pesquisador Álvaro Augusto Antunes de Assis, que deveria ter falado ao público no Campolim. Deveria, porque a atividade da Secretaria de Cultura não despertou o interesse de quem por lá passou. A ida do pesquisador ao espaço integrou a agenda complementar da Semana do Tropeiro “Vera Ravagnani Job”, que acontece entre os dias 24 a 30 de maio. Já foram realizados encontros culturais em bairros e escolas de Sorocaba, que têm como objetivo apresentar aos jovens, crianças e comunidade os aspectos do cotidiano tropeiro, dos animais e da importância desse período no desenvolvimento regional e nacional (CRUZEIRO DO SUL, 15 maio 2010, p. D 3)

Segundo a diretora do Museu Histórico, Sonia Nanci Paes, ouvida pela reportagem à época, “desde o começo do mês estava acertada a participação de alunos de escolas particulares localizadas na região. Ninguém, entretanto, compareceu” (Ibidem). Qual o significado desse desinteresse pelo “mito fundador” do chamado “sorocabanismo”? Por que não houve, por parte do Poder Público, um empenho maior em não frustrar um evento como esse?

Poder-se-ia alegar que o Poder Público forneceu toda a estrutura para que o evento ocorresse e que não pode ser culpabilizado pela falta do público. Em partes sim. Mas, em outro aspecto demonstra que não houve empenho em levar os estudantes das escolas municipais, por exemplo, o que garantiria o público. O que

se quer argumentar aqui é que o simples convite a escolas particulares deixa transparecer um descaso com o evento. Tanto assim que não despertou, de fato, o interesse e não teve a presença de ninguém. Mas esse seria um fato isolado se não tivesse outros exemplos. A Câmara Municipal, por iniciativa dos seus edis, vem apresentando ao longo dos anos diversas propostas com o intuito de valorizar o tropeirismo.

O primeiro deles foi a decretação da Lei 5897 de 4 de maio de 1999, criando o Memorial do Tropeiro. De iniciativa do vereador Mário Marte Marinho Júnior, essa lei foi promulgada pelo então prefeito Renato Fauvel Amary, mas nunca saiu do papel. A lei previa, em seu artigo primeiro, a criação do “Memorial do Tropeiro”, “com o objetivo de reunir documentação, objetos e pertences que digam respeito aos tropeiros, bem como realizar cursos, palestras, atividades, pesquisas que sirvam como fonte de estudos sobre a importância dos Tropeiros na História Sorocabana”.

O Memorial teria um Diretor Executivo escolhido entre pessoas com profundos conhecimentos sobre o tropeirismo, além de um Conselho de Assessoramento, formado por representantes dos Poderes Estaduais e Municipais, além de Entidades Culturais de Sorocaba. Em 22 de abril de 2015, por iniciativa do vereador Luis Santos Pereira Filho, foi aprovada na Câmara Municipal a Lei que institui o município de Sorocaba como Capital do Tropeirismo. A lei, que ganhou o número 11086/2015, foi promulgada pelo prefeito, mas também não surtiu qualquer efeito prático.

Na mesma esteira, o vereador Francisco Carlos Silveira Leite entrou com projeto de Lei declarando o Tropeirismo como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Sorocaba. O vereador, que é filiado ao Partido dos Trabalhadores, justificou o projeto de lei dizendo que “ao propor a instituição do “Tropeirismo” como patrimônio cultural imaterial de Sorocaba, queremos resgatar e preservar a contribuição dos tropeiros para a formação cultural de nossa cidade e prestar uma justa homenagem e um reconhecimento ao papel que esses nobres homens desempenharam em nossa cidade”, conforme reza a justificativa apresentada como embasamento para o pedido da aprovação da lei.

O projeto foi aprovado na Câmara Municipal, mas recebeu o veto do Prefeito por entender que havia vício de iniciativa, ou seja, o projeto deveria ter partido do

poder Executivo e não do Legislativo. O projeto retornou à Câmara e com o voto da Comissão de Justiça opinando pela rejeição do veto, a Lei foi aprovada e recebeu o número 11109, decretada e promulgada pelo Presidente da Câmara municipal em 25 de maio de 2015.

O prefeito municipal, não conformado com a decisão do Legislativo, entrou com uma Ação direta de inconstitucionalidade, pretendendo revogar a lei promulgada na Câmara Municipal. O processo ainda segue no Judiciário, mas demonstra que não é do interesse do Poder Executivo tratar o tropeirismo como patrimônio imaterial, levando-se em consideração todo o ônus – apoio, incentivo, valorização por conta do Poder público – que isso acarreta. Por outro lado, em meados do século XX o tropeiro foi elevado à figura que justificava “historicamente” a opção “natural” de Sorocaba pela industrialização. Ainda mais se se pensar a história como uma sucessão de ciclos econômicos, um suplantando o outro (BADDINI, 2002).

Some-se a esses fatos o “descuido” do poder público que armazenou em local inadequado e sem qualquer segurança o material do Museu do Tropeiro (Casarão de Brigadeiro Tobias) e do Museu Histórico, guardadas num prédio do antigo Matadouro, na rua Paes de Linhares.

De acordo com reportagem publicada no jornal Cruzeiro do Sul, em 25 de fevereiro de 2012, a Prefeitura não sabe nem ao menos dizer o que foi levado.

A história de Sorocaba recebeu um duro golpe. Peças arqueológicas e da reserva técnica dos museus da cidade foram furtadas de um prédio administrado pela Secretaria da Cultura (Secult), situado na rua Paes de Linhares, no bairro Brasilândia, onde fica o antigo Matadouro Municipal. A lista contém praticamente todo o acervo do Casarão de Brigadeiro Tobias, que inclui arreios e utensílios do tropeirismo dos séculos 19 e 20. Roupas e fragmentos da maquinaria referentes à Estrada de Ferro Sorocabana também sumiram. Os bandidos retiraram ainda urnas e ossos indígenas datados de aproximadamente mil anos, encontrados na região e legalmente pertencentes à União.

A ação dos assaltantes foi descoberta ontem à tarde pela chefe da divisão de Patrimônio Histórico de Sorocaba, Sônia Paes, durante uma visita de rotina ao local. O governo municipal não sabe dizer o quanto foi levado, pois não havia uma catalogação dos objetos. Segundo a funcionária da Secult, cerca de metade das peças guardadas no prédio foram furtadas. "Não sabemos a quantidade e o que foi levado, por isso será difícil mensurar o tamanho da perda para a história de Sorocaba", diz Sônia (CRUZEIRO DO SUL, 25 fev 2012, pp. A 6/7).

O que se observa é que o desinteresse do Poder Público pelo tropeirismo pode ser medido pelo fato de que as peças do museu foram armazenadas de forma irregular, num prédio que não oferecia segurança e, pelo que se depreende da reportagem, sem uma catalogação adequada, eis que não se sabe nem ao menos o que foi furtado.

Percebe-se que estrategicamente as classes dominantes, especialmente a política, se preocupam com outras formas de fixar e justificar o poder. A propaganda parece ser muito mais eficaz e adequada ao paradigma do mercado, para se utilizar de uma expressão de Frei Betto. A propaganda atinge uma maior massa, de forma mais clara e objetiva, numa linguagem compreendida pelo público alvo. É diferente dos monumentos que procuram expressar uma didática e uma pedagogia voltadas ao enaltecimento de um fato ou personalidade a fim de embasar o presente.

Se levarmos em consideração o pensamento de Berger e Luckman sobre a pluralidade dentro do espaço urbano, faz sentido optar-se por outros meios de comunicação de ideologia do domínio que não mais os lugares de memória. Mesmo levando em consideração que, no caso dos monumentos, estes ainda sejam “essencialmente repressivos” por serem “sede de uma instituição (a Igreja, o Estado, a Universidade). Se ele organiza em torno de si um espaço, é para colonizá-lo e oprimi-lo” (LEFEBVRE, 1999, p. 29).

Afinal, os “grandes monumentos foram erguidos à glória dos conquistadores, dos poderosos” (Ibidem). Mas também serve para “reunir”, sendo “o único lugar de vida coletiva (social) que se pode conceber e imaginar” (LEFEBVRE, 1999, p. 30). Para Lefebvre, monumento extrapola a idéia de bustos, totens ou estátuas, mas abarca construções monumentais como igrejas e catedrais, e culturais como os túmulos.

Então, os “monumentos projetam uma concepção de mundo no terreno, enquanto a cidade projetava e ainda nele projeta a vida social (a globalidade)” (LEFEBVRE, 1999, p. 30).

Como são tratados hoje os lugares de memória da Sorocaba que se diz “Cidade Educadora”? A cidade que, por seus princípios, deveria proporcionar o acolhimento a todos, inclusive aos que estão apenas de passagem. Como se dá a relação das pessoas com os lugares de memória em Sorocaba é uma questão que

merece a atenção desta pesquisa. É preciso, como já foi dito neste trabalho, entender que há categorias de lugares de memória. A proposta deste trabalho é mostrar algumas delas como exemplos. A começar dos lugares de memória invisíveis.

3.5 - Lugares de Memória invisíveis

Considera-se que são invisíveis porque os marcos que poderiam suscitar alguma memória referente a determinado aspecto de seu passado já não mais existem. Dentro dos limites geográficos a que se propôs analisar este trabalho, os lugares de memória mais significativos nesse sentido parecem ser o antigo Largo de Santo Antônio, ao lado do Mercado Municipal e a primeira igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Não são os únicos, mas reúnem em si um conjunto de aspectos que os tornam especiais.

Trata-se de dois lugares cujas marcas de seu passado estão de forma tão apagadas que somente por ações e iniciativas articuladas poderá vislumbrar-se o nascimento de uma intenção de memória. Ainda mais quando se verifica que tais memórias dizem respeito às comunidades negras, que historicamente foram espoliados. Nesse embate de forças, a “memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 1996, p. 476).

Quem se digna a passar pela praça Nicolau Scarpa, no centro histórico de Sorocaba, nos dias atuais, não consegue enxergar o que foi o antigo Largo de Santo Antônio. Uma das últimas lembranças do nome daquele Largo, uma farmácia que homenageava o mesmo santo a denominar o estabelecimento, deixou de existir há coisa de dois a três anos e em seu lugar surgiu uma loja de óculos, uma óptica. Essa loja que hoje existe ali não traz mais a imagem e nem o nome de Santo Antônio. O antigo Largo perdeu sua última referência.

A despeito de existir um relativo acervo de imagens da antiga igreja e seu largo, nem sempre as informações do que aquele espaço representou para a comunidade sorocabana, sobretudo para as pessoas mais pobres e para a população negra, alcançam o grande público. Localizado ao lado do Mercado

Municipal, esse espaço urbano representou um lugar (até mesmo um território) de manifestações e práticas sócio-culturais que foram construídas paulatinamente. Um ponto de encontro, uma encruzilhada de possibilidades, uma “Meca” para diversos agrupamentos. Mas o que era e o que significou esse espaço outrora? Como se constituiu como território com tais características?

Antes do início do século XIX, em data não muito acertada, erigiu-se no local onde hoje se ergue um imponente prédio “caixote”, uma igreja dedicada a Santo Antônio. Era uma capelinha simples, como quase todas as suas similares do século XVIII, construídas em local onde não circulou enormes fortunas. Ao lado desse Largo construiu-se o Matadouro, que foi transferido para a margem do Rio Sorocaba em meados do século XIX. Nessa mesma época, em 1854 precisamente, o prédio do Matadouro – ao lado do Largo de Santo Antônio – foi utilizado como Mercado Municipal (BADDINI, 2002, p. 146).

Esse prédio foi demolido posteriormente e sobre seus escombros se levantou o atual prédio do Mercado Municipal, inaugurado em 12 de outubro de 1938, conforme atesta a placa inaugural afixada na parede interna da entrada principal.



Figura 2 - Largo de Santo Antônio antigamente

Sobre a Igreja, ao lado do Mercado, diz o historiador Aluísio de Almeida que “a nova capela de Santo Antônio teve provisão de ereção em 1752 em terreno

doado por Luiz Teixeira da Silva, que aí tinha um porteiro, mas demorou a iniciar-se não se sabe certo o ano em que foi inaugurada, lá por 1780 – 1790. Terminou-a João Dias Vieira, casado com dona Mariana Bueno de Camargo” (ALMEIDA, 1969, p. 85). O historiador fala em nova capela porque havia outra, dedicada ao mesmo santo, e que fora fundada um século antes, no alto da rua da Penha por Antonio Ribeiro Garcia (ALMEIDA, 1969, p. 62). Provavelmente, esta já não mais existia quando se construiu aquela onde hoje está a Praça Nicolau Scarpa.

No entorno dessa Igreja estabeleceu-se um território de manifestações da cultura negra. E por que isso ocorreu? Primeiramente, porque a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, que existia em Sorocaba até o início do século XIX, não conseguiu terminar seu templo. Por esse motivo, conforme explica o historiador Aluísio de Almeida, “A Irmandade do Rosário dos Pretos, que estava na matriz, passou a construir a atual igreja do Rosário da praça Ferreira Braga, e pilou os muros até uma altura, em 1812. Daí foi aboletar-se no já pronto em Santo Antônio e transformou-se na Irmandade de São Benedito” (ALMEIDA, 1969, p. 86).

Apesar de a Igreja pertencer a Santo Antônio, a Irmandade de São Benedito utilizava-se daquela capela, já que não possuía a sua própria. Isso vai acontecer até 1951, quando o velho templo é demolido, a Irmandade de São Benedito busca abrigo na Igreja de Bom Jesus (na Vila Hortência), onde está até hoje, e no antigo local se ergue o prédio “caixote” que ali está.

Por isso, não era de se estranhar que no mesmo Largo de Santo Antônio, em Sorocaba, onde se realizavam as práticas religiosas da Irmandade de São Benedito, ocorressem outras práticas e costumes dos negros. Nesse sentido, afirma Affonso de Freitas Junior que “No Largo de Santo Antônio rebumbava o samba” (FREITAS JUNIOR, 1929, p. 117), nome pelo qual se designava antiga dança com bumbo (samba caipira) e, também, o batuque de umbigada. E parece ser a respeito desse último que trata o historiador, pois que em outra parte de seu trabalho diz que os negros escravizados realizavam esse samba ao lado das senzalas, ao som do tambu e “curveteando, umbigando “peneirando” na dansa bambolhante” (FREITAS JUNIOR, 1929, p. 109). De qualquer forma, era comum ocorrer o samba e o batuque num mesmo evento.

O local receberá em 1887 um chafariz que era guardado por policiais devido às brigas de escravos (FREITAS JUNIOR, 1929, p. 115). O conjunto formado pela Igreja de Santo Antônio, o Mercado Municipal e o Chafariz conferiam ao Largo um potencial de constituição de territorialidade negra, porquanto a circulação e permanência no local dos negros eram intensas. Até hoje o entorno do Mercado Municipal é um antro da informalidade, com aglomeração de vendedores ambulantes, atravessadores, e barganhistas que trocam mercadorias diversas como relógios, acessórios, utensílios... Em décadas passadas, a produção que chegava ao Mercado Municipal era descarregada dos caminhões por “chapas”, ou seja, descarregadores que trabalhavam por tarefa realizada.

A especulação imobiliária impulsionará a demolição da antiga igreja para que seja transformada em prédio comercial. Consta que ainda seja imóvel pertencente à Cúria da Arquidiocese, que recebe os aluguéis de suas salas. Mas a demolição da igreja estabeleceu um processo de desterritorialização, uma vez que a Irmandade de São Benedito teve que buscar outro local, a igreja de Bom Jesus na Vila Hortência.

Em 24 de maio de 1948 o prefeito Gualberto Moreira promulgou a Lei nº 35 que estabelecia a faixa comercial central para “efeito de melhoria arquitetônica da cidade”.³⁴ Por essa lei, que abrangia o Largo Santo Antonio (e outros logradouros) as construções nessa faixa deveriam ter no mínimo dois pavimentos. Era a regulamentação da expansão do centro comercial, ampliando as possibilidades de exploração dos imóveis pelo comércio. Foi nesse momento histórico, cerca de dois a três anos depois, que a Igreja de Santo Antonio foi demolida e com ela parte da lógica da existência de uma territorialidade negra naquele local.

Esse lugar hoje mantém em seu entorno as atividades de trocas, vendas de produtos ilegais, enfim, diversas modalidades do que se chama de informalidade. O prédio do Mercado Municipal, que era do século XIX, foi destruído e em seu lugar levantou-se outro no final da década de 1930. Esse prédio é a referência mais antiga ao lugar como um depositário de memória. Por isso, o “Roteiro Educador”, um dos projetos da Secretaria de Educação para a “Cidade Educadora” recebia a visita de

³⁴ Disponível em: <http://camara-municipal-da-sorocaba.jusbrasil.com.br/legislacao/550476/lei-35-48>
Acesso em 28 ago 2015.

estudantes das escolas de Sorocaba que aprendiam apenas que naquele local está, como sempre esteve desde meados do século XIX, o Mercado Municipal. Não há referências à territorialidade negra que ali existiu.

Nem mesmo há referências à existência da antiga igreja, hoje desaparecida. As pessoas que participam desse “Roteiro Educador” muitas vezes não conseguem entender que o Mercado Municipal não foi o único elemento agregador daquela parte da cidade. O “Roteiro”, no entanto, destaca apenas a existência concreta do Mercado no momento presente.

Aliás, o próprio “Roteiro Educador” foi suspenso, como metade dos projetos da Secretaria da Educação referentes à Cidade Educadora. De acordo com ofício SEDU/GS 347/2016, assinado pelo Secretário de Educação Flaviano Agostinho de Lima, mais da metade dos projetos relacionados à Cidade Educadora não estão vigentes no momento:

Outros projetos desenvolvidos pela SEDU que se encaixam nesse conceito são:

1. Clube da Escola (temporariamente suspenso);
2. Escola em Tempo Integral - Oficina do Saber (vigente);
3. Escola Cidadã (encerrado);
4. Projeto Ler é Prazer (vigente);
5. Feira de Profissões (vigente – atualmente com a Secretaria de Desenvolvimento Social);
6. Programa Escola para o Futuro (temporariamente suspenso);
7. Programa Escola da Escola (Vigente);
8. Projeto Musicalização (temporariamente suspenso);
9. Projeto Roteiro Educador (temporariamente suspenso);
10. Projeto Estrada para Cidadania (Vigente);
11. Seminário Internacional (temporariamente suspenso);
12. Encontro dos Profissionais da Educação – EPED (temporariamente suspenso);
13. Fórum de Cultura na 1ª Infância (Vigente);
14. Encontro de Práticas Docentes e Tecnologia Educacional (temporariamente suspenso).

Nesse sentido, mesmo que o Roteiro Educador, que está temporariamente suspenso, estivesse vigente, a memória do lugar do entorno do Mercado Municipal como território de negritude não seria – como não foi – evidenciado. Assim, pode-se dizer que esse é um lugar de memória invisível, pois parte importante de sua memória está apagada, silenciada.

A antiga igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos é um lugar de memória invisível muito mais problemático do que o antigo largo do Mercado. Antes de ser apagado pela construção de um prédio que abriga um complexo comercial e residencial, o “conjunto Santa Clara” (na rua Padre Luiz com rua São

Bento), a antiga igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos já havia cedido seu espaço para a criação do Convento de Santa Clara.

Dizem os cronistas – depois repetidos pelo Bispo Dom José Carlos de Aguirre e pelo historiador Aluísio de Almeida – que por volta de 1770 o capitão-mor Salvador de Oliveira Leme, o Sarutaiá, residindo em frente ao terreno em que se construía a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, propriedade essa doada por ele mesmo aos negros, não se conformava com o fato de que a construção da igreja não evoluía.

Com isso, dava bodocadas nos negros para que estes fossem “estimulados” a trabalhar, já que na concepção do capitão-mor, estes gastavam suas esmolas em festas e em bebidas. Sarutaiá, então, reporta-se ao Bispo de São Paulo, solicitando a devolução do templo inacabado, pagando aos negros a importância de 50\$000 (ALMEIDA, 2002, p. 79). Ao receber o templo, o Sarutaiá investe no término da construção e o entrega às suas filhas, que, por volta de 1804, transformam-no em Convento da Imaculada Conceição e de Santa Clara. Em 1811, Frei Antonio Sant’Anna Galvão passou a dirigir o Recolhimento das Irmãs. Em 31 de agosto de 1968, as freiras foram transferidas para outro Convento, no Jardim Vera Cruz, e o antigo foi demolido dando lugar ao complexo comercial e residencial.³⁵

A memória que ficou foi apenas a do convento, que se perpetua com a denominação de “Conjunto Santa Clara” ao prédio que se levantou no lugar do antigo convento. Também a rua que dava acesso ao Convento chama-se hoje “rua Santa Clara”.

Se fosse possível realizar um processo de decapagem, em que se retira camada a camada, para encontrar a tinta que ficou abaixo, teríamos dificuldade em encontrar aquela que traz a memória da antiga igreja inacabada de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. E quando a encontrássemos, a explicação dada pelo seu inacabamento seria o da incompetência e indolência dos negros que gastavam suas esmolas em festas e em bebidas.

³⁵ O atual Convento de Santa Clara está localizado na rua Maria Domingas Milego, nº 75, Jardim Vera Cruz, Sorocaba.

Quantas remoções de camadas mais seriam necessárias para se encontrar a explicação óbvia de que a religiosidade negra não se limitava à construção material de paredes, mas antes na celebração das obrigações religiosas, a que exteriormente costumamos confundir com festas e bebedeiras?

Outro lugar de memória invisibilizado é a Praça Coronel Fernando Prestes, a principal da cidade. Palco de embates políticos, uma espécie de agora sorocabana enfeitada com uma pérgola que lembra as construções da Antiguidade Clássica Greco-romana, a Praça assistiu a praticamente todo tipo de manifestação, desde memoráveis campanhas eleitorais – como a disputa entre Lula e Collor em 1989 – passando por assassinatos (dois prefeitos foram mortos ali, David Alves de Atahyde e Eugênio Salerno, ambos na década de 1930), a manifestação contra a instalação de “usina” nuclear em Aramar no final da década de 1980, ponto de encontro de grevistas em várias épocas, combate entre integralistas e comunistas nos anos 1930, tentativa de assassinato do então senador Getúlio Vargas em 1947 e, talvez a mais famosa de todas, a “Noite do Beijo” em 7 de fevereiro de 1980. Sorocaba contava na época com uma população estimada em 270 mil habitantes, mas mantinha ranços de conservadorismo – apesar do discurso “liberal” – a ponto de ter um show do “Chacrinha”, o comunicador Abelardo Barbosa, vetado pelo Bispo da cidade por conta da sensualidade das dançarinas que acompanhavam o show, chamadas de “Chacretes” (BATISTELLA, 2009). A organização do protesto conhecido como “Noite do Beijo” ganhou repercussão nacional e chegou a ter uma paródia na série de TV “O Bem Amado”, inspirada na obra de Dias Gomes (CAVALHEIRO, 2001).

Na televisão, a cidade de Sucupira resolveu imitar o “exemplo” de Sorocaba, que, em época de vigor ainda da ditadura militar, teve na figura do juiz Manoel Moralles o esdrúxulo papel de censor. O juiz emitiu uma portaria proibindo os casais de namorados a se beijarem em Praça Pública. Naquela época, portaria de um juiz era acatada como lei e, diante da repressão policial, a juventude sorocabana se revoltou e organizou a manifestação batizada como a “Noite do Beijo”. Em pleno desafio às autoridades, os jovens foram para a praça protestar com beijos. O episódio de “O Bem Amado” foi intitulado “A manifestança beijoquista” e foi exibido em 12 de maio de 1981.

A Manifestança Beijoquista, foi inspirado em uma notícia de jornal: em uma cidade do interior, um juiz teria proibido “o beijo libidinoso e obsceno, aquele em que as mucosas labiais se unem em expansão insofismável de sensualidade”. Em Sucupira, Odorico impõe a mesma lei e, sob protestos generalizados, tenta promover uma limpeza de casais de namorados.³⁶

Apesar da importância histórica e social, nenhum dos eventos acima possui qualquer marco que suscite a sua rememoração. Após as obras “higienistas” de reforma da Praça, entre 2002 e 2003, pelo prefeito Renato Amary, até o “palco” que existia no local, em concreto, foi destruído, impedindo ou obstaculizando a realização de comícios e manifestações. Isso faz com que a invisibilidade do lugar como “palco de muitos fatos históricos desde 1654” (CRUZEIRO DO SUL, 15 mar 2015) seja ainda maior.

O combate entre integralistas e ferroviários, ligados ao Partido Comunista, ocorrido na Praça Coronel Fernando Prestes é uma das mais expressivas memórias invisibilizadas, pois marca a luta antifascista na cidade. A luta contra o fascismo e as suas correntes análogas teve origem em 1934, quando na Praça da Sé, em São Paulo, uniram-se anarquistas, anarcossindicalistas, socialistas, operários, trotskistas, stalinistas, leninistas e outras correntes comunistas para expulsar e debandar um grupo de integralistas que haviam marcado uma manifestação de “força”, como uma imitação da Marcha sobre Roma dos fascistas de Mussolini (MAFFEI, 1984). Era o dia 7 de outubro de 1934 e os integralistas foram expulsos e debandados da Praça sob tiroteio e invasão dos participantes da Frente Única Anti-Fascista.³⁷

Em Sorocaba, com proporções menores, ocorreu um conflito entre os operários da Estrada de Ferro Sorocabana e os integralistas, na Praça Coronel Fernando Prestes. No dia 11 de julho de 1937 ocorreu um conflito em virtude de parte dos freqüentadores da praça ficar “indignada com os discursos dos partidários do sr. Plínio Salgado, [e] ter ameaçado invadir a sede integralista” (CAVALHEIRO, 2001, p. 96).

³⁶ Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/seriados/o-bem-amado/episodios.htm> Acesso em 20 jul 2014.

³⁷ O episódio ficou conhecido como “Revoada dos galinhas-verdes” (galinhas verdes era o apelido dado aos integralistas. Alguns conhecem o episódio como Batalha da Praça da Sé).

Ainda hoje, a Praça Coronel Fernando Prestes produz as suas invisibilidades, por vezes de forma que as pessoas ou grupos buscam-nas diante da necessidade de “sobrevivência”. Observando a Praça, atualmente, percebe-se um “loteamento” dos espaços. Olhando-se da porta da Catedral Metropolitana para a praça, do lado esquerdo forma-se um “corredor” em direção do Boulevard Dr. Braguinha. Nesse traçado costuma-se permanecerem diversos representantes de diferentes correntes religiosas, um ao lado do outro.

Próximo à Pérgola há uma aglomeração de moradores de rua. Mais ao centro da Praça costumam ocorrer manifestações políticas ou sindicais / trabalhistas. Do lado direito, ao extremo da praça, o local é freqüentado por profissionais do sexo. Desde a manhã até à noite, o local é reservado para a oferta de “programas”. As profissionais do sexo ficam “escondidas” detrás de diversos objetos de poluição visual, como um conjunto de árvores, postes, telefone público (“orelhão”), entre outros. Elas estão lá sempre, mas nem sempre visíveis.

Em conversa informal com três dessas profissionais, soube-se que consideram aquele como um espaço delas, que sempre foi ocupado pela presença de mulheres que exerciam essa função. No entanto, na mesma oportunidade, explicaram que aquele local “é mais discreto e que proporciona aos homens a possibilidade de chegarem até elas para conversar sem chamar muito a atenção das pessoas”.³⁸

Em outras palavras, elas buscam a invisibilidade porque a situação social as obriga a isso. Para manutenção de seu “ganha-pão”, essas mulheres escondem-se entre os objetos da praça. Paradoxalmente, exibem seu corpo para um “aluguel”. Nesse caso, a propaganda não pode ser exatamente considerada como a “alma do negócio”, como costumeiramente atribui o adágio popular.

As áreas de prostituição nos arredores do centro histórico também foram vítimas do “apagamento” de sua memória. Ao menos, da forma como deveria ser essa memória. Isso porque, até os dias atuais praticamente as mesmas localidades continuam servindo para a exploração da prostituição. Só que no passado, as

³⁸ Conversa com Aline, 25; Paula, 27 e Priscila, 26, realizada na Praça Cel. Fernando Prestes no dia 02 maio 2015.

profissionais do sexo eram proprietárias de suas residências, nessa região central, sendo expulsas em nome de uma “higienização”, o que não acabou com a prostituição, mas as destituiu de suas propriedades.

Hoje, as profissionais do sexo utilizam-se de propriedades alheias – pequenos hotéis e pousadas espalhadas pela região central da cidade – pagando pelo seu uso. Em dezembro de 1931 o delegado de polícia capitão Sousa Carvalho empreendeu uma campanha, em nome dos “interesses da família sorocabana”, para desbaratar a zona de meretrício na região central. De imediato, evacuou cinco casas da rua Ubaldino do Amaral, entregando-as para serem ocupadas por “famílias” (CRUZEIRO DO SUL, 2 dez 1931, p. 1).

A ação policial tinha vistas a expulsar das casas as prostitutas que viviam “nas proximidades do jardim da Praça Frei Baraúna”, rua Dr. Nogueira Martins, rua Moreira César, rua Capitão José Dias, Vila Carante e Vila Amélia (CRUZEIRO DO SUL, 29 dez 1931, p. 4; 8 jan 1932, p. 1; 9 jan 1932, p. 4).

As profissionais do sexo, sempre vistas como uma cicatriz na face urbana, como algo que deva ser extirpado, são perseguidas pela hipocrisia e conservadorismo da cidade. Há notícias já no século XVIII de como se davam as relações entre elas e o restante da sociedade sorocabana. Sobre isso, Carlos Bacellar conta:

Uma devassa iniciada em 1766 aponta para a existência de conflitos entre as prostitutas e as famílias de seus clientes. Teresa Maria da Conceição [...] sofrera ameaças de agressão, levando a abertura de devassa e a convocação de trinta testemunhas para depor. A primeira impressão que se tem, ao ler os depoimentos, é de que os homens buscavam disfarçar que conheciam a prostituta. Tendem a nem mesmo dar a entender que sabiam das atividades da potencial vítima, que é tratada como uma mulher qualquer da vila. Alguns, contudo, deixam escapar detalhes sugestivos. “Um ouviu dizer de várias pessoas que se tinha dado hum tiro de noite na porta de Thereza, por alcunha “a singela”... Outro, diz que “se deram huns tiros de noite na porta de humas mulheres da rua da palha...”, descrevendo uma possível morada coletiva e a exata localização da mesma.

[...]

Essa longa devassa foi concluída em 24 de dezembro de 1776 com uma sentença lacônica: “Não obriga esta devassa a pessoa alguma vistos os depoimentos das testemunhas...” Isto apesar de a queixosa haver recebido dois tiros em sua porta, haver encontrado também um *pasquim* ordenando que se retirasse da vila e, ainda por cima, ter tido a seu favor o testemunho de que o acontecido era fruto de rixa que “a gente do coroinha Manuel de Moraes” mantinha contra ela devido às “estórias que teve com o dito coroinha...”. A grande curiosidade é que, antes mesmo dessa devassa se encerrar, outra já havia sido instaurada, paralelamente, tratando justamente

da concretização das ameaças anteriormente feitas à mesma Teresa, que desta feita foi efetivamente espancada. Aberta aos 10 de novembro de 1766, essa nova ação determina a oitiva de trinta testemunhas, algumas já ouvidas anteriormente.

[...]

Mulheres de posição social elevada, provavelmente por vingança contra meretrizes que mantinham encontros com seus maridos ou filhos, são definitivamente, apontadas como agressoras.

[...]

A jovem Teresa, então com 17 anos de idade, não teve seus agressores culpabilizados, mas também não precisou deixar a vila, visto que ali se encontrava nos anos seguintes (BACELLAR, 2001, pp. 172 – 173).

É bastante significativo que um “coroinha” estivesse envolvido com uma meretriz e que a família do primeiro, pertencente à elite da cidade, se sentisse no direito de espancar e intimidar a deixar à vila a dita prostituta. Porém, mais importante ainda é a resistência que Teresa Maria da Conceição empreendeu, mesmo depois de espancada, insistindo em permanecer em Sorocaba a despeito de como era tratada por representantes da elite local.

As mesmas possibilidades de resistência não tiveram aquelas que foram expulsas do centro histórico da cidade na década de 1930. E a memória da perseguição que sofreram está totalmente apagada.

Outro exemplo de lugar de memória invisível é um prédio, muito bem preservado em suas características arquitetônicas, instalado na rua Carlos Gomes, lateral da Catedral Metropolitana de Sorocaba.

Com a fachada muito bem conservada, o prédio ainda chama a atenção como um testemunho da arquitetura de sua época.

Esse prédio, de número 59, pertence hoje a uma loja de roupas. Mas desde o ano de 1924 serviu de sede para o Centro da União Espírita Sorocabana. Conta o escritor – e ex-militante espírita – Armando Oliveira Lima que o benfeitor João Câncio ofereceu à União Espírita dois terrenos a sua escolha para a construção da sede. O primeiro, localizado nas proximidades da Praça Carlos de Campos possuía dimensões bem maiores do que o segundo, localizado na rua Carlos Gomes. Porém, como “provocação” à Igreja católica, os dirigentes da União Espírita escolheram

aquele que rivalizava com a Catedral. Isso no mesmo ano da criação da Diocese e nomeação do primeiro Bispo, Dom José Carlos de Aguirre.³⁹

Armando Oliveira Lima conta também que por volta de 1947, então com 15 anos de idade, resolveu distribuir prospectos espíritas na escadaria da Catedral, ao final da missa. Isso lhe rendeu um empurrão do sacristão. É bastante significativo perceber que a cidade vivia esse embate entre religiões.



Figura 3 - Prédio que abrigou a sede da União Espírita Sorocabana

Presbiterianos, Espíritas e Maçons, às vezes unidos, outras vezes em separado, ocasionalmente participavam de embates com os católicos. Muitas vezes, os jornais publicavam os polêmicos debates entre eles. José Aleixo Irmão diz que era comum que presbiterianos, espíritas e maçons se unissem por conta da perseguição que todos sofriam do catolicismo (ALEIXO IRMÃO, 1999). No prédio que pertenceu à União Espírita, não há nenhuma referência que faça lembrar o fato de que ali existiu a sede de uma sociedade espírita.

³⁹ Entrevista por telefone com Armando Oliveira Lima, realizada no dia 16 jun 2014, às 11 h da manhã.

3.6 - Outros lugares de memória ocultos

Como exemplos de lugares de memória ocultos, além do totem que relembra a eclosão da Revolução Liberal de 1842, já citado neste trabalho, e que temporariamente ficou escondido por obstáculos de poluição visual – como colocação de contêineres de lixo e instalação de suportes para bicicleta nas proximidades e no campo visual direto – há outro bastante significativo. Trata-se do prédio da Empresa de Correios e Telégrafos, na confluência entre a rua São Bento e Padre Luiz. Antes desse monumental prédio – que é da década de 1930 – existir, naquele local estava instalado, em outra construção, o prédio da Câmara e Cadeia.

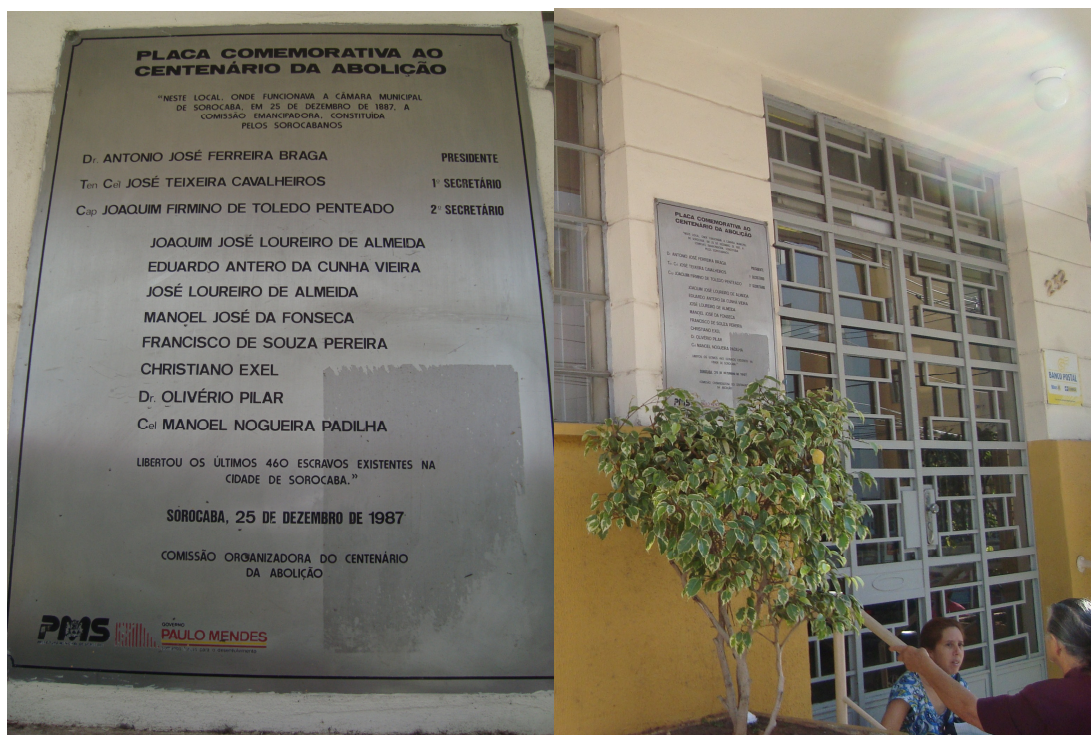


Figura 4 - Placa Comemorativa Centenário da Abolição

Muitos fatos relevantes ocorreram ali. Um deles foi a assinatura da libertação dos escravizados negros em 25 de dezembro de 1887, fato esse que ainda hoje é festejado pelos grupos de poder, sobretudo os ligados à Maçonaria, como uma antecipação da Lei Áurea. O historiador Rogich Vieira publicou pela Fundação Ubaldino do Amaral, no final da década de 1980 o livro “Sorocaba não esperou o 13

de Maio”, enaltecendo o papel da instituição maçônica na libertação dos escravos da cidade.⁴⁰

Durante as comemorações do Centenário da Abolição, em 1988, uma comissão lembrou-se do episódio sorocabano da antecipação da libertação dos escravos de Sorocaba e afixou no prédio atual do Correio uma placa comemorativa a esse evento. No entanto, além de posicionada de forma a dificultar a leitura – e até mesmo a identificação de que seja uma placa comemorativa –, a placa traz em letras destacadas os nomes dos participantes do “Clube Emancipador”,⁴¹ todos pertencentes à elite local.

O fato histórico que diz da libertação antecipada dos escravizados aparece timidamente, em letras bem menores e praticamente ilegíveis à distância. Em suma, perpetuam-se os nomes dos representantes das elites, esquece-se de que na cidade houve escravidão. Por isso, por muito tempo os historiadores e memorialistas sorocabanos insistiram na tese da “escravidão mitigada”, dizendo que em Sorocaba a escravidão foi uma instituição branda, quase inexistente (CAVALHEIRO, 2006).

A placa comemorativa da libertação “antecipada” dos escravizados de Sorocaba está situada numa posição que dificulta a sua leitura. Para poder ler os seus dizeres é necessário que se detenha nos degraus da escada, em frente à porta de entrada do prédio, ou seja, um local totalmente inadequado.

Ademais, para quem passa pela calçada a visibilidade da placa fica prejudicada por conta de uma planta que se posiciona no campo de visão entre a placa e o transeunte. De fato, a impressão é a de que aquela memória não interessa muito aos grupos dominantes da atualidade, especialmente à classe política.

É parte da história e da memória sobre a escravidão que se esvai.

3.7 - Lugares de Memória decifráveis

⁴⁰ A despeito de ter sido apenas 5 meses antes da promulgação da Lei Áurea, a data da emancipação “adiantada” de Sorocaba é comemorada com orgulho pelos maçons. Essas libertações “adiantadas” eram comemoradas nas cidades que as adotavam. Araras, por exemplo, comemorou a sua libertação dos escravos, ocorrida em 7 de abril de 1888, um mês antes da Lei Áurea, conforme noticiou o “Correio Paulistano” daquele dia.

⁴¹ O Clube Emancipador de Sorocaba era a entidade responsável pela manumissão dos escravizados no final do século XIX.

Com relação aos lugares de memória decifráveis, um dos mais representativos é a estátua do “fundador” da cidade, no Largo de São Bento. Esse monumento não se constitui apenas de uma estátua de bronze, mas também de muitos símbolos que ornamentam o pedestal onde ela se encontra apoiada. Os lugares de memória decifráveis são assim denominados neste trabalho justamente por conta dos símbolos que carregam em si. O mais evidente desses lugares parece ser os monumentos. E mesmo quando os símbolos perdem seu significado, ao longo do tempo, pelo uso de novos signos, ainda assim continua servindo a contemplação e como evocação de um passado construído de forma idealizada e ideologizada.

E se o monumento sempre esteve repleto de símbolos, ele os oferece à consciência social e à contemplação (passiva) momento em que esses símbolos, já em desuso, perdem seu sentido. Tal é o caso dos símbolos da revolução no Arco do Triunfo napoleônico (LEFEBVRE, 1999, p. 29).



Figura 5 - Monumento ao fundador de Sorocaba

Quem observa a estátua de Baltazar Fernandes hoje percebe que seu dedo indicador em riste aponta para a rua de São Bento, como se tivesse sido aberta com o gesto do bandeirante, como num milagre idêntico ao da abertura do Mar Vermelho

por Moisés. Ao apontar para a rua, a figura imponente do bandeirante, elevada pelo pedestal, deixa claro que alguém está no comando. A estátua é uma réplica de um desenho / pintura do artista Ettore Marangoni e, nessa pintura, o bandeirante está com o dedo a apontar o trabalho de construção de um prédio, possivelmente a igreja primeira da cidade, pelos índios. Nesse sentido, as duas imagens – uma réplica da outra – demonstram a atitude de comando de quem é o detentor do poder no território em questão. Ocorre que, ao se transpor para o bronze, essa imagem dissociada dos trabalhadores indígenas, encontra no lugar desses os habitantes da cidade que estão à disposição do proprietário das terras, que, como já foi visto, estendeu o seu poder – ao menos do ponto de vista ideológico – aos seus sucessores, “legitimados” por essa genealogia do poder.

Todo monumento decifrável é antes de tudo um monumento explícito, ou seja, criado para ser amplamente observado. Por isso, no entorno da estátua de Baltazar Fernandes não se encontra nenhum empecilho, nada que possa, por meio de poluição visual, obstaculizar a sua imponentia.

Contornando o pedestal há placas de bronze que remetem a uma visão do passado. Nela, o povo, quando aparece, está sempre em situação de submissão aos poderes constituídos, seja pela Igreja – que já teve seus momentos de disputa no comando da cidade⁴² – ou pelos poderes políticos representados pelos bandeirantes. Numa dessas imagens, supostamente a do próprio Baltazar Fernandes, o seu cavalo é retratado com dimensões menores que a do bandeirante. Além disso, a figura dos bandeirantes aparece no centro da “tela”, o que representa a importância dada social e politicamente a esses personagens. Ou melhor, à leitura que se faz dessa importância pelos homens da metade do século XX, quando o monumento foi criado.

⁴² Já se falou disso aqui neste trabalho, mas ainda cabe uma citação do “folclore” local que aponta certo sacerdote católico como figura central, nas décadas de 1960 a 1970. Dizem que o referido padre, se acaso encontrasse pelas ruas qualquer moça que estivesse vestida de forma que ele considerasse indecorosa, ordenava a mesma que retornasse à sua casa para se vestir com “decência”. E não se importava o sacerdote, dizem, se a moça era ou não católica. Ademais, a informação já exposta de que Dom José Melhado de Campos, bispo de Sorocaba, vetou a presença do show de Chacrinha na cidade por volta de 1978 e, ainda, por interferência da Igreja Católica, o vereador Santo Mantovani criou lei impedindo a construção de motéis em Sorocaba (BATISTELLA, 2009).

Os índios e as pessoas pobres são retratados com a cabeça baixa, em atitude de submissão, e estão quase sempre trabalhando ou recebendo instruções dos religiosos. Um dos quadros traz a referência à industrialização que fez de Sorocaba a “Manchester Paulista”. Nesse quadro a presença de operários é invisibilizada, não existe. Há uma pessoa apenas, na porta da fábrica, de proporção tão reduzida em relação ao conjunto todo da imagem, que dificilmente pode-se visualizá-la.

A falta de contrapontos a esses símbolos produz uma pedagogia do silêncio, da submissão, da aceitação passiva dos desígnios do poder. Não existindo discurso contra-hegemônico, o que se ouve é apenas a voz dos espectros do poder ecoando pelo túnel que liga o passado ao presente.

Os silêncios, as necessidades e as aspirações impronunciáveis só são captáveis por uma *sociologia das ausências* que proceda pela comparação entre os discursos disponíveis, hegemônicos e contra-hegemônicos, e pela análise das hierarquias entre eles e dos vazios que tais hierarquias produzem. O silêncio é, pois, uma construção que se afirma como sintoma de um bloqueio, de uma potencialidade que não pode ser desenvolvida (SANTOS, 2011, p. 30).

O silêncio e a invisibilidade são produzidos de diversas formas. Basta negar a existência do outro, não lhe reconhecer o dom inato de contar sua própria história, de cultivar sua memória, de poder ser quem é. O monopólio do poder de contar a história de acordo com sua versão acaba por impedir que outras histórias (e memórias) se coloquem em pé de igualdade. Mas não é somente impedindo o direito à história e à memória que se constroem os lugares amnésicos, desprovidos de memória, invisíveis.

Reforçar os símbolos de poder também é outra estratégia que produz no outro o sentimento de impotência. Quem pode rivalizar com a estátua do fundador da cidade? Outra forma de invisibilização é a repressão, o uso e abuso das instituições e dos instrumentos de poder. Ao reprimir, por exemplo, os ensaios da Escola de Samba III Centenário, com o uso do aparato policial, na década de 1950, ou mesmo com a proibição da execução da Congada, uma década antes, conforme anotou Florestan Fernandes (1972, p. 243), o recado dado está claro: só será permitido existir aquilo que estiver de acordo com a anuência das classes de poder. E isso é violência, isso é a formação de uma pedagogia do silêncio, da submissão.

Basta, porém, que homens estejam sendo proibidos de ser mais para que a situação objetiva em que tal proibição se verifica seja, em si mesma, uma violência. Violência real, não importa que muitas vezes, adocicada pela falsa generosidade a que nos referimos, porque fere a ontológica e histórica vocação dos homens – a de ser mais.

Daí que, estabelecida a relação opressora, esteja inaugurada a violência, que jamais foi até hoje, na história, deflagrada pelos oprimidos.

Como poderiam os oprimidos dar início à violência, se eles são o resultado de uma violência? (FREIRE, 2011, p. 58).

A cidade que se orgulha em ostentar o “liberalismo” como ideal é em verdade uma cidade conservadora. A frase de Tito Lívio Ferreira, utilizada pelo historiador maçom José Aleixo Irmão em sua obra sobre a Loja Perseverança III, traduz o objetivo ideológico de se enaltecer o liberalismo: “À maçonaria deve, pois, a humanidade o evento do liberalismo e da sua forma mais radical, a democracia” (FERREIRA, apud ALEIXO IRMÃO, 1999, p. 15). O “liberalismo” reforça um lugar de poder alcançado pela maçonaria e que se tornou uma espécie de “mito” em Sorocaba.

No entanto, algumas vezes as informações desmentem essa vocação liberal da cidade. Em 1984, o jornal *Cruzeiro do Sul* publicou a sua revista comemorativa ao aniversário da cidade. Numa das matérias veiculadas nessa revista, com o título “Abaixo a caretice – Vamos repensar Sorocaba, mas de forma criativa”, o articulista, que não assina a matéria, diz:

Uma cidade liberal ou conservadora?

[...]

Conservadores existem. Em 1979 não faltaram associados do Gabinete de Leitura indignados com iniciativas da diretoria liderada por Armando Oliveira Lima, Alcides Nicéas, Geraldo Bonadio e Antonio Figueiredo, que converteram aquela casa num espaço aberto às preocupações da sociedade. A contar a realização da I Semana das Liberdades, a direção do Gabinete viveu sob crítica permanente. Foi asperamente censurada, por exemplo, quando autorizou o antigo MDB a realizar, no salão nobre, uma eleição de diretório.

A resistência à mudança tem gerado choques com grupos emergentes. Uma empresa têxtil alegou por essa época, num processo trabalhista, que jamais permitiria a alguém do sexo feminino ocupar um cargo de chefia, “pois mulher é inferior”. A posição não teve qualquer repercussão política, até porque à época a Câmara de Sorocaba não tinha nenhuma vereadora. As primeiras mulheres só foram eleitas para o Legislativo em 1982...

Outro grupo emergente – a juventude – também teve problemas incomuns a enfrentar. Em princípios de 1981, uma portaria do juiz de menores da época proibia o beijo em público e, de imediato, polarizava as opiniões contrárias e favoráveis. O fato tornou-se manchete na imprensa nacional, especialmente

quando os destinatários da medida decidiram protestar contra ela em praça pública. Recentemente, os jovens voltaram ao noticiário mas por razões de bem maior envergadura: a proliferação das rádios piratas, obrigando o país a repensar o Código Nacional de Telecomunicações.

[...]

Contudo, Sorocaba continua sendo uma cidade contraditória [...]

Enfim, vivemos em uma terra adolescente no presente e antiga no passado [...] (SOROCABA SEMPRE DE NOVO, 15 ago 1984, p. 56).

É conhecido ainda o fato de Sorocaba ter, na década de 1930, diversas organizações de extrema-direita como o Partido Nacional Fascista Italiano (Fascio), a Ação Integralista Brasileira, o Dopolavoro, a Falange Nacionalista (Pró-Franco), além do Centro Operário Católico, criado para afastar os operários do contato com as idéias comunistas e anarquistas (CAVALHEIRO, 2001). Essa é outra memória que os detentores do poder, presentes nessas organizações, fazem questão de invisibilizar.

A crise de paradigmas modernos incentiva a criação de lugares de memória como espaços de identificação, unificação e reconhecimento como agentes de seu tempo, a volta dos sujeitos (NORA, 1993). De certo modo, as revistas comemorativas ao aniversário da cidade, especialmente publicadas pelo jornal Cruzeiro do Sul, fazem esse papel. Como forma de resguardar um passado diante da idéia de um eterno presente – o que Pierre Nora (1993) chama de aceleração da história – tais publicações são uma maneira de se opor ao efeito devastador e desintegrador da rapidez contemporânea e tentar segurar traços e vestígios do passado, tanto como justificadores do presente ou quanto referência para uma identidade. Já se referiu aqui à revista publicada em 2015 e que traz entre linhas a idéia de que o sorocabano tem o espírito imune às crises, pois o seu passado, sobretudo tropeiro (e, portanto, empreendedor) assim justifica.

Em 1991, quando o Brasil também enfrentava uma crise econômica e política, o mesmo jornal publicou em sua revista:

Capacidade de luta foi herdada dos bandeirantes

A capacidade do sorocabano adaptar-se às diversas realidades econômicas nasceu com seus primeiros habitantes. A cidade nasceu e cresceu no período dos Bandeirantes, em plena caça ao índio que era vendido como escravo às plantações do nordeste. Os índios da região eram mais dóceis graças às missões jesuíticas, portanto, valiam mais financeiramente. Nem todos os sorocabanos partiam em busca do índio, mas todos viviam sob o ciclo econômico das bandeiras. Isto porque, sem os índios capturados e

seus descendentes, não haveria produtividade nas fazendas, nem apareceriam os pequenos comerciantes e artesãos. Também não haveria entrada e saída de dinheiro, pois como escravos, eram comercializados. O algodão arbóreo, já plantado naquela época, servia apenas para consumo próprio, como os mantimentos.

A cidade entretanto não oferecia prosperidade e a própria crise motivou o bandeirante, no início do Século 18, a buscar meios de inverter a situação. Rompeu com a crise e saiu em busca de crescimento. Agora, os bandeirantes partiam à caça do ouro, principalmente com a exploração das minas em Mato Grosso, onde fundaram Cuiabá em 1733. Neste mesmo ano, a exploração do ouro em Minas Gerais já superava a produção matogrossense e era mais valorizado pela proximidade do império, no Rio de Janeiro.

O português Cristóvão Pereira de Abreu, tentando agilizar o transporte até então realizado por escravos negros, descobriu, em 1733, que nos pampas do sul existiam milhares de pequenos animais chamados muares, produto do cruzamento de um burro com uma égua. Naquele mesmo ano chegava a primeira tropa de muares em Sorocaba, destinada a substituir o negro no transporte de ouro de Minas Gerais. Esse avanço no meio de transporte deu origem a um novo ciclo econômico para Sorocaba. O Tropeirismo se iniciava (SOROCABA, 337 ANOS, 1991, pp. 71 – 72).

Portanto, as classes de poder ainda criam seus lugares de memória, diferentes dos espaços dispostos no urbano, com outras formas de abordagem e em outros suportes, como o papel. Repletas de propagandas, de caráter ideológico, essas publicações se ajustam ao modelo do mercado para criar os seus lugares de memória e fixar a idéia que sempre permeou o discurso hegemônico.

De outro lado, no entanto, surgem iniciativas que vão na contra-mão dessa ideologia hegemônica, desafiando-a até de várias maneiras. Algumas dessas iniciativas podem ser atos irrefletidos, sem potencial de transformação, configurando-se mais uma expressão de revolta do que rebeldia transformadora.

Porém, outras ações carregam em si o gérmen dessa rebeldia transformadora, trazendo consigo a potência de produção de subjetividades rebeldes. São essas ações que serão conhecidas no próximo capítulo.

Capítulo 4 – Um “Inferno” repleto de possibilidades

“Quando eu era moça, perguntava: - Por que os velhos contam histórias? Depois, quando envelheci, entendi que a resposta era porque temos histórias para contar”. A frase foi dita por Iracema Cavalcante, atriz circense de Sorocaba, durante uma reunião na Biblioteca Infantil Municipal,⁴³ em que estavam presentes José Carlos Malzoni, pesquisador autônomo especializado em genealogia; e Edimir Messias de Moraes, também pesquisador autônomo da História regional.

A frase foi suscitada pela pergunta feita a mim, pelo Malzoni, acerca do tema desta dissertação. Curiosamente, perguntas assim impelem um repensar constante sobre a pesquisa em curso. Na procura pela resposta surge a colheita das palavras certas de acordo com o paladar de quem as vai degustar.

“Nós, velhos, contamos histórias porque não há muito mais o que fazer. Acumulamos experiência e agora só nos resta contá-las. É a lei da vida”. Desse modo, Edimir Messias sintetizou a sua resposta à pergunta feita por Iracema. Apesar de parecer retórica, a pergunta inicial despertou o interesse no grupo em respondê-la de maneira assertiva. Imediatamente eu me transpus às páginas de “Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos”, de Ecléa Bosi. Talvez ela também tivesse algo a dizer sobre a pergunta de Iracema.

Quando a sociedade esvazia seu tempo de experiências significativas, empurrando-o para a margem, a lembrança de tempos melhores se converte num sucedâneo da vida. E a vida atual só parece significar se ela recolher de outra época o alento. O vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância (BOSI, 1994, p. 82).

“Então, você está pesquisando os lugares públicos de memória? Mas o que é isso?” Recorri ao alicerce conceitual desta pesquisa, o historiador francês Pierre

⁴³ Essa Biblioteca está localizada na rua da Penha, 673, região central (histórica) de Sorocaba. É administrada por José Rubens Incao. Apesar do nome, a Biblioteca abriga acervos de pesquisadores falecidos (como Waldemar Iglésias Fernandes, Benedicto Cleto, Porphirio Rogich Vieira, entre outros); conta com uma Fonoteca com diversos discos de 78 RPM e LPs; possui uma “Cozinha Caipira” e uma lona de circo montada nos fundos do prédio. A Biblioteca ainda cede seu espaço para atividades voltadas para idosos, como Tai-Chi-Chuan para Terceira Idade, e, para público em geral como Serestas e Choros aos sábados pela manhã.

Nora (1993), numa tentativa de “traduzi-lo” com uma economia de vocábulos, dizendo que se tratava daquilo que resta do passado e que, por isso, transporta para o presente as informações de outrora. É o veículo por onde caminha o passado na estrada do presente. Com isso, no sentido amplo dado por Nora (Ibidem), seria a transmissão dos ritos – ainda que a sociedade atual estivesse desritualizada – e abarcaria desde o concreto até o abstrato e o simbólico.

Um hino, uma bandeira, uma toponímia, uma forma de agir, um monumento, uma rua, um arquivo, um museu... “o circo”, completou a frase a Iracema Cavalcante. *“Este lugar, a Biblioteca Infantil”,* ofertei como minha contribuição para a reflexão e o entendimento do conceito. *“No entanto, embora a conceituação proposta por Pierre Nora seja ampla, eu estou interessado nos espaços concretos, nos lugares públicos mesmo, como praças, ruas, monumentos...”*.

“A ponte...”. Dessa vez, a intervenção partiu do Edimir Messias. A ponte que passa sobre o rio Sorocaba, quando a rua XV de Novembro se vê impossibilitada de alcançar a antiga estrada que ia para a capital e que, por isso, hoje, se chama Avenida São Paulo. A emblemática ponte que, por motivos alheios à compreensão, tomou proporções maiores, dividindo regiões (a do “Além Ponte” do restante da cidade), criando uma nova invocação mariana (a de Nossa Senhora da Ponte), portando-se como a ameaça que deveria ter sido combatida pelos canhões postos na praça Arthur Farjado, próximo dali, tornando-se referência histórica, geográfica e de memória. Mas para ser um lugar de memória é necessário que haja vontade de memória, ou seja, a intenção de ser lembrado pelas gerações futuras. Daí os ditos canhões posicionados diante da ponte, sob o olhar altivo da estátua do coronel Tobias de Aguiar (futuro Brigadeiro Tobias), a espera do Exército liderado por Caxias, mandado para reprimir a Revolução Liberal que eclodira na cidade em maio de 1842.

Atravessado o rio, começa a rua 15 de Novembro, ainda chamada rua da Ponte, com edificações antigas, a subir sofregamente para a praça hoje Pedro II, então do Conselho. A poucos metros, abre-se uma praça em triângulo e a subir. A rua que faz vértice na da Ponte e é um lado do triângulo é a Souza Pereira, antiga do Comércio ou das Tropas. Esse jardim que embeleza a antiga praça das Tropas, depois Santa Gertrudes (em honra da mãe de Tobias, dona Gertrudes Eufrosina de Aguiar) tem ao meio dois canhões apontando para o viajante. É o

monumento mais interessante de 42. Ali apontaram para Caxias: mas os artilheiros andavam já longe... (ALMEIDA, 1993, p. 74).

Em verdade, no dia 21 de junho de 1842, Caxias entra em Sorocaba e não encontra mais nenhuma liderança do movimento rebelde a não ser o ex-regente Diogo Antonio Feijó, que devido às suas restrições de locomoção, não pudera fugir, o que imprimiu na memória popular a sua figura, sentado diante de uma janela, vendo seus companheiros em fuga e ele, sem poder acompanhá-los, a dizer: “Correi, correi, corja de sem-vergonhas; eu aqui fico para vos defender!”.⁴⁴ Quanto a Rafael Tobias de Aguiar, esse estava entre os da “corja” em fuga e não chegou a ver a feição de Caxias. Foi preso posteriormente, a caminho do sul do país, o que serviu de pretexto aos tradicionalistas para reforçar a tese redentora de que ele tentava alcançar o extremo do país para juntar-se aos rebeldes farroupilhas.⁴⁵

“*Havia footing na Ponte*”, lembrou o José Carlos Malzoni. “*Conheci o footing na Praça Coronel Fernando Prestes*”, comentou a Iracema. “*Antes da praça, o footing era na Ponte. Desde o tempo das tropas, isso é antigo. Havia até reclamação de moças que eram incomodadas por homens que faziam gracejos*”, costurou a informação o Edimir. De fato, recordei que em pesquisas do século XIX, em jornais do Gabinete de Leitura, os mesmos compulsados criteriosamente pelo Edimir, havia relatos nesse sentido.

⁴⁴ Jorge Narciso de Matos narra essa anedota, amplamente divulgada pela tradição oral, da seguinte maneira: “Feijó, do alto da janela da Casa do Brigadeiro Tobias, em sua cadeira de paralítico, pronunciou as seguintes palavras: Correi, correi cambada de sem vergonhas, fracos e poltrões. Eu aqui fico para vos defender” (MATOS, 1994, p. 55). Aluísio de Almeida, por seu turno, lembra que “É claro que materialmente o paralítico estava impossibilitado de fugir. Mas o que se conhece de seu caráter adamantino autoriza-nos a crer que Feijó não fugiria, de modo algum” (ALMEIDA, 1993, p. 115).

⁴⁵ José Aleixo Irmão traz um documento, ofício assinado pelo Barão de Caxias dando conta da prisão de Tobias de Aguiar, no qual relata o que segue: “Apenas cheguei à Província de Santa Catarina, fui informado de que Raphael Thobias de Aguiar, Presidente dos rebeldes da Província de S. Paulo, tendo tomado a direcção das Missões, havia requisitado a Bento Gonçalves da Silva, chefe dos revoltosos nesta província, algum auxílio afim de poder reunir-se-lhe” (ALEIXO IRMÃO, 1992, p. 371). Jorge Narciso de Matos diz: “Última tentativa deveria ser feita pelo Brigadeiro Tobias, que consistia numa fuga para ganhar a fronteira do Rio Grande e tentar uma articulação com os Farrapos” (MATOS, 1994, p. 54). Malograda a Revolução Liberal, e tendo os Farroupilhas uma guerra com que se preocupar em seu próprio território, seria de se perguntar: qual articulação pretendia Tobias de Aguiar realizar com os Farrapos? Parece ser mais provável que Tobias de Aguiar estivesse pedindo “asilo” aos republicanos do Rio Grande do Sul do que tentando um contragolpe.

Aquela tarde de sexta-feira, do dia 21 de outubro de 2016, converteu-se num momento mágico. Esperávamos todos, cada qual com seu motivo particular, o administrador da Biblioteca Municipal Infantil, José Rubens Incao, e nesse intervalo a sala onde estávamos enriqueceu a sua atmosfera com lembranças que flutuavam de forma que podíamos respirá-la, degustá-la, senti-la presente. E essas lembranças foram disparadas simplesmente porque a curiosidade de Malzoni sobre esta pesquisa fez com que a palavra “memória” tivesse o condão de despertar as lembranças guardadas por aquele trio.

“Derrubaram aquele casarão que um dia foi do time de basquete do ‘Leite Moça’!⁴⁶ Para quê fizeram isso? Hoje não tem mais nada lá”. A indignação da Iracema se traduziu na importância da existência dos lugares públicos de memória, no concreto que transmite a lembrança abstrata.

Além disso, a vontade de memória de que fala Nora (1993) na instituição dos lugares públicos de memória, aqui no sentido dos espaços urbanos de interesse principal desta pesquisa, não necessariamente se constituem desse modo por vontade do Poder Público, mas pode se levantar a partir do interesse despertado por uma pessoa ou por um coletivo.

A construção da história da reconquista da conciliação *entre* os homens e da liberdade *do* homem não dispensa um trabalho político no domínio da cultura. Assim como um momento da história pode ser o da tomada do poder por grupos opressores que sujeitam os processos sociais de construção da cultura aos seus interesses, um outro momento pode ser o da conquista popular do poder que recupere, não só para o povo, mas para todos os homens, as dimensões perdidas das relações humanas do trabalho e da cultura.

A realização deste momento de história exige que aquilo que só aos olhos do ingênuo aparece como um domínio “universal” de artes, ciências, símbolos e valores “puros” deixe de ser o lugar do “puro” pensamento: a contemplação da cultura, e seja recuperado como lugar político de luta e transformação (BRANDÃO, 1985, p. 29).

⁴⁶ Nome “fantasia” para o time do Clube Atlético Mineiro, surgido em Sorocaba no final da década de 1980 até 1993 mudou de nome várias vezes, de acordo com o patrocinador, sendo que o último foi o “Leite Moça”. Era um time de Basquete feminino que teve em seu elenco renomadas jogadoras como Hortência, as irmãs Vânia e Vanira, Marta, Ana Mota, Branca entre outras.

Essa recuperação da cultura como lugar político de luta e transformação já pode ser vista em Sorocaba, embora em um nível mais sutil que muitas vezes requer de nós o olhar atento e as percepções aguçadas.

4.1 – O Inferno no Beco

Dia 14 de agosto de 2016, um dia antes do aniversário de 362 anos de Sorocaba, aconteceu a segunda edição da Feira do Beco do Inferno, na rua Leite Penteado. A proposta foi de ocupar um espaço da região central, num domingo, para a realização de uma feira de artes e artesanato. Segundo a página do Facebook do grupo idealizador da Feira, a definição do evento é a que segue:

Feira (des) organizada por artistas onde arte, artesanato, música, teatro, performance, literatura e poesia acontecem ao mesmo tempo dentro de um beco no centro de Sorocaba.

Surgiu a partir do desejo dos artistas em mostrar e vender seus trabalhos, coisas exclusivas que antes não tinham espaço comercial. A regra é que todos os "produtos" ali expostos ou vendidos tenham de ser feitos pelos próprios artistas e artesãos, sem passar por nenhum processo industrial ou ser reproduzidos em série.

A feira nasce no Beco do Inferno e irá andando por aí, conquistando outros becos e praças pelo resto do ano levando muita criatividade, energia e alegria para todos os espaços que ocupar.⁴⁷

Além de ocupar o espaço, a Feira trouxe a possibilidade de rememorar a antiga toponímia do logradouro. Por muito tempo a rua Leite Penteado foi conhecida como “Beco do Inferno”. De acordo com Maurício Sérgio Dias, há duas versões para essa alcunha que recebeu a rua. A primeira seria por conta dos “barris lotados de fezes e de urina, oriundos da cadeia e da câmara municipal ali próxima, [que] eram jogadas naquela rua, chegando a exalar o odor fétido característico” (DIAS, 2002, p. 154). A outra versão diz que era por ali que passavam os condenados a suplício – escravos, geralmente – cuja pena seria cumprida no Pelourinho. Essa segunda possibilidade seria “menos provável”, segundo DIAS (Ibidem).

⁴⁷ Disponível em https://www.facebook.com/feiradobecodoinferno/about/?entry_point=page_nav_about_item&tab=page_info Acesso em 14 ago 2016.

A idéia da realização de uma Feira de Arte em Sorocaba foi gestada por um grupo de pessoas, dentre os quais estavam Flávia Aguilera, Ligia Mazzer, Rafael Assis, Ella Vieira, Felipe Albuquerque, Ananda Jacques, Flavia Biggs, Verônica Heidmann, Mauricio Matos e Thompson Mendes. Nas outras edições, surgiram outras pessoas como Livia Poloto e Mariana Maia. A artista plástica Flávia Aguilera, que tem pesquisado sobre a História de Sorocaba, realizando ações de perpetuação ou fixação de uma memória mais “popular”, disse sobre como se deu o processo de criação da Feira e de como se deu a escolha do lugar

“a gente já queria fazer uma feira de arte. Porque nas feiras de artesanato além de ter que pagar a barraca e se associar, não vendia desenho, os outros bazares é tudo ‘fresco’⁴⁸ e tem que pagar também, além de ser super vazio. Ai a gente decidiu juntar gente e fazer a feira..... ai eu já estava pesquisando sobre Sorocaba e sabia sobre o Beco do Inferno. contei para os amigos sobre o Beco do Inferno e decidimos fazer lá, antes mesmo de ver a rua. Nós vimos no Google Maps,⁴⁹ mas de qualquer jeito queria fazer no Beco do Inferno”⁵⁰

A Feira do Beco do Inferno recupera a memória de uma antiga toponímia popular, num processo de ressignificação no presente. Recupera ainda processos de comercialização dentro de outra perspectiva que não a da ideologia capitalista do mercado. As feiras e encontros de trocas e comércios sempre foram uma tradição em Sorocaba. Ainda hoje, no entorno do Mercado Municipal reúnem-se pessoas com o intuito de realizar o comércio informal de simples troca de produtos – a barganha ou “rolo” – ou compra e venda com utilização de dinheiro.

Em Sorocaba mantém-se, também, uma “Feira da Barganha”, localizada no extremo da Zona Norte, final da Avenida Ipanema, próximo ao Horto Florestal. Essa Feira, que já funcionou na Praça Frei Baraúna e, depois, em extenso terreno localizado na margem do Rio Sorocaba (Bairro dos Pinheiros), existe há mais de 40 anos.

⁴⁸ Termo que designa afetação ou excesso de melindres e de sensibilidade. Usa-se o termo no sentido de que há muita burocracia ou “senões” para a realização de algo prático.

⁴⁹ Serviço de pesquisa de mapas realizado pela empresa Google de serviços on line e software dos Estados Unidos.

⁵⁰ Informações prestadas via chat da rede social Facebook.

Tradicional, exótica, divertida, intrigante, folclórica, resiliente, múltipla e única ao mesmo tempo. Essas possivelmente sejam definições (ou adjetivos?) para a Feira da Barganha de Sorocaba, que há mais de 40 anos mantém um elo de ligação com os sorocabanos e visitantes que gostam de fazer "rolos" com objetos e mercadorias, numa mistura de negócios e lazer que parece encantar quem frequenta aquele espaço da Alameda do Horto, no bairro Caguaçu, na zona norte da cidade. [...]

Contam os barganheiros mais antigos que a Feira da Barganha começou nas cercanias do Mercado Municipal, no centro da cidade, passou pela praça Frei Baraúna, (antiga) Concha Acústica (Largo de São Bento), estacionamento da rodoviária, área ao lado da ponte de Pinheiros (onde hoje tem pista de bicicross), e depois foi deslocada para o terreno do Horto Florestal, onde está até hoje. [...]

A feira começou de forma espontânea há mais de 40 anos, quando aposentados se reuniam aos domingos em frente ao Mercado Municipal para efetuar troca de relógios de pulso. E com o passar do tempo foi sendo incrementada. Além dos relógios, vieram os LPs, selos e moedas antigas. Alguns anos depois, ela assumia a peculiar vocação de contar com "um pouco de tudo". E todas as "mercadorias" com a possibilidade de ser barganhada. [...] (CRUZEIRO DO SUL, 15 jun 2014).⁵¹

A tradição popular diz que a barganha – ou breganha – com a realização desses encontros (as feiras) de trocas e comércio é um resquício do tempo dos tropeiros. Se sim ou se não, o fato é que se tornou uma “verdade” que se transmite de tempos em tempos. A Feira do Beco do Inferno, portanto, não somente traz a tona o questionamento acerca do processo de apagamento dos nomes dos antigos logradouros, como reforça a “memória” das feiras, fixando ainda outra memória que é a da produção artística, cultural e intelectual de Sorocaba.

Da mesma forma que a Feira da Barganha se tornou um lugar de memória com características populares, fazendo um contraponto ao excesso de hipermercados, shoppings centers e magazines da cidade, a Feira do Beco do Inferno trouxe a mesma tradição das feiras, mas ocupando um espaço do centro histórico, criando uma territorialização, ainda que efêmera, pois dura somente com a ocupação do mesmo espaço, ou seja, o tempo de realização da feira.

Essa questão da ocupação de um território é curiosa. Na observação durante a realização da Feira do Beco do Inferno, em agosto, deparei-me com uma profissional do sexo que espantada com a movimentação, perguntou: “*O que está acontecendo aqui?*”. Informei-a sobre a ocorrência da Feira de Arte, do que ela, indignada, disse: “*Isso vai até lá em cima?* [perguntando sobre a extensão da Feira

⁵¹ Texto do jornalista Felipe Shikama.

sobre a totalidade da rua] Mas justo hoje, quando eu faço o meu ganha pão?”. E saiu indignada com a ocupação de seu território. Tradicionalmente, aquele espaço é local de prostituição, sendo que “a parte de cima da rua”, a que se referiu a minha interlocutora, é onde se localiza um dos “hotéis” destinados a aluguel de quartos para o lenocínio.

A Feira conta com barracas que trazem temáticas interessantes como valorização da cultura afro-brasileira, agricultura orgânica, técnicas tradicionais de plantio, terapias alternativas, artesanato, esoterismo, feminismo, comidas naturais e sucos, poesias em folhetos de cordel, apoio a iniciativas de propostas alternativas para a sociedade, sincretismo de simbologias religiosas... Também, tornou-se espaço para apresentações musicais, teatrais e de declamação de poesias. A artista plástica Flávia Aguilera produziu materiais de recuperação da memória operária, com a confecção de bonecas e também desenhos em pôster “lambe-lambe”⁵² baseados em fotos de operárias sorocabanas do final do século XIX e início do século XX.

O artista plástico Francisco Antonio Chanes, por sua vez, aproveitou a Feira para oferecer uma oficina gratuita com aula aberta de estêncil Arte em vários suportes. Tanto o pôster “Lambe-lambe”, quanto o estêncil Arte, ao lado da grafiteagem são intervenções urbanas comuns na cidade de Sorocaba, não somente nas décadas passadas quanto nos dias atuais. Com isso, a presença dessas formas de arte na feira colabora, também, com a possibilidade de ampliação das intervenções urbanas, que vão muito além das pichações, trazendo à baila a memória de uma produção artística questionadora dos valores convencionais da arte elitista.

O espaço escolhido para a ocorrência dessas intervenções urbanas também colaboram para a visibilidade de sua mensagem no presente momento, mas também pode ser fundamental para que seus resquícios sejam evidentes no futuro. Afinal, “o tipo de espaço, o lugar ocupado, a rede de relações dessa posição, tudo

⁵² De acordo com a Wikipedia, “Poster lambe-lambe (Wheat-paste, em inglês), também chamados de poster-bomber, é um pôster artístico de tamanho variado que é colado em espaços públicos. Podem ser pintados individualmente com tinta látex, spray ou guache”. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Poster_Lambe-lambe Acesso 22 out 2016.

isso age como critérios que guiam o olhar e o interesse e conferem diferentes graus de visibilidade às coisas” (GOMES, 2013, p. 55).

Discórdia, nome pelo qual é conhecido o artista urbano Pedro Caboatan, é um dos nomes que se eterniza nos logradouros sorocabanos por meio de intervenções artísticas com técnicas de estêncil, lambe-lambe e sticker. William A. R. Ferreira, mais conhecido como Will Ferreira, é um conhecido artista urbano, especialmente por suas grafitações espalhadas por diversos lugares da cidade de Sorocaba. Tanto Will Ferreira quanto Pedro Discórdia foram contemplados, em 2016, com o “Prêmio Anual Prof. Flávio Gagliardi” de Artes Visuais. Esse reconhecimento, pelos órgãos oficiais, da arte produzida nas ruas é bastante significativo. Afinal, são artistas urbanos, que utilizam os espaços da cidade como galeria para as suas obras de arte. É a fixação de uma memória que se contrapõe ao “eruditismo” e “academicismo” que, afinal, representam a elitização da arte.

A apropriação dos espaços públicos denota, de certa forma, um embate pelo direito a cidade, ou seja, a usufruir o que é público. A ocupação do espaço público é, por isso, a busca pela visibilidade e, a reboque, da voz que quer discursar, mas se vê silenciada pela ensurdecadora turbulência dos grupos dominantes. Não é à toa que o artista Discórdia produziu uma intervenção urbana colando cartazes num prédio antigo do centro histórico de Sorocaba, formando a palavra “VOZ”.

Afinal, ocupar é ter o direito do uso, é ter o espaço da voz. Por isso, o espaço público é a vitrina onde são expostas as nossas “verdades”, as nossas satisfações e nossas mazelas, as nossas honras e desonras, as nossas conquistas e as perdas, a nossa memória e a dos demais. Por isso, o espaço público é valorizado enquanto lugar de exposição. “Na vida das cidades modernas, há um lugar onde a exposição se transformou em regra, o espetáculo é contínuo, o olhar não descansa: são os espaços públicos” (GOMES, 2013, p. 186).

O Jornal do Município de Sorocaba, órgão oficial da Prefeitura Municipal de Sorocaba, publicou no dia 16 de dezembro de 2016, na página 5, o Decreto 22500 permitindo o fechamento do loteamento “Parque Ecoresidencial Fazenda Jequitibá”, uma área de uso de bem público. Ocorre que o fechamento desse mesmo loteamento impede o uso público, restringindo o seu acesso e usufruto apenas para

os sócios da Associação de Moradores do Parque Ecoresidencial Fazenda Jequitibá.

Um espaço público quando tem seu uso restringido deixa de se caracterizar como bem público e ganha ares de bem privado. Os loteamentos fechados são tidos como “condomínios” na cidade de Sorocaba. O direito à cidade fica, dessa forma, prejudicado.

No caso da memória, não se constroem muros para fechamento e uso de um grupo restrito. No entanto, ao requerer a hegemonia sobre essa memória, convertendo-a em “oficial”, constroem-se muros imaginários que impedem o acesso de todos às informações, portanto, também à cidade (ou à alma dessa cidade).

Os eventos contra-hegemônicos procuram abrir novas frentes de acesso à cidade, seja ao seu corpo (os espaços e lugares públicos), seja à sua alma (por meio da produção artística e intelectual, mas também pela apropriação simbólica do passado com ressignificação para o presente).

Reproduzindo e dando visibilidade a essas formas de arte, a Feira do Beco do Inferno abre espaço para o conhecimento e a apropriação de técnicas de intervenção urbana. Os que foram silenciados têm a possibilidade de construir o seu discurso e de conquistar o seu lugar de manifestação.

4.2 – Arte, Resistência e Potência de transformação

Pode-se enxergar nessas ações aquilo que se coaduna com “os princípios dos movimentos de cultura popular: a conscientização dirigida à politização, isto é, à formação de unidades populares de ação política; o trabalho pedagógico partindo dos valores populares; o projeto histórico de transformação de estruturas sociais com a participação (a *direção*, dirão alguns) popular” (BRANDÃO, 1985, p. 54).

Provavelmente, não nos moldes pensados pelo Movimento de Educação de Base (MEB), do qual o pensamento de Brandão (1985), neste caso, é subsidiário, mas numa nova releitura. Afinal, o contexto em que surge o MEB é o da década de 1960 e agora, passados mais de 50 anos, a conjuntura é outra. No entanto, não parece ser algo forçoso identificar semelhanças entre os princípios dos movimentos

de cultura popular, nos moldes propostos pelo MEB, e aquilo que a Feira do Beco do Inferno produz como possibilidades.

O que se percebe é que, ainda que de forma sutil, há produção de memória por diversos agentes da chamada “sociedade civil”, representando os valores cultuados por esses setores, como o dos produtores de arte e de cultura.

É preciso entender, entretanto, que essa produção de memória possui uma característica diferenciada da forma como as classes dominantes até hoje impuseram, ao longo do tempo, a memória “oficial” e justificadora dessas próprias classes.

Enquanto a memória produzida pelas classes dominantes está praticamente restrita ao conceito de Nora (1993) sobre a instituição de uma memória “arquivística”, transformando memória em História, construída como um lugar para ser permanente enquanto perdure a causa que o criou; as memórias produzidas de forma “alternativa” aproximam-se muito mais do tempo em que a lembrança era espontânea, porquanto os suportes em que se escora são sempre mais sutis e sem a pretensão da eternidade. Perduram enquanto são funcionais, enquanto cumprem o papel de disparar a lembrança.

É o pôster lambe-lambe que as intempéries irão ferir e ofender, mas não antes de ter sido visto, de ter suscitado o questionamento de sua existência. É, ainda, a intervenção teatral, como as que são realizadas pelo grupo Trança de Teatro, que tem questionado sobre o papel político do corpo negro na sociedade.

São as grafitagens que colorem os muros em ruínas de muitos locais. Pinturas que ao relento não terão a proteção das paredes das catedrais renascentistas que serviram de galeria para nomes como Leonardo e Michelangelo. Por outro lado, as grafitagens são as entranhas colocadas para fora, expostas aos olhos de todos e não apenas dos privilegiados.

Aqui cabe até um parêntese: se as paredes das catedrais protegiam pinturas, em Sorocaba o templo-mor do catolicismo, na Catedral Metropolitana, por descuidos vários, as pinturas de Bruno Di Giusti têm sofrido a degradação decorrente de infiltrações. Lamentável que um artista do quilate de Bruno Di Giusti, com obras sacras em igrejas de várias cidades da região, tenha parte de sua obra condenada

pelo descaso. Infelizmente é outro exemplo de descuido da memória “oficial” pelos grupos dominantes.

De toda a forma, o que se percebe é que há espaços entre as trincas que são experiências interessantes, com potencialidades de visibilidade, alçando para o lugar de voz as memórias que foram silenciadas. São diversas as possibilidades de tornar potentes e emergentes outras memórias que não as ideologicamente construídas pelos grupos dominantes. “Contudo, contrapor simplesmente o plural ao singular, falar em várias memórias ao invés de uma só não resolve a questão”, conforme salienta LARA (1991, p. 105). É importante perceber que

Não podemos continuar a operar com o pressuposto da unicidade da memória social mesmo quando esta memória social quer se por ao lado dos esquecidos e oprimidos. Não basta simplesmente colocar a figura dos dominados no centro da história, invertendo os valores da chamada história oficial. Isso redundaria na constituição de um contradiscurso que opera com os mesmos parâmetros do discurso dominante, construindo apenas uma outra fala: uma outra verdade que também se institui. A memória dominante, do vencedor, não é “falsa”; ou é tão “falsa” quanto a memória do dominado, do vencido.

Não há uma única memória, nem do ponto de vista dos dominantes nem do ponto de vista dos dominados, do mesmo modo que uns não existem sem os outros. Se ambos estão constituídos e constituem relações sociais, suas memórias também fazem parte deste movimento, dialogam entre si, são conflitantes entre si, existem na diversidade: valores, versões e verdades que se batem reciprocamente. O movimento e o conflito presentes na constituição da memória e da história se fazem e refazem também ao longo do tempo, na forma com que diversos agentes sociais lêem e relêem o passado, contam e recontam suas histórias (LARA, 1991, pp.105 -106)

Não se trata, portanto, da exclusão da memória “oficial” (ou dos vencedores), mas sim da possibilidade da emergência das outras memórias. Também, ter olhos para perceber que há outros veículos de condução da memória, utilizados pelos grupos dominados de forma diferente da dos dominantes.

Portanto, a memória dos grupos marginalizados ou subalternizados mantém-se viva de uma forma mais sutil, ou melhor, de uma forma diferente daqueles caminhos encontrados pela memória dos grupos dominantes. Obviamente que o acesso à informação – sobre o passado silenciado – pode melhorar sobremaneira a qualidade da produção dessas outras memórias, aquelas dos grupos subalternizados. É o caso da intervenção proposta pela artista plástica Flávia Aguilera que desenhou em pôsteres lambe-lambe imagens de mulheres operárias,

colocando-os em paredes que limitavam a antiga Vila operária da fábrica Santo Antônio.

Por conta das transformações urbanas, não sobrou sequer resquício da antiga vila. Não há nada naquele local – entre a avenida Afonso Vergueiro, a rua Araçoiaba, a rua Comendador Oeterer e a rua Dom Antonio Alvarenga – que possa servir de lembrança da antiga vila, a não ser a colagem dos lambe-lambes, com os olhos das operárias fitos nos nossos, como a nos inquirir e questionar o nosso quinhão de culpa pelo silenciamento dessa memória.

Flávia Aguilera, entretanto, somente pôde pensar e agir com essa intervenção a partir do seu interesse pela História da cidade. Não é esse o único trabalho que realizou nesse sentido. Foi dela a idéia da promoção de evento rememorando a história de Julieta Chaves, a “Santinha de Sorocaba”, uma menina assassinada em 1899 e a quem o povo atribui intervenções miraculosas. Com programação no SESC Sorocaba, organização de bate-papos e exposições dentro do evento “Encontros com Julieta”, ocorrido de março a maio de 2015, a artista evidenciou essa história que estava, de certa forma, esquecida por parte significativa da população sorocabana.

Apesar da constituição de lugares amnésicos, especialmente construídos por uma ideologia do domínio, por outro lado aparecem alternativas que apresentam, ainda, o potencial educativo de intervenção e apropriação de outras memórias, aprimorando o senso crítico pela contraposição àquela memória dos grupos dominantes.

Mesmo destituídos dos poderes – seja social, econômico, político, de mando e/ou de comando – os grupos subalternizados podem – e têm feito – criar espaços para a emergência de suas lembranças, para a constituição de suas territorialidades.

É o caso, que novamente se cita aqui, do Grupo Trança de Teatro. Com esquetes que trabalham a temática voltada para as questões do negro na sociedade, esse grupo tem promovido também outras ações que procuram debater com profundidade as questões de seus interesses. Formado originalmente pelos atores Marco Antonio Fera e Clarice Santos, o grupo ainda conta com a colaboração de outros nomes para a realização de suas atividades.

O Grupo Trança de Teatro formou-se em setembro de 2011, com a pesquisa do projeto “Redemoinhos das Artes”, contemplado pelo edital PROAC 2012 – Primeiras obras de Teatro, e indicado ao prêmio CPT Cooperativa Paulista de Teatro 2013, com espetáculo “No Voo do Instante”, texto da dramaturga Sueli Aduan, convidada especialmente para o trabalho. Iniciou seu trabalho de pesquisa motivado pelo desejo de compreender a função e lugar enquanto artistas, sobretudo artistas pretos, numa sociedade que impõe o processo de embranquecimento, um racismo intenso e perpetuado, onde os valores éticos e humanos tomam proporções distintas. Misturados a tantas pessoas e seus desejos estão os artistas, estabelecendo outra relação a esse ritmo da sociedade urbanizada. Partindo dessa reflexão, seu primeiro trabalho, entre os anos de 2011 e 2012, “No voo do Instante”, chegaram ao que seria o ponto inicial de todo o trabalho: diálogo e compreensão do meio em que vivemos. Posto isto, fizeram o estudo do material de sua investigação-proposta: o homem do sertão. Com a experiência do trabalho, o material coletado e o produto final – o espetáculo –, este trabalho apontou um novo caminho, ou, seja, a pesquisa do projeto que aqui se apresenta. O âmbito, o universo e as figuras criadas impulsionaram e despertaram a reflexão acerca do tema “O negro brasileiro contemporâneo”, campo de pesquisa do Projeto Relato lírico do negro brasileiro. Este segundo trabalho, que iniciou processo de pesquisa em Julho de 2013, buscou aprofundar a relação com o tema, explorar cada vez mais as questões do negro, das injustiças sociais e o processo histórico étnico-racial, por meio de um texto dramático de uma escritora sorocabana, Daiana de Moura. Desigualdade social e a condição do negro brasileiro contemporâneo é a tônica de seus trabalhos, sobretudo o protagonismo negro, uma representação emancipada, trajetória de vida não somente representada pela figura da subalternização, um protagonismo legítimo e diverso. O grupo pretende mais do que mostrar um produto para o público, quer colocar questões a serem refletidas.⁵³

As intervenções teatrais e os debates e seminários propostos pelo Grupo Trança têm sido de fundamental importância para o entendimento das questões relacionadas aos negros na cidade de Sorocaba. Em julho de 2016, por exemplo, o Grupo Trança participou do projeto “Coletivações”, do SESC Sorocaba, com a proposta de discutir, por meio de uma oficina sequencial, as possibilidades estéticas do teatro negro (CRUZEIRO DO SUL, 6 jul 2016).⁵⁴

De acordo com Marco Antonio Fera, integrante do grupo Trança, o curso partirá da construção cênica através da pesquisa sobre a corporalidade, brincadeiras afro-brasileiras e danças populares como maracatu, coco de roda e jongo. Nos três primeiros encontros, as atividades ligadas à conscientização corporal serão conduzidas pela coreógrafa convidada Renata Rocha. Segundo ele, para participar da oficina não é necessário ter experiência prévia em teatro.

⁵³ Depoimento de Marco Antonio Fera via chat de rede social (Facebook), no dia 02 nov 2016, às 18h35 min.

⁵⁴ Texto assinado pelo jornalista Felipe Shikama.

Fera detalha que durante o curso, os participantes serão convidados a experimentar algumas etapas do processo de criação dramática da companhia, baseada nas experiências pessoais, nas memórias dos ancestrais e nas narrativas transmitidas pela oralidade. "Esses elementos estão presentes em todos os nossos espetáculos e são características do nosso teatro negro", comenta.

Além de exercícios cênicos, Fera comenta que a vivência será complementada por textos teóricos, filmes e documentários sobre racismo e identidade negra no Brasil. "Mais do que mostrar um produto para o público, a gente busca colocar questões a serem refletidas", acrescenta o ator (Ibidem).

Tais intervenções constituem-se, afinal, em lugares de memória que possibilitam a emergência daquelas vozes que historicamente foram sufocadas. A exemplo da Igreja de N. S. do Rosário dos Homens Pretos, que no século XVIII deu lugar ao Convento de Santa Clara, a história dos negros na cidade foi, por muito tempo, silenciada. Agora, num processo de empoderamento, cria-se uma nova possibilidade de reaparição dessas vozes.

É o tempo ao nosso favor. Como diriam os *Rolling Stones*: "Time is on my side". É a oportunidade que se apresenta e que deve ser aproveitada. "Quem sabe faz a hora, não espera acontecer", como diria Geraldo Vandré. Há muita coisa acontecendo e que tem a potencialidade de transformação.

Nesses lugares de potência de transformação, circulam grupos que mantêm vínculos de aproximação entre as pessoas por afinidades. O uso dos espaços se desenvolve de diversas formas e modelos, de acordo com os interesses ou a intencionalidade ou mesmo com a apropriação desses mesmos espaços.

Magnani (2002) nos ajuda a pensar o uso desses espaços a partir da proposição de categorias de análises. As categorias propostas por Magnani – pedaço, mancha, trajeto, pórtico e circuito⁵⁵ – pressupõem relações sociais e

⁵⁵ Por pedaço, Magnani entende "...o espaço [...] demarcado [que] torna-se ponto de referência para distinguir determinado grupo de frequentadores como pertencentes a uma rede de relações" (MAGNANI, 2002, p. 18). Pedaço "designa aquele espaço entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve a sociabilidade básica" (Ibidem). Já as "manchas, [são] áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam [...] uma atividade ou prática predominante. Numa mancha de lazer, os equipamentos podem se bares, restaurantes, cinemas, teatros, o café da esquina etc. [...]" (Idem, p. 20). O termo trajeto "aplica-se a fluxos recorrentes no espaço mais abrangente da cidade e no interior das manchas urbanas" (Idem, p. 22). Os pórticos são "espaços, marcos e vazios na paisagem urbana que configuram passagens. Lugares que já não pertencem à mancha de cá, mas ainda não se situam na de lá" (Ibidem). São como fronteiras. Por seu turno, o circuito é "uma categoria que descreve o exercício de uma prática ou oferta de

culturais de grupos que utilizam o espaço como “laços de pertencimento e estabelecimentos de fronteiras”, tendo, porém, um olhar que “vai além da fragmentação que, à primeira vista, parece caracterizar a dinâmica das grandes cidades e procura identificar as regularidades, os padrões que presidem o comportamento dos atores sociais” (MAGNANI, 2002, p. 27).

4.3 – Outros lugares “mágicos” de memória

A Biblioteca Infantil Municipal de Sorocaba é outro exemplo do quanto existe de efervescência em ações que disseminam a memória como potencialidade transformadora e emancipadora. Localizada na região do centro histórico, na rua da Penha, o antigo casarão que abriga a Biblioteca, administrada por José Rubens Incao, se constitui numa metáfora de si mesma: o desenho do recorte das linhas de seu telhado, vistas do fundo do quintal, contrasta com a modernidade dos edifícios daquela região.

Instalada num casarão do final do século XIX (1897), a Biblioteca é tombada pelo Conselho do Patrimônio Histórico de Sorocaba e isso já seria suficiente para constituí-la como “Lugar de Memória”. Mas a Biblioteca Infantil mantém ainda em seus espaços diversas atividades e aparelhamentos que possibilitam a ampliação das ações voltadas para a memória. A existência de uma “cozinha caipira” (com forno e fogão de lenha e todo ornamentado com temática da vida do campo), uma lona de circo permanentemente armada, além do jardim interno, são alguns dos espaços utilizados para cursos, atividades, apresentações ou mesmo para convivência numa temporalidade diferente do ritmo alucinado que se desenvolve porta afora daquele prédio.

Foi nesse espaço que se deu o pré-lançamento e lançamento do Forum de Culturas Populares e Tradicionais de Sorocaba e Região, no dia 14 de maio de 2016. Esse Forum é outra ação de intensa potencialidade para a manutenção e

determinado serviço por meio de estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantém entre si uma relação de contigüidade espacial, sendo reconhecido em seu conjunto pelos usuários habituais: por exemplo, o circuito gay, o circuito dos cinemas de arte, o circuito neo-esotérico, dos salões de dança e shows Black, do povo de santo, dos antiquários, dos clubbers e tantos outros” (Idem, pp. 22 – 23).

visibilidade das memórias relacionadas aos produtores de cultura popular e tradicional, geralmente esquecidos pelas políticas públicas, o que colabora com a intensificação da invisibilidade.

Com a presença de autoridades, produtores culturais, artistas, pesquisadores e demais interessados em cultura popular e tradicional foi lançado oficialmente no dia 14 de maio de 2016, sábado, na Biblioteca Infantil de Sorocaba, o Fórum de Culturas Populares e Tradicionais da Região de Sorocaba.

Na oportunidade foi lida a “Carta de Princípios”, documento que apresenta as diretrizes de trabalho do Fórum.

Surgido a partir de um encontro de artistas, educadores, coletivos e produtores culturais de Sorocaba e região, que se reuniram no dia 29 de setembro de 2015 no Centro Cultural Quilombinho, o Fórum de Culturas Populares e Tradicionais se propõe a atuar como os Conselhos de Cultura e similares, atuando como interlocutor junto aos Poderes Públicos, propondo criação de leis e políticas públicas voltadas para as culturas tradicionais e populares, propondo registro de bens imateriais, fortalecendo saberes e fazeres tradicionais e divulgando as manifestações culturais.

Surgido a partir da idealização e intermediação da professora da UFSCar, Dra. Dulcinéia de Fátima Ferreira, a fundação do Fórum contou ainda com a participação do pesquisador Ademir Barros dos Santos, do produtor e agente cultural Eufra Modesto, do historiador e professor Carlos Carvalho Cavaleiro, do músico e sambista Claudio da Silva e do produtor Leandro Toledo, além de diversos coletivos e grupos e interessados.

Presente no lançamento do Fórum, a Secretária de Cultura de Sorocaba, Jaqueline Gomes da Silva salientou a importância da iniciativa e colocou-se à disposição em estabelecer parcerias e interlocuções junto ao Fórum. Apresentou a plataforma do Mapeamento Cultural como uma das ferramentas disponíveis para os produtores culturais e incentivou a participação do Fórum junto ao Conselho Municipal de Cultura.

As cidades de Araçoiaba da Serra e Jundiá também tiveram representantes no lançamento, mostrando o interesse regional pela constituição do Fórum. Durante o evento foi lida a Carta de Princípios, a qual foi assinada pelas pessoas e grupos presentes.

Apesar de não possuir formalidade oficial, o Fórum pretende atuar estabelecendo articulações com o Poder Público de todas as instâncias, bem como mapear e divulgar as políticas de fomento, atuar na proteção e preservação do patrimônio cultural imaterial.

Todos os interessados em participar do Fórum são bem vindos (JORNAL ROL, 16 maio 2016).⁵⁶

A Biblioteca Infantil de Sorocaba conta ainda com acervos de historiadores, folcloristas e pesquisadores falecidos, doados por familiares. O acervo bibliográfico e mesmo originais de Bene Cleto, Waldemar Iglésias Fernandes, Abel Cardoso Junior e Rogich Vieira são apenas alguns exemplos de materiais que provavelmente

⁵⁶ Disponível em: <http://www.jornalrol.com.br/criado-em-sorocaba-o-forum-de-culturas-populares-e-tradicionais-da-regiao-de-sorocaba/> Acesso em 6 nov 2016.

estariam destinados ao esquecimento, se não houvesse o interesse da administração da Biblioteca Infantil em mantê-los em suas salas, à disposição do público pesquisador.

Da mesma forma, a Fonoteca Municipal, que começou numa sala da Biblioteca Infantil, por iniciativa de José Rubens Incao, e que hoje, localizada na sede da Secretaria de Cultural (Palacete Scarpa), possui um acervo de mais de 27 mil discos, entre 78 RPMs, LPs, CDs e fitas K-7. Aos sábados, pela manhã, desenvolve-se na Biblioteca Infantil o projeto “Encontros com a MPB”, uma ampliação de projeto anterior – “Encontros com o choro” – no qual os amantes da música fazem da Biblioteca um espaço de apresentações, de valorização da arte e de descontração.⁵⁷

“A Biblioteca Infantil desde a sua criação em 1985 já vem trabalhando com a memória, não apenas a sorocabana. Lembro de exposições sobre Almanques de Farmácia, maquetes de plastimodelismo sobre Segunda Guerra, bate-papo sobre os Beatles e os Rolling Stones, Fotos antigas da Fazenda Ipanema, Flâmulas de propaganda, e artesanato popular”⁵⁸

De acordo com o depoimento de José Rubens Incao, *“Em relação à memória (ou História) veio a Semana do Circo (agora já no prédio atual) e a reestruturação dos passeios com a inclusão do Cemitério e do Centro Histórico com novos roteiros”*.⁵⁹ A Biblioteca Infantil recebe semanalmente pessoas que se encontram lá para conversar, falar de suas experiências, suas pesquisas, trocarem informações, falar de suas memórias.

⁵⁷ De acordo com o depoimento de José Rubens Incao, “Atividades similares incluem: Encontros com o Mito, que trabalha também a memória, Encontros com a MPB, cursos de MPB, Oficinas de Culinária, Atividades com o Circo, exposições, e, principalmente, (deveria ser óbvio, mas não é), disponibilizar os acervos ali preservados (Rogich, Waldemar, Landa Lopes, Benecleto e Autores sorocabanos) aos pesquisadores, além dos passeios culturais, bate papo sobre o tema para escolas e grupos que nos solicitam, etc.”. Depoimento fornecido via correio eletrônico em 9 mar 2016.

⁵⁸ Depoimento de José Rubens Incao, via internet, em 9 mar 2016.

⁵⁹ Idem

4.4 – Sorocaba conservadora e alternativas de resistência

A abertura deste capítulo refere-se a um desses encontros. É a oportunidade que se tem de criar um “laboratório” de pesquisas a partir do relato dos mais velhos.

“Lembram-se de um padre que ralhava com as moças que andassem com saias curtas, mandando-as de volta às suas casas, sem se importar se eram católicas ou não?”, perguntei em determinado momento, pois também em mim aquele processo de rememorar estava fazendo efeito. *“Francisco Cangro”*,⁶⁰ responderam em uníssono Edimir e Malzoni.

A pergunta foi intencional. Sorocaba sempre foi tida – e criticada – como uma cidade conservadora e provinciana. O jornalista e humorista Celso Ribeiro, conhecido como Marvadão, publicou em sua coluna diária um texto cujo título era “Cidade conservadora?”, na qual questionava a fama de Sorocaba.

Sorocaba é uma cidade muito conservadora, provinciana, pouco progressista... A gente sempre ouve isso. Será? Sei lá. Está acontecendo cada coisa no âmbito das famílias, dos usos e costumes... Quanta transformação social!

Até onde ser uma cidade “progressista”, na versão politicamente correta (ou conveniente), é bom? O Brasil passou recentemente por uma experiência de esquerda. Foi bom pra você?

Uma das provas de que Sorocaba é “provinciana” estaria no fato de historicamente elegermos prefeitos bigodudos. Basta ver a galeria dos nossos “alcaldes”, na Prefeitura.

Mas ultimamente os bigodes estão rareando no alto do Paço. Agora mesmo, temos no segundo turno dois candidatos sem esse adereço acima da boca. Pouco provável que Raul ou Crespo, quem vencer, passará a usar bigode ou barba comprida.

Ah, esses rótulos! Ah, essa maneira estereotipada de ver a política! Cidade paroquiana? Faz tempo que as pessoas daqui não medem mais o seu prestígio pela distância que elas residem da torre da igreja central.

⁶⁰ Monsenhor Francisco Cangro, o “Padre Chiquinho” foi um conhecido e estimado clérigo de Sorocaba. Ficou conhecido por seus posicionamentos anti-comunistas e anti-anarquistas e por sua simpatia, por isso, às ideologias de extrema-direita. Em 1931, ele ajudou a fundar o Centro Operário Católico, no qual proferia palestras na tentativa de alertar os trabalhadores “acerca dos princípios dissolventes que se procura insinuar nos meios operários” (CAVALHEIRO, 2001, p. 55). Encontramos ainda a informação publicada por Ecleia Bosi que colheu o depoimento de Antonio que informa que “O primeiro discurso do *Dopolavoro*, em 1934, o primeiro discurso integralista quem fez fui eu. Foi em Sorocaba, sobre o conceito de liberdade. Monsenhor Cangro achou formidável” (BOSI, 1994, p. 246). Monsenhor Francisco Cangro nasceu em Sorocaba no dia 27 de dezembro de 1898 e faleceu em 12 de março de 1961 na mesma cidade.

De repente, esse tom meio provinciano pode ser, diante da realidade atual, uma prova de qualidade de vida... O novo precisa se aninhar no velho, no consagrado; seria mesmo preciso fazer a cidade renascer?

Exemplos de “progressismos” não faltam. Bandeirantes de Sorocaba ajudaram a expandir as fronteiras do Brasil. Fomos o berço da siderurgia na América Latina. Em busca de ouro, sorocabanos fundaram Cuiabá. Tropeiros daqui fizeram um ciclo econômico e plantaram comunidades rumo ao sul. A Estrada de Ferro Sorocabano foi uma obra progressista, não foi?

O fato é que a aristocracia passou longe de Sorocaba. Não tivemos “elite” bancada pelo ouro, pela cana de açúcar, pelo café. Tropeiros, comerciantes e operários foram as marcas do nosso desenvolvimento.

E olha só que rótulo mais progressista! Sorocaba já foi chamada de “Moscou brasileira”, tal o volume da militância comunista por aqui. Em 1947, o Partido Comunista Brasileiro, na ilegalidade, elegeu em nossa cidade (via Partido Social Trabalhista) 14 vereadores (cassados depois pelo presidente Dutra), inclusive a primeira mulher, Salvadora Lopes Peres.

Não basta ser conservador ou de esquerda. É preciso ser competente. Nada mais progressista, no sentido clássico, do que a competência. Nova ou velha (CRUZEIRO DO SUL, 9 out 2016).⁶¹

Apesar de ser um texto longo, pelo que se podem escusas por sua transcrição na íntegra, é relevante do ponto de vista de como se formam os argumentos sobre o posicionamento da sociedade sorocabana. E isso é memória! A forma como fatos e personagens do passado chegam até nós e como isso influencia a reelaboração do nosso presente diz muito sobre a função da memória. Nas palavras do historiador Jacques Le Goff, “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1996, p. 423).

Afinal, “o sentimento do presente, com suas farpas e delicadezas, não deve faltar naquele que lembra: a recordação torna-se então um meio de interrogar o atual, mediando-o pela visão de um outro tempo” (GONÇALVES FILHO, 1992, p. 62).

No entanto, a memória é sempre seletiva. Não lembramos somente aquilo que nos interessa recordar, como também utilizamos dessa memória para os nossos interesses ou de acordo com o nosso entendimento e visão sobre o mundo.

⁶¹ Texto assinado por Celso “Marvadão” Ribeiro na coluna diária “Sapo n’água”.

Se para o autor da citação acima a eleição de 14 vereadores comunistas em 1947 é um sinal de que Sorocaba é uma cidade progressista, por outro lado é de se pensar que se realmente é assim, por que esses mesmos vereadores não chegaram nem a tomar posse de suas funções legislativas?

A resposta dada pelo autor do texto de que a cassação se deu por conta de perseguição do Presidente Dutra, além de incorreta – do ponto de vista factual – traz consigo a “anistia” aos sorocabanos: a ação se deu por força maior e fora de Sorocaba.

No entanto, a cassação se deu por denúncias oriundas de Sorocaba e foi alvo de decisão do Tribunal Eleitoral e não do Presidente da República. Além disso, depois que Salvadora Lopes Peres foi eleita vereadora – mesmo sem ter assumido, devido à cassação – apenas em 1982 a Câmara Municipal de Sorocaba terá mulheres na representação legislativa! (CAVALHEIRO, 2001).

Os outros exemplos de “progressismo” estão todos ligados à ideologia do capital, como já debatido neste trabalho. Mesmo a figura dos bandeirantes e dos tropeiros, como vistas antes, foram reelaboradas com a intenção de justificar uma “origem” empreendedora e capitalista de Sorocaba.

Evidenciar que Sorocaba teve o epíteto de “Moscou Brasileira” é ofuscar o fato de que essa alcunha foi muito pouco utilizada⁶², sendo que o que perdurou foi o apelido de “Manchester Paulista”, enaltecendo a industrialização sorocabana – portanto, o capitalismo – escondendo, assim, a luta de classes. “Moscou Brasileira” foi utilizada em tom pejorativo, desmerecendo as organizações operárias. Por outro lado, na crônica acima, da forma como foi exposto, esse cognome esconde também o fato de que na década de 1930 a cidade de Sorocaba possuía diversas organizações fascistas e de extrema-direita, como o Partido Nacional Fascista Italiano, a Falange Nacionalista pró-Franco, a Ação Integralista Brasileira, a Legião Revolucionária, entre outros (CAVALHEIRO, 2001; 2009). Desse modo, Sorocaba também se qualificaria para receber a antonomásia de “Roma dos Trópicos”.

⁶² Em pesquisas a jornais sorocabanos, de épocas distintas, encontrei essa referência apenas uma vez e, ainda assim, em tom pejorativo.

Imaginar que a História recente de Sorocaba não contenha um rosário de atitudes reacionárias, conservadoras e retrógradas é esquecer que no dia 10 de novembro de 1965 o vereador Edward Fru-Fru Marciano da Silva teve seu mandato cassado por unanimidade simplesmente porque comparou o Ato Institucional nº 2 do governo ditatorial a uma piada ao dizer: “Está faltando apenas um ato para completar a comédia, pois toda comédia tem três atos” (CRUZEIRO DO SUL, 30 mar 2014).⁶³ Ou, então, a anulação da concessão de Título de Cidadão Sorocabano ao Presidente João Goulart, logo após a implantação do Golpe Civil-Militar de 1964.

Portanto, ainda perdura o silenciamento das vozes dos subalternizados, dos que lutaram pela liberdade, daqueles que tiveram obstaculizada a difusão de sua História, de suas memórias.

Aquelas vozes esquecidas e sufocadas do passado interrogam o nosso presente: por que em Sorocaba o Batuque de Umbigada se extinguiu? Por que nessa cidade os territórios negros, como o antigo Largo de Santo Antônio, mudaram de lugar ou de configuração? Por que a Igreja do Bom Fim, construída pelo negro João de Camargo, resiste heroicamente ao crescimento urbano e à especulação imobiliária?

Em que a memória pode nos ajudar nesse sentido? Ainda recorrendo a Gonçalves Filho, verifica-se que a memória possui um potencial interessante de trazer à tona as respostas para as interrogações do presente.

A memória pode despertar pontos de vista calados pela visão oficial do mundo. Numa sociedade de reificação, a memória costuma evocar qualidades perdidas que se deseja reencontrar num futuro próximo ou distante. Reencontra frequentemente a natureza, antes da desfiguração das cidades. Reencontra objetos concretos e de valor biográfico inestimável. Reencontra a casa materna, apoio recorrente de identidade. Reencontra pedaços dos bairros com que se manteve relacionamentos quase anímicos nas brincadeiras de infância, nos passeios, nos episódios públicos marcantes. Reencontra movimentos sócio-políticos que mais ou menos se

⁶³ O livro “Inventário dos Processos da Série Movimentos Contestatórios”, do Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, publicado em 2013, traz em sua relação o caso do vereador sorocabano: BR.AN,RIO.TT.0.MCP.PRO.71 Processo SECOM nº 01.610 – 21/1/1966 Ata da sessão da Câmara Municipal de Sorocaba (SP), de 10/11/1965, que cassou o mandato do vereador Edward Marciano da Silva, anexo levantamento nos anais da Câmara, dos discursos pronunciados pelo vereador durante o ano de 1965. Grau de sigilo: secreto Informações complementares: Possui mais interessados do que o registrado. Dimensão e quantificação: 85 f., 85 p., datilografado.

“embelezam” ou se depreciam nas recordações, mas às vezes comparecendo em sua verdade viva, temperada pelo sujeito que os testemunhou. Reencontra pessoas não pela metade, por intermédio de papéis sociais estereotipados, mas pelas pessoas que têm nome e voltam através de múltiplos perfis.

A memória nem consola nem dá forças ilimitadas: a memória dá coragem. Pode deprimir, pela recuperação do que se perdeu no presente, mas pode encorajar, bombeando o “coração” de lembranças organizadoras do pensamento e luta atuais do sujeito. A memória regula posições existenciais e políticas, fazendo buscar no passado seiva e inspiração para as apostas ativas de futuro.

[...]

A memória encontra no enraizamento seu campo propício; no desenraizamento seu quase ou completo impedimento (GONÇALVES FILHO, 1992, PP. 62 – 63).

O enraizamento de que fala Gonçalves Filho pode ser entendido como a apropriação da memória por aqueles que foram “invisibilizados” pela História Oficial, momento em que “os oprimidos vão se desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação”, e que suscite num segundo momento a criação de uma “pedagogia dos homens em processo de permanente libertação” (FREIRE, 2011, p. 57).

As ações descritas aqui possuem esse condão de gerar a potência de transformação, porquanto abrem espaço para que novas memórias possam arejar o embolorado e rançoso livro da História (e Memória) oficial.

Ao perguntar sobre o padre que ralhava com o tipo de roupa utilizado pelas moças da cidade, tive como intenção recuperar uma pálida lembrança, algo que ouvi ou li quando criança, que me marcou deveras, mas cuja fonte se perdera.

Percebi a oportunidade de recuperar a informação, lancei o anzol ao mar das possibilidades e recebi de volta o peixe que pretendia pescar. Novamente, o fato fez lembrar-me de Ecléa Bosi:

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la, é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual (BOSI, 1994, pp. 82 – 83).

Ao recebermos as memórias dos mais velhos, convertemo-nos em guardiões daquele saber com a responsabilidade de transmissão. Nesse sentido, somos comparados a educadores. E como tais, temos de ter a consciência de qual é o nosso papel político perante a sociedade. Afinal, aquela informação da qual somos os transmissores agora servirá para manter e reforçar o *status quo* ou para promover a emancipação das pessoas?

Desde 2014 a Escola Municipal “Matheus Maylasky” realiza uma caminhada histórico-cultural pelo bairro da comunidade escolar, a Vila Santana. Os estudantes da escola são acompanhados pelo historiador José Rubens Incao e por moradores antigos do bairro, como o senhor Daniel Matucci, que percorrem os locais que trazem as marcas do passado. O trajeto inicia-se na Igreja de Santa Rita, marco inicial do povoamento do bairro, e segue privilegiando o traçado da feira livre – por isso, a caminhada se realiza no dia em que há feira no bairro, às quartas-feiras – e termina na escola, cuja história mistura-se com a da Estrada de Ferro Sorocabana.

A escola surgiu em 1959 para atender aos filhos de ferroviários. Foi municipalizada em 1996, num acordo entre a Companhia ferroviária (FEPASA) e a Prefeitura Municipal. Por intervenção dos pais dos alunos da época, a escola passou para a rede municipal, pois estava na iminência de ser entregue à rede estadual.

Participam da caminhada histórico-cultural, por uma questão de logística, apenas os estudantes monitores do Grêmio Estudantil. Ao final da Caminhada, os estudantes produzem um vídeo para que seja socializado num momento cívico com os outros alunos da escola. A caminhada serve para reforçar os laços da escola com a comunidade de seu entorno, por meio da apropriação das informações históricas e da memória.

Os passeios histórico-culturais têm sido uma alternativa interessante de revalorização e de difusão da memória em Sorocaba. José Rubens Incao lembra que em 1988, juntamente com o historiador Adolfo Frioli, então administrador do Museu Histórico Sorocabano, foram idealizados os primeiros passeios históricos com crianças. “*Saíamos da Biblioteca ou íamos a pé até [a igreja de] João de Camargo ou, em outro passeio, em ônibus de linha até Brigadeiro Tobias, Fazenda*

Ipanema, Aparecidinha e Santa Rosália”⁶⁴ O próprio transporte servia para chamar a atenção para outra realidade, pois “o ônibus era a oportunidade das crianças conhecerem este meio de transporte e saber, depois, voltar nos locais visitados”.⁶⁵

O exemplo foi seguido e outras pessoas se dispuseram a realizar essas caminhadas / passeios históricos- culturais. No dia 5 de novembro de 2016, realizou-se um passeio histórico-cultural pelos lugares de memória negra na região central de Sorocaba.⁶⁶ O trajeto percorrido iniciou-se nos arredores do Mercado Municipal e terminou junto ao monumento da Mãe Preta, na Praça Castro Alves, em frente à estação rodoviária.

O monumento, esculpido em arenito, é uma obra do artista plástico Osvaldo Saiane e traz uma mulher amamentando uma criança, enquanto desvia o seu olhar para outra que à barra de sua saia pede atenção. A imagem mostra uma cruel realidade da época: a ama de leite que era obrigada a amamentar o “filho do senhor” e, por isso, protelar a vez da amamentação do seu próprio filho.

No entanto, a imagem esculpida por Saiane mostra que a despeito dessa obrigação, a mulher negra resiste ao voltar a atenção de seu olhar para o filho faminto e carente de afeto, para seu próprio filho. A mulher não olha para o filho do senhor, a quem está amamentando, mas para o seu que pede a sua atenção.

Uma das pessoas que assistia a essa explicação revelou que como participante de movimentos negros em Sorocaba, sempre ouviu a versão contrária. Ou seja, de que a mãe negava seu olhar ao seu próprio filho, a quem estaria amamentando, e dava atenção ao filho do senhor que se pendurava em sua saia.

A partir daquele passeio, aquela pessoa começou a refletir de forma diferente sobre o significado daquela imagem e do quanto ela traz de informação sobre as agruras da época do cativo, mesmo numa cidade que criou a tese da “escravidão amena”, segundo a qual, pelo fato de Sorocaba estar à margem do *plantation*, a escravidão aqui não teria sido cruel como foi em outras localidades (CAVALHEIRO, 2006).

⁶⁴ Depoimento via correio eletrônico em 9 mar 2016.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Esse passeio foi realizado por Carlos Carvalho Cavalheiro, como contrapartida pelo recebimento do Prêmio Sorocaba de Literatura de 2016, com o livro “O Negro em Porto Feliz – Memória afro-brasileira numa cidade do Médio Tietê”, publicado em 2015 pela Editora Create.

Aquela estátua nos tira do lugar da ignorância, da ingênua crença de que possa existir uma “escravidão amena”, quando o próprio conceito de escravidão pressupõe a maior de todas as violências: a idéia de que um ser humano possa dominar completamente, ou seja, ter o poder sobre a vida e a morte de outrem.

Aquele monumento é um testemunho de uma memória de um passado terrível, mas que continua a nos atormentar. Por outro lado, carrega consigo o potencial da emancipação, pois permite entender que são “múltiplas as faces da dominação e da opressão” (SANTOS, 2011, p. 27).

E esse entendimento tem um quê de educativo, de uma reflexão que se converte em ação. A repulsa de setores do movimento negro sorocabano pela imagem da Mãe Preta, conforme testemunhado pelo depoimento da participante daquele passeio Histórico-Cultural, demonstra o quanto uma informação distorcida pode conceber uma ação equivocada.

Afinal, a Mãe Preta representa como figura feminina, a ancestralidade africana, a geração da vida, a fertilidade divina. Por isso, em Sorocaba, na década de 1930, era reverenciada com festa pela comunidade negra no dia 28 de Setembro, dia em que foi promulgada a Lei do Ventre Livre e, portanto, dia da Mãe Preta (CAVALHEIRO, 2015).

Sabedora disso, a benzedeira e líder comunitária Aparecida do Amaral Pires, a Dona Cida (ou Vó Cida), no dia 13 de Maio de 1978, durante a inauguração da estátua da Mãe Preta em Sorocaba, fez questão de comprar um ramallete de rosas e depositá-lo, como veneração, aos pés da imagem (CAVALHEIRO, 2013).

Nem sempre as gerações mais novas tiveram a oportunidade de ouvir o passado. Ouvir os mais velhos, sem o preconceito de pensar que os “antigos” são menos críticos, menos sábios. Vó Cida sabia muito bem o valor daquele seu gesto (CAVALHEIRO, 2013). A função da memória também é essa: fazer ouvir aquelas vozes experientes do passado, alertando-nos e, portanto, educando-nos para a reinterpretação (e recriação) do nosso presente. E, em assim sendo, com potencial de transformação do mundo.

É isso o que nos ensina Paulo Freire, quando diz que a “práxis, porém, é a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido” (FREIRE, 2011, p. 52).

Ou quando nos faz refletir mais profundamente ao dizer que “desta forma, esta superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, com que, objetivando-a, simultaneamente atuam sobre ela” (Idem, p. 53).

O problema que se nos apresenta quando, por exemplo, a “História oficial” aparece como redentora da sociedade é o fato de que isso cria nas pessoas um falso sentimento de que não existe transformação do mundo, mas sim, e tão-somente, a generosidade das classes dominantes que, vez ou outra, criam melhores condições de vida aos que são historicamente oprimidos.

Então, o processo educativo que disso decorre faz com que em vez de buscar a ação e a reflexão sobre o mundo para transformá-lo, os oprimidos revistam-se de uma atitude passiva de espera (sem esperança).

O contraponto dessa passividade foi apontado por Paulo Freire:

A pedagogia do oprimido, que busca a restauração da intersubjetividade, se apresenta como pedagogia do Homem. Somente ela, que se anima de generosidade autêntica, humanista e não “humanitarista”, pode alcançar este objetivo. Pelo contrário, a pedagogia que, partindo dos interesses egoístas dos opressores, egoísmo camuflado de falsa generosidade, faz dos oprimidos objetos de seu humanitarismo, mantém e encarna a própria opressão. É instrumento de desumanização (FREIRE, 2011, p. 56).

Não é como seres apáticos e passivos que os oprimidos realizam o trabalho de emancipação anti-colonialista. Ao contrário, “é como seres transformadores e criadores que os homens, em suas permanentes relações com a realidade, produzem, não somente os bens materiais, as coisas sensíveis, os objetos, mas também as instituições sociais, suas idéias, suas concepções” (FREIRE, 2011, p. 128).

Como seres transformadores e criadores, os homens devem ser, por conseguinte, seres em busca constante da informação que se processará, depois, em conhecimento. E tal conhecimento tem de ser um instrumento utilizado para a libertação, para a emancipação, já que se pretende que os homens sejam transformadores do mundo.

Não há espaço para admitir a ignorância como força usada a favor do colonialismo, ou seja, da “concepção do outro como objecto” (SANTOS, 2011, p. 30). Historicamente somos um país construído sobre os alicerces do colonialismo e

com tudo o que ele traz de concepção ideológica. A exploração do outro toma sentido quando este é colocado em situação de inferioridade, de objeto, de coisa.

Foi desse modo que se constituíram, no Brasil, as desigualdades sociais, ou seja, negando ao outro o direito de ser. As desigualdades no Brasil não são somente da ordem econômica. Elas possuem raízes mais profundas, calcadas na promoção dessa injustiça como forma de justificativa da exploração.

Com isso, até hoje, enxergamos o outro como algo essencialmente distinto de nós. Não se trata de um ser humano que possui características biológicas ou econômicas diferentes das nossas. Tais características convertem-se em diferenças em essência, o que as transformam em desigualdades eternas.

Por isso a “cultura” do terno que sobre um corpo transforma um homem qualquer em “doutor”. O adágio popular diz que o hábito não faz o monge. Na realidade em que vivemos, o hábito não somente faz o monge como o qualifica a freqüentar ou não determinados lugares.

Há de se pensar, portanto, numa prática educativa que permita transcender a essa construção de séculos para que possa dar lugar a outra, em que as pessoas sejam respeitadas em sua dignidade humana. Não mais por sua origem, por suas características étnicas, por seu pensamento religioso, por sua conta bancária ou pela roupa que usa. Mas sim pelo valor que tem de ser essencialmente o mesmo ser, que respira o mesmo ar, que sonha e tem as mesmas aspirações.

A esperança do nascimento do homem novo, despido “do velho homem que se corrompe por desejos enganosos, a serem renovados no modo de pensar e a revestir-se do novo homem”, como disse o apóstolo Paulo de Tarso em sua carta aos Efésios. Mas também, como disse outro Paulo, “a libertação, por isto, é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos” (FREIRE, 2011, p. 48).

Ou o poeta Tiago de Melo, na abertura do livro “Educação como prática de liberdade”, de Paulo Freire com a sua “Canção para os fonemas da alegria”: “que o mundo é seu também, que o seu trabalho não é a pena que paga por ser homem, mas um modo de amar — e de ajudar o mundo a ser melhor. Peço licença para

avisar que, ao gosto de Jesus, este homem renascido é um homem novo” (Apud FREIRE, 1967, p. 28).

O mesmo “homem novo” foi alvo da atenção do pensamento de Che Guevara que discorreu:

Vou agora tentar definir o indivíduo, o ator desse drama estranho e apaixonante que é a construção do socialismo em sua existência dupla de ser único e membro da coletividade.
Acredito que o mais simples é reconhecer sua qualidade de inacabado. Os vícios da antiga sociedade se perpetuam na consciência individual e é preciso um trabalho incessante para fazê-los desaparecer. O processo é duplo: de um lado, a sociedade, que age com sua educação direta e indireta; do outro, o indivíduo, que se submete num processo consciente de auto-educação (GUEVARA, 1986, p. 3).

Qualquer que seja a perspectiva pela qual se olhe, o que se tem é a noção de que a transformação social advém da transformação do homem e vice-versa, num processo constante. E esse processo é educativo, perpassa pela educação. E essa educação se dá pela dialogicidade que o homem mantém com seu entorno, com o seu ambiente social. Nas palavras de Malatesta, “entre o homem e a ambiência social há uma ação recíproca. Os homens fazem a sociedade tal como é, e a sociedade faz os homens tais como são” (MALATESTA, 2008, p. 67).

Dessa relação se resulta “um tipo de círculo vicioso: para transformar a sociedade é preciso transformar os homens, e para transformar os homens é preciso transformar a sociedade” (Ibidem).

Parece que é essa a perspectiva de Paulo Freire ao dizer que “o diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos” (FREIRE, 2013, p. 51).

E como se processa esse diálogo dos homens mediatizados pelo mundo? Que mundo se nos apresenta para que possa “empenhar-se na transformação constante da realidade”, sem invadir, sem manipular, sem *sloganizar*, para que se possa travar um diálogo sem que haja uma relação antagônica? (Ibidem).

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão se desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que , transformada a realidade

opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo permanente de libertação.

Em qualquer destes momentos, será sempre a ação profunda, através da qual se enfrentará, culturalmente, a cultura da dominação. No primeiro momento, por meio da mudança da percepção do mundo opressor por parte dos oprimidos; no segundo, pela expulsão dos mitos criados e desenvolvidos na estrutura opressora e que se preservam como espectros míticos, na estrutura nova que surge da transformação revolucionária (FREIRE, 2011, p. 57).

Transformação essa que se traduz na “mais importante ambição revolucionária, que é ver o homem libertado de sua alienação” (GUEVARA, 1986, p. 4).

E desse modo, Malatesta novamente aparece para esclarecer que:

A miséria embrutece o homem e, para destruir a miséria é preciso que os homens possuam a consciência e a vontade. A escravidão ensina os homens a serem servís, e para libertar-se da escravidão é preciso homens que aspirem à liberdade. A ignorância faz com que os homens não conheçam as causas de seus males e não saibam remediar esta situação; para destruir a ignorância, seria necessário que os homens tivessem tempo e meios de se instruírem (MALATESTA, 2008, p. 68).

A oposição entre a ignorância e a conhecimento encontra como estrada o caminho da Educação. Somos ensinados a ser escravos, a ser submissos, a ser apático e passivo. São essas as representações do “povo” no monumento ao Baltazar Fernandes, conforme visto no capítulo 3. Esse é o papel que desempenha a “memória oficial”, de ensinar e manter as pessoas, cada qual no seu lugar, de acordo com as convenções sociais.

Mas se somos ensinados para a servidão, podemos ser ensinados para a libertação e a emancipação. E nisso outras memórias, que competem com a “oficial”, podem colaborar. Porém a qualidade desse processo educativo será melhor quando a vontade de se emancipar puder esposar o conhecimento (ou a consciência, como falou Malatesta).

Penso neste momento no “susto” da moça que percebeu que a leitura feita durante muito tempo sobre a estátua da Mãe Preta de Sorocaba pode estar equivocado... Quanta possibilidade de congregação de forças na luta contra a opressão foram desperdiçadas porquanto parte do grupo entendeu que aquela era uma imagem que não representava o “movimento negro”?

4.5 – Memórias com finalidades diversas

E quanto de experiência não foi jogado fora porquanto as memórias que competem com a “oficial” não alcançaram os ouvidos das massas? Enquanto isso, o potencial da memória é aproveitado com outros fins, inclusive mercadológicos.

A loja da rede de farmácias Farmamed, por exemplo, percebeu que o uso da memória poderia aproximar a clientela, servindo de vantagem dentro da acirrada concorrência que esses estabelecimentos sofrem. Há uma diversidade de farmácias e drogarias a disposição dos sorocabanos. Na rua Hermelino Matarazzo, por exemplo, na Vila Santana, onde está localizada a Farmamed existem, no mesmo quarteirão, mais duas concorrentes.

Com isso, *“após uma pesquisa apontar que mais de 50% dos nossos clientes dessa loja especificamente participar do grupo acima de 50 anos”, o pessoal do “Marketing realizou um espaço dentro da loja com as fotos, para que os clientes tivessem acesso as imagens”*. A ação teve como *“objetivo [...] trazer a lembrança de nossos clientes da historia do local onde vivem”*, sendo que a idéia *“Partiu de alguns de nossos clientes mais antigos que sempre comentava as historias do bairro e com isso nosso Gerente solicitou esse trabalho”*.⁶⁷

Como material, a Farmamed produziu *“um folheto com imagens e um pouco da historia, o espaço dentro da loja e as imagens também foram colocadas na nossa TV indoor”*. De acordo com as informações do setor de Marketing da Farmamed, para esse trabalho foi realizada pesquisa e coleta de imagens antigas da Vila Santana, o que foi realizada por uma agência de publicidade.

A Educar Turismo Pedagógico, empresa dedicada a fornecer oportunidades pedagógicas voltadas para estudo do meio, oferece uma série de “pacotes” com foco em história de Sorocaba e história regional. De uma forma diferenciada, a empresa utiliza-se de atores, monitores e recreacionistas, e profissionais que dão

⁶⁷ Respostas às perguntas feitas por correio eletrônico. As respostas foram dadas por Suzeni Júnior, do Departamento de Marketing da Farmamed Drogarias. A mensagem foi enviada em 7 dez 2015.

suporte técnico (historiadores, geógrafos, biólogos...), com o fito do melhor aproveitamento dos passeios oferecidos.

Um dos roteiros apresentados pela empresa é o “Tropeiro”, que se inicia na Floresta Nacional de Ipanema – Flona Ipanema – conhecida também como Fazenda Ipanema, no qual os estudantes têm contato com um “bandeirante” (ator que se caracteriza como tal), que conta a história do povoamento “branco” na região. De lá, os estudantes são levados até a Igreja do Divino, em Sorocaba, onde conhecem o “tropeiro” Zé (outro ator caracterizado), que os leva a conhecer os pontos de memória da região central de Sorocaba. O trajeto todo é assistido pela mediação de um historiador ou professor de História que faz a ligação entre os estudantes e o personagem.

Além desse roteiro, a Educar Turismo Pedagógico apresenta um passeio pelos lugares de memória afro-brasileira, por meio do projeto “África em nós”. Entre os projetos da empresa, há ainda o roteiro pelos lugares de memória de Porto Feliz, cidade próxima a Sorocaba e onde se desenvolveu o episódio do movimento bandeirante conhecido como “Monções”, expedições fluviais que partiam de Ararituaba (Porto Feliz) até as minas auríferas de Cuiabá.⁶⁸

A empresa Flex também percebeu que o apoio à memória ajuda a melhorar a sua imagem perante a sociedade. Com isso, participou como apoiadora do processo de restauro da Igreja de Santana e Mosteiro de São Bento, em Sorocaba. Não sem antes instalar um outdoor em que aparece a imagem de uma família nuclear (pai, mãe e filhos), tirando uma foto “selfie” com o celular, tendo atrás de si a imagem do conjunto restaurado. Ao lado, a frase: “Desenvolvemos o futuro sem esquecer o passado”.

Só não é mais irônico porque o espaço foi disputado por outras “memórias” que demarcaram seu território: pichadores anônimos, pichador afamado⁶⁹ e uma frase de “morte à direita golpista”, com um símbolo anarquista.

⁶⁸ Esses roteiros foram desenvolvidos por Carlos Carvalho Cavalheiro.

⁶⁹ Trata-se de um pichador conhecido por Valtinho da 2, que se tornou conhecido por ter seu nome impresso em muros de, praticamente, todas as localidades de Sorocaba. Para se ter uma dimensão disso, é possível encontrar sua assinatura em paredes da estrada Sorocaba – Salto de Pirapora, na Vila Santana, no Parque São Bento, na estrada para Porto Feliz, no centro histórico e em muitos outros lugares.

Ironicamente, empresas de caráter capitalista vêm percebendo o potencial da memória, transformando-a num “produto” que pode alavancar vendas e/ou melhorar a sua imagem como empreendimento com “responsabilidade social”. Mais irônico ainda é a consciência que a empresa desenvolveu de que não há possibilidade de futuro promissor sem vinculação com toda a experiência desenvolvida no passado.

Estranhamente, muitas vezes, esquecemo-nos disso. Acreditamos na luta como um eterno presente, dentro da dinâmica da “aceleração da História” (NORA, 1993). Não damos muitas vezes a devida importância para a memória como construção social que pode contrapor à versão das classes dominantes.

Muitas vezes, parece que somos impotentes diante do que se descortina perante nossos olhos. Não sabemos como transformar a nossa realidade. Sentimo-nos como estrangeiros no mundo, clandestinos em nosso próprio lar.

A memória como representação do passado histórico colabora para que nos sintamos não-participantes daquela construção. Afinal, que temos nós a ver com os dominadores, com os conquistadores, com os caçadores de indígenas e os senhores de escravos, com os industriais ou com qualquer um que pertença às classes dominantes?



Figura 6 - Outdoor da empresa Flex, trazendo a questão da memória numa perspectiva capitalista. Abaixo, pichações que se pretendem como lugares de memória efêmera e urbana.

“Cada época fabrica mentalmente a sua representação do passado”, nos diz o historiador Jacques Le Goff (1996, p. 26). E essa construção parece tender sempre a legitimar os grupos de domínio, convertendo-nos em “estrangeiros”.

A despeito de todo o discurso de “acolhimento” das propostas da Cidade Educadora, o fato é que vimos a cada dia o outro, o estrangeiro ser tratado cada vez mais com desprezo. Como não lembrarmo-nos da figura mitológica de Dionísio?

Dionísio é considerado pelos mitólogos como um deus diferente dos demais do panteão grego. Vernant (2000, p. 144) o qualifica como “um deus errante, um vagabundo, um deus de lugar nenhum e de todo lugar”.

Como Dionísio, andando pelas ruas da cidade, emerge em cada um o desejo de “ser plenamente reconhecido ali onde está de passagem, ocupar seu lugar” (Ibidem). Dionísio é o nascido duas vezes: teve um primeiro nascimento prematuro, de sua mãe a mortal Sêmele, e um segundo de uma gestação na coxa de seu pai, o deus grego Zeus.

Depois de perambular pelo mundo, Dionísio retorna a Tebas, sua cidade natal, onde não é bem recebido. Em seu desejo de reconhecimento, Dionísio, o estrangeiro, aquele que não é deste mundo, converte as mulheres ao seu culto e estas, em êxtase e loucura, trucidam o corpo do rei Penteu. A autoridade real foi desfeita e Dionísio foi reconhecido em seu culto.

Diz o mito que Dionísio vestiu-se como sacerdote para convencer ao rei Penteu a ver com seus próprios olhos as mulheres em êxtase na floresta. Perguntado a Dionísio sobre esse culto e esse novo deus, teria ele respondido: “Eu o vi me vendo. Eu o olhei me olhando”. Como num espelho que reflete a nossa imagem, a ideia passada aqui é a “de que há coisas que não podemos conhecer, mas que conhecemos melhor se as vemos” (VERNANT, 2000, p. 156). Dionísio conquistando Tebas remete a Arjuna e Krishna na luta pela posse de Hastinapura⁷⁰ ou Ulisses (Odisseu), perambulando entre ilhas, na tentativa de retornar à sua Ítaca.

Dionísio, Arjuna, Ulisses são como todos nós: em busca da conquista da terra que lhes traz identidade, do chão que lhes propicia o transcendental, do piso que

⁷⁰ Epopéia hindu que trata da guerra entre os Kurus e os Pândavas, apresentada em forma de canto sagrado na obra Bhagavad-Gîtâ.

liga o corpo ao céu. É a jornada do Herói que percorre caminhos inusitados para depois, mais fortalecido e mais maturo poder retornar aos seus. É o desejo que todos temos de pertencimento.

A possibilidade de poder nos reconhecer historicamente em nosso próprio entorno físico e social cria um caráter ativo da identidade cultural. Devemos pensar, então, a cidade como totalidade complexa, que é necessário recuperar como espaço público de discussão e realização, fortalecendo assim o desenvolvimento de experiências culturais através do exercício da Cidadania (BRARDA, RÍOS, 2004, pp. 24 – 25).

É com os olhos na memória, olhando-nos a nós mesmos, que poderemos reconhecer a nossa parcela na construção da comunidade a qual pertencemos. Dionísio era tebano de nascimento, mas mesmo assim, por não ter vivido ali era considerado um estrangeiro. Lutou por ter reconhecido o seu direito por uma parcela daquilo que lhe fazia jus, a sua identidade.

“A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1996, p. 476).

A história de Dionísio é a nossa ânsia de pertencimento, a busca pela nossa identidade e reconhecimento.

A volta de Dionísio para casa, em Tebas, esbarrou com a incompreensão e provocou um drama durante todo o tempo em que a cidade foi incapaz de estabelecer o vínculo entre as pessoas da terra e o estrangeiro, entre os sedentários e os viajantes, entre, por um lado, sua vontade de ser sempre a mesma, de continuar idêntica a si mesma, de se negar a mudar, e, por outro, o estrangeiro, o diferente, o outro. Enquanto não há possibilidade de combinar esses contrários, produz-se uma coisa aterradora: os que encarnam o vínculo incondicional com o imutável, os que proclamam a permanência necessária de seus valores tradicionais diante do que é diferente deles, do que os questiona e os obriga a terem sobre si mesmos um olhar diferente, são exatamente estes – os que afirmam sua identidade, os cidadãos gregos convictos de sua superioridade – que se jogam na alteridade absoluta, no horror, no monstruoso.

[...]

Em Tebas haverá até mesmo um culto a ele [Dionísio], que conquistou a cidade, não para expulsar dali os outros deuses, não para impor sua religião contra a dos outros, mas para que no centro de Tebas, em pleno coração da cidade, fossem representados, em seu templo, suas festas e seu culto, o marginal, o vagabundo, o estrangeiro, anômico. Como se, à medida que um grupo humano se recusa a reconhecer o outro e abrir-lhe espaço, esse próprio grupo se tornasse monstruosamente outro (VERNANT, 2000, pp. 160 – 161).

A verdadeira identidade se constrói a partir do reconhecimento do outro como participante. O mito diz que se assim não for, se não se estabelecer o diálogo entre os nativos e os estrangeiros, estaremos fadados à destruição.

O que se vê é a resistência de Penteu, a sua arrogância em acreditar que somente os seus valores e os de sua classe são os verdadeiros e únicos. A pretensão de que os demais não podem falar, não podem ser ouvidos, não devem sequer ser aceitos. Com isso, estabelece-se a repressão.

Mas como nada é absoluto, muitas práticas, algumas descritas neste capítulo, proporcionam a visão de que há muita coisa acontecendo, muito potencial e experiência sendo aproveitada, muita memória sendo evidenciada.

Ocorre que nossos monumentos não são de pedra, geralmente. Os lugares de memória construídos pelos oprimidos são menos evidentes, menos aparentes, de uma efemeridade que acompanha a sua funcionalidade. Acabam existindo dentro do tempo em que são para existir, a despeito de nossa ânsia de que eles perdurem.

Recordo-me agora de um arranjo de vasos que vi numa casa da rua Aparecida, na Vila Santana, próximo ao Largo do Líder (Praça Frank Speers). Eram vasos de barro com arruda, guiné, alecrim, espada de São Jorge. Estavam colocados num canto de parede, próximo à porta de entrada. O arranjo bem feito, a cor ocre da tinta da parede, alguns penduricalhos, um sino... Todos esses enfeites me tiraram do lugar e do tempo em que eu estava e me transportaram para outro, um lugar mítico, sem tempo e nem espaço fixos, mas com sabor, odor, repleto de reminiscências.

Aquele arranjo de vasos me fez pensar nos lugares de memória. Afinal, eu estava diante de um soberbo monumento ao nosso pretérito! Eram ervas e plantas comumente associadas às práticas religiosas afro-brasileiras. Estavam postos ao lado esquerdo de quem entra, como manda a tradição.

Num corredor de salas de professores da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), campus Sorocaba, deparei-me com outro vaso de espadas de São Jorge. Na realidade, espadas de Ogum. Por isso, um lugar de memória. São plantas ornamentais que dispensam cuidados maiores. Poderia ser esse o motivo de tê-las ali, ao pé da entrada de uma das salas. Porém, estavam postas ao lado esquerdo de quem entra. Como manda a tradição...

Naquele momento percebi que também eram memórias as “maneiras de tratar um doente, de arrumar as camas, de cultivar um jardim, de executar um trabalho de agulha, de preparar um alimento que obedecem fielmente aos ditames de outrora” (BOSI, 1994, p. 75).

Entendi que aquele vaso de espadas de Ogum (São Jorge), colocados ao lado esquerdo da porta de quem entra, espalhados pelos diversos cantos da cidade, desde uma simples casa da Vila Santana até a sala de um professor universitário, deixava de ser um mero vaso ornamental ou uma reminiscência pálida do passado. Era um monumento ao que nos constitui culturalmente como povo, um monumento que não é de pedra, nem concreto, nem bronze, mas que carrega consigo a memória da resistência dos oprimidos. Um lugar de memória que, se bem lido, pode trazer para nós o germe da transformação.

Capítulo 5 – Memória e práticas educativas no âmbito escolar

O século XX sempre se caracterizou pela rapidez do avanço tecnológico que influenciou os nossos usos e costumes, o nosso modo de viver. Costumo lembrar aos meus alunos do Ensino Fundamental que no início do século, em 1901, os automóveis ainda não eram uma realidade para a maior parte da população mundial, e que apenas cinco anos depois, o homem já inventara um aparelho que voava a despeito de ser mais pesado do que o ar.

Pouco mais de meio século depois da invenção do avião, o homem já anunciava a sua chegada à lua. A velocidade estonteante com que as transformações ocorreram no século XX acabou por influenciar em nossa percepção em relação ao passado. A aceleração das inovações tecnológicas foi recebida por nós como uma aceleração da História (NORA, 1993), produzindo um sentimento de desvinculação do presente em relação ao passado. É como se vivêssemos um eterno presente, como se as transformações surgissem por elas mesmas, diariamente.

Como nos alerta o historiador Eric Hobsbawn,

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio (HOBSBAWN, 1995, p.13)

Vivemos um tempo em que a experiência com o passado se torna rara. Deriva disso a importância da Memória e da História em nossos tempos. Acresce-se ainda que tão importante quanto a essas áreas do conhecimento, a Educação possui papel fundamental nesse processo.

Afinal, é pela Educação que se pode estimular “o senso de preservação da memória social coletiva, condição indispensável à construção de uma nova cidadania e identidade nacional plural” (ORIÁ, 2002, p. 130). No entanto, essa Educação está vinculada, em certa medida, à preservação do patrimônio (seja ele material ou imaterial) e da memória. Esses são alguns desses “mecanismos sociais”

que nos dão a possibilidade de produzir a experiência relacional com as gerações passadas.

O direito à cidade é também o direito ao conhecimento de seu passado, de sua herança cultural e do usufruto desse legado. Negar o acesso a essa experiência com o que nos restou do passado é impedir que o processo educativo de formação da cidadania e da identidade se processe.

E por que a memória é importante na construção da identidade e da cidadania cultural? Ora, é a memória dos habitantes que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Enfim, sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois perde-se o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeito da história (ORIÁ, 2002, p. 139).

Neste capítulo, pretendo compartilhar algumas experiências enquanto educador, realizadas na busca de uma prática docente como professor de História do Ensino Fundamental de uma escola do interior paulista. Aliadas a essas experiências, mostrarei outras que podem servir como parâmetro na tentativa de despertar o interesse para uma reflexão acerca das possibilidades educativas de trabalhos relacionados à memória e, por conseguinte, ao patrimônio cultural.

A minha trajetória como educador começou no ano de 2005, quando após ter trabalhado por dezoito anos em cartório do Tribunal de Justiça (Fórum de Sorocaba), resolvi tentar a profissão para a qual havia cursado o ensino superior: a Licenciatura em História.

Naquele ano de 2005 trabalhei como professor eventual para a rede pública municipal de Sorocaba, enquanto desfrutava de uma licença não remunerada do Fórum. Findo o ano de 2005, pedi exoneração do Tribunal de Justiça, mesmo sem perspectiva de emprego na Educação.

Em consulta ao site oficial da Prefeitura de Porto Feliz, cidade distante 25 km de Sorocaba, soube que no dia seguinte encerraria a inscrição para um concurso de professores. Entre o dia da inscrição e a prova havia um espaço de uma semana: a

inscrição terminaria numa segunda-feira e a avaliação seria realizada no próximo domingo.

Realizado o concurso com sucesso, tornei-me professor efetivo de História da rede pública municipal de Porto Feliz, escolhendo a escola municipal “Coronel Esmédio” para exercer essa função.

Essa escola surgiu como Grupo Escolar em 1908, sendo a mais antiga instituição educacional em atividade em Porto Feliz. Localizada na região central, possui em seu entorno uma fonte inesgotável de possibilidades educativas. Em frente à escola há o cemitério municipal, o mais antigo da cidade. Em todo o seu entorno há lugares de memória por conta do povoamento primitivo, da proximidade do Parque das Monções, da Igreja Matriz construída em 1750 e que traz em suas paredes painéis de azulejo contando a história da localidade. Os azulejos, imitando os “portugueses” em tinta azul sobre o branco, foram pintados pelo artista plástico Bruno Di Giusti.

A cidade se notabilizou na História do Brasil por ser o ponto de partida das Monções, expedições fluviais da época bandeirantista, cuja finalidade era alcançar as regiões auríferas de Cuiabá. Utilizando-se de canoas chamadas de “batelões”, os monçoeiros aproveitavam-se da navegabilidade do rio Tietê a partir daquela Vila, chamada então de Araritaguaba, e, ainda, por possuir um “porto” natural, um recuo em sua margem esquerda que facilitava o embarque das expedições.

Daí o nome de Porto Feliz, pois, diziam os antigos, havia festa para as expedições que chegavam ao porto.

5.1 – Compromisso enquanto educador

A opção por seguir a profissão de educador trouxe consigo a responsabilidade de entender qual seria o papel social, as especificidades e o compromisso ético do professor. Muito mais do que simples reflexão ou pura prática, o exercício profissional exigiu a combinação de ambas dentro de uma relação dialética. Indissociavelmente uma da outra: prática e reflexão; reflexão e prática.

Não somente o exercício profissional, mas a consciência da necessidade da formação contínua conduziu-me ao entendimento de que “na formação permanente

dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática” (FREIRE, 1996, p. 39).

A formação de educadores ainda traz consigo alguns ranços do autoritarismo e da concepção de que o estudante é uma “folha em branco”, onde deverá ser escrito o conhecimento que adquirirá do professor. Culturalmente, ainda se considera o aluno como aquele que recebe o conhecimento do professor, como aquele que não possui conhecimento qualquer a não aquele que receberá dos bancos escolares.

Portanto, quando o educador se depara com as suas primeiras experiências docentes, muitas vezes não consegue “compreender que a aprendizagem pressupõe experiências vividas pelos sujeitos o que torna os elementos da ação educativa, únicos e individuais em seus entendimentos e desentendimentos apesar de sofrerem um mesmo processo educativo” (HOFFMANN, 2003, p. 113).

A busca de sentidos para a prática docente levou-me a conhecer um pouco do pensamento de Paulo Freire. A partir da leitura de seus livros, sobretudo “Pedagogia da Autonomia”, percebi que deveria “não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam [a escola]”, como também poderia aproveitar-me de “alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos” (FREIRE, 1996, p. 30).

Naturalmente, entendi que como professor eu deveria ter a postura de pesquisador e com isso desenvolver o compromisso ético em conhecer a comunidade com a qual eu trabalhava.

Foi nas conversas com os mais velhos, aproveitando a praça da Matriz como espaço agregador, que fui conhecendo um pouco das memórias da cidade.⁷¹ As histórias contadas por eles abriram possibilidades de se trabalhar a memória como processo educativo. Afinal, falar de um lugar e despertar os laços afetivos que unem as pessoas é possibilitar a fluência do processo daquilo que costumeiramente chamamos de construção de identidade.

⁷¹ Entre aqueles que se reuniam na Praça, durante à noite, para conversar estavam Gilberto Leandro (conhecido como “Beque”) e Ari Pimenta, ambos falecidos, e Christovam Sacramento Perpétuo.

“Havia um cemitério para os pretos e outro para os brancos”, disseram-me um dia, naquelas conversas noturnas. Pensei não ter entendido completamente e perguntei sobre o sentido daquela frase. Aterradora frase, terrível sentido. Houve um cemitério, anexo ao municipal, terreno comprado pela Irmandade de São Benedito, com a intenção de sepultar aos “irmãos” daquela fraternidade.

A memória que ficou impressa é a de que havia um cemitério para os “brancos” e outro para os “negros”. Independentemente da veracidade, a memória que ficou carrega consigo a existência de um “apartheid” que, ao menos no imaginário coletivo, existiu na cidade.

As outras memórias que foram emergindo aos poucos mostraram a razão de ser da memória de segregação: houve tempo, não muito distante, em que nas barbearias da cidade dependuravam-se plaquetas com dizeres que negavam o corte de cabelo ou o atendimento de barbearia à população negra.

Nesse momento, compreendi que o estudante que estava assistindo às minhas aulas era resultado, também, de “experiência social que eles têm como indivíduos” (FREIRE, 1996, p. 30).

Era preciso, então, de forma ética, reconhecer o papel político enquanto educador, escolher entre “os interesses radicalmente humanos” ou “os do *mercado*” (FREIRE, 1996, p. 100). Afinal, era preciso reconhecer que “neutra, ‘indiferente’ a qualquer dessas hipóteses, a da reprodução da ideologia dominante ou a de sua contestação, a educação jamais foi, é, ou pode ser” (FREIRE, 1996, p. 99). Era hora de juntar todas essas coisas coletadas e produzir algo enquanto prática docente.

Surgia, então, a possibilidade de “discutir com os alunos a realidade concreta [associada] a disciplina cujo conteúdo se ensina” (FREIRE, 1996, p. 30). Utilizar-se da memória como “matéria-prima” para o ensino de História.

5.2 – O que os mortos têm para nos dizer...

O cemitério é muito semelhante a uma cidade com ruas, as sepulturas têm números como se fossem casas para sua localização. [Da observação de uma aluna, 2011]

Uma das primeiras possibilidades de utilização da memória como recurso pedagógico foi a realização de uma ação de “leitura do ambiente” dentro do cemitério. O apelo visual, com sua variedade de túmulos e símbolos, aliado ao fato de que culturalmente o cemitério é visto com curiosidade enquanto um possível guardião das “*sobrenaturalidades*” impulsionou essa escolha como elemento motivador aos educandos.

A proposta de trabalho foi a realização de uma visita de observação e anotação sobre todos os aspectos que os estudantes considerassem importantes, mas com a atenção à resposta a um questionamento: o cemitério é um lugar construído para os mortos ou para os vivos?

As observações e anotações deveriam incidir sobre a pergunta, de forma a se obter argumentos para a elaboração da resposta. Essa resposta deveria ser entregue, juntamente com o relatório de observações, em forma de uma redação com introdução, desenvolvimento e conclusão.

O embasamento teórico para esse exercício de “leitura” do ambiente partiu do entendimento de que a leitura é muito mais do que a decodificação de palavras, mas antes é saber ler o mundo (FREIRE, 2003), ler o que está em seu entorno. Ou, como explicitou Cipriano Luckesi, “a leitura, para atender o seu pleno sentido e significado, deve, intencionalmente, referir-se à realidade. Caso contrário, ela será um processo mecânico de decodificação de símbolos”. Logo, todo o ser humano é capaz de ler e lê efetivamente. Destarte, tanto lê o conhecedor dos signos lingüísticos/gramaticais, quanto o camponês, “não letrado”, que, observando a natureza, prevê o sol ou a chuva” (LUCKESI, 2003, p. 119).

A proposta desse exercício de leitura do ambiente tinha como princípio norteador, ainda, a ideia de que “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 47). Por isso, as experiências vividas ganham significado na construção do conhecimento pelo educando.

Os estudantes que realizaram essa atividade – entre os anos de 2009 e 2014 – estavam matriculados no 9º ano do Ensino Fundamental da EMEF. Coronel Esmédio. As informações utilizadas aqui foram recolhidas das redações que os estudantes apresentaram como conclusão do trabalho escolar.

Problematizações surgem com a observação e a reflexão dos próprios alunos. A diferenciação social, ou melhor, a exclusão, se escancara diante dos olhos ávidos de informação dos educandos. Dessa forma, aprendem que a morte não redime as separações: *“Um dos túmulos que estão na parede, os parentes não tinham dinheiro suficiente para pagar”*. Eis a observação de uma aluna em relação aos túmulos de indigentes, enterrados nas paredes do cemitério.

“Havia túmulos de vários tipos, uns apenas pintados, outros enfeitados com coroa de flores, fotografias, brinquedos etc. Cada um com um diferencial. Havia também em paredes, túmulos que pertenciam a pessoas que não tinham condições de pagar por um ou que eram moradores de rua”, observou outra estudante.

“... não sabia da realidade sobre a ‘morte’, fiquei chocado com o que vi lá sobre os túmulos de crianças, mulheres e pessoas que pode ser enterrado como indigente, sem nome ou a data de nascimento e só de falecimento...”, relatou um estudante.

A primeira sensação que o aluno traz consigo em relação àquele ambiente – o cemitério – pode ser desfeita dentro de um processo de “des” e “re” construção a partir das experiências novas que vai adquirindo. A construção social que se fez presente em sua vida acerca do cemitério, e da inevitabilidade da morte, choca-se com a realidade de uma atividade com fins educativos. *“... foi uma experiência legal e muito diferente, e que mudou meu jeito de pensar sobre o lugar”*, anotou uma aluna.

“Ao entrar no cemitério, fiquei um pouco assustado, pois não me sinto à vontade quando penso em algo que me lembre da morte. Mas ao ouvir muitos relatos de algumas pessoas mais velhas que ali tiveram seus entes queridos sepultados, fiquei mais interessado em saber como funciona tudo ali dentro”. Dessa forma se expressou um dos estudantes de 2014.

Outra estudante fez este registro: *“Eu achei muito interessante o trabalho que o Professor Carlos da escola Coronel Esmédio nos deu, porque eu comecei a ver o cemitério com outro ponto de vista. Antes eu evitava passar por ele, agora quando eu passo, eu passo observando tudo!”*.

Sobre o aspecto da memória, presente no cemitério, enquanto recurso pedagógico para as aulas de História, um dos alunos registrou: *“O cemitério, de*

alguma forma, pode explicar um pouco da história de uma cidade ou até de um país. Há nomes que são postos em escolas, ruas, rodovias, que foram pessoas símbolos da cidade ou do país. No cemitério ‘velho’ localizado em Porto Feliz, se podem encontrar túmulos do Coronel Esmédio, Monsenhor Seckler e da homenagem ao pracinha Benedicto Stettener”.

A sutileza do pensamento produzido por esse estudante é fantástica! Numa visita ao cemitério, pode constatar que conceitos abstratos de História tratados ao longo dos anos escolares estão ali, em forma concreta, ao sabor de seu olhar. Ele percebeu que um cidadão da cidade pode fazer parte da história de um país (como o pracinha que lutou na 2ª Guerra Mundial), demonstrando que os processos históricos não estão dissociados entre si por distâncias geográficas ou pela origem, e que um fato externo – como a Guerra Mundial – pode afetar a vida das pessoas de uma cidade interiorana de um país da América do Sul.

Por outro lado, esse aluno entendeu também que as pessoas que são celebrizadas pela História, que têm seus nomes eternizados em escolas, monumentos e logradouros, também são pessoas comuns, que nascem, crescem e morrem.

O patrono de sua escola deixou de ser um personagem mítico e abstrato e ganhou carne e memória de uma vida que existiu há algum tempo. Com isso, deve ter, ainda, compreendido conceitos como temporalidade e tempo.

“... encontramos muitos túmulos com datas antigas, mas nos impressionou um túmulo de um velhinho que havia morrido com 101 anos de idade, mas também ficamos comovidos ao ver um túmulo de uma criança de apenas 05 anos de idade”. A percepção de que a morte não escolhe idade... E, ainda, o conhecimento prático de matemática: para se chegar a essas idades, os estudantes tiveram que realizar a subtração da data de morte sobre a de nascimento.

A simbologia tumular é algo que também desperta a atenção dos estudantes. Curiosos em saber o significado dos diferentes símbolos, das diversidades de anjos, das variedades de esculturas, os estudantes, muitas vezes, são impelidos a realizar uma pesquisa à parte. Motivados, despertam em si mesmos o espírito do pesquisador. *“O que mais pude observar foram os símbolos que estão em toda parte*

dentro do cemitério e para descobrir o significado desses símbolos fizemos algumas pesquisas”, relatou uma das alunas.

“... vi que cada símbolo tem um significado, que pode contar a história daquela família”

Observações acerca dos direitos à acessibilidade também foram anotados pelos estudantes: *“Na minha opinião, o cemitério é um lugar totalmente público, onde qualquer pessoa tem o direito e pode entrar. Devido a isso, deveria ter mais facilidade de acesso para as pessoas com deficiência física, pois observei que há muitos corredores estreitos, buracos, pedras e até mesmo árvores atrapalhando a passagem, fora as rampas tortas e quebradas. Todos temos direito de freqüentar um cemitério e seguir nossas culturas, mas para isso a prefeitura deveria trabalhar muito nisso!”.*

A observação acima, feita pela aluna, demonstra o quanto ela percebeu que o direito, infelizmente, é bastante relativo e que a sua efetivação depende da boa vontade de muitos, especialmente dos poderes públicos. Pensar no outro, ou seja, com alteridade, não é algo comum em nossa sociedade. O exercício de observação, no entanto, despertou na aluna o olhar crítico e perceber que todas as pessoas têm o direito de freqüentar um espaço público e que, portanto, esse direito deveria ser garantido pela acessibilidade.

As diferenças sociais ficam nítidas para os estudantes. No dia 13 de novembro de 2014, durante a realização de uma das edições dessa atividade, uma aluna observou que na parede onde estava enterrado um indigente, a data apontava para o mês de dezembro daquele ano, ou seja, uma data ainda vindoura. Perguntou-me se aquilo estava correto, e eu respondi que houvera um equívoco de quem anotou a data. Então, a aluna respondeu: *“Ele não teve nem a data de sua morte respeitada...”*.

“E uma coisa que é fundamental e às vezes passam despercebidos aos olhos de quem vê, são os significados de cada túmulo o que cada um deles nos passa, com a aula de história nós pudemos fazer a leitura do ambiente e também compreender cada detalhe que é fundamental, como por exemplo, descobrir que alguns cemitérios têm a diferença entre classes sociais etc, eu gostei de

compreender e entender os significados assim pude ter uma nova visão e descobrir um pouco mais da pessoa que ali foi enterrada”.

Numa conclusão de um dos trabalhos, o estudante anotou: *“Percebi que havia túmulos de ricos e de pobres. A desigualdade social continua mesmo depois da morte”.*

5.3 – Passeios culturais e históricos: visitando lugares de memória

A princípio é necessário esclarecer que por passeios “históricos” entende-se simplesmente o aproveitamento dos lugares de memória com o fito de produzir oportunidades de se trabalhar com aspectos do passado em consonância com demandas do presente.

De outra maneira, pode-se dizer que se trata de produzir a “mágica” de fazer com que o presente possa interrogar o passado. O lugar serve como o ponto de partida, a ignição que traz a atenção pelo misterioso fio da curiosidade que prende o interlocutor quando este reconhece que o mesmo chão que está pisando agora foi palco de algum acontecimento relevante.

A rigor o termo “passeio histórico” não é preciso. Não se passeia pela história, mas sim visita-se os lugares de memória que trazem a nós as reminiscências de fatos suscitados por algo que o presente fez despertar. A despeito da imprecisão do termo, a sua vulgarização encurta o espaço entre o nome e a interpretação a que se quer dar. Ou seja, quando se diz “passeio histórico”, geralmente se faz a idéia de visita a lugares que contam alguma história, que trazem consigo alguma lembrança.

Em Sorocaba, como foi dito neste trabalho, o pesquisador José Rubens Incao, com a participação do historiador Adolfo Frioli, realiza os passeios culturais e históricos desde 1988. O público alvo são pessoas interessadas em conhecer fatos e relatos do passado sorocabano.

Com o público escolar, José Rubens participa da Caminhada Histórico-cultural realizada pela Escola Municipal “Matheus Maylasky”. A escola surgiu em 1959 e pertencia a Estrada de Ferro Sorocabana (posteriormente FEPASA) e atendia aos filhos dos ferroviários. Na década de 1990 foi municipalizada e hoje atende a alunos do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano). A Caminhada está dentro de

um projeto mais amplo, que desde 2014 recebeu o nome de “Sorocaba nos trilhos da Inovação”.

Em 2016, o projeto continuou com o mesmo nome de “Sorocaba nos trilhos da Inovação”. Como metodologia, estabelece-se eixos temáticos da História local, relacionando-os ao currículo e conteúdos das disciplinas. Assim, por exemplo, o eixo temático “História anterior à chegada de Baltazar Fernandes e Bandeirantismo” é trabalhado por meio de contos, poemas, cantigas e receitas bilíngües pelos professores de Língua Portuguesa aos alunos dos 6ºs anos.

O mesmo eixo temático serve de mote para se discutir as Características políticas, religiosas, sociais e principalmente as econômicas dos Povos Antigos e Indígenas nas aulas de História para os estudantes do mesmo ano escolar. E assim por diante.

O projeto de 2016 traz como justificativa que o dever de “estabelecer conexão entre os saberes curriculares e a compreensão do mundo se constitui em desafio ao professor (a) na atualidade”. Com isso, conforme o projeto, “A escola não pode se furtar de sua função social que é estabelecer aos educandos a ponte para que sejam capazes de acessar os códigos e signos da nossa cultura”.

O Projeto Sorocaba em outros trilhos acredita ser inovador por oportunizar aos estudantes e professores (as) da EM Matheus Maylasky a leitura de mundo, construída pela história e cultura do bairro por meio de propostas interdisciplinares, capazes de oportunizar aos estudantes experiências educativas para além da sala de aula, tais como uma caminhada pelo bairro guiada pelo morador antigo da Vila, Sr. Daniel Matucci e o pesquisador e historiador José Rubens Incao, que tem relação próxima com a história da escola.

Na perspectiva de percorrer pelos trilhos do processo de ensino e aprendizagem que quer contribuir com a valorização das marcas históricas, sociais e culturais que herdamos⁷²

O passeio histórico-cultural pelo bairro (Vila Santana) permite aos alunos ampliarem a sua percepção sobre o próprio entorno, ou seja, da comunidade na qual a escola está inserida. Especialmente pelo fato de o bairro ter surgido por uma demanda da própria ferrovia – a necessidade de loteamentos para os ferroviários e seus familiares o mais próximo possível do local de trabalho – assim como a própria

⁷² Projeto arquivado na Escola Municipal “Matheus Maylasky”

escola. Nesse sentido, as histórias de ambos convergem para as transformações ocasionadas pela presença da ferrovia na cidade.

A metodologia é similar a utilizada por José Rubens Incao em outros passeios similares que costumeiramente ele realiza: ao centro histórico, ao bairro de Santa Rosália, à Igreja de João de Camargo, ao Cemitério da Saudade... Trata-se de visitar os lugares e discorrer sobre os fatos pretéritos que ocorreram naquele espaço, interligando o concreto às memórias produzidas.

O efeito de tais passeios é curioso, pois de acordo com a faixa etária a reação costuma diferir: aos mais velhos, suscitam outras memórias, recordações de outros fatos ocorridos naquele lugar. Aos mais novos, como é o caso do público alvo do passeio realizado com os estudantes da E. M. “Matheus Maylasky”, a reação geralmente é de surpresa por ter contato com uma informação da qual desconhecia completamente. Surpresa e espanto em perceber que vestígios do passado ainda estão presentes, ao alcance de seus olhos e, por vezes, até de suas mãos.

Estabelece-se, então, um processo educativo que permite ao aluno apropriar-se de um conceito tão abstrato quanto sutil: o das múltiplas temporalidades que se entrecruzam, mas que ao não serem percebidas como tais geram a sensação – e talvez a angústia – daquele eterno presente do qual discorreu Pierre Nora (1993).

Esses passeios / caminhadas são realizados para públicos distintos. Além dos estudantes, tais atividades recebem como público interessados pelas temáticas: histórias de bairros, de grupos sociais, história da cidade... O fluxo das pessoas demonstra o quanto a memória ainda suscita interesse. Como disse o historiador Eric Hobsbawn, “a postura que adotamos com respeito ao passado, quais as relações entre passado, presente e futuro não são apenas questões de interesse vital para todos: são indispensáveis” (HOBBSAWN, 1998, p. 36). O reconhecimento de que, de alguma forma, fazemos parte daquele passado desperta não somente o sentimento de pertencimento, mas também a sensação de que somos resultado das ações de nossos antepassados.

É inevitável que nos situemos no *continuum* de nossa própria existência, da família e do grupo a que pertencemos. É inevitável fazer comparações entre o passado e o presente: é essa a finalidade dos álbuns de fotos de família ou filmes domésticos. Não podemos deixar de aprender com isso, pois é o que a *experiência* significa. Podemos aprender coisas erradas – e, positivamente, é o que fazemos com frequência –, mas se não aprendemos,

ou não temos nenhuma oportunidade de aprender, ou nos recusamos a aprender de algum passado algo que é relevante ao nosso propósito, somos, no limite, mentalmente anormais (Ibidem).

Essa sensação despertada pelos passeios, no contato das pessoas com os lugares que estão impregnados de memória, abre-se como uma oportunidade de experiência “mágica” entre dois tempos: o presente e o passado. No dia 5 de novembro de 2016, organizei um desses passeios aos lugares de memória negra na área central histórica de Sorocaba (Vide Mapa, fig. 18). Por lugares de memória negra entendem-se os espaços que se constituem como depositários de reminiscências da população negras de Sorocaba enquanto sujeitos históricos.

O roteiro iniciou-se no antigo Largo de Santo Antônio, onde se discorreu sobre a territorialidade negra construída há décadas pela presença da Irmandade de São Benedito (que ocupava a Igreja de Santo Antônio), do antigo chafariz e da presença de trabalhadores braçais – descarregadores – nas imediações do Mercado Municipal.

De lá, seguiu-se para a Praça Coronel Fernando Prestes, onde evidenciou-se a ocorrência nas décadas de 1940 a 1960, do *footing*, o passeio com objetivos de proporcionar oportunidades de flertes. Nessa época, os grupos de passeio eram separados por questões sociais e étnicas: nessa escala, aos negros restava um espaço restrito de trânsito, colado ao perímetro do coreto da praça (GUEDES, 2007, p.42).

A caminhada continuou pela Catedral Metropolitana adentro, onde se verificou “marcas” da presença negra: um São Benedito com características étnicas africanas e um mural de Nossa Senhora Aparecida mostrando um milagre em atendimento a um pedido de um escravizado.

Na agência dos Correios, na esquina da rua São Bento com Padre Luiz, observou-se a placa do centenário da abolição “sorocabana” (dia 25 de dezembro de 1887), um lugar de memória oculta porquanto os dizeres da placa evidenciam em letras garrafais os nomes dos “benfeitores” (todos da elite sorocabana) e escondem em letras minúsculas o fato a que se reporta. Além disso, a colocação da placa em lugar de difícil visualização, não permite a todos a apreensão de seu objetivo enquanto fixação de memória.

Da agência dos Correios seguiu-se para a Praça Carlos de Campos, onde os cronistas dizem que ocorriam os batuques ao lado de uma capela de Santa Cruz de São Bento, levantada logo após o antigo cemitério ter sido desativado.

Os outros lugares de memória visitados foram a Praça Frei Baraúna, local em que se desenrolavam os batuques e a capoeira; a sede do Clube “28 de setembro”, na rua Machado de Assis e, por fim, o monumento à Mãe Preta, escultura de Osvaldo Saiane, na Praça Castro Alves, em frente à rodoviária.

Muitos dos depoimentos recolhidos sobre esse passeio, que teve como público alvo interessados nas memórias dos negros sorocabanos, foram publicados na página de evento criada no Facebook.⁷³

Alguns desses depoimentos foram feitos por pessoas que não participaram da caminhada, mas que entendem o valor e o objetivo da atividade. É o caso do afamado escritor Luiz Galdino, que deixou como recado a seguinte reflexão: *“Caminhadas como essa são da maior importância para aquecer a alma e manter todo tipo de discriminação à distância!”*

O sentimento de que o conhecimento proporcionado nessas caminhadas pode contribuir para o combate à discriminação não é algo sem algum alicerce. De fato, a possibilidade de se conhecer a riqueza histórica e cultural de um povo – neste caso, um grupo específico, os negros ou afrodescendentes – converte-se em ferramenta contra o preconceito. Afinal, etimologicamente, preconceito seria um “pré” conceito, ou seja, a formulação de uma idéia ou noção antes mesmo de se ter os conhecimentos essenciais para tanto.

Ao possuir tais conhecimentos, a noção deixa de ser “pré-conceito”.

“História é importante ser ouvida e conhecida. Só assim temos a dimensão da realidade que foi que tudo aconteceu”. Uma das participantes do passeio elaborou essa frase que inseriu num dos comentários de uma postagem. Talvez haja um exagero na percepção de que se possa ter a real dimensão do que fato, mas o que sobressai é justamente a sensação de que há outras memórias, que há fatos que não são evidenciados, que nem sequer são comumente contados. Obviamente que, como ensinou Eric Hobsbawn, “é tarefa dos historiadores saber consideravelmente

⁷³ Disponível em: <https://www.facebook.com/events/1735150953402578/> Acesso em: 06 nov 2016.

mais sobre o passado do que as outras pessoas” (HOBSBAWN, 1998, p. 47). Porém, esse conhecimento, esse saber tem um propósito. Não há como conceber um conhecimento que se encerra dentro de uma torre inexpugnável, sem outro propósito que não o de esconder-se do restante do mundo. Um dos objetivos dos historiadores é, segundo Hobsbawn, escancarar “a história como inspiração e ideologia”, uma vez que essa “tem um tendência embutida a se tornar mito de autojustificação” (HOBSBAWN, 1998, pp. 47 – 48). O historiador conclui dizendo que “Não existe venda para os olhos mais perigosa que esta, como o demonstra a história de nações e nacionalismos modernos” (Idem, p. 48). Por isso, o conhecimento dos historiadores tem um objetivo concreto.

É tarefa dos historiadores tentar remover essas vendas, ou pelo menos levantá-las um pouco ou de vez em quando – e, na medida que o fazem, podem dizer à sociedade contemporânea algumas coisas das quais ela poderia se beneficiar, ainda que hesite em aprendê-las (Ibidem).

Assim como a História, a Memória também pode cumprir semelhante papel, ao servir de ensino – nem sempre aprendido – sobre o uso ideológico do passado enquanto instrumento de dominação. “*Foi maravilhoso e importante a História e os lugares. Fortalecendo a história de resistência negra!*”.

A importância de tais passeios, enquanto oportunidade educativa de estabelecimento de diálogos aparece também nas entrelinhas das postagens. Impossível não lembrar de Paulo Freire: “Viver a abertura respeitosa aos outros e, de quando em vez, de acordo com o momento, tomar a própria prática de abertura ao outro como objeto de reflexão crítica deveria fazer parte da aventura docente” (FREIRE, 1996, p. 136).

Sem a abertura para o diálogo não é possível a ocorrência da maravilhosa alquimia da educação, ou seja, do processo de ensino e de aprendizagem. Nesse diálogo, aprendem ambos: aquele que se dispôs inicialmente a ensinar e aquele que estava na condição de aprendiz.

A razão ética da abertura, seu fundamento político, sua referência pedagógica; a boniteza que há nela como viabilidade do diálogo. A experiência da abertura como experiência fundante do ser inacabado que terminou por se saber inacabado. Seria impossível saber-se inacabado e não se abrir ao mundo e aos outros à procura de explicação, de respostas a

múltiplas perguntas. O fechamento ao mundo e aos outros se torna transgressão ao impulso natural da incompletude (Ibidem).

Uma participante da caminhada postou na rede social no momento em que se realizava o passeio: *“Cada um compartilhando as histórias e teorias. Simplesmente incrível!!!”*. A postagem dizia sobre as trocas proporcionadas durante a caminhada, pois havia espaço para que cada participante pudesse emitir suas opiniões, suas contribuições, suas dúvidas...

“História e lugares da cidade que foram apagadas com o tempo Por isso a importância da História”. Experiências que se revelam, memórias que emergem. Os passeios histórico-culturais possuem esse condão de brotar, a partir de um despertar de histórias, outras experiências vividas que ganham novo sentido quando conjugadas aos novos conhecimentos aflorados nos diálogos que acontecem na realização do percurso.

Durante o passeio, utilizei as categorias de análise descritas nesta pesquisa. Uma das participantes, professora de História, anotou numa das postagens: *“Os espaços evidentes e decifráveis, espaços ocultos e espaços invisíveis: Antiga Igreja Santo Antonio e o chafariz, Catedral, Praça Fernando Prestes e seu footing, Galeria Sta Clara e o túnel secreto e ainda o cemitério de anjinhos, Prédio do Correio, Praça Carlos de Campos, Praça Frei Baraúna, Sociedade Cultural Beneficente 28 de setembro”*. Detalhe interessante é a inserção do “cemitério de anjinhos”, uma lenda urbana de que no antigo convento de Santa Clara havia uma necrópole destinada a crianças ou fetos que supostamente foram resultado de abortos entre as religiosas.

No entanto, essa história não foi contada, durante o passeio, por mim, “organizador” do passeio, mas sim por um dos participantes. Essa inserção dentro do roteiro apresentado revela que o diálogo produziu outros conhecimentos além daqueles que estavam previamente organizados.

O contato com outras memórias produz ainda o sentimento de que há muito a ser dialogado, muita coisa a ser revelada e que diz respeito a todos. A ânsia por atividades como essa desnuda a fome que se tem de ouvir e de conhecer cada vez mais daquilo que está velado.

“Seria legal uma vez ao mês fazer uma roda de conversa, e trocar as histórias e lendas da cidade”. Esse depoimento sintetiza essa alma famélica de informações,

mas também manifesta a reflexão sensível de que não há produção de conhecimento, e, portanto, não existe processo educativo, sem que haja troca de experiências, sem que haja diálogo.

5.4 – Gincana de História: um outro olhar sobre a cidade

Além da atividade de leitura do ambiente no Cemitério municipal e os passeios culturais pelos lugares de memória, organizei em alguns anos uma Gincana de enigmas, com observação nos lugares públicos de memória da cidade de Porto Feliz.

A proposta surgiu em 2010, quando os alunos do 8º ano realizaram um “combinado” com o professor: fizeram a sugestão de uma atividade que fosse externa à escola e que fosse dinâmica e interessante. Obviamente, deveria envolver a disciplina de História. Nascia, então, a idéia de produzir enigmas que pudessem ser solucionados mediante a observação dos lugares.

Em julho de 2010 realizou-se a primeira edição, com apenas duas equipes. Apesar do “combinado” e de ter partido dos estudantes o pedido da atividade, pelo fato de a mesma ter sido realizada no final do bimestre, às portas das férias escolares, a participação foi pequena. Não era atividade avaliativa, não contava para a complementação da nota final, e, além disso, era uma novidade: ninguém sabia ao certo se seria interessante ou não.

Houve um intervalo em 2011, sendo retomada nos dois anos subseqüentes: 2012 e 2013.⁷⁴ Nesses anos a participação foi bem mais expressiva, com diversas equipes e premiação para as primeiras colocadas. A atividade foi aberta a participação de equipes dos 6ºs aos 9ºs anos, permitindo-se que se criassem equipes mistas, ou seja, com alunos de diferentes anos escolares.

Em todas as edições, a imprensa interessou-se em registrar o evento. O jornal “Cruzeiro do Sul”, em sua edição infanto-juvenil intitulada “Cruzeirinho”, publicou sobre a Gincana de 2013:

⁷⁴ Em 2012 foi realizada no dia 11 de julho e em 2013 no dia 27 de junho.

Os alunos de 6º ao 9º ano da escola municipal Coronel Esmélio descobriram uma forma diferente de aprender história: brincando. Isso mesmo, uma gincana foi realizada no final do mês de julho, justamente para marcar o início do novo ciclo estudantil. Quem teve a ideia foi o professor Carlos Carvalho Cavalheiro, que contou com a participação de 26 equipes (15 no período da manhã e 11 no período da tarde), todas compostas de 5 alunos cada que tiveram a missão de percorrer diversos locais da área central de Porto Feliz com a finalidade de decifrar enigmas sobre temas relacionados à História da cidade.

Os alunos, acompanhados de professores e funcionários da escola, percorreram prédios, observaram monumentos, praças e outros espaços com uma lista de 17 enigmas envolvendo aspectos da História política, econômica, social, esportiva e ambiental da cidade. Lugares como o Parque das Monções, a Praça da Matriz (Praça José Sacramento Filho), Casa da Cultura, a sede do Esporte Clube União, o prédio da Guarda Municipal, a Biblioteca Municipal, a antiga Casa de Alfândega (atual Restaurante Belini) e Câmara Municipal foram alguns dos lugares visitados pelos alunos. A 3ª Gincana "Olimpíada de História" foi criada a partir de uma solicitação dos alunos dentro de um "combinado" com o professor Carlos Carvalho Cavalheiro. A primeira edição ocorreu em julho de 2010 e a segunda no ano passado. O objetivo da atividade é despertar o interesse dos alunos pelas coisas da sua cidade, bem como desenvolver o olhar atento e a leitura crítica do mundo. Para que a Gincana pudesse ocorrer foi necessário o envolvimento de toda equipe escolar, bem como o apoio da Equipe Gestora. E a equipe vencedora da Gincana no período da manhã foi formada pelos alunos Gustavo Prates da Cruz, Ana Carolina Delfino Dantas e Sara de Figueiredo Pereira, todos alunos do 9º ano B. Do período da tarde a equipe vencedora foi composta pelas alunas Thaina Coan Lima, Laryssa Isabel Carlos da Silva, Larissa Caroline Correa da Silva, Julia Vaz Steiner e Maria Vitória Gutierrez. Como prêmio os alunos receberam prêmios (Jogos de História do Brasil) e certificados de participação e reconhecimento, os quais foram entregues na segunda-feira, dia 5 de agosto, durante solenidade na própria escola (CRUZEIRINHO, 18 ago 2013).

Os enigmas tratam de aspectos da cidade e que, de alguma maneira, são próximos aos alunos. *“Próximo ao antigo porto de onde partiam os monçoeiros há um monumento em pedra. Esse monumento foi feito em homenagem a um grupo de pessoas do nosso passado histórico. Podemos ver isso na dedicatória do próprio monumento”*. Esse é um exemplo de um dos enigmas propostos em 2013. Os estudantes da cidade conhecem o “porto” que deu o nome à cidade e que hoje está localizado dentro do Parque das Monções, conhecido vulgarmente como “Gruta” por conta da existência de uma réplica da gruta de N. S. de Lourdes.

Em 2010, uma das propostas de enigma pedia para que os estudantes reconhecessem nos monumentos/bustos da Praça José Sacramento em Silva, conhecida como Praça da Matriz, aquele que homenageava o Barão de Porto Feliz:

“Na praça principal da cidade, há quatro homens que vivem lá permanentemente. Porém, apenas um deles é da nobreza. Quem é ele?”.

Outro enigma tinha como proposta uma reflexão crítica sobre um dos painéis pintados por Bruno Di Giusti na Igreja Matriz, mostrando que os trabalhadores do passado eram geralmente os escravizados: *“Na Igreja Matriz, azulejos contam a história da cidade. O artista que os pintou foi Bruno Di Giusti, um italiano radicado no Brasil. À direita, os painéis contam o início da povoação de Araritaguaba. Num desses primeiros painéis, aparecem pessoas conversando, rezando, mas apenas uma trabalha, mostrando uma realidade da sociedade daquela época. O trabalhador é um...”*.

A resposta dos estudantes a essa atividade tem sido interessante. Parte desses depoimentos foi feita dentro do processo de avaliação, quando foi solicitado aos estudantes que expressassem suas considerações sobre a atividade. Muitos dizem sobre como mudou o olhar sobre a cidade, como prestaram mais a atenção a detalhes. Outra parte dos depoimentos surgiu a pedido do professor, com o intuito de utilizá-los neste trabalho. Foi explicitada aos estudantes qual a finalidade dos depoimentos e assegurado o anonimato dos depoentes. Esse segundo modo de coleta de informações se deu em novembro de 2016 e foi realizado de duas maneiras: diretamente aos estudantes, durante as aulas e por contato intermediado pelos meios eletrônicos, sobretudo e-mail e chats de rede social. Nesse caso, houve a possibilidade de coletar informações de ex-estudantes do Ensino Fundamental.

Os depoimentos tornam-se interessantes na medida em que a distância do evento e a maturidade dos estudos posteriores (a maior parte desses depoentes já estavam cursando o Ensino Superior ou estavam em processo de acesso) traz uma percepção diferenciada da daqueles que participaram há pouco do evento. De certa forma, é um trabalho de memória, a recuperação daquilo que ficou retido na lembrança. O mais curioso, entretanto, é a percepção dos alunos e ex-alunos de que participaram, de fato, de um processo de aprendizagem: *“podemos aprender bem mais, podemos aprofundar mais naquele determinado assunto e isso é bom, e também é uma aula diversificada, e gostei bastante”*.

Outra estudante registrou: *descobri muitas coisas sobre Porto Feliz que eu não sabia e além melhor de tudo com uma experiência divertida. Espero que o*

nosso professor nos ajude a repetir a experiência que gostei muito!”. Outra ex-estudante, quando solicitado o seu depoimento sobre a Gincana de História, respondeu que essa atividade:

faz com que os alunos aprendam mais sobre a história da cidade de uma forma mais dinâmica e interativa, com uma competição saudável, estimulando o trabalho em equipe. Eu, particularmente, aprendi muitas coisas sobre Porto Feliz, tais como a fundação da igreja, os importantes bandeirantes que passaram por aqui, entre outros fatos que devem englobar a bagagem de, na minha opinião, todo portofelicense.⁷⁵

As palavras que mais aparecem nas conclusões dos estudantes, acerca da avaliação da atividade, são: diversão (divertida), aprendizado (aprendi) e observação (descobri coisas sobre a cidade). Talvez possamos dizer, então, que por divertida, o estudante queira também expressar que tenha sido uma experiência significativa, marcante em sua vida.

Outro ponto de destaque é o caráter lúdico que a gincana proporciona, fazendo com que o aprendizado se dê não por obrigação, mas sim dentro de uma oportunidade diferenciada, longe das paredes confinantes da sala de aula. É o contato direto com o meio e a necessidade de desenvolver, na prática, o olhar atento e a capacidade de leitura de mundo (FREIRE, 2003).

A atividade da Gincana é realizada nos últimos dias que antecedem às férias escolares na metade do ano. Com isso, as notas do segundo semestre já estão fechadas e a atividade, de participação livre, serve como exercício para a leitura de mundo ou leitura do entorno. Ou seja, os enigmas apontam para a observação atenta e a decodificação da paisagem, dos signos e símbolos do entorno.

Apesar de contar com uma premiação simbólica, a participação é motivada pela experiência em si, pelo desejo de fazer parte de uma atividade prazerosa. “A gincana é muito interessante, não só por ganhar e levar alguma recompensa, mas sim como aprendizado”.⁷⁶ Adiante, a mesma aluna disse que a participação na Gincana “foi uma experiência super legal, além de ser uma brincadeira entre grupos

⁷⁵ Depoimento de uma ex-estudante, “L.R”, enviado por meio eletrônico (chat de Facebook), no dia 26 nov 2016.

⁷⁶ Depoimento de uma aluna do 8º ano, em 24 nov 2016. O relato foi feito por escrito, a pedido do professor. O depoimento foi anônimo.

de amigos, você fica mais inspirado por saber a história dessa cidade cheia de surpresas". Um estudante do 6º ano achou o processo de participação da Gincana "muito divertido e dinâmico".⁷⁷ O depoimento de outra aluna, também do 6º ano, revela que *"nunca havia participado de uma gincana pela cidade, eu percebi coisas que nunca havia notado na nossa cidade. Apesar de não ter ganhado, adorei"*.⁷⁸ Outra estudante, do 8º ano e que preferiu o anonimato, disse: *"o importante é participar e aprender coisas, saber a história de Porto Feliz; eu vi várias coisas que eu não sabia. A Gincana não é só pra ganhar, é para aprender coisas importantes que você não sabe"*. Também do 8º ano, o depoimento de outra aluna que disse que *"a gincana é muito interessante, não só por ganhar e levar alguma recompensa, mas sim como aprendizado. Eu moro aqui na cidade de Porto Feliz desde que nasci, e não sabia das coisas que aprendi nessa gincana"*.⁷⁹

*A gincana de história foi uma atividade incrível da qual tive a oportunidade de participar com o Professor Carlos, nela descobri que é possível aprender de forma divertida e fora da sala de aula. Ademais posso dizer que foi uma experiência incrível, pois além de aprender história aprendemos a dar valor a nossa cidade.*⁸⁰

Outra ex-estudante, atendendo a nosso pedido, assim descreveu a experiência de sua participação na Gincana de História:

*As gincanas de história me ajudaram a vivenciar melhor as situações que eram explanadas em sala, onde conheci muito mais minha linda cidade, Porto Feliz, participei dois anos consecutivos, sempre gostei muito, afinal era algo que nos ajudava a ter atenção e boa memória, onde fomos incentivados diariamente a conseguir decifrar todos os enigmas que o professor Carlos Cavaleiro nos passou, onde conclui um ciclo importante com uma esplêndida bagagem. Assim aprendi a gostar da disciplina de história, pois a prática é algo fenomenal para o aprendizado.*⁸¹

⁷⁷ Depoimento por escrito da aluna "F.M.J.J." do 6º ano, a pedido do professor, datado de 22 nov 2016.

⁷⁸ Depoimento por escrito da aluna "M. E. T.", do 6º ano, a pedido do professor, datado de 22 nov 2016.

⁷⁹ Depoimento por escrito da aluna "L.D.", do 8º ano, a pedido do professor, datado de 22 nov 2016.

⁸⁰ Depoimento de uma ex-estudante, "L.F.", enviado por meio eletrônico (chat de Facebook), no dia 28 nov 2016.

⁸¹ Depoimento de uma ex-estudante, "S.C.", enviado por meio eletrônico, no dia 3 dez 2016.

Além do caráter lúdico, cuja descontração produz a sensação de liberdade no processo de aprendizado, a Gincana proporciona ainda a interação entre as pessoas da equipe, numa oportunidade rara, dentro do âmbito da educação escolar, de estímulo da cooperação e do trabalho – realmente – em grupo. Em geral, os trabalhos em grupo nas escolas traduzem a triste realidade de que não sabemos ensinar a cooperação em equipe. Por vezes, o trabalho escolar em grupo se apresenta com partes segmentadas que são “coladas” no encontro em sala de aula: cada aluno produziu “a sua parte” em casa, isolado dos demais colegas. Ao chegar a escola, juntam-se as partes e o grampo ou a cola realizam a “mágica” de amalgamar os pedaços que foram gestados em separado.

Uma linda metáfora do próprio trabalho docente, uma vez que cada professor faz “a sua parte” na construção do conhecimento do estudante, esperando deste a mística da síntese (para a qual ele também não foi ensinado a realizar).

Porém, a Gincana, por sua característica própria, induz ao trabalho em equipe e a solidariedade de quem se sente pertencente à mesma situação: a competição com as outras equipes. Com isso, laços de amizade também podem ser reforçados dentro de tal proposta de atividade. É isso o que revela o depoimento de um ex-aluno, para o qual

A gincana de história realizada pelo professor Carlos Carvalho Cavaleiro possibilita que seus alunos possam por em prática conceitos e tópicos expostos em aula, concedendo uma maior facilidade no processo de aprendizagem além de viabilizar uma bela e interessante interação social entre pessoas que até então eram apenas colegas quase desconhecidos.⁸²

O depoimento desse estudante demonstra que as interações dentro da sala de aula nem sempre alcançam o objetivo de interação social entre as pessoas, a despeito dos alunos passarem horas juntos, cercados pelas paredes confinadoras da sala de aula. “Adorei a Gincana [...] nunca pensei que numa simples brincadeira

⁸² Depoimento de um ex-estudante, “M.I.”, enviado por meio eletrônico (chat de Facebook), no dia 29 nov 2016.

*iria aprender tanto, voltei pra casa com muita sabedoria e sede de saber mais e mais de nosso passado”.*⁸³

Uma experiência marcante, que mudou a forma de olhar e observar o seu entorno, que propiciou aquilo que ele mesmo reconheceu como aprendizado. “*Nós ficamos falando sobre essa gincana pelo mês inteiro, praticamente*”.⁸⁴ A sensação é a de que os laços de pertencimento se estreitam, de que o estudante, enquanto habitante da cidade, pertence de alguma forma àquela realidade.

*A Gincana de História foi uma das ideias desse professor que fizeram com que aprendêssemos mais sobre história (inclusive a da nossa cidade) e que tivéssemos prazer em aprender sobre isso porque as histórias não ficavam apenas naquelas folhas e mais folhas de livros, elas iam além, elas ficavam ao nosso alcance! E com isso, acredito que as escolas precisam de mais ideias e projetos assim, que façam os alunos viajarem pelo que estão aprendendo e que os incentive a descobrir as coisas e as histórias, principalmente as que nos rodeiam e nem sequer percebemos*⁸⁵

É nessa direção que apontam os processos educativos que levam em consideração a memória como recurso didático e pedagógico, sobretudo para as aulas de História. É na facilitação da construção da identidade, do sentimento de pertencimento e da cidadania que conduzem as experiências educativas com a memória. Sem isso, perdemos a identificação com a comunidade local. Observe-se a sutileza com que a estudante expressou o seu sentimento de pertencimento, não somente ao local, como à própria história: “as histórias não ficavam apenas naquelas folhas e mais folhas de livros, elas iam além, elas ficavam ao nosso alcance!”.

Essa perda de referenciais históricos, pautados na memória da cidade, nos dá a estranha sensação de que somos “estrangeiros” em nossa própria casa. Sem a memória, não encontraremos mais os ícones, símbolos e lembranças que nos unem à cidade e, assim, nos sentiremos deslocados e confusos. No entanto, em muitos centros urbanos de nosso país, vivemos o

⁸³ Depoimento por escrito da aluna que preferiu o anonimato, do 6º ano, a pedido do professor, datado de 22 nov 2016.

⁸⁴ Depoimento por escrito da aluna “M. E. A.”, do 6º ano, a pedido do professor, datado de 22 nov 2016.

⁸⁵ Depoimento de uma ex-estudante, “B.M.”, enviado por meio eletrônico (chat de Facebook), no dia 26 nov 2016.

jogo dialético entre a memória e o esquecimento. E nesse jogo, muitas vezes, o esquecimento vem ganhando a partida (ORIÁ, 2002, p. 139).

Se há algum tempo podíamos falar que parcela desse esquecimento fazia parte de um projeto de dominação, enaltecendo uma memória “oficial” em detrimento de outras – o que é deletério –, hoje já se pode generalizar esse esquecimento porquanto as classes dominantes paulatinamente vêm se despreocupando com a manutenção desses mecanismos de justificativa do poder.

Como foi visto nos capítulos anteriores, as classes dominantes atualmente optam por linguagens mais diretas e de maior e mais rápida difusão, como os meios de comunicação e de propaganda.

As observações que realizamos neste trabalho apontam para isso. Em termos de educação, o efeito é devastador. Há alguns anos preocupávamo-nos com o fato das classes populares não terem asseguradas o seu espaço dentro da difusão das suas memórias, ou seja, das memórias produzidas em seus meios.

Atualmente, é de se preocupar com a completa falta de identificação com qualquer elemento da sociedade, seja por meio da memória “oficial”, seja por qualquer outra forma.

Desmemoriados, amnésicos, sem o alicerce do passado a nos sustentar, seremos sugados pelo vendaval do neoliberalismo e da globalização, pois sem reconhecermo-nos como povo, não estabeleceremos a troca que pressupõe o mercado, mas tão somente a submissão, característica primordial da escravidão.

Em meio ao processo de globalização da economia e a mundialização do capital, apesar dos arautos do neoliberalismo e da pós-modernidade que apregoam o “fim da História”, torna-se cada vez mais importante a busca por parte dos países da afirmação de sua identidade nacional. Ao contrário do que se previa, houve até um revigoramento e uma valorização das culturas regionais e o despertar de identidades étnico-culturais latentes que, nessa nova “aldeia global”, encontram espaço para a defesa de seu direito à diferença e ao passado (ORIÁ, 2002, p. 145).

As experiências coletadas aqui neste trabalho – e que são apenas algumas indicações – demonstram que há um movimento sim de resistência e de revigoramento dos patrimônios culturais (incluindo aí a memória) na tentativa de se criar uma âncora que dê a segurança necessária para que não nos percamos diante dessa tempestade avassaladora do capital.

Nessa esteira, como salienta Cirse Bittencourt, a educação escolar também possui papel de extrema importância, sobretudo quando se compreende “a ênfase atual ao papel do ensino de História para a compreensão do ‘sentir-se *sujeito histórico*’ e em sua contribuição para a ‘formação de um *cidadão crítico*” (BITTENCOURT, 2002, p. 19). Mais ainda, é preciso compreender que “o ensino de História deve contribuir para libertar o indivíduo do tempo presente e da imobilidade dos acontecimentos, para que possa entender que cidadania não se constitui em direitos concedidos pelo poder instituído, mas tem sido obtida em lutas constantes e em diversas dimensões” (BITTENCOURT, 2002, p. 20).

Nesse processo de construção de uma nova identidade cultural, que diferencia um país de outro, é que a questão da preservação do patrimônio histórico ganha força e nitidez.

Mais um motivo, portanto, para que a escola e, mais especificamente, o ensino de História assumam o compromisso de serem instâncias de afirmação de uma identidade nacional plural, assentada no reconhecimento da memória como princípio fundante para a construção de uma sociedade mais democrática por que todos almejamos (ORIÁ, 2002, p.146).

Uma identidade plural dentro de uma sociedade democrática pressupõe, por princípio, o acesso e a livre difusão de informações, incluindo a memória dos grupos subalternizados. Afinal, como falar em cidadania, em democracia e pluralidade quando parcela significativa da população está amordaçada?

No entanto, o caminho é mais árduo ainda. Com o desinteresse das camadas dominantes pela memória “oficial”, perdemos também o vínculo que nos une enquanto nação. Mesmo que histórica e politicamente construída, essa memória tinha o poder de amalgamar o povo dentro de uma identidade comum, ainda que artificial.

Sem esse elemento, tornamo-nos indivíduos desconectados uns dos outros. Então, novos artificialismos aparecem na tentativa de preencher esse vácuo. São propostas autoritárias, excludentes, reacionárias, que propagam a pretensa “superioridade” de uma parcela sobre outra da população.

Por isso o conhecimento se faz imprescindível nos dias de hoje. E a memória é uma forma de conhecimento do passado. Atualmente, “o conhecimento não interessa mais tanto por questão de sobrevivência, como ocorria na relação Homem

versus Mundo, mas na oposição entre os homens; ele tem relevância sobretudo na luta pelo poder” (CORTELLA, 2005, p. 127).

Não raro nos deparamos hoje com a criação de uma “memória” que relativize os tempos obscuros do militarismo no Brasil. Houve, há alguns anos, um veículo de informação que ousou dizer que vivemos no passado uma “ditabranda”, pois se comparada aos nossos vizinhos (como Chile e Argentina), aqui morreram ou foram torturadas menos pessoas.

No dia 16 de novembro de 2016 um grupo de 50 pessoas invadiu o Congresso Nacional para pedir a “intervenção militar”, o eufemismo encontrado para a instalação de uma ditadura. Os manifestantes diziam pedir a intervenção militar para combater o “comunismo” que estaria sendo, na visão deles, implantado no Brasil.⁸⁶ Coincidentemente, rondava pelo Congresso na mesma época a proposta de cassação dos supersalários (remunerações de funcionários públicos, inclusive militares, acima do que permite a Constituição).

Proliferam na internet os sites “Integralistas”, a versão brasileira do nazi-fascismo, surgida na década de 1930. Expurgada da sociedade, especialmente após o Estado Novo e a 2ª Guerra Mundial, retorna com vigor e desdor: um integralista, portando ostensivamente a bandeira do “Sigma”,⁸⁷ agrediu fisicamente, dentro da Câmara Municipal de Campinas uma militante do movimento LGBT. O fato se deu no dia 29 de junho de 2015 e está registrado em vídeo disponível na internet.⁸⁸

O que se percebe é que há um processo de esquecimento do passado, de desmemorialização. Contudo, seremos todos nós vítimas desse esquecimento. Como bem salientou Eric Hobsbawn, ao historiador (e eu estenderia ao professor de História), cabe uma parcela maior de responsabilidade. Por dever de ofício, são a eles que cabem na nossa sociedade a função dos narradores das tribos: o de manter viva a chama da lembrança de quem somos.

⁸⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/manifestantes-invadem-plenario-da-camara-e-interrompem-sessao.html> Acesso 21 nov 2016.

⁸⁷ Σ, letra grega utilizada como símbolo pelos integralistas.

⁸⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SIQnfYT3TIs> Acesso: 21 nov 2016.

Considerações Finais

O ato de caminhar impele o peregrino à realização quase que ritualizada da passagem por etapas. Lembro-me de que ao final da jornada da Folia de Reis em Sorocaba, os caminhantes devotos tinham de passar por três arcos, cujas armações em bambu enfeitadas de flores de papel crepom, simbolizavam o espírito e a presença de cada um dos três Reis Magos (CAVALHEIRO, 2007, p. 60).

Quando falo em caminhar, refiro-me ao andar solto e leve, o olhar vagabundo, mas incisivo e crítico, os pés alcançando chãos desconhecidos. A poeira na sola do calçado, em sua multicolorida composição, testemunha a experiência acumulada na realização da caminhada.

Esse tipo de caminhar, o da peregrinação, é feito de etapas. A primeira delas é o arrojo ao desconhecido. É lançar-se corajosamente à tarefa de percorrer o terreno desconhecido. Tal tarefa exige do caminhante a ousadia, mas também a determinação. É o momento da dúvida, o momento em que não se sabe o valor que o espera ao final do percurso. Depois, a segunda fase é a do deslumbramento com o caminho. Tudo parece ser novidade. Muita informação chega até o peregrino, coisas das quais ele não havia visto antes ou mesmo coisas que não tinham o mesmo significado que agora alcançam.

A terceira fase é a da experiência que se acumula. Ao ocupar-se com o seu deslumbramento, o peregrino faz a coleta e seleciona para si as informações que ficarão gravadas para sempre em seu íntimo. As informações se conectam com outras que o caminhante trazia em sua bagagem antes de iniciar a viagem. Pedra a pedra, constrói o viajante o mosaico de lembranças daquela peregrinação.

Ao final, o transeunte senta-se a uma pedra e faz a reflexão sobre o caminho percorrido. Um misto de cansaço físico com a transbordante alegria da missão cumprida. A esse sentimento, misturam-se outros mais: a nostalgia das maravilhas e descobertas do caminho, a sensação de novidade, o sentimento de que há a necessidade de se por em funcionamento o processo de destilação das múltiplas informações, comutando-as em conhecimento.

Caminhar, ao final, não é tão diferente de pesquisar. Ao menos não foi diferente para mim, que já percorri longos caminhos a pé e que transcorri mais este, o de uma pesquisa.

O percurso foi transposto. A vontade de caminhar estava presente desde o início. Havia me preparado para essa caminhada. De fato, carregava comigo um rascunho de mapa o qual me obriguei a lançá-lo fora na metade da jornada. Era inútil. Segui-lo à risca significaria perder a oportunidade da experiência. Então, optei pelo andar leve, solto e vagabundo conduzido pelo acúmulo de vivências em todo o percurso.

Esta peregrinação – ou este trabalho – iniciou-se com alguns questionamentos, os quais foram utilizados como elementos norteadores. Um desses questionamentos era entender como são produzidos os lugares de memória na cidade de Sorocaba. Ao mesmo tempo, tal questionamento suscitava o desenrolar de uma reflexão: a produção de uma memória pressupõe o silenciamento de outras? Em assim sendo, como seriam produzidas tais invisibilidades, tais silenciamentos?

O percurso foi mostrando que os lugares de memória ainda são produzidos dentro de uma lógica de dominação. Quem seleciona o que vai ser lembrado e o que será esquecido, de alguma forma, detém o poder para isso, ainda que, de alguma forma, o exercício da seleção também se dê no nível da individualidade, ou seja, o nosso olhar sobre as coisas é um olhar de seleção e de classificação (GOMES, 2013).

Por outro lado, o descaso para com alguns símbolos justificadores da manutenção do poder trouxe a necessidade de se entender que o valor intrínseco que carregavam há algum tempo, já não existe mais da mesma forma e intensidade. Atualmente, outros meios são utilizados por serem mais diretos e precisos na construção da justificação do domínio. As propagandas, por exemplo, nos veículos de comunicação realizam esse trabalho de modo mais eficaz do que a simbologia dos monumentos, por exemplo.

Disso decorreu a necessidade de se estabelecer categorias de análise aos lugares de memória que foram alvos desta pesquisa. Não havia como analisar por um mesmo gabarito os lugares de memória que ainda eram evidenciados pelos

grupos dominantes, daqueles que já haviam perdido esse sentido e, também, daqueles que nunca sequer foram insinuados.

Portanto, era preciso analisar os lugares de memória dentro de três categorias: os lugares invisíveis, os ocultos e aqueles que são evidentes e, portanto, decifráveis. A análise dos lugares invisíveis levou à conclusão de que algumas das memórias não interessam de maneira alguma aos grupos de domínio. Trazer à tona tais memórias seria questionar o sedimentado pavimento onde se sustenta a “História Oficial” ou “Memória Oficial”.

A emergência dessas memórias traria o questionamento de tudo o que foi ensinado até então. “Sorocaba não era uma cidade racista”. As memórias dos *footings* na Praça Coronel Fernando Prestes desmentem essa afirmação. Esses passeios eram separados por grupos, de acordo com a classe social e, também, pela origem étnica, ou melhor, pela cor da pele.

Da mesma forma, testemunhar que o entorno do Mercado Municipal atraía um sem-número de negros em busca de trabalhos informais e braçais, sobretudo de descarregamento de produtos das carroças e caminhões, seria atestar que o acesso a melhores condições de trabalho eram negadas a uma parcela significativa da população sorocabana.

Os lugares de memória oculta revelam que há um descaso dos grupos de domínio pelos símbolos que no passado sustentavam e justificavam o acesso deles ao poder instituído. Símbolo do liberalismo “sorocabano”, do espírito “empreendedor”, da idéia de que os sujeitos históricos são apenas aqueles “grandes personagens da História”, pertencentes às classes dominantes, tudo isso não faz mais sentido ser transmitido em linguagem simbólica por meio da instituição de lugares de memória, sobretudo de monumentos.

Com isso, o totem que marca o início da “gloriosa” Revolução Liberal de 1842, até pouco tempo, servia de escora para a tampa de contêineres de lixo. O fato só mudou depois da explicitação do fato num programa de TV.

Porém, ainda existem alguns lugares que são os pilares de sustentação desse poder instituído. Esses lugares, menos sutis que os outros apontados acima, representam um “resto” de um símbolo que mantém em pé os grupos dominantes.

O exemplo mais clássico desses lugares, categorizados aqui como explícitos e decifráveis, na cidade de Sorocaba é o monumento ao “fundador” da cidade, o bandeirante Baltazar Fernandes. Por ser explícito, possui uma vontade de que assim seja, sustentada pelas classes dominantes.

Em assim sendo, carrega consigo um forte caráter ideológico que pode – e deve – ser decifrado para que se possa entender de forma crítica a sua “mensagem” enquanto símbolo. O bandeirante aponta o dedo em sinal de comando, ao mesmo tempo em que pousa a sua outra mão à espada que descansa em sua bainha, numa posição que denota não somente o comando, mas a coerção, a ameaça a quem desobedecer.

Na base do monumento, placas de bronze procuram contar “fases” da história da cidade. Em todas elas, o povo é representado em posição de submissão aos grupos de domínio, sejam eles religiosos ou políticos. O povo trabalha, ordenado pelos “poderosos”, aqueles que se apropriaram da terra.

A imagem que supostamente conta a história da industrialização na cidade, conhecida como Manchester Paulista, consegue excluir do quadro a presença humana. Há apenas uma ilustração de uma pessoa, tão diminuta que nem se percebe a sua presença. Está à porta da fábrica. A desproporção é descomunal: o “importante” são os prédios cujos contornos tomam todo o quadro.

Apesar disso há algo de verdadeiro nessa imagem: no âmbito do capitalismo, não há espaço para o humano.

A relação das pessoas com o espaço produz processos educativos. Por isso, ao revelar os lugares de memória dentro de suas categorias de análise, conforme acima, outra pergunta rebenta como milho que se converte em pipoca. Produto de outro produto. A pergunta é: quais os processos educativos que se desencadeiam dessa relação entre os lugares de memória e as pessoas?

A pesquisa revelou que a relação das pessoas com os lugares de memória interferem na qualidade da cidadania e da construção de identidade. Não reconhecer-se como integrante da construção social da cidade pode produzir a sensação de alienação àquilo tudo. “Não pertenço a essa realidade, mas não sei a qual realidade pertenço”. Portanto, a forma como se estabelece a relação das

peessoas com os lugares de memória é indicativo de como se constituiu aquela sociedade. De acordo com Paulo Cesar da Costa Gomes:

As cidades são compostas por um grupo social, submetido a certas regras de coabitação. Esse corpo está estabelecido sobre um espaço que condiciona e qualifica as ações sociais. Os espaços públicos são uma dessas formas de classificação dos espaços, com seu repertório de qualidades e valores. Assim, é a partir dessa grade de leitura própria a esses espaços que é possível atribuir significados e valores aos objetos, às ações, aos comportamentos, que aí têm lugar (GOMES, 2013, p. 189).

Obviamente que nesse momento tem-se como escopo a educação não-escolar, ou fora das instituições educacionais. Fala-se aqui na produção que surge na relação direta dos sujeitos com os lugares de memória. Por outro lado, a pesquisa revela também que é possível, dentro do âmbito de uma educação intencional e objetiva, a produção de processos educativos visando aprimorar o senso crítico e a qualidade da cidadania e da construção de identidade dos sujeitos.

Observou-se de forma prática os resultados de ações – escolares ou não – que tinham objetivos claros e intencionais do ponto de vista educacional. Por meio da estimulação de avaliação dessas atividades, pelos participantes das mesmas, coletaram-se informações ricas sobre como se dá o processo educativo provocado pelo uso dos lugares de memória com esse fim.

Passeios “histórico-culturais” são exemplos do uso dos lugares de memória com objetivos educacionais, de promoção de memória afetiva e de sentimento de pertencimento.

Por outro lado, percebeu-se durante a pesquisa que há uma produção alternativa de lugares de memória, de forma variada e bastante diferente dos meios convencionais. Em lugar dos monumentos em bronze, feitos para longa duração, utilizam-se de materiais mais baratos e efêmeros, como colagens de papel e pinturas em paredes. A intenção é que dure enquanto existir um sentido.

Essas formas de intervenção urbana fazem uso de referenciais de organização, de luta, de identidade escorados em símbolos que remetem à uma reapropriação do passado. Por isso, são produtores de lugares de memória também.

Essa produção se dá por meio da ação da sociedade civil formalmente organizada (sindicatos, ONGs, associações...), mas também por ações de grupos

não-formais (pichadores, alguns coletivos, grupos de artistas...) e, ainda, por ações individuais.

A escolha dos espaços onde as intervenções urbanas ocorrem determinam, ainda, o grau de visibilidade que possuem no presente e que poderão ter no futuro.

De outra forma, ao promover a intervenção urbana, ainda que de forma efêmera – durando apenas o tempo em que o símbolo for devidamente apropriado e decodificado – produz uma mudança da paisagem, e alguns desses símbolos permanecem produzindo, uma vez mais, memórias de si mesmos.

Bibliografia

ALCÂNTARA MACHADO, José de. *Vida e morte do Bandeirante*. São Paulo: Livraria Martins Editora / INL, 1972.

ALEIXO IRMÃO, José. *O Liberalismo em Sorocaba*. [Sorocaba: Ed. Do Autor], 1986.

_____. *A Perseverança III e Sorocaba*. Sorocaba: FUA, 1999.

_____. *Rafael Tobias de Aguiar: o Homem, o Político*. Sorocaba: FUA, 1992.

ALMEIDA, Aluísio de. *Sorocaba, 3 séculos de história*. Itu: Editora Ottoni, 2002.

_____. *História de Sorocaba*. Sorocaba: IHGGS, 1969.

_____. *A Revolução Liberal de 1842*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1993 [Ed. Fac-similar].

AMARAL, Antonio Barreto. O Bandeirismo paulista. In *Curso de História de São Paulo*. São Paulo: Edição da Divisão do Arquivo Histórico, 1969.

ARÉVALO, Márcia Conceição da Massena. *Lugares de memória ou prática de preservar o invisível através do concreto*. I Encontro Memorial do Instituto de Ciências humanas e Sociais. Mariana, MG, 9 – 12 de novembro de 2004.

AZEVEDO, Victor de. *Manuel Prêto – “O herói de Guairá”*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1983.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial. Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2001.

BADDINI, Cássia Maria. *Sorocaba no Império. Comércio de animais e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2002.

BALIBREA, Mari Paz. Memória e Espaço público na Barcelona pós-industrial. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*. [Online], 67 | 2003, posto online no dia 01 Outubro 2012, consultado o 30 Janeiro 2013. URL: <http://rccs.revues.org/1110>.

BATISTELLA, Carlos. *Noite do Beijo*. São Paulo: Ed. Do Autor, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BELMONTE, Benedito Carneiro Bastos Barreto. *No tempo dos bandeirantes*. São Paulo: Melhoramentos, [1941].

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985.

_____, LUCKMANN, Thomas. *Modernidade, pluralismo e crise de sentido*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BITTENCOURT, Cirse (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação como cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRARDA, Analía., RÍOS, Guillermo. Argumentos e estratégias para a construção da cidade educadora. In GADOTTI, Moacir, PADILHA, Paulo Roberto, CABEZUDO, Alicia (orgs). *Cidade Educadora – princípios e experiências*. São Paulo: Cortez / IPF, 2004.

BURGOS, Rosalina. Pesquisa Qualitativa: Reflexões Geográficas a partir de um Estudo de Caso sobre as contradições urbanas da cidade de Sorocaba – SP. In *Geographia Meridionalis* v. 01, n. 01, São Paulo: USP, Jun/2015 p. 145–159.

CAMPBELL, Joseph. [com Bill Moyers]. *O poder do mito*. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS – 2004. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/OCE/docs/Cartadascidadeseducadoras.pdf> Acesso 06 out 2014.

CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro de. *Fisionomia da cidade – Cotidiano e transformações urbanas – 1890 – 1943*. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010.

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Tradições negras sorocabanas e memória*. Sorocaba: Edição do Autor, 2015.

_____. *Scenas da Escravidão – Breve Ensaio sobre a Escravidão negra em Sorocaba*. Sorocaba: Create, 2006.

_____. *Memória Operária*. Sorocaba: Create, 2009.

_____. *Nossa Gente Negra*. Sorocaba: Create, 2013.

_____. *Folia de Reis em Sorocaba*. Sorocaba: Edição do Autor, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

_____. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 2012.

CORTELLA, Mario Sérgio. *A escola e o conhecimento*. São Paulo: Cortez / IPF, 2005.

COULANGES, Fustel de. *A cidade Antiga*. São Paulo: Hemus, 1975.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, nº 25/26, pp. 97 – 103, set. 1992 / ago 1993.

DIAKOV, V., KOVALEV, S. *A sociedade primitiva*. São Paulo: Global Editora, 1985.

DIAS, Maurício Sérgio. *Minha rua, Nossa história*. Sorocaba: Linc, 2002.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. *A evolução da economia paulista e suas causas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

FEITOSA, Luiz Tadeu. *Patativa do Assaré – A trajetória de um canto*. São Paulo: Escrituras Editora, 2003.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FERREIRA, Tito Livio. Apud ALEIXO IRMÃO, José. *A Perseverança III e Sorocaba*. Sorocaba: FUA, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. *Política e Educação: ensaios*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Extensão ou Comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *A importância do ato de ler em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 2003.

FREITAS JUNIOR, Affonso. Sorocaba dos tempos idos. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XXVII. São Paulo: IHGSP, 1929.

GADOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa. Recuperado de Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Disponível em: http://www.smecc.salvador.ba.gov.br/documentos/carta_moacir.doc, 2006.

GADOTTI, Moacir; PADILHA, Paulo Roberto.; CABEZUDO, Alicia. (orgs.). *Cidade Educadora – princípios e experiências*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

GALDINO, Luiz. *Peabiru – Os Incas no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Estrada Real, 2002.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *O lugar do olhar – Elementos para uma geografia da visibilidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Memória e Sociedade. In *Revista do Arquivo Municipal. Memória e Ação Cultural*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, v. 200, 1992.

GUEDES, Alcir. *Entre fatos e boatos – Crônicas de uma cidade que passou*. Sorocaba: Julio Cesar Gonçalves, 2007.

GUEVARA, Ernesto Che. *O socialismo e o Homem novo*. São Paulo: Sociedade Cultural Jornalivro, 1986.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HOBBSBAWN, Eric., RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

_____. *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação mediadora*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2003.

KHOURY, Yara Aun. Documentos Orais e Visuais: Organização e Usos coletivos. In *Revista do Arquivo Municipal – nº 200*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1991.

LARA, Sílvia Hunold. História, Memória e Museu. In *Revista do Arquivo Municipal – nº 200*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1991.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LUCKESI, Cipriano C. *Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática*. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

MAFFEI, Eduardo. *A Batalha da Praça da Sé*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De Perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17, nº 49, jun 2002.

MALATESTA, Errico. *Escritos revolucionários*. São Paulo: Hedra, 2008.

MATOS, Jorge Narciso de. Feijó, o magnífico inconformado. In *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba – nº 8, ano 40*. Sorocaba: IHGGS, 1994.

MCKENZIE, Steven L. *Como ler a Bíblia – História, profecia ou literatura*. São Paulo: Edições Rosari, 2007.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História* (Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História/Departamento de História, PUC-SP), São Paulo, v.10, p.7-28, 1993.

OLIVEIRA, Sérgio Coelho de. *Baltazar Fernandes – Culpado ou Inocente?* Sorocaba: Editora TCM, 2014.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In BITTENCOURT, Cirse (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história . *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 60, p. 143 – 154, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Edusp, 2014.

_____. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Edusp, 2012.

SILVA, Paulo Celso da. *De novelo de linha à Manchester Paulista*. Sorocaba: Teaser Design / LINC, 2000.

TAUNAY, Alfredo de Escagnole. *Relatos sertanistas*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954.

_____. *A grande vida de Fernão Dias Pais*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1955.

_____. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.

VAINFAS, Ronaldo (Dir). *Dicionário do Brasil Colonial: 1500- 1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VERNANT, Jean-Pierre. *O Universo, os Deuses, os Homens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Anexos



Figura 7 - Encenação teatral na União Espírita Sorocabana. Acervo: Armando Oliveira Lima.



**Figura 8 - Intervenção urbana de Flávia Aguilera.
Lambe-lambe: Imagem de operária colada em lugar onde se localizava
antiga Vila Operária.**



Figura 9 - O príncipe Dom Bertrand discursa durante a recolocação da herma de Varnhagem.



Figura 10 - Intervenção urbana do artista Discórdia.



Figura 11 - Manifestação "Fora Temer" na Praça Cel. Fernando Prestes, julho de 2016



Figura 12 - Passeio histórico cultural pelos lugares de memória negra em Sorocaba. Novembro 2016. Foto: Rebeca Batalim.



Figura 13 - Arranjos de plantas em casa da Vila Santana.



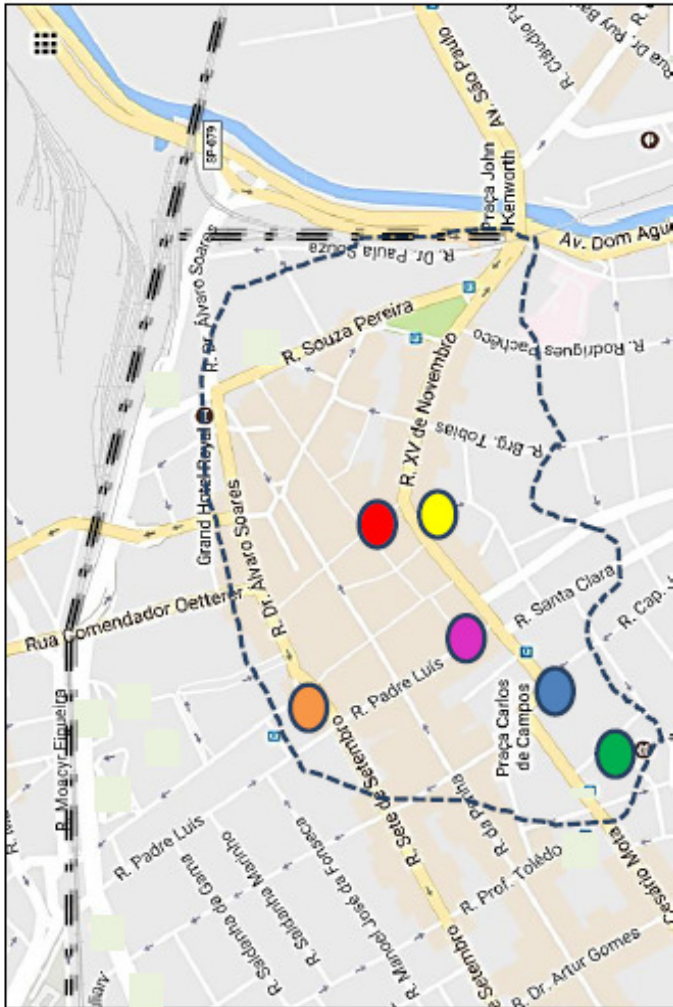
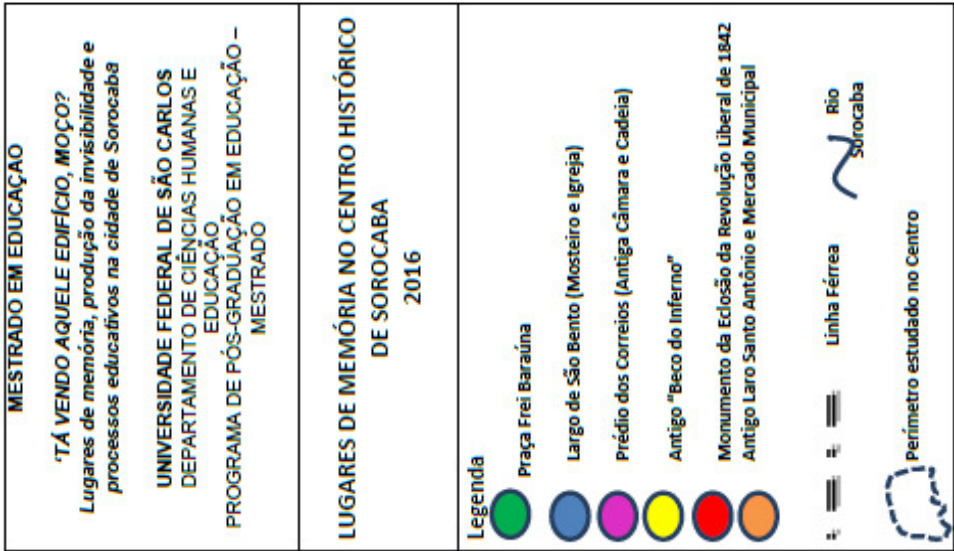
Figura 14 - Feira do Beco do Inferno, com destaque ao trabalho de Flávia Aguilera (operárias de Sorocaba)



Figura 15 - Circo Guaraciaba em Sorocaba (1964), perto da Ponte Pinheiros. Acervo: Iracema Cavalcante

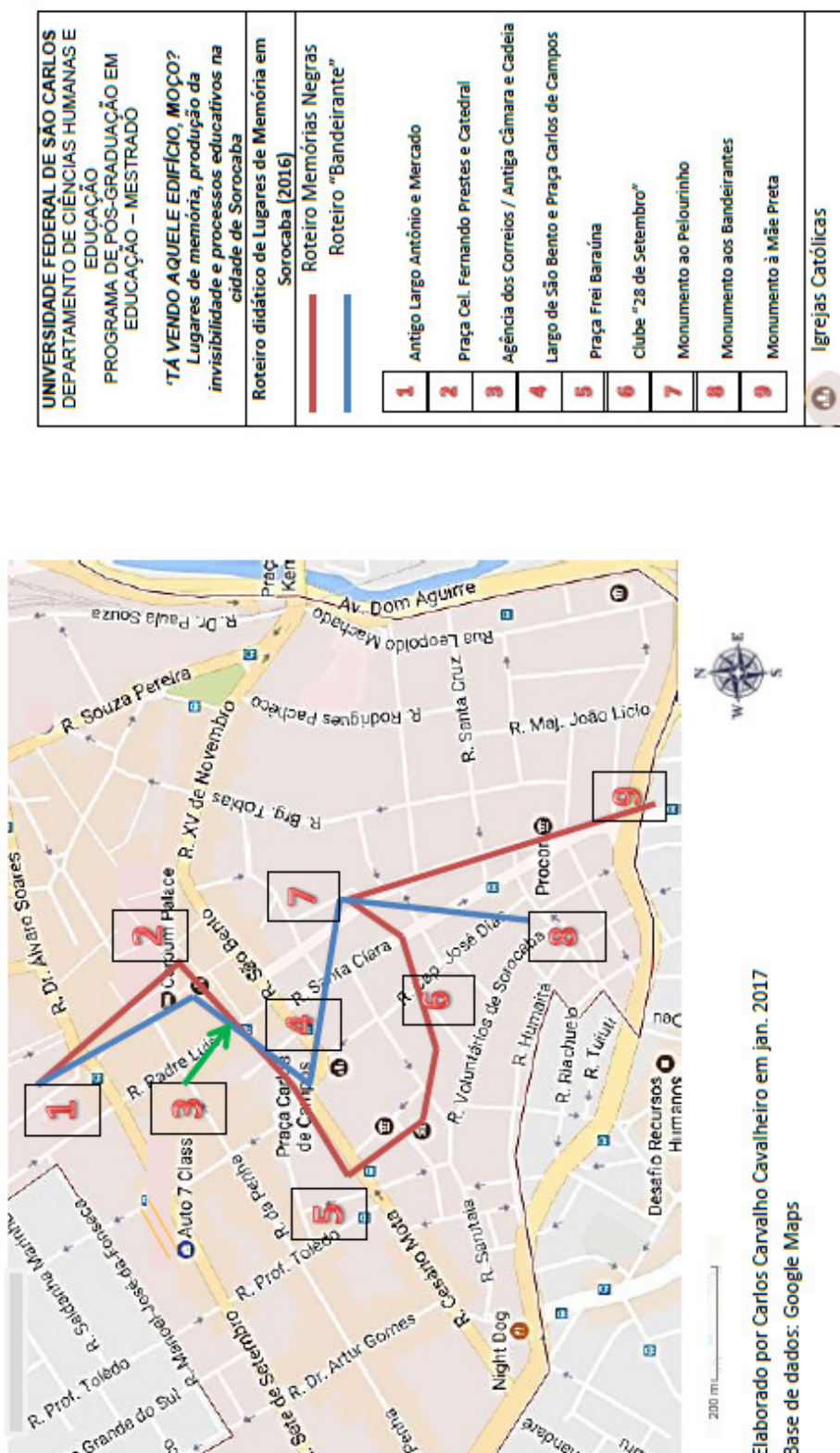


Figura 16 - Totem do "Roteiro Educador" para a região do Mercado Municipal. Não há menção ao antigo Largo de Santo Antônio.



Escala: 200 m

Elaborado por Carlos Cavalho Cavalheiro, jan. 2017
Base de dados: Google Maps



Documentos



Carlos Carvalho Cavalheiro <carloscavalheiro@gmail.com>

Perguntas para pesquisa (Mestrado)

1 mensagem

Carlos Carvalho Cavalheiro <carloscavalheiro@gmail.com>

8 de março de 2016 16:13

Para: "rubensinc@ig.com.br" <rubensinc@ig.com.br>

José Rubens:

Saúde e Paz!

Assisti ao programa do Sérgio no qual você foi entrevistado. Muito bom, gostei.

Bom, o objetivo desta mensagem é iniciar uma "conversa" sobre toda essa questão relacionada à memória, da qual já tivemos oportunidade de conversar e refletir. Como eu havia prometido, estou enviando algumas perguntas iniciais para, se quiser, ajudar-me no aprofundamento das reflexões. Ok?

Agradeço imensamente.

Abaixo, seguem as perguntas:

- 1) Quais são as atividades que você, José Rubens, realiza e que tem como "matéria-prima" (se é que podemos chamar assim) a memória sorocabana?
- 2) Quais atividades similares, ou seja, que se refiram à memória, são realizadas institucionalmente na Biblioteca Infantil?
- 3) Dessas atividades, quais delas surgiram como proposta de política pública da Secretaria da Cultura? Ou essas são atividades criadas e elaboradas por você?
- 4) Quais as estruturas fornecidas pelo Poder Público para a realização dessas atividades?
- 5) Quais são os públicos-alvo dessas atividades? Qual a média de frequência de pessoas? Há rotatividade de pessoas ou são "sempre as mesmas"?

Grato pelas respostas.

Abraços,

Carlos Carvalho Cavalheiro.



Carlos Carvalho Cavalheiro <carloscavalheiro@gmail.com>

Filiação ao AICE

2 mensagens

Secretaria de Educação <sedu@sorocaba.sp.gov.br>

31 de março de 2016 16:25

Para: "carloscavalheiro@gmail.com" <carloscavalheiro@gmail.com>

Prezado Sr. Carlos Carvalho Cavalheiros

Encaminhamos anexo ofício SEDU/GS nº 347/2016, em resposta ao documento protocolado na Secretaria da Educação em 12 de fevereiro de 2016.

Atenciosamente,

Secretaria da Educação

**Prefeitura de
SOROCABA****Secretaria da Educação**

Endereço: Av. Eng. Carlos Reinaldo Mendes, 3.041,

Alto da Boa Vista - 1º andar.

Fone: (15) 3238-2244 / 2201

E-mail: sedu@sorocaba.sp.gov.br**Of. 347 - Reposta ao Munícipe sobre filiação ao AICE.PDF**

570K

Carlos Carvalho Cavalheiro <carloscavalheiro@gmail.com>

4 de abril de 2016 16:32

Para: Secretaria de Educação <sedu@sorocaba.sp.gov.br>

Prezado Sr. Flaviano,
DD. Secretário da Educação
Sorocaba / SP

Saúde e Paz!

Por meio desta, agradeço a gentil atenção pelo envio das respostas ao documento que protocolizei em fevereiro deste ano.

Att.,

Carlos Carvalho Cavalheiro.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

pela Secretaria da Educação foi o Roteiro Educador, projeto responsável por organizar as visitas monitoradas das escolas municipais aos espaços parceiros, objetivando a valorização de vínculos e aprendizados dos alunos, na cidade, para a cidade e com a cidade. O projeto objetiva: fomentar a participação das escolas municipais no projeto; estreitar vínculos entre o meio social com os conteúdos de sala de aula e fortalecer as oportunidades educativas de reconhecimento local dos espaços culturais, históricos, sociais e ecológicos.

Outros projetos desenvolvidos pela SEDU que se encaixam nesse conceito são:

1. Clube da Escola (temporariamente suspenso);
2. Escola em Tempo Integral - Oficina do Saber (vigente);
3. Escola Cidadã (encerrado);
4. Projeto Ler é Prazer (vigente);
5. Feira de Profissões (vigente – atualmente com a Secretaria de Desenvolvimento Social);
6. Programa Escola para o Futuro (temporariamente suspenso);
7. Programa Escola da Escola (Vigente);
8. Projeto Musicalização (temporariamente suspenso);
9. Projeto Roteiro Educador (temporariamente suspenso);
10. Projeto Estrada para Cidadania (Vigente);
11. Seminário Internacional (temporariamente suspenso);
12. Encontro dos Profissionais da Educação – EPED (temporariamente suspenso);
13. Fórum de Cultura na 1ª Infância (Vigente);
14. Encontro de Práticas Docentes e Tecnologia Educacional (temporariamente suspenso).

No tocante às questões dos grupos subalternizados, a Secretaria da Educação está organizando diversas ações para contemplar as temáticas por meio da oferta de cursos destinados aos profissionais da Educação, junto ao fortalecimento da formação continuada no Programa Escola da Escola. Além desses processos, buscaremos espaços de estudo e reflexão, a fim sistematizar práticas educativas no contexto escolar, viabilizando a formação de grupos de trabalho que produzirão materiais que possam subsidiar as instituições e os profissionais.

Cordialmente,



Flaviano Agostinho de Lima
Secretário da Educação

Ofício SEDU/GS nº. 347/2016

Data: 29/03/2016.

Assunto: Solicitação de informações sobre filiação à AICE

Prezado Sr. Carlos Carvalho Cavalheiro,

Em atenção à sua solicitação, informamos que em junho de 2006, por meio da Lei nº 7.833, de 29 de junho de 2006, a Câmara Municipal autorizou o Poder Executivo a filiar-se à Associação Internacional das Cidades Educadoras – AICE, com o objetivo de fomentar e manter políticas públicas de intercâmbio nacional e internacional, colaborar em políticas, programas e projetos educacionais no Brasil e no exterior, formar redes territoriais e temáticas, compor Conselhos, Comitês e Diretorias, participar do Banco Internacional de Documentos, informando os programas e projetos desenvolvidos no âmbito do município de Sorocaba, nos termos da Carta das Cidades Educadoras.

Por reconhecer a importância da Associação e da trajetória da cidade enquanto membro da AICE, em 2014 Sorocaba candidatou-se e assumiu uma vaga no Comitê Executivo (2014-2018) para contribuir com o desenvolvimento da AICE e também para fortalecer as ações da Rede Brasileira.

As cidades educadoras são regidas por princípios de ações formadoras que objetivam, sobretudo, o desenvolvimento integral de todos os cidadãos em um processo educativo ao longo da vida e a partir da relação com os espaços e indivíduos do município. Segundo a Carta das Cidades Educadoras é educadora aquela cidade que assume a função de educar com a mesma intencionalidade que assume as suas funções tradicionais. “A cidade será educadora quando reconheça, exercite e desenvolva, para além das suas funções tradicionais (econômica, social, política e de prestação de serviços) uma função educadora, quando assuma a intencionalidade e responsabilidade cujo objetivo seja a formação, promoção e desenvolvimento de todos os seus habitantes, começando pelas crianças e pelos jovens” (*Introdução da Carta das Cidades Educadoras, Declaração de Barcelona, 1990*).

Desde 2006, o município tem organizado seus programas e projetos pautados nos princípios da Carta das Cidades Educadoras. Nesse sentido, o primeiro projeto desenvolvido



Carlos Carvalho Cavalheiro <carloscavalheiro@gmail.com>

A/C - Josiane Menck

10 mensagens

Carlos Carvalho Cavalheiro <carloscavalheiro@gmail.com>

24 de julho de 2015 13:44

Para: marketing@farmamed.com.br

Boa tarde, Josiane!

Saúde e Paz!

Conversamos hoje, pela manhã (por volta das 11h45min) sobre a pesquisa que estou realizando sobre Memória e acerca do trabalho de Marketing realizado pela Farmamed. Conforme combinamos, encaminho abaixo algumas perguntas sobre esse trabalho, com o fito de estabelecermos um contato inicial, ao mesmo tempo em que as respostas subsidiarão parte da minha pesquisa.

Agradeço uma vez mais a sua gentil atenção,

Carlos Carvalho Cavalheiro.

Perguntas:

- 1) Qual objetivo / interesse do trabalho de Marketing da Farmamed em recuperar histórias de bairros de Sorocaba?
- 2) Em quais bairros esse trabalho foi realizado?
- 3) Quais as ações realizadas pelo setor de Marketing com esse direcionamento?
- 4) De quem partiu a ideia de realizar esse trabalho?
- 5) Essa ideia foi baseada em alguma pesquisa ou em algum trabalho anterior? Como surgiu essa ideia?
- 6) Quais os materiais produzidos pelo marketing da Farmamed que são direcionados para esse viés da memória e da história?
- 7) Como e quem realizou a pesquisa e coleta de informações (incluindo as imagens)?

Carlos Carvalho Cavalheiro <carloscavalheiro@gmail.com>

14 de agosto de 2015 09:17

Para: FARMAMED DROGARIAS <marketing@farmamed.com.br>

Reenviando a mensagem encaminhada em 24.07.2015.

Att.,

Carlos Carvalho Cavalheiro.

----- Mensagem encaminhada -----

De: **Carlos Carvalho Cavalheiro** <carloscavalheiro@gmail.com>

Data: 24 de julho de 2015 13:44

Assunto: A/C - Josiane Menck

Para: marketing@farmamed.com.br

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Junior Farmamed <marketing@farmamed.com.br>

17 de agosto de 2015 17:38

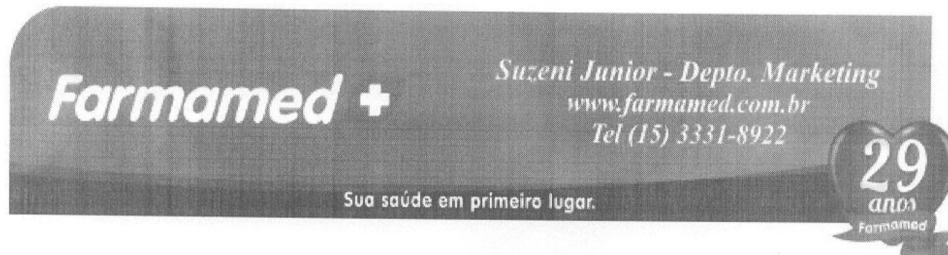
Para: Carlos Carvalho Cavalheiro <carloscavalheiro@gmail.com>

Boa tarde, Carlos.

Primeiramente desculpas pelas demora no retorno, você tem um telefone em que eu possa entrar em contato?

Fico no aguardo.

Att,



De: Carlos Carvalho Cavalheiro [mailto:carloscavalheiro@gmail.com]

Enviada em: sexta-feira, 14 de agosto de 2015 09:17

Para: FARMAMED DROGARIAS

Assunto: Fwd: A/C - Josiane Menck

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Nenhum vírus encontrado nessa mensagem.

Verificado por AVG - www.avgbrasil.com.br

Versão: 2015.0.6081 / Banco de dados de vírus: 4392/10317 - Data de Lançamento: 07/27/15

O Banco de Dados de Vírus interno expirou.

Carlos Carvalho Cavalheiro <carloscavalheiro@gmail.com>

19 de agosto de 2015 09:13

Para: Junior Farmamed <marketing@farmamed.com.br>

Agradeço pela atenção.

O meu telefone é: 3318 2625.

Grato,

Carlos Carvalho Cavalheiro.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Carlos Carvalho Cavalheiro <carloscavalheiro@gmail.com>

27 de agosto de 2015 03:20

Para: Junior Farmamed <marketing@farmamed.com.br>

Junior:

Saúde e Paz!

O meu telefone, conforme informei em mensagem anterior, é 15 - 331 2625.

Aguardo o retorno.

Abraços,

Carlos Carvalho Cavalheiro.

exposição de fotos antigas, impressão de folheto sobre a Vila Santana, produção de vídeo institucional, etc), tal ação se faz interessante para o meu trabalho de pesquisa, pelo que, solicito, uma vez mais, a gentil atenção de Vossa Senhoria, tendo em vista que até a presente data não recebi as respostas às questões abaixo.

Agradeço imensamente a atenção, colocando-me à disposição para dirimir quaisquer dúvidas.

Carlos Carvalho Cavalheiro.
Tel.: 3318 2625

----- Mensagem encaminhada -----

De: **Carlos Carvalho Cavalheiro** <carloscavalheiro@gmail.com>

Data: 24 de julho de 2015 13:44

Assunto: A/C - Josiane Menck

Para: marketing@farmamed.com.br

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Junior Farmamed <marketing@farmamed.com.br>

7 de dezembro de 2015 10:49

Para: Carlos Carvalho Cavalheiro <carloscavalheiro@gmail.com>

Boa tarde, Carlos.

Segue as informações solicitadas, e desculpas pela demora.

1) Qual objetivo / interesse do trabalho de Marketing da Farmamed em recuperar histórias de bairros de Sorocaba?

Nosso objetivo era trazer a lembrança de nossos clientes da história do local onde vivem.

2) Em quais bairros esse trabalho foi realizado?

Esse trabalho foi realizado especificamente no bairro Vila Santana.

3) Quais as ações realizadas pelo setor de Marketing com esse direcionamento?

O Marketing realizou um espaço dentro da loja com as fotos, para que os clientes tivessem acesso as imagens.

4) De quem partiu a ideia de realizar esse trabalho?

Partiu de alguns de nossos clientes mais antigos que sempre comentava as histórias do bairro e com isso nosso Gerente solicitou esse trabalho.

5) Essa ideia foi baseada em alguma pesquisa ou em algum trabalho anterior? Como surgiu essa ideia?

De: Carlos Carvalho Cavaleiro [mailto:carlosccavaleiro@gmail.com]

Enviada em: segunda-feira, 7 de dezembro de 2015 08:01

Para: FARMAMED DROGARIAS; Dulce Ferreira; Dulce Ferreira

Assunto: Fwd: A/C - Josiane Menck

Sra. Josiane:

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Nenhum vírus encontrado nessa mensagem.

Verificado por AVG - www.avgbrasil.com.br

Versão: 2015.0.6081 / Banco de dados de vírus: 4392/10317 - Data de Lançamento: 07/27/15

O Banco de Dados de Vírus interno expirou.

Carlos Carvalho Cavaleiro <carlosccavaleiro@gmail.com>

7 de dezembro de 2015 10:53

Para: Junior Farmamed <marketing@farmamed.com.br>, Dulce Ferreira <dulceferreira@ufscar.br>

Agradeço imensamente as gentis respostas.

Caso não seja incômodo, poderia informar se esse projeto ainda continua? Tem algum desdobramento?

Grato,

Carlos Carvalho Cavaleiro

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente, convido V. Sa. para participar da pesquisa "Tá vendo aquele edifício, moço?": lugares de memória, produção da invisibilidade e processos educativos na cidade de Sorocaba" sob responsabilidade do pesquisador Carlos Carvalho Cavalheiro. A pesquisa tem como objetivo analisar os lugares de memória em Sorocaba, revelando propostas pedagógicas e experiências educativas desenvolvidas na relação das pessoas com essas memórias. Sua participação consistirá em responder a uma entrevista e/ou fornecer dados referentes a memória e sobre o passado da cidade. Os dados fornecidos são de uso exclusivo desta pesquisa. Os nomes dos participantes e demais sujeitos mencionados nas entrevistas serão originalmente mantidos, salvo quando o/a participante, por sua vontade própria manifestar-se em contrário. Neste caso, serão utilizados nomes fictícios e esta observação constará como nota de rodapé da respectiva entrevista ou informação (dado) utilizada. A participação não acarreta nenhum risco ou prejuízo, assim como a não participação. O/A participante tem plena liberdade de retirar ou modificar seu consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para si. Não há qualquer contrapartida financeira, ou de outra ordem aos que aceitarem participar da pesquisa. Caso tenha alguma dúvida, deseje cancelar/modificar seu consentimento ou queira solicitar informações entre em contato com o pesquisador: Carlos Carvalho Cavalheiro, RG 21.712.347-8; telefone (015) 3318 2625; email: carlosccavalheiro@gmail.com.

Declaro estar ciente e de acordo com as condições de uso das informações por mim concedidas, por meio de entrevista, conversa ou outra forma de prestação de informações e aceito participar da pesquisa bem como autorizo a utilização dos dados e exibição de meu nome e minha imagem e da entidade que represento.

Deste modo, autorizo a divulgação de minha identidade na pesquisa.

Nome : José Rubens Incao

Assinatura : _____



RG ou CPF : _____

18544347-

Data: Sorocaba, 08 de dezembro de 2016.



Carlos Carvalho Cavalheiro

Pesquisador Responsável

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente, convido V. Sa. para participar da pesquisa "Tá vendo aquele edifício, moço?": lugares de memória, produção da invisibilidade e processos educativos na cidade de Sorocaba" sob responsabilidade do pesquisador Carlos Carvalho Cavalheiro. A pesquisa tem como objetivo analisar os lugares de memória em Sorocaba, revelando propostas pedagógicas e experiências educativas desenvolvidas na relação das pessoas com essas memórias. Sua participação consistirá em responder a uma entrevista e/ou fornecer dados referentes a memória e sobre o passado da cidade. Os dados fornecidos são de uso exclusivo desta pesquisa. Os nomes dos participantes e demais sujeitos mencionados nas entrevistas serão originalmente mantidos, salvo quando o/a participante, por sua vontade própria manifestar-se em contrário. Neste caso, serão utilizados nomes fictícios e esta observação constará como nota de rodapé da respectiva entrevista ou informação (dado) utilizada. A participação não acarreta nenhum risco ou prejuízo, assim como a não participação. O/A participante tem plena liberdade de retirar ou modificar seu consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para si. Não há qualquer contrapartida financeira, ou de outra ordem aos que aceitarem participar da pesquisa. Caso tenha alguma dúvida, deseje cancelar/modificar seu consentimento ou queira solicitar informações entre em contato com o pesquisador: Carlos Carvalho Cavalheiro, RG 21.712.347-8; telefone (015) 3318 2625; email: carlosccavalheiro@gmail.com.

Declaro estar ciente e de acordo com as condições de uso das informações por mim concedidas, por meio de entrevista, conversa ou outra forma de prestação de informações e aceito participar da pesquisa bem como autorizo a utilização dos dados e exibição de meu nome e minha imagem e da entidade que represento.

Deste modo, autorizo a divulgação de minha identidade na pesquisa.

Nome : Tracema Fines Cavalcanti

Assinatura : Tracema Fines Cavalcanti

RG ou CPF : 10 412.178-6 116 260318/60

Data: Sorocaba, ____ de dezembro de 2016.

Carlos Carvalho Cavalheiro

Carlos Carvalho Cavalheiro

Pesquisador Responsável

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente, convido V. Sa. para participar da pesquisa "Tá vendo aquele edifício, moço?": lugares de memória, produção da invisibilidade e processos educativos na cidade de Sorocaba" sob responsabilidade do pesquisador Carlos Carvalho Cavalheiro. A pesquisa tem como objetivo analisar os lugares de memória em Sorocaba, revelando propostas pedagógicas e experiências educativas desenvolvidas na relação das pessoas com essas memórias. Sua participação consistirá em responder a uma entrevista e/ou fornecer dados referentes a memória e sobre o passado da cidade. Os dados fornecidos são de uso exclusivo desta pesquisa. Os nomes dos participantes e demais sujeitos mencionados nas entrevistas serão originalmente mantidos, salvo quando o/a participante, por sua vontade própria manifestar-se em contrário. Neste caso, serão utilizados nomes fictícios e esta observação constará como nota de rodapé da respectiva entrevista ou informação (dado) utilizada. A participação não acarreta nenhum risco ou prejuízo, assim como a não participação. O/A participante tem plena liberdade de retirar ou modificar seu consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para si. Não há qualquer contrapartida financeira, ou de outra ordem aos que aceitarem participar da pesquisa. Caso tenha alguma dúvida, deseje cancelar/modificar seu consentimento ou queira solicitar informações entre em contato com o pesquisador: Carlos Carvalho Cavalheiro, RG 21.712.347-8; telefone (015) 3318 2625; email: carlosccavalheiro@gmail.com.

Declaro estar ciente e de acordo com as condições de uso das informações por mim concedidas, por meio de entrevista, conversa ou outra forma de prestação de informações e aceito participar da pesquisa bem como autorizo a utilização dos dados e exibição de meu nome e minha imagem e da entidade que represento.

Deste modo, autorizo a divulgação de minha identidade na pesquisa.

Nome : Amanda Oliveira Lima

Assinatura : Amanda Oliveira Lima

RG ou CPF : 9.624.074-5

Data: Sorocaba, 23 de dezembro de 2016.



Carlos Carvalho Cavalheiro

Pesquisador Responsável

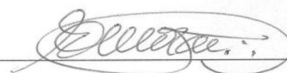
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente, convido V. Sa. para participar da pesquisa "Tá vendo aquele edifício, moço?": lugares de memória, produção da invisibilidade e processos educativos na cidade de Sorocaba" sob responsabilidade do pesquisador Carlos Carvalho Cavalheiro. A pesquisa tem como objetivo analisar os lugares de memória em Sorocaba, revelando propostas pedagógicas e experiências educativas desenvolvidas na relação das pessoas com essas memórias. Sua participação consistirá em responder a uma entrevista e/ou fornecer dados referentes a memória e sobre o passado da cidade. Os dados fornecidos são de uso exclusivo desta pesquisa. Os nomes dos participantes e demais sujeitos mencionados nas entrevistas serão originalmente mantidos, salvo quando o/a participante, por sua vontade própria manifestar-se em contrário. Neste caso, serão utilizados nomes fictícios e esta observação constará como nota de rodapé da respectiva entrevista ou informação (dado) utilizada. A participação não acarreta nenhum risco ou prejuízo, assim como a não participação. O/A participante tem plena liberdade de retirar ou modificar seu consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para si. Não há qualquer contrapartida financeira, ou de outra ordem aos que aceitarem participar da pesquisa. Caso tenha alguma dúvida, deseje cancelar/modificar seu consentimento ou queira solicitar informações entre em contato com o pesquisador: Carlos Carvalho Cavalheiro, RG 21.712.347-8; telefone (015) 3318 2625; email: carlosccavalheiro@gmail.com.

Declaro estar ciente e de acordo com as condições de uso das informações por mim concedidas, por meio de entrevista, conversa ou outra forma de prestação de informações e aceito participar da pesquisa bem como autorizo a utilização dos dados e exibição de meu nome e minha imagem e da entidade que represento.

Deste modo, autorizo a divulgação de minha identidade na pesquisa.

Nome: Edimir Messias de Moraes

Assinatura: 

RG ou CPF: RG 4.191.888-5

Data: Sorocaba, 20 de dezembro de 2016.



Carlos Carvalho Cavalheiro
Pesquisador Responsável

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente, convido V. Sa. para participar da pesquisa "Tá vendo aquele edifício, moço?": lugares de memória, produção da invisibilidade e processos educativos na cidade de Sorocaba" sob responsabilidade do pesquisador Carlos Carvalho Cavalheiro. A pesquisa tem como objetivo analisar os lugares de memória em Sorocaba, revelando propostas pedagógicas e experiências educativas desenvolvidas na relação das pessoas com essas memórias. Sua participação consistirá em responder a uma entrevista e/ou fornecer dados referentes a memória e sobre o passado da cidade. Os dados fornecidos são de uso exclusivo desta pesquisa. Os nomes dos participantes e demais sujeitos mencionados nas entrevistas serão originalmente mantidos, salvo quando o/a participante, por sua vontade própria manifestar-se em contrário. Neste caso, serão utilizados nomes fictícios e esta observação constará como nota de rodapé da respectiva entrevista ou informação (dado) utilizada. A participação não acarreta nenhum risco ou prejuízo, assim como a não participação. O/A participante tem plena liberdade de retirar ou modificar seu consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para si. Não há qualquer contrapartida financeira, ou de outra ordem aos que aceitarem participar da pesquisa. Caso tenha alguma dúvida, deseje cancelar/modificar seu consentimento ou queira solicitar informações entre em contato com o pesquisador: Carlos Carvalho Cavalheiro, RG 21.712.347-8; telefone (015) 3318 2625; email: carlosccavalheiro@gmail.com.

Declaro estar ciente e de acordo com as condições de uso das informações por mim concedidas, por meio de entrevista, conversa ou outra forma de prestação de informações e aceito participar da pesquisa bem como autorizo a utilização dos dados e exibição de meu nome e minha imagem e da entidade que represento.

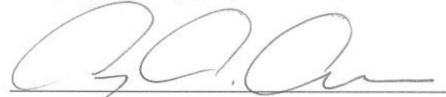
Deste modo, autorizo a divulgação de minha identidade na pesquisa.

Nome: JOSE CARLOS MANZONI

Assinatura: 

RG ou CPF: RG. 7.206.925

Data: Sorocaba, 20 de dezembro de 2016.



Carlos Carvalho Cavalheiro

Pesquisador Responsável